

RESENHA

DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

NÚMERO 135, 2º SEMESTRE DE 2024

Brasília
2024

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ministro de Estado	Embaixador Mauro Luiz Iecker Vieira
Secretária-Geral	Embaixadora Maria Laura da Rocha

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Presidente	Embaixador Raphael Azeredo
------------	----------------------------

ASSESSORIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Chefe da Assessoria Especial	Embaixador Joel Souza Pinto Sampaio
------------------------------	-------------------------------------

=====

COPYRIGHT © MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Zona Cívico-Administrativa
Brasília, DF, 70170-900
Site: gov.br/mre

Elaboração:

Daniela Oliveira Guerra
Clara Martins Solon
Letícia Rodrigues Clemente

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Coordenação-Geral de Publicações e Eventos:

Henrique da Silveira Sardinha Pinto Filho

Coordenação de Publicação e Editoração:

Fernanda Antunes Siqueira

Programação visual e diagramação:

Denivon Cordeiro de Carvalho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Brasil. Ministério das Relações Exteriores
Repertório de Política Exterior do Brasil / Ministério das Relações Exteriores, Assessoria Especial de Comunicação Social. – Ano 50 n. 135 jul./dez. 2024) – Brasília : FUNAG, 2024.
210 p.
ISSN: 0101-2428
1. Brasil – Relações Internacionais – Periódico. I. Brasil. Ministério das Relações Exteriores.
CDU: 32(05)

Depósito legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994, DE 14/12/2004.
Elaborada por Elizabeth Mattos – CRB-1/1415
(SC Assessoria Editorial, SP, Brasil)

SUMÁRIO

1. NOTAS À IMPRENSA.....	9
1.1. Cinquentenário das relações diplomáticas entre o Brasil e os Emirados Árabes Unidos	9
1.2. Cinquentenário das relações diplomáticas entre o Brasil e o Sultanato de Omã.....	10
1.3. Entrada em vigor, entre Brasil e Palestina, do Acordo de Livre Comércio Mercosul-Palestina.....	10
1.4. LXIV Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados e LXIV Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum	11
1.5. Adesão da Bolívia ao MERCOSUL como Estado Parte	13
1.6. Chegada ao Brasil do manto Tupinambá doado pelo Museu Nacional da Dinamarca – Nota Conjunta MRE/MPI	14
1.7. Atentado contra o ex-Presidente dos Estados Unidos	14
1.8. Fechamento das fronteiras na Venezuela	14
1.9. Eleições e apuração na Venezuela	15
1.10. Cessar-fogo no leste da República Democrática do Congo.....	15
1.11. 50 anos de relações Brasil-China	16
1.12. Renovação do mandato da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL)	16
1.13. 75º Aniversário das Convenções de Genebra	17
1.14. Determinação de apreensão de candidato presidencial na Venezuela.....	18
1.15. 45º Aniversário da Corte Interamericana de Direitos Humanos	18

1.16. Representação dos interesses da Argentina na Venezuela	19
1.17. 180º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e Paraguai	19
1.18. Aprovação de resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a ilegalidade da ocupação israelense em território palestino	20
1.19. Criação do “Grupo de Amigos da Paz” durante Reunião de Alto Nível de Países do Sul Global sobre o Conflito na Ucrânia....	21
1.20. Voo de repatriação de brasileiros no Líbano.....	24
1.21. Declaração do Secretário-Geral das Nações Unidas como “persona non grata”	24
1.22 Ataques israelenses à Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL).....	25
1.23. Legislação israelense contra as operações da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados Palestinos (UNRWA)	25
1.24. Manifestações de autoridades venezuelanas sobre o Brasil	26
1.25. Operação Raízes do Cedro – Envio de donativos do Brasil ao Líbano – Nota Conjunta MRE/MD/MS	27
1.26. Segunda Reunião Sul-Americana de Diálogo entre Ministros da Defesa e das Relações Exteriores.....	27
1.27. Reunião extraordinária da Mesa de Diálogos de Paz entre o governo da Colômbia e o Exército de Libertação Nacional	28
1.28. Brasil entrega à ONU nova NDC alinhada ao Acordo de Paris.....	28
1.29. Lançamento da “Nova Parceria Brasil-EUA para a Transição Energética”	31
1.30. Reunião entre o Presidente Lula e o Presidente dos EUA, Joe Biden.....	31
1.31. Anúncio da conclusão das negociações do Acordo de Parceria entre o MERCOSUL e a União Europeia – Nota conjunta MRE, MDIC, MAPA, MMA	32

1.32. Aprovação de resolução sobre a Segunda Década Internacional para os Afrodescendentes (2025-2034) – nota conjunta MRE/MIR.....	33
1.33. Solicitação à Corte Internacional de Justiça de opinião consultiva acerca das obrigações de Israel em relação às Nações Unidas.....	34
1.34. Eleição do Brasil para a Comissão para Consolidação da Paz das Nações Unidas.....	35
2. COMUNICADOS CONJUNTOS.....	37
2.1. Comunicado Conjunto da XXIX Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – São Tomé, 19 de julho de 2024	37
2.2. Aliança Global contra a Fome e a Pobreza – documento fundacional, Rio de Janeiro, 24 de julho de 2024	61
2.3. Chamado à Ação sobre a Reforma da Governança Global – Nova York, 25 de setembro	78
2.4. G20 – Declaração de Líderes do Rio de Janeiro – 18 e 19 de novembro de 2024	83
2.5. Reunião de líderes do IBAS – Comunicado de Imprensa – Rio de Janeiro, 19 de novembro de 2024.....	110
2.6. De Nice a Belém: Brasil e França unidos em defesa dos oceanos e do clima.....	114
2.7. Comunicado conjunto do Brasil, Chile, Colômbia e México	120
2.8. Declaração Conjunta sobre a formação da Comunidade de Futuro Compartilhado Brasil-China por um Mundo mais Justo e um Planeta mais Sustentável.....	120
2.9. Comunicado Conjunto dos Estados Partes Signatários do MERCOSUL e da Comissão Europeia sobre a Conclusão das Negociações do Acordo de Parceria	124

3. DISCURSOS 127

3.1. Discurso do Ministro Mauro Vieira na abertura do segmento ministerial da Conferência da Diáspora Africana nas Américas – Salvador, 31 de agosto de 2024 127

3.2. Pronunciamento do Presidente Lula por ocasião da Formatura da Turma Esperança Garcia do IRBr – Brasília, 16 de setembro de 2024..... 129

3.3. Discurso do Ministro Mauro Vieira por ocasião da Formatura da Turma Esperança Garcia do IRBr – Brasília, 16 de setembro de 2024..... 134

3.4. Discurso do Presidente Lula no evento à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas “Em defesa da democracia: lutando contra o extremismo” – Nova York, Estados Unidos, 24 de setembro de 2024..... 143

3.5. Discurso do Presidente Lula na abertura da 79ª Assembleia Geral das Nações Unidas – Nova York, Estados Unidos, 24 de setembro de 2024..... 145

3.6 Discurso do Presidente Lula em Sessão Plenária Aberta da XVI Cúpula do BRICS (transmitido por videoconferência) – Kazan, Rússia, 23 de outubro de 2024..... 153

3.7. Participação do Ministro Mauro Vieira no debate aberto do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a situação no Oriente Médio, inclusive Palestina – Nova York, Estados Unidos, 29 de outubro de 2024..... 156

3.8. Discurso do Ministro Mauro Vieira em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados – Brasília, 13 de novembro de 2024 159

3.9. Discurso do Presidente Lula na 2ª Sessão da Reunião de Líderes do G20: Reforma das Instituições de Governança Global – Rio de Janeiro, 18 de novembro de 2024..... 172

3.10. Discurso do Presidente Lula no lançamento da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza – Rio de Janeiro, 18 de novembro de 2024 174

3.11. Discurso do Ministro Mauro Vieira na Cerimônia de lançamento do Plano de Ação do MRE para o Programa Federal de Ações Afirmativas – Brasília, 4 de dezembro de 2024..... 177

3.12. Discurso da Secretária-Geral na Cerimônia de Lançamento do Plano de Ação Afirmativa do Ministério das Relações Exteriores 2024-2027 – Brasília, 4 de dezembro de 2024	179
4. ARTIGOS, ENTREVISTAS E DECLARAÇÕES À IMPRENSA.....	183
4.1. “50 anos de relações diplomáticas Brasil-China: celebrando o passado e lançando as bases do futuro” – artigo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva publicado no jornal <i>China Daily</i> em 15 de agosto de 2024	183
4.2. Entrevista do Ministro Mauro Vieira ao programa CNN Entrevistas – 13 de outubro de 2024	185
4.3. “O Brasil voltou, para fazer a diferença” – artigo do Ministro Mauro Vieira ao jornal <i>O Globo</i> – 24 de novembro de 2024	201
4.4. “Acordo Mercosul-UE é entendimento benéfico, estratégico e necessário” – artigo do Ministro Mauro Vieira e do vice-Presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, à Folha de São Paulo – 9 de dezembro de 2024	203
5. PUBLICAÇÕES EM REDES SOCIAIS	205
5.1. Publicação no X por ocasião da reunião de Ministros de Desenvolvimento do G20 – 25 de julho de 2024.....	205
5.2. Publicação no X por ocasião do lançamento do Programa “Kuntari Sa: Líderes Indígenas na Política Global” – 9 de agosto de 2024	206
5.3. Publicação no X por ocasião da inauguração dos novos Espaços da Mulher Brasileira no Exterior (EMuBs) – 25 de outubro de 2024.....	207
5.4. Publicação no X por ocasião do lançamento do Plano de Ação do Itamaraty para o Programa Federal de Ações Afirmativas – 4 de dezembro de 2024.....	208
5.5. Publicação no X por ocasião da conclusão de negociações do Acordo de Parceria entre MERCOSUL e UE – 6 de dezembro de 2024	209

1. NOTAS À IMPRENSA

1.1. Cinquentenário das relações diplomáticas entre o Brasil e os Emirados Árabes Unidos

Os Ministérios das Relações Exteriores do Brasil e dos Emirados Árabes Unidos têm o prazer de registrar os 50 anos de relações diplomáticas entre os dois países. Estabelecidos em 10 de junho de 1974, os vínculos bilaterais evoluíram em robusta parceria estratégica, abrangendo os campos político, econômico e cultural.

O Brasil estabeleceu sua embaixada em Abu Dhabi, em 1978, enquanto os EAU abriram sua primeira embaixada na América Latina em Brasília, em 1991. Essa presença diplomática foi expandida com o estabelecimento do consulado emirático em São Paulo, em 2017.

A força do relacionamento bilateral é evidenciada pela frequência de visitas oficiais de alto nível. Em 2023, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou os EAU em duas ocasiões. Em abril, encontrou-se com o Presidente dos EAU, Sua Alteza, xeique Mohammed bin Zayed Al Nahyan. Em seguida, em dezembro de 2023, participou da COP28, em Dubai.

A parceria estratégica entre o Brasil e os EAU facilita a extensa cooperação governamental e de investimentos, englobando setores diversos tais como tecnologia, turismo, cultura, espaço, comércio e energia renovável. A parceria estende-se para além dos marcos bilaterais, por meio de ações conjuntas em terceiros países.

As relações econômicas entre os dois países são caracterizadas por elevado nível de investimentos recíprocos e significativos fluxos comerciais. Os EAU são o segundo principal parceiro comercial do Brasil no Oriente Médio. Em 2023, a corrente bilateral de comércio ultrapassou US\$ 4,3 bilhões.

Na área climática, a cooperação entre o Brasil e os EAU visa a assegurar uma transição suave entre a COP28 e a COP30, que terá lugar em Belém, em 2025. Durante a COP28, os EAU e o Brasil colaboraram estreitamente,

culminando na adoção do significativo acordo de consenso dos EAU, endossado por 198 países participantes.

Ademais, ambas as nações compartilham compromisso com a promoção de mundo mais próspero e equitativo, no qual prevaleçam a paz, a tolerância, a coexistência, a inclusão e o desenvolvimento sustentável.

Ao celebrarem esse marco, o Brasil e os EAU renovam o compromisso de fortalecer ainda mais os laços estratégicos e a cooperação para gerar crescimento, prosperidade e benefícios mútuos para os próximos cinquenta anos e além.

Nota à imprensa nº 280, publicada em 03/07/2024

1.2. Cinquentenário das relações diplomáticas entre o Brasil e o Sultanato de Omã

Os Ministérios das Relações Exteriores do Brasil e de Omã têm o prazer de registrar os 50 anos de relações diplomáticas entre os dois países.

O vínculo bilateral foi estabelecido em 3 de julho de 1974. Em 2009, o Brasil inaugurou sua embaixada residente em Mascate. Em 2010, foi aberta a embaixada omani em Brasília, a primeira missão diplomática do país na América Latina.

Os laços entre os dois países caracterizam-se por expressiva vertente econômica, com elevada magnitude de investimentos recíprocos, em especial na área de mineração, e com relevante fluxo comercial, próximo a US\$ 2 bilhões em 2023.

Brasil e Omã compartilham interesse na promoção de uma ordem internacional mais próspera e justa, com prevalência da paz e do desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Nota à imprensa nº 281, publicada em 03/07/2024

1.3. Entrada em vigor, entre Brasil e Palestina, do Acordo de Livre Comércio Mercosul-Palestina

Em 5 de julho de 2024, o Brasil depositou sua carta de ratificação ao Acordo de Livre Comércio entre o MERCOSUL e o Estado da Palestina. A carta foi apresentada ao Paraguai, país depositário daquele instrumento.

O Estado da Palestina havia depositado a sua ratificação em 30 de abril de 2024. Com a apresentação das duas cartas, o acordo entrará em vigor para o Brasil e o Estado da Palestina após trinta dias. Para os demais Estados Partes do MERCOSUL, a vigência do instrumento iniciará trinta dias depois das notificações dos depósitos das respectivas ratificações, quando ocorrerem.

O Acordo de Livre Comércio MERCOSUL-Palestina foi assinado em 20 de dezembro de 2011. O Acordo é uma contribuição concreta para um Estado palestino economicamente viável, que possa viver de forma pacífica e harmoniosa com seus vizinhos.

O Acordo também reforça o arcabouço normativo voltado a ampliar o comércio entre o MERCOSUL e países do Oriente Médio. O Acordo de Livre Comércio MERCOSUL-Israel está em vigor desde 2010 e o Acordo de Livre Comércio MERCOSUL-Egito, desde 2017.

O Acordo de Livre Comércio MERCOSUL-Palestina tem os seguintes capítulos: comércio de bens; regras de origem; salvaguardas bilaterais; regulamentos técnicos, normas e procedimentos de avaliação e conformidade; medidas sanitárias e fitossanitárias; cooperação técnica e tecnológica; disposições institucionais e solução de controvérsias. Trata-se de um acordo de abertura de mercados para bens, com cláusula evolutiva sobre a possibilidade de entendimentos, no futuro, sobre acesso a mercados em serviços e investimentos.

Nota à imprensa nº 291, publicada em 05/07/2024

1.4. LXIV Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados e LXIV Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum

Será realizada em Assunção, no Paraguai, em 8 de julho, a 64ª Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados. Precederá o encontro, no dia 7, a 64ª Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC), órgão decisório de nível ministerial. A Cúpula marcará o encerramento da presidência pro tempore do Paraguai (PPTP), exercida durante o 1º semestre de 2024, e dará início à presidência uruguaia.

Durante a PPTP, foram realizadas diversas reuniões ministeriais e de altas autoridades, presenciais e virtuais, sobre temas como educação, justiça, trabalho, cultura, saúde, interior e segurança, desenvolvimento social, direitos humanos, mulher, povos indígenas, afrodescendentes, meio ambiente, turismo

e gestão de riscos de desastres. Tais foros permitem a coordenação entre os países da região e produzem acordos e normativas que beneficiam diretamente os cidadãos dos membros do bloco.

Também foram realizadas novas edições das Cúpulas Social e Empresarial do MERCOSUL, ambas em formato virtual, em 1º de julho. A Cúpula Social reuniu representantes de organizações, movimentos sociais e governos, e foi dividida em quatro painéis: crescimento econômico inclusivo; redução da pobreza; povos indígenas; e direitos humanos. No campo empresarial, o encontro tratou dos temas: integração comercial de bens e serviços; economia criativa; indústria leve; e logística fluvial.

Entre os resultados da PPTP, espera-se a assinatura de acordos nas áreas de coprodução cinematográfica e audiovisual e gestão integral de risco de desastres, além de convênios de complementação financeira e técnica com o banco de desenvolvimento FONPLATA. Também se prevê a adoção de declaração presidencial sobre combate ao crime organizado transnacional, que se somará aos comunicados conjuntos dos Presidentes dos Estados Partes, e destes com os Estados Associados.

No âmbito do relacionamento regional, foi concluída com sucesso a atualização do Regime de Origem do Acordo de Complementação Econômica entre o MERCOSUL e o Chile (ACE-35). Isso permitiu a Brasil e Chile alcançar entendimento bilateral que facilitará a exportação de automóveis brasileiros para o mercado chileno, com redução do Índice de Conteúdo Regional (ICR), de 60% para 50%. O MERCOSUL mantém, ainda, diálogo permanente com Colômbia, Equador e Peru, com vistas ao aperfeiçoamento dos respectivos acordos com o bloco.

O bloco também segue trabalhando com o objetivo de ampliar sua rede de parceiros na América Central e no Caribe. Tratativas avançam com El Salvador e República Dominicana (neste último caso, sob a coordenação do Brasil). Durante a Cúpula de Assunção, também deverão ser exploradas oportunidades de aproximação do bloco com o Panamá.

Com relação à agenda extrarregional, foi lançada, durante a PPTP, negociação de um acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e os Emirados Árabes Unidos. A primeira rodada realizou-se em Assunção, entre os dias 2 e 4 de julho corrente. De igual forma, deu-se continuidade às negociações com a União Europeia, tratadas como prioritárias, assim como com a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), bloco integrado por Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça.

O MERCOSUL possui um PIB de US\$ 2,86 trilhões. Em 2023, o Brasil exportou US\$ 23,5 bilhões para o bloco e importou US\$ 17 bilhões, com superávit de US\$ 6,5 bilhões. Mais de 82% de nossas exportações foram compostas por produtos manufaturados. As trocas dentro do bloco multiplicaram-se mais de dez vezes desde sua criação, evoluindo de US\$ 4,5 bilhões, em 1991, para US\$ 49 bilhões em 2023. O MERCOSUL é o principal receptor de investimentos estrangeiros na América do Sul, tendo recebido, em 2022, 64% do total destinado à região.

Nota à imprensa nº 292, publicada em 05/07/2024

1.5. Adesão da Bolívia ao MERCOSUL como Estado Parte

O governo brasileiro celebra o depósito, pelo Estado Plurinacional da Bolívia, na data de hoje, do instrumento de ratificação do Protocolo de Adesão daquele país ao MERCOSUL. Assinado em Brasília, em julho de 2015, o Protocolo de Adesão da Bolívia entrará em vigor dentro de 30 dias. A partir de então, a Bolívia adquirirá a condição de Estado Parte e participará, com todos os direitos e obrigações, do MERCOSUL.

Com a entrada em vigor do Protocolo de Adesão boliviano, aquele país passa também a ser parte do Tratado de Assunção, do Protocolo de Ouro Preto, do Protocolo de Olivos para a solução de controvérsias no bloco, do Protocolo de Assunção sobre Compromisso com a Promoção dos Direitos Humanos do MERCOSUL e do Protocolo Constitutivo do Parlamento do bloco. A Bolívia conta, ainda, com até quatro anos para adotar o acervo normativo vigente do MERCOSUL. Também nesse período, a Bolívia deverá adotar a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM), a Tarifa Externa Comum (TEC) e o Regime de Origem do MERCOSUL (ROM).

A adesão da Bolívia ao MERCOSUL demonstra o vigor e a relevância contínua do bloco na promoção da integração regional e no fortalecimento das relações entre os países sul-americanos. Esse marco reafirma o compromisso do MERCOSUL com a ampliação de seu espaço de cooperação e desenvolvimento econômico, social e político, o que se traduzirá em benefícios concretos para as populações de todos os integrantes do bloco.

Nota à imprensa nº 296, publicada em 08/07/2024

1.6. Chegada ao Brasil do manto Tupinambá doado pelo Museu Nacional da Dinamarca – Nota Conjunta MRE/MPI

O governo brasileiro recebeu, com grande satisfação, a notícia da chegada ao território nacional do manto Tupinambá doado pelo Museu Nacional da Dinamarca. O artefato está sob a guarda do Museu Nacional do Rio de Janeiro, que será responsável por sua conservação e futura exposição.

A doação do manto decorreu da iniciativa do Povo Tupinambá e do Ministério das Relações Exteriores, em coordenação com o Ministério dos Povos Indígenas e o Museu Nacional do Rio de Janeiro.

O manto Tupinambá é uma vestimenta sagrada produzida com penas de ave guará e fibras vegetais, tradicionalmente empregada em cerimônias e rituais. Embora sua datação seja imprecisa, acredita-se que o exemplar doado ao Museu Nacional do Rio de Janeiro tenha sido confeccionado no século XVII. Seu primeiro registro nos arquivos reais da Dinamarca data de 1689.

O governo brasileiro agradece a cooperação das autoridades dinamarquesas na tramitação do processo de repatriação do artefato, que contribuirá para o resgate da história e da cultura dos povos indígenas e a reafirmação da diversidade cultural brasileira.

Nota à imprensa nº 311, publicada em 12/07/2024

1.7. Atentado contra o ex-Presidente dos Estados Unidos

O governo brasileiro condena o atentado ocorrido hoje, 13 de julho, contra o ex-Presidente dos Estados Unidos Donald Trump.

Ao manifestar veemente repúdio ao atentado e desejo de pronta recuperação do ex-Presidente, o Brasil reafirma ser inaceitável qualquer forma de violência política em sociedades democráticas e acompanha com atenção o pleno esclarecimento dos fatos.

Nota à imprensa nº 314, publicada em 13/07/2024

1.8. Fechamento das fronteiras na Venezuela

O governo brasileiro informa que, conforme a Resolução Conjunta dos Ministérios do Poder Popular para a Defesa e para as Relações Interiores, Justiça e Paz da Venezuela, publicada na Gazeta Oficial no. 6.825 de 23 de julho de 2024,

as fronteiras da Venezuela estarão fechadas de 12:01 a.m. (horário da Venezuela) de 26 de julho de 2024 até 8:00 a.m. de 29 de julho de 2024, no marco das medidas previstas para a organização das eleições presidenciais.

A Embaixada do Brasil informa que, em caso de necessidade de assistência consular, cidadãos brasileiros poderão acessar o portal consular ou acionar a Embaixada do Brasil em Caracas, por meio do telefone +58 414 3723337.

Nota à imprensa nº 333, publicada em 26/07/2024

1.9. Eleições e apuração na Venezuela

O governo brasileiro saúda o caráter pacífico da jornada eleitoral de ontem na Venezuela e acompanha com atenção o processo de apuração.

Reafirma ainda o princípio fundamental da soberania popular, a ser observado por meio da verificação imparcial dos resultados.

Aguarda, nesse contexto, a publicação pelo Conselho Nacional Eleitoral de dados desagregados por mesa de votação, passo indispensável para a transparência, credibilidade e legitimidade do resultado do pleito.

Nota à imprensa nº 336, publicada em 29/07/2024

1.10. Cessar-fogo no leste da República Democrática do Congo

O governo brasileiro recebeu, com satisfação, a informação sobre a realização, em 30 de julho, em Angola, de reunião entre os chanceleres da República Democrática do Congo (RDC) e de Ruanda, que resultou em acordo de cessar-fogo no leste da RDC, a partir de 4 de agosto.

O encontro foi realizado no âmbito do Processo de Luanda, mecanismo de diálogo mediado pelo Presidente de Angola, João Lourenço, e endossado pela União Africana, com vistas a alcançar solução negociada para a crise de segurança no leste da RDC.

Ao congratular os governos de Angola, República Democrática do Congo e Ruanda pelos esforços diplomáticos empreendidos, o governo brasileiro reitera o apoio a iniciativas regionais africanas com vistas à solução pacífica de conflitos no continente.

Nota à imprensa nº 345, publicada em 31/07/2024

1.11. 50 anos de relações Brasil-China

No dia 15 de agosto, Brasil e China celebram meio século de relações diplomáticas. Desde 1974, as diplomacias dos dois países construíram um relacionamento fundado no respeito, na confiança e na consecução de benefícios concretos para ambas as sociedades. Desde 2009, a China é o principal parceiro comercial do Brasil e tem sido uma das mais importantes fontes de investimento externo no País.

A relação bilateral está estruturada na Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), criada em 2004, no primeiro mandato do Presidente Lula, e foi alçada ao nível de parceria estratégica global em 2012. A visita de Estado do Presidente Lula à China, em abril de 2023, marcou nova fase das relações, com série de visitas bilaterais de alto nível, incluindo ministros, governadores e parlamentares.

A fim de comemorar o cinquentenário, será realizado seminário “Brasil-China 50 anos” no dia 15 de agosto, às 9h, no auditório Wladimir Murtinho do Palácio Itamaraty, que será transmitido pelo canal do youtube <https://www.youtube.com/@FunagBrasil>. Na ocasião, será também inaugurada exposição no Palácio Itamaraty e lançado livro sobre os principais resultados da parceria bilateral e as oportunidades futuras de cooperação.

Nota à imprensa nº 367, publicada em 14/08/2024

1.12. Renovação do mandato da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL)

O Brasil saúda a renovação hoje, pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, por período de um ano, do mandato da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL). A manutenção da UNIFIL reflete a importância e necessidade de se alcançar paz abrangente, justa e duradoura no Oriente Médio.

O governo brasileiro considera que a plena implementação do mandato da missão é fundamental para prevenir a escalada do conflito no sul do Líbano e no norte de Israel, bem como para contribuir para a busca de estabilidade na região. O Brasil reitera o chamado à cessação de hostilidades e conclama todos os atores envolvidos a exercer a máxima contenção ao longo da “Linha Azul” que separa Líbano e Israel.

O Brasil liderou a Força-Tarefa Marítima (FTM) da UNIFIL entre 2011 e 2021 e desdobrou quase 4.000 militares para a Missão durante aquele período. Atualmente o Brasil conta com 11 militares na UNIFIL.

Nota à imprensa nº 393, publicada em 28/08/2024

1.13. 75º Aniversário das Convenções de Genebra

O Ministério das Relações Exteriores e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), com apoio da Comissão Nacional para Difusão e Implementação do Direito Internacional Humanitário e da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), co-organizaram, em 3 de setembro, no Instituto Rio Branco, seminário em celebração ao 75º Aniversário das Convenções de Genebra de 1949. As Convenções de Genebra constituem o núcleo do direito internacional humanitário.

Foram realizados três painéis de discussão, que reuniram representantes governamentais, juristas, acadêmicos e especialistas do CICV, com o objetivo de reiterar a importância histórica das Convenções de Genebra e traçar balanço da sua implementação nos últimos 75 anos; debater as principais transformações observadas nos métodos e meios de guerra, não previstas inicialmente nas quatro Convenções de Genebra; discutir a regulação das novas tecnologias de guerra; e identificar os demais desafios à aplicação do direito internacional humanitário.

A sessão de encerramento do evento contou com a presença da senhora Janja Lula da Silva e da Secretária-Geral do Itamaraty, Embaixadora Maria Laura da Rocha, que reafirmou o compromisso do Brasil com o Direito Internacional Humanitário.

Participaram ainda o chefe da Delegação Regional do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), Alexandre Formisano, a Diretora de Operações para as Américas do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, Sophie Orr, e o embaixador da Suíça no Brasil, Pietro Lazzeri.

O evento ocorreu no Auditório do Instituto Rio Branco e pode ser encontrado no canal da FUNAG no Youtube: <https://www.youtube.com/funagbrasil>.

Nota à imprensa nº 399, publicada em 03/09/2024

1.14. Determinação de apreensão de candidato presidencial na Venezuela

Os governos de Brasil e Colômbia manifestam profunda preocupação com a ordem de apreensão emitida pela Justiça venezuelana contra o candidato presidencial Edmundo González Urrutia, no dia de ontem, 2 de setembro.

Esta medida judicial afeta gravemente os compromissos assumidos pelo Governo venezuelano no âmbito dos Acordos de Barbados, em que governo e oposição reafirmaram seu compromisso com o fortalecimento da democracia e a promoção de uma cultura de tolerância e convivência. Dificulta, ademais, a busca por solução pacífica, com base no diálogo entre as principais forças políticas venezuelanas.

Nota à imprensa nº 400, publicada em 03/09/2024

1.15. 45º Aniversário da Corte Interamericana de Direitos Humanos

O governo brasileiro celebra os quarenta e cinco anos da Corte Interamericana de Direitos Humanos, completados em 3 de setembro. Criada pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos, de 1969, a Corte foi instalada em 1979.

Desde o início de suas atividades, a Corte tem contribuído para o fortalecimento do sistema interamericano de direitos humanos e para a promoção e a proteção dos direitos humanos nos Estados-partes da Convenção Americana, por meio do impacto transformador das suas decisões.

O Brasil ratificou a Convenção Americana em 1992. Em 1994, o país elegeu o primeiro juiz brasileiro naquele tribunal, o Professor Antonio Augusto Cançado Trindade. Em 1998, o Estado brasileiro reconheceu a jurisdição obrigatória da Corte. Desde então, sediou quatro períodos ordinários de sessões da Corte em território nacional, o mais recente em maio de 2024.

Em 2021, foi eleito o juiz brasileiro Rodrigo Mudrovitsch, atual vice-Presidente da Corte.

Ao comemorar os 45 anos desse importante órgão regional, o Governo brasileiro reitera o compromisso de avançar na promoção e proteção dos direitos humanos e fortalecer seu relacionamento com a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Nota à imprensa nº 401, publicada em 05/09/2024

1.16. Representação dos interesses da Argentina na Venezuela

O governo brasileiro recebeu com surpresa a comunicação do governo venezuelano de que tenciona revogar o seu consentimento para que o Brasil proteja os interesses da Argentina na Venezuela.

De acordo com o que estabelecem as Convenções de Viena sobre Relações Diplomáticas e sobre Relações Consulares, o Brasil permanecerá com a custódia e a defesa dos interesses argentinos até que o governo argentino indique outro Estado aceitável para o governo venezuelano para exercer as referidas funções.

O governo brasileiro ressalta nesse contexto, nos termos das Convenções de Viena, a inviolabilidade das instalações da missão diplomática argentina, que atualmente abrigam seis asilados venezuelanos além de bens e arquivos.

Nota à imprensa nº 405, publicada em 07/09/2024

1.17. 180º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e Paraguai

Em comemoração ao 180º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, estabelecidas em 14 de setembro de 1844, os Ministérios das Relações Exteriores de ambos os países destacam a relação fraterna construída ao longo dos anos fundamentada em uma colaboração cada vez mais estreita, promovendo o desenvolvimento econômico, a integração regional e o bem-estar de ambos os Estados.

O Brasil é atualmente o maior sócio comercial e o principal investidor no Paraguai. Como Estados partes e membros fundadores do Mercado Comum do Sul (Mercosul), os dois países vêm impulsionando de forma constante a integração econômica bilateral e regional, mediante o estabelecimento de mecanismos e boas práticas que apontam para o desenvolvimento integral, bem como para o sucesso da prosperidade compartilhada entre povos irmãos.

As comunidades de brasileiros no Paraguai e de paraguaios no Brasil são expressivas. O intercâmbio comercial, acadêmico e cultural, assim como o dinamismo dos fluxos migratórios através da longa fronteira de mais de 1.300 km de extensão que divide os dois países, tem permitido que ambas as sociedades se beneficiem mutuamente e estreitem vínculos em prol de uma convivência harmônica e pacífica.

A ampliação da conectividade física por meio da construção de obras de infraestrutura é eixo fundamental do relacionamento bilateral. A finalização das obras da Ponte da Integração, entre as localidades de Foz do Iguaçu e Presidente Franco, bem como os avanços na construção da ponte sobre o rio Paraguai, entre Porto Murtinho e Carmelo Peralta, como parte do traçado do Corredor Bioceânico, evidenciam o compromisso tanto do Brasil como do Paraguai com a integração física em nível regional.

Este aniversário é ocasião propícia para refletir sobre os resultados alcançados, assim como para reafirmar o compromisso com metas futuras. Brasil e Paraguai são protagonistas de importantes iniciativas de cooperação, como na luta contra o crime organizado transnacional, na proteção do meio ambiente, na segurança, na educação e em infraestrutura, entre as quais se destaca a construção de ITAIPU Binacional, símbolo visionário de integração energética.

O governo da República Federativa do Brasil e o governo da República do Paraguai reiteram seu compromisso com a construção de um futuro comum, baseado na solidariedade, no respeito e na busca do desenvolvimento inclusivo em benefício de ambas as nações.

Nota à imprensa nº 414, publicada em 14/09/2024

1.18. Aprovação de resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a ilegalidade da ocupação israelense em território palestino

O governo brasileiro saúda a aprovação, hoje, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, de resolução sobre a ilegalidade da ocupação de territórios palestinos por Israel. A resolução baseia-se na opinião consultiva da Corte Internacional de Justiça sobre as políticas e práticas de Israel no território palestino ocupado, inclusive Jerusalém Oriental.

Mais de dois terços dos Estados Membros das Nações Unidas apoiaram a decisão, que contou com 124 votos a favor, 14 contra e 43 abstenções. A resolução contou com copatrocinio e voto favorável do Brasil. Trata-se do primeiro projeto de resolução apresentado na ONU pela Palestina, que tem o status de Estado observador não-membro junto à Organização, com prerrogativas adicionais conferidas pela Assembleia Geral em maio deste ano.

A resolução aprovada dispõe sobre modalidades e ações necessárias para implementar o parecer da Corte Internacional de Justiça de 19/7/24. Na ocasião, a Corte concluiu que as políticas e práticas de Israel em Jerusalém Oriental e na Cisjordânia equivalem à anexação de amplas parcelas do território palestino ocupado e constituem violação a sua obrigação de prevenir e combater a discriminação racial e o apartheid.

A resolução também determina que Israel ponha fim à sua presença ilícita no território palestino ocupado, em prazo de até 12 meses; cesse todas as violações ao direito internacional e ao direito internacional humanitário relacionadas à ocupação; bem como repare os danos causados aos palestinos. Também conclama os Estados e a ONU a não reconhecerem como lícitas as consequências da ocupação israelense.

O governo brasileiro considera que esse é mais um passo na direção de garantir o direito dos palestinos à autodeterminação com base na solução de dois Estados, com um Estado da Palestina independente e viável, convivendo lado a lado com Israel em paz e segurança.

O Brasil reconhece, desde 2010, o Estado da Palestina dentro das fronteiras de 1967, o que inclui a Faixa de Gaza e a Cisjordânia, tendo Jerusalém Oriental como sua capital. *O Brasil apoia firmemente o pleito da Palestina de tornar-se Estado membro das Nações Unidas.*

Nota à imprensa nº 423, publicada em 18/09/2024

1.19. Criação do “Grupo de Amigos da Paz” durante Reunião de Alto Nível de Países do Sul Global sobre o Conflito na Ucrânia

Por iniciativa de Brasil e China, foi realizada Reunião de Alto Nível de Países do Sul Global sobre o Conflito na Ucrânia, em 27/9, em Nova York. O encontro foi copresidido pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Mauro Vieira, o Assessor-Chefe da Assessoria Especial do Presidente da República, Embaixador Celso Amorim, e o Ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi. Participaram 16 chanceleres ou representantes de alto nível de países do Sul Global que buscam uma solução pacífica para o conflito na Ucrânia.

Em comunicado conjunto, África do Sul, Argélia, Bolívia, Brasil, Cazaquistão, China, Colômbia, Egito, Indonésia, México, Quênia, Turquia e Zâmbia manifestaram preocupação com o conflito na Ucrânia e com os sérios riscos de

escalada. Reiteraram, em especial, a centralidade de respeito aos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, inclusive o pleno respeito à soberania e à integridade territorial dos Estados.

Ao destacar a importância de soluções pacíficas para conflitos internacionais, os signatários chamaram as partes do conflito a observar princípios para uma desescalada e destacaram a importância de não expandir o campo de batalha e não intensificar os combates. Reiteraram a necessidade de respeito à soberania e à integridade territorial dos países. Anunciaram, além disso, a criação do “Grupo de Amigos da Paz” entre Representantes Permanentes daqueles países junto às Nações Unidas, que manterão contatos regulares para apoiar esforços globais em favor da paz duradoura.

O Brasil reiterou seu compromisso com os princípios da paz, do diálogo e do respeito ao direito internacional. Sublinhou o interesse brasileiro de apoiar o diálogo e a negociação entre as partes e lembrou que solução abrangente e sustentável para o conflito terá de basear-se na diplomacia e estar fundamentada nos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas.

Segue a íntegra do comunicado conjunto:

Os Ministros das Relações Exteriores e Altos Representantes de um grupo de países do Sul Global se reuniram à margem do Debate Geral da 79ª sessão da Assembleia Geral, em 27 de setembro de 2024. Ao final da reunião, África do Sul, Argélia, Bolívia, Brasil, Cazaquistão, China, Colômbia, Egito, Indonésia, México, Quênia, Turquia e Zâmbia emitiram o seguinte comunicado conjunto:

1. Estamos profundamente preocupados com a hostilidade em andamento na Ucrânia e os riscos de sua escalada. Estamos preocupados com os riscos e crises decorrentes desse conflito, que já afetou muitos países, incluindo aqueles do Sul Global.
2. Pedimos a observação dos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, respeitando a soberania e a integridade territorial dos Estados, respeitando as legítimas preocupações dos Estados e levando em consideração a necessidade de sustentar os princípios de paz, segurança e prosperidade.
3. Enfatizamos a importância de soluções pacíficas para todos os conflitos internacionais, enquanto continuamos a promover o espírito de solidariedade e parceria entre as nações, conforme enfatizado pelos princípios de Bandung, entre outros.

4. Ressaltamos a importância de apoiar uma solução duradoura pelas partes do conflito, por meio de uma diplomacia inclusiva e por meios políticos baseados na Carta das Nações Unidas. Encorajamos todos os lados a viabilizar as condições para tal solução. Tomamos nota dos “Entendimentos Comuns de Seis Pontos” entre a China e o Brasil sobre a resolução política da crise da Ucrânia (A/78/972) e outras iniciativas com esse objetivo.
5. Chamamos as partes do conflito a observar princípios para uma desescalada e destacamos a importância de não expandir o campo de batalha e não intensificar os combates.
6. Pedimos o aumento da assistência humanitária e da proteção de civis, incluindo mulheres e crianças. Infraestruturas civis, incluindo instalações nucleares pacíficas e outras instalações de energia, não devem ser os alvos de operações militares. Apoiamos os esforços de mediação para a troca de prisioneiros de guerra entre as partes do conflito.
7. Pedimos a abstenção do uso ou da ameaça de uso de armas de destruição em massa, especialmente armas nucleares, bem como armas químicas e biológicas. Todos os esforços devem ser envidados para prevenir a proliferação nuclear e evitar uma guerra nuclear. Todas as partes devem cumprir as leis e acordos internacionais relevantes e prevenir resolutamente acidentes nucleares provocados pelo homem.
8. Pedimos esforços para aumentar a cooperação internacional em energia, moedas, finanças, comércio, segurança alimentar e segurança de infraestruturas críticas, para proteger a estabilidade das cadeias industriais e de suprimentos globais.
9. Concordamos em continuar o engajamento e as consultas em diferentes níveis e com todas as partes. Decidimos orientar nossos Representantes Permanentes junto às Nações Unidas a formar um grupo de “amigos pela paz” com o objetivo de fomentar entendimentos comuns para apoiar os esforços globais para alcançar uma paz duradoura.

Nota à imprensa nº 454, publicada em 28/09/2024

1.20. Voo de repatriação de brasileiros no Líbano

O Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, determinou a realização de voo de repatriação de brasileiros no Líbano. A operação, coordenada pelo Itamaraty e pelo Ministério da Defesa, terá a data anunciada nos próximos dias, após análise das condições de segurança para o voo. O planejamento inicial da Força Aérea Brasileira prevê a decolagem do aeroporto de Beirute, que se encontra aberto.

A Embaixada no Líbano está tomando as providências necessárias para viabilizar a operação, em contato permanente com a comunidade brasileira e em estreita coordenação com as autoridades locais.

Nota à imprensa nº 458, publicada em 30/09/2024

1.21. Declaração do Secretário-Geral das Nações Unidas como “persona non grata”

O governo brasileiro lamenta e condena a decisão do governo de Israel, anunciada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Israel Katz, de declarar o secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, como “persona non grata”.

Tal ato prejudica fortemente os esforços da Organização das Nações Unidas em favor de um cessar-fogo imediato no Oriente Médio, da libertação imediata e incondicional de todos os reféns e de um processo que permita a concretização da solução de dois Estados, com um Estado da Palestina independente e viável convivendo lado a lado com Israel, em paz e segurança, dentro das fronteiras de 1967, o que inclui a Faixa de Gaza e a Cisjordânia, tendo Jerusalém Oriental como sua capital.

O ataque do governo de Israel a uma Organização que foi constituída para salvar a humanidade do flagelo e atrocidades da II Guerra Mundial e para proteger os direitos humanos fundamentais e a dignidade da pessoa humana não contribui para a paz e o bem-estar das populações israelense e palestina e afasta a região de uma solução pacífica.

Ao manifestar sua solidariedade ao Secretário-Geral António Guterres, o Brasil reafirma a importância das Nações Unidas, notadamente de sua Assembleia Geral e de seu Conselho de Segurança, nos esforços pelo cessar-fogo e por uma solução de dois Estados.

Nota à imprensa nº 463, publicada em 03/10/2024

1.22 Ataques israelenses à Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL)

O Brasil condena os ataques desferidos pelas forças armadas de Israel contra postos da missão de paz das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL). Os ataques ocorreram nas localidades de Naqoura, Labbouneh e Ras Naqoura, e resultaram no ferimento de dois capacetes azuis de nacionalidade indonésia e em danos à infraestrutura da missão.

A UNIFIL conta com mais de 10.000 militares provenientes de 50 estados membros das Nações Unidas, inclusive onze militares brasileiros.

O governo brasileiro recorda a obrigação de todas as partes no conflito de garantir a segurança e a proteção do pessoal e das instalações das Nações Unidas, bem como de respeitar a inviolabilidade dessas instalações em todos os momentos. Qualquer ataque deliberado contra as instalações da UNIFIL ou contra os capacetes azuis que atuam sob a bandeira das Nações Unidas é uma grave violação do Direito Internacional, do Direito Internacional Humanitário e da Resolução 1701 (2006) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que estabeleceu os termos do cessar-fogo que encerrou a guerra de 2006.

A UNIFIL foi estabelecida em 1978 pelo Conselho de Segurança para monitorar a cessação das hostilidades na fronteira entre Israel e o Líbano; apoiar as forças armadas libanesas no sul do Líbano para garantir que essa área não seja utilizada por grupos armados; ajudar na implementação das resoluções do Conselho de Segurança; facilitar o retorno de civis deslocados e prestar assistência humanitária; e apoiar o governo do Líbano na restauração de sua autoridade na área.

O governo brasileiro reitera sua condenação aos ataques israelenses contra zonas civis densamente povoadas no Líbano e renova seu apelo às partes envolvidas para que cessem imediatamente as hostilidades, de forma a interromper a preocupante escalada de violência na região.

Nota à imprensa nº 484, publicada em 10/10/2024

1.23. Legislação israelense contra as operações da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados Palestinos (UNRWA)

O governo brasileiro recebeu com grave preocupação a aprovação pelo parlamento israelense de leis que visam a inviabilizar as operações da Agência

das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados Palestinos (UNRWA) na Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental, e na Faixa de Gaza.

A medida ignora a gravidade da catástrofe humanitária em Gaza, as necessidades básicas dos palestinos nesses territórios e põe em risco a prestação de assistência humanitária internacional à população. Constitui, ademais, flagrante violação do direito internacional, confrontando inclusive decisões da Corte Internacional de Justiça, de caráter juridicamente vinculante, a respeito da obrigação da potência ocupante de garantir o acesso humanitário aos cidadãos dos territórios palestinos ocupados.

Os serviços prestados pela UNRWA, que cumpre mandato outorgado pela Assembleia Geral das Nações Unidas desde 1949, são imprescindíveis para milhões de palestinos que vivem sob ocupação israelense, sobretudo no presente contexto de prolongado conflito e crise humanitária na Faixa de Gaza.

O Brasil, atualmente à frente de uma das vice-presidências da Comissão Consultiva da UNRWA, reafirma o apoio à agência pelo indispensável papel desempenhado e insta o governo israelense a abster-se de implementar os referidos dispositivos legais, a fim de permitir a continuidade do trabalho da UNRWA e de seus funcionários em todos os Territórios Palestinos Ocupados.

Nota à imprensa nº 518, publicada em 29/10/2024

1.24. Manifestações de autoridades venezuelanas sobre o Brasil

O governo brasileiro constata com surpresa o tom ofensivo adotado por manifestações de autoridades venezuelanas em relação ao Brasil e aos seus símbolos nacionais.

A opção por ataques pessoais e escaladas retóricas, em substituição aos canais políticos e diplomáticos, não corresponde à forma respeitosa com que o governo brasileiro trata a Venezuela e o seu povo.

O Brasil sempre teve muito apreço ao princípio da não-intervenção e respeita plenamente a soberania de cada país e em especial a de seus vizinhos.

O interesse do governo brasileiro sobre o processo eleitoral venezuelano decorre, entre outros fatores, da condição de testemunha dos Acordos de Barbados, para o qual foi convidado, assim como para o acompanhamento do pleito de 28 de julho.

O governo brasileiro segue convicto de que parcerias devem ser baseadas no diálogo franco, no respeito às diferenças e no entendimento mútuo.

Nota à imprensa nº 528, publicada em 01/11/2024

1.25. Operação Raízes do Cedro – Envio de donativos do Brasil ao Líbano – Nota Conjunta MRE/MD/MS

O Brasil enviou neste sábado, 2 de novembro, nova doação de medicamentos e alimentos ao Líbano, que inclui cestas básicas arrecadadas pela Associação Unidos pelo Líbano (UpL), totalizando uma carga de 27,3 toneladas.

A operação é coordenada pelo Ministério das Relações Exteriores, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), em parceria com o Ministério da Saúde, o Ministério da Defesa, a Embaixada do Líbano em Brasília, o Consulado-Geral do Líbano em São Paulo e a UpL.

A Operação Raízes do Cedro, do Governo Federal, já possibilitou doações ao Líbano de oito cargas de medicamentos, insumos médico-hospitalares e envelopes para reidratação oriundos dos estoques públicos do SUS administrados pelo Ministério da Saúde, além de medicamentos e cestas básicas arrecadados pelas representações diplomáticas e consulares do Líbano no Brasil e doadas por empresas brasileiras.

As doações feitas pelo Ministério da Saúde atendem à demanda apresentada pela Embaixada do Líbano em Brasília, em setembro passado. A cooperação humanitária internacional do Brasil recorre a estoques públicos do Sistema Único de Saúde (SUS), administrado pelo Ministério da Saúde. Nesse contexto, doações são realizadas após análise técnica que assegura não haver risco de comprometimento do abastecimento nacional no âmbito do SUS.

Nota à imprensa nº 529, publicada em 04/11/2024

1.26. Segunda Reunião Sul-Americana de Diálogo entre Ministros da Defesa e das Relações Exteriores

Realizou-se em 5 de novembro de 2024, de modo virtual, a “Segunda Reunião Sul-Americana de Diálogo entre Ministros da Defesa e das Relações Exteriores”, sob a presidência colombiana do Consenso de Brasília.

Na ocasião, os Ministros das Relações Exteriores, Mauro Vieira, e da Defesa, José Múcio Monteiro Filho, reuniram-se com seus pares sul-americanos para avaliar a conjuntura internacional e regional na área de paz e segurança, bem como debater o fortalecimento da cooperação em assuntos estratégicos e entre as indústrias de defesa da América do Sul.

O evento integra o calendário de atividades realizadas no contexto de relançamento da integração sul-americana, conforme estabelecido no “Mapa do Caminho para a Integração da América do Sul”, aprovado no dia 5 de outubro de 2023, e dá seguimento à “Primeira Reunião Sul-Americana de Diálogo entre Ministros da Defesa e das Relações Exteriores”, que reuniu representantes dos 12 países da região, em Brasília, em 22 de novembro de 2023.

Na atual conjuntura de crescentes tensões mundiais, o Brasil considera o diálogo entre Ministros da Defesa e das Relações Exteriores da região importante contribuição para manter a América do Sul como zona de paz, segurança e cooperação.

Nota à imprensa nº 534, publicada em 05/11/2024

1.27. Reunião extraordinária da Mesa de Diálogos de Paz entre o governo da Colômbia e o Exército de Libertação Nacional

O governo brasileiro congratula-se com as delegações do governo da Colômbia e do Exército de Libertação Nacional (ELN) pela exitosa conclusão de reunião extraordinária da Mesa de Diálogos de Paz, realizada entre os dias 1º e 7 de novembro corrente, em Caracas.

O governo brasileiro, que participou na condição de garante do processo, manifesta satisfação com a perspectiva de seguimento dos diálogos e reitera sua confiança no avanço das negociações e na consecução de acordos destinados à superação da violência e à construção de uma paz sustentável e duradoura na Colômbia.

Nota à imprensa nº 540, publicada em 07/11/2024

1.28. Brasil entrega à ONU nova NDC alinhada ao Acordo de Paris

O vice- Presidente da República, Geraldo Alckmin, acompanhado da ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, e da secretária-geral

das Relações Exteriores, embaixadora Maria Laura da Rocha, entregou oficialmente nesta quarta-feira (13/11), às 17h (horário local de Baku), a nova Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do Brasil ao Secretário-Executivo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). O ato ocorreu durante a COP29, a conferência do clima das Nações Unidas realizada em Baku, Azerbaijão, de 11 a 22 de novembro.

A nova NDC estabelece a meta de reduzir as emissões líquidas de gases de efeito estufa do País entre 59% e 67% até 2035, em comparação aos níveis de 2005, o que equivale a alcançar entre 850 milhões e 1,05 bilhão de toneladas de CO₂ equivalente em termos absolutos. Esse compromisso reflete o alinhamento do Brasil com as metas do Acordo de Paris.

Com uma “meta em banda”, a NDC brasileira define como objetivo envidar todos os esforços para lograr uma ambiciosa redução de emissões líquidas de 67%, conforme explicitado acima, admitindo, no entanto, uma margem de variação caso se verifiquem alterações significativas nos cenários econômicos, de cooperação internacional e de avanços tecnológicos adotados na sua definição e que, portanto, podem influenciar sua execução até 2035.

Com base nessa nova NDC, os Planos Setoriais de Mitigação, em fase de elaboração e que deverão estar concluídos no primeiro semestre de 2025, estabelecerão valores absolutos de redução de emissões de todos os gases de efeito estufa e metas para todos os setores da economia brasileira. Dessa forma, o Brasil estará alinhado ao objetivo de neutralidade climática até 2050, e ao compromisso global de limitar o aquecimento a 1,5°C em relação ao período pré-industrial, conforme o Balanço Global acordado na COP28, em Dubai, em 2023.

Com base no Pacto entre os Três Poderes pela Transformação Ecológica, firmado em agosto de 2024, o compromisso climático do Brasil demonstra a determinação do Estado brasileiro em inaugurar um novo paradigma de desenvolvimento. Esse modelo busca conciliar ambições de prosperidade socioeconômica, justiça climática e equilíbrio, refletindo uma visão integrada de sustentabilidade que promove o crescimento econômico, a preservação ambiental e valoriza a cultura e as contribuições das práticas e estilos de vida dos povos originários.

O documento também foi concebido como plataforma de investimentos para canalizar recursos internacionais para a transformação ecológica baseada na inovação tecnológica, utilização consciente dos recursos naturais, elevação da produtividade econômica, geração de renda e emprego e redução das

desigualdades. Ao cumprir sua NDC, o Brasil aproveitará suas vantagens comparativas de sustentabilidade para ampliar e modernizar a estrutura produtiva nacional.

Como parte de um modelo de desenvolvimento sustentável para o Brasil, a nova NDC é orientada pelo Plano Clima. Em elaboração pelo Governo Federal desde 2023, o plano inclui eixos voltados à mitigação das emissões de gases de efeito estufa e à adaptação aos impactos das mudanças climáticas, com sete planos setoriais para mitigação e 16 para adaptação.

O Plano Clima é sustentado pelos mecanismos econômicos do Plano de Transformação Ecológica, incluindo a Plataforma Brasil de Investimentos Climáticos e para a Transformação Ecológica (BIP), o Programa Eco Invest Brasil, a Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB), os Títulos Soberanos Sustentáveis, o Fundo Clima, a reforma tributária, e o mercado regulado de carbono, o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE). Além disso, ações voltadas ao combate de desmatamento e à restauração florestal contarão com o apoio do Fundo Amazônia, do Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF, na sigla em inglês) e de iniciativas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), como o Arco da Restauração na Amazônia.

As reduções significativas no desmatamento da Amazônia e do Cerrado são resultados diretos do compromisso climático do Brasil, impulsionados por planos estratégicos como o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) e o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado). Entre agosto de 2023 e julho de 2024, o desmatamento na Amazônia foi reduzido em 30,6%, a maior queda proporcional em 15 anos, enquanto no Cerrado, a redução foi de 25,7%, chegando ao menor nível desde 2019. Essas reduções evitaram a emissão de 400,8 milhões de toneladas de CO₂ e reforçam o compromisso do país com a preservação dos biomas.

Elaborada com base na ciência mais atualizada, a nova NDC considerou as diretrizes estabelecidas no Plano Clima, desenvolvido por meio de um processo de consulta envolvendo governo, sociedade, setor privado, academia, estados e municípios.

A nova NDC marca o início de um ciclo de prosperidade econômica e social, lastreado em soluções de baixo carbono que promovem inovação tecnológica, uso consciente dos recursos naturais e geração de emprego. Com essas iniciativas, o Brasil visa não apenas cumprir seu compromisso

climático, mas também se tornar um polo de referência global em prosperidade, sustentabilidade e desenvolvimento.

Nota à imprensa nº 547, publicada em 13/11/2024

1.29. Lançamento da “Nova Parceria Brasil-EUA para a Transição Energética”

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, lançaram, em 19 de novembro, por ocasião da Cúpula de Líderes do G20, no Rio de Janeiro, a “Nova Parceria Brasil-EUA para a Transição Energética”.

Brasil e Estados Unidos contam com imenso potencial para liderar a transição energética global em algumas de suas frentes mais promissoras. O texto adotado no Rio de Janeiro está baseado no objetivo comum de criar economias mais competitivas, limpas, justas e resilientes, contribuindo para promover transições energéticas justas e inclusivas, gerar empregos de qualidade, reduzir emissões e alcançar as metas de 1,5°C, em conformidade com o Acordo de Paris.

A Nova Parceria prevê colaboração bilateral em três pilares principais: i) produção e implantação de energia limpa; ii) desenvolvimento da cadeia de suprimento de tecnologia de energia limpa; iii) industrialização verde.

Por meio deste novo instrumento, o Brasil e os Estados Unidos pretendem impulsionar a já significativa coordenação entre as instituições dos dois países, bem como alinhar incentivos e mobilizar financiamentos públicos, privados e de bancos multilaterais de desenvolvimento para gerar uma ampla gama de benefícios compartilhados.

Nota à imprensa nº 562, publicada em 19/11/2024

1.30. Reunião entre o Presidente Lula e o Presidente dos EUA, Joe Biden

A respeito da reunião bilateral entre o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente dos EUA, Joe Biden, à margem da Cúpula de Líderes do G20, no Rio de Janeiro, em 19/11, o Ministério das Relações Exteriores informa que trataram de temas bilaterais e multilaterais.

Na ocasião, discutiram a implementação da Parceria pelos Direitos dos Trabalhadores, lançada em 2023, e anunciaram uma nova Parceria para a Transição Energética. O Presidente Biden saudou a exitosa conclusão da presidência brasileira do G20 e agradeceu o convite para visitar a Amazônia brasileira, sublinhando o apoio dos Estados Unidos ao Fundo Amazônia e à presidência brasileira da COP30.

A conversa não tratou de situações específicas em terceiros países.

Nota à imprensa nº 567, publicada em 20/11/2024

1.31. Anúncio da conclusão das negociações do Acordo de Parceria entre o MERCOSUL e a União Europeia – Nota conjunta MRE, MDIC, MAPA, MMA

Em 6 de dezembro, os Presidentes de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai e da Comissão Europeia anunciaram a conclusão definitiva das negociações do Acordo de Parceria entre o MERCOSUL e a União Europeia. O anúncio foi feito por ocasião da LXV Cúpula do MERCOSUL, que se inicia na mesma data em Montevideú.

O Acordo de Parceria MERCOSUL-União Europeia, que passará agora pelo processo de preparação para sua assinatura, constitui o maior acordo comercial já concluído pelo MERCOSUL e uma das maiores áreas de livre comércio bilaterais do mundo. MERCOSUL e União Europeia reúnem cerca de 718 milhões de pessoas e economias que, somadas, alcançam aproximadamente US\$ 22 trilhões de dólares.

O anúncio da conclusão das negociações culmina processo iniciado em 2023, quando o MERCOSUL, sob a coordenação brasileira, e a União Europeia retomaram as tratativas birregionais. Nesses dois anos, foram realizadas, ao total, sete rodadas de negociações presenciais entre os dois blocos, todas em Brasília.

De forma inovadora, o Acordo abre oportunidades de comércio e investimentos sem comprometer a capacidade para a implementação de políticas públicas em áreas cruciais como saúde, desenvolvimento industrial e inovação. Sob a orientação do Presidente Lula, o texto do Acordo anunciado hoje assegura a preservação de espaço para políticas públicas em compromissos sobre compras governamentais, comércio no setor automotivo e exportação de minerais críticos. O Acordo também oferece mecanismos para lidar com

eventuais impactos negativos de medidas unilaterais que possam afetar exportações do MERCOSUL. Os dois blocos acordaram compromissos em matéria de desenvolvimento sustentável que adotam abordagem colaborativa e equilibrada, reconhecendo que os desafios nessa área são comuns e devem ser enfrentados de forma cooperativa.

O Acordo ainda contribui para aprofundar a integração regional do MERCOSUL, que comprova sua vocação como uma plataforma eficiente de inserção das economias de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai em mercados externos.

Além dos ganhos econômico-comerciais esperados, MERCOSUL e União Europeia compartilham valores e interesses em comum, como a defesa da democracia, a promoção dos direitos humanos, a defesa da paz e o compromisso com a sustentabilidade. O Acordo estabelece espaços de diálogo que permitirão maior coordenação entre as duas regiões nesses e outros temas.

Os textos acordados serão divulgados nos próximos dias.

Nota à imprensa nº 587, publicada em 06/12/2024

1.32. Aprovação de resolução sobre a Segunda Década Internacional para os Afrodescendentes (2025-2034) – nota conjunta MRE/MIR

A 79ª Assembleia Geral das Nações Unidas adotou hoje, 17 de dezembro, por consenso, resolução que proclama a Segunda Década Internacional para os Afrodescendentes, de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2034, sob o tema “reconhecimento, justiça e desenvolvimento”.

O Brasil apresentou o texto, junto a Colômbia, Costa Rica, Jamaica e Estados Unidos, que estende o Programa de Atividades da Primeira Década para implementação de medidas de inclusão das pessoas afrodescendentes e para combate ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e à intolerância correlata.

A Primeira Década contribuiu para a consolidação progressiva de agenda internacional para a promoção e defesa dos direitos das pessoas de ascendência africana. A proclamação da Segunda Década representa nova oportunidade para que pessoas afrodescendentes possam usufruir plena e efetivamente dos benefícios do desenvolvimento sustentável e de todos os seus direitos humanos.

O engajamento do Brasil nas atividades da Primeira Década e na proclamação da Segunda Década reflete a prioridade conferida pelo governo brasileiro a iniciativas de combate ao racismo e de promoção da igualdade racial.

Nota à imprensa nº 610, publicada em 17/12/2024

1.33. Solicitação à Corte Internacional de Justiça de opinião consultiva acerca das obrigações de Israel em relação às Nações Unidas

O governo brasileiro saúda a aprovação, em 19/12, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, de resolução que solicita à Corte Internacional de Justiça opinião consultiva acerca das obrigações de Israel em relação às Nações Unidas e outras organizações que prestam assistência humanitária no Território Palestino Ocupado.

O pedido destaca a necessidade de que sejam observadas as imunidades de funcionários de organizações internacionais atuantes na Palestina. Desde o início do conflito em Gaza, mais de 300 trabalhadores humanitários foram mortos, a maioria dos quais funcionários da Agência das Nações Unidas de Assistência e Obras para os Refugiados da Palestina no Oriente Próximo (UNRWA). Instalações das Nações Unidas na região também foram atingidas por ataques israelenses.

Ataques deliberados contra trabalhadores humanitários e instalações das Nações Unidas são inaceitáveis e constituem grave violação do Direito Internacional, do Direito Internacional Humanitário e das resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Mais de dois terços dos Estados Membros das Nações Unidas apoiaram a decisão, que contou com 137 votos a favor, 12 contrários e 22 abstenções. A resolução teve copatrocinio e voto favorável do Brasil.

O Brasil reafirma a importância das Nações Unidas, notadamente de sua Assembleia Geral e de seu Conselho de Segurança, nos esforços pelo cessar-fogo em Gaza e por uma solução de dois Estados, com um Estado da Palestina independente e viável, convivendo lado a lado com Israel, em paz e segurança, dentro das fronteiras de 1967, o que inclui a Faixa de Gaza e a Cisjordânia, tendo Jerusalém Oriental como sua capital.

Nota à imprensa nº 617, publicada em 20/12/2024

1.34. Eleição do Brasil para a Comissão para Consolidação da Paz das Nações Unidas

O Brasil foi eleito, por aclamação, em 19 de dezembro, para mais um mandato, 2025-2026, como integrante do Comitê Organizacional da Comissão para Consolidação da Paz das Nações Unidas (PBC).

Criada em 2005, a PBC tem como objetivo coordenar os esforços internacionais no enfrentamento de desafios interdependentes nos campos da segurança e do desenvolvimento. Busca enfrentar as causas subjacentes dos conflitos, para a promoção da paz sustentável e duradoura.

Em 2024, o Brasil ocupou a presidência da PBC e defendeu o fortalecimento da Comissão, em especial seu papel para a prevenção de conflitos. A presidência brasileira da PBC promoveu discussões sobre o futuro da Comissão e lançou as bases para o processo de revisão da arquitetura de consolidação da paz, a realizar-se em 2025.

O Brasil foi ator importante nas negociações que resultaram na criação da PBC em 2005 e está presente ininterruptamente no órgão desde 2010.

Nota à imprensa nº 619, publicada em 21/12/2024

2. COMUNICADOS CONJUNTOS

2.1. Comunicado Conjunto da XXIX Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – São Tomé, 19 de julho de 2024

1. A XXIX Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) decorreu em São Tomé, no dia 19 de julho de 2024, e contou com a participação dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores, ou seus representantes, da República de Angola, da República Federativa do Brasil, da República de Cabo Verde, da República da Guiné-Bissau, da República da Guiné Equatorial, da República de Moçambique, da República Portuguesa, da República Democrática de São Tomé e Príncipe, da República Democrática de Timor-Leste, e do Secretário Executivo da CPLP.
2. O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades de São Tomé e Príncipe, Gareth Guadalupe, conduziu os trabalhos na condição de Presidente em exercício do Conselho de Ministros e anfitrião da Reunião.
3. No debate geral sobre o tema «O Impacto da Mobilidade Juvenil no Espaço da CPLP para o Fortalecimento de Economias Sustentáveis», os Ministros, relembrando o lema da Presidência, “Juventude e Sustentabilidade na CPLP”, reconheceram a importância da mobilidade académica para o conhecimento mútuo das sociedades. Destacaram como resultados dos impactos das ações e programas de mobilidade o enriquecimento académico e cultural proporcionado pela vivência universitária; as soluções compartilhadas para problemas comuns resultantes das pesquisas conjuntas e intercâmbios de conhecimentos; o desenvolvimento das áreas ligadas ao desenvolvimento sustentável a partir da pesquisa académica conjunta; e o fortalecimento e o alcance da Língua Portuguesa.

4. Apelaram à continuação da concertação entre os Estados-Membros para promover a certificação cruzada entre cursos de ensino superior e o lançamento do programa de intercâmbio de estudantes universitários CPLP “Frátria”. Reconheceram ainda a importância do crescimento de redes de escolas com currículos de Estados CPLP noutros Estados CPLP, notando a importância de facilitar a mobilidade laboral de professores e criação em geral de condições para o incremento destas redes.
5. Recordaram a Declaração de São Tomé, adotada pela XIV Conferência de Chefes de Estado e de Governo, em 27 de agosto de 2023, saudaram os progressos já realizados para executar os compromissos assumidos e encorajaram o Secretariado Executivo da CPLP e os Estados-Membros a continuarem o diálogo e concretização de medidas com vista à sua plena execução.
6. Congratularam-se com a celebração do 28.º aniversário da Declaração Constitutiva da CPLP e reiteraram o seu compromisso com os primados da paz, do Estado de direito, da democracia, dos direitos humanos e da justiça social, com vista ao reforço dos laços de solidariedade, fraternidade e da cooperação comunitária ao serviço do desenvolvimento socioeconómico dos Estados-Membros em prol do bem-estar dos seus povos.
7. Recordaram a adoção da revisão dos Estatutos da CPLP pela XVI Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros, realizada em Luanda, a 27 de março de 2023, e reiteraram o compromisso de envidar esforços no sentido da ratificação pelos Estados-Membros.
8. Registaram, com satisfação, a progressiva afirmação internacional da CPLP através da presença da Organização em fora internacionais, saudando a concertação para a definição de posicionamentos comuns e a ampla afirmação e divulgação da Língua Portuguesa.
9. Tomaram nota, com satisfação, das Reuniões Ministeriais Setoriais e encontros organizados para a concretização dos objetivos e da Visão Estratégica da Comunidade, desde a XIV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP.
10. Saudaram a realização das reuniões técnicas e as atividades de consolidação do objetivo geral de Cooperação Económica da CPLP, incentivando o reforço da implementação da Agenda Estratégica

para a Consolidação da Cooperação Económica e Empresarial da CPLP 2022-2027.

11. Saudaram a implementação do Acordo sobre Mobilidade entre os Estados-Membros da CPLP, enquanto firme passo no sentido de se constituir uma verdadeira Comunidade de povos, abrindo caminho, designadamente, à circulação de pessoas, cultura, valores, princípios e conhecimento;

Nesta senda, felicitaram Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique e Portugal, pela entrada em vigor de alterações ao seu ordenamento jurídico para execução do Acordo, bem como São Tomé e Príncipe, cuja legislação já previa a livre circulação dos cidadãos da CPLP, e encorajaram todos os Estados-Membros a continuar a promover a sua implementação, dentro do princípio da flexibilidade variável nele consagrado.

12. Tomaram nota com apreço do Relatório do Secretário Executivo de agosto de 2023 a julho de 2024 e do Relatório do Diretor Executivo do IILP (2023-2024), apresentados pelo Secretário Executivo da CPLP e pelo Diretor Executivo do IILP.

No âmbito da concertação político-diplomática, os Ministros:

13. Cientes dos impactos e efeitos nefastos das alterações climáticas, reiteraram solidariedade e apoio às populações fustigadas por desastres naturais, que provocaram um número assinalável de perdas humanas e de infraestruturas vitais, agravando as circunstâncias sanitárias, económicas e sociais das populações, com especial incidência na província de Nampula, em Moçambique, e no Rio Grande do Sul, no Brasil.
14. Recordaram a necessidade de cooperação entre Estados-Membros CPLP para combater as alterações climáticas e promover a adoção de energias renováveis e neste contexto saudaram a existência de instrumentos de financiamento inovadores como os Fundos Climáticos e Ambientais, financiados através de pagamento de dívida bilateral, já formalizados entre Portugal e Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, sublinhando os compromissos assumidos pelos países desenvolvidos no marco do artigo 9.º do Acordo de Paris.
15. Saudaram São Tomé e Príncipe por ter acolhido, nos dias 1 e 2 de julho de 2024, a Conferência Sub-Regional sobre Alterações

Não-Constitucionais de Governo, reafirmando a sua adesão aos princípios de Estado de Direito democrático.

16. Congratularam Sua Excelência João Manuel Gonçalves Lourenço, Presidente da República de Angola, pela sua liderança exemplar, na qualidade de Presidente em Exercício da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), no biênio 2023-2024, cuja sua eficiência e eficácia, impulsionou a implementação de programas e projetos destinados a aprofundar a integração regional da SADC, na trajetória rumo ao desenvolvimento socioeconómico sustentável e inclusivo, sublinhando a devoção aos esforços que asseguram a concretização e a manutenção da paz e da estabilidade na região, como pilar fundamental para a concretização dos anseios dos países e povos da África Austral;

Manifestaram apreço a Sua Excelência João Manuel Gonçalves Lourenço, Presidente da República de Angola e atual Presidente da Conferência Internacional para a Região dos Grandes Lagos (CIRGL) e Campeão da União Africana para a Paz e Reconciliação em África, pelos seus esforços contínuos na qualidade de Mediador designado pela União Africana para facilitar o diálogo entre a República Democrática do Congo (RDC) e o Ruanda, com vista a reduzir as tensões que afetam a segurança no Leste da RDC, em busca da paz e segurança duradouras naquela região;

Congratularam-se com as atividades desenvolvidas pela Presidência de Angola na Organização dos Estados da África, Caraíbas e Pacíficos (OEACP), triénio 2022-2025, visando à mitigação dos efeitos das alterações climáticas, a boa governação, a transparência e a valorização da produção interna de cada país, através de parcerias com instituições internacionais;

Realçaram a importância da aprovação do Acordo de Samoa, Ápia, assinado no dia 15 de novembro de 2023, na qual foi renovada a parceria entre a OEACP-UE, após um longo período de negociação;

Acolheram com satisfação a eleição de Angola à Primeira Vice-Presidência da União Africana, durante a 37.ª Sessão Ordinária da Assembleia dos Chefes de Estados da União Africana, que decorreu no dia 17 de fevereiro de 2024, em Addis Abeba, Etiópia.

17. Congratularam-se com o 10.º aniversário da adesão da Guiné Equatorial como membro de pleno direito da CPLP, por ocasião da X Conferência de Chefes de Estado e de Governo, realizada, em Díli, Timor-Leste, a 23 de julho de 2014;

Na sequência da Resolução sobre a Concretização do Programa de Apoio à Integração da Guiné Equatorial na CPLP 2021-2022, aprovada pela XXVIII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros, realizada em São Tomé, a 25 de agosto de 2023, resultante da anterior reunião do Conselho de Ministros, felicitaram a Guiné Equatorial pelo esforço de planeamento da nova etapa de cooperação e pelo alargamento da designação dos Pontos Focais para todos os setores de Cooperação;

Saudaram a realização, nos dias 9 e 10 de julho de 2024, em Malabo, do Seminário de Capacitação dos Pontos Focais Nacionais, solicitado pela Guiné Equatorial e promovido pelo Secretariado Executivo e pelo Brasil, através da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), com o objetivo de reforçar o conhecimento e a capacidade técnica dos pontos focais setoriais nacionais no acompanhamento e aprofundamento da cooperação nas respetivas áreas de competência, contribuindo assim para a efetiva participação da Guiné Equatorial nas diversas reuniões estatutárias e para a concretização da nova etapa do processo de plena integração;

Tomaram boa nota da decisão da XXLVIII Reunião dos Pontos Focais de Cooperação da CPLP de realizar a sua XXLIX Reunião e do Seminário de Capacitação de Pontos Focais Setoriais, em Malabo, em 2025, o que traduz uma participação mais efetiva na dinâmica da Organização;

Congratularam-se com todos os esforços na expansão da Língua Portuguesa na Guiné Equatorial, que contou com o apoio inestimável do Camões, I.P., e do Brasil, e com a revisão dos currículos de ensino, a criação de uma Licenciatura em Língua Portuguesa na Universidade Nacional, a introdução da disciplina de Português no ano letivo 2024/2025, com a formação de funcionários e membros do Governo em leitura e compreensão do Português, bem como o intercâmbio de funcionários do Governo com São Tomé e Príncipe (30), Cabo Verde (40) e Angola (40);

Saudaram a realização de uma campanha de recolha de livros e manuais em Língua Portuguesa, que contou com a solidariedade do Governo português e o apoio de todos os Estados-Membros, para a dotação de obras neste idioma nas escolas e bibliotecas da Guiné Equatorial;

Saudaram a Guiné Equatorial pelas ações concretas adotadas para fortalecer o pilar económico da CPLP, que contribuíram para a integração económica entre os Estados-Membros e para o desenvolvimento sustentável do país.

18. Congratularam-se com a assinatura do protocolo de adesão de Timor-Leste à Organização Mundial de Comércio (OMC), reconhecidas as

oportunidades criadas pela inserção de Timor-Leste na economia global, na liberalização do comércio, no acesso aos mercados internacionais e na consolidação do seu processo de negociação para adesão à Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN);

Nesta senda, acolheram com satisfação os relatos sobre os progressos empreendidos pelo Governo de Timor-Leste, designadamente no estabelecimento de relações diplomáticas com os Estados-Membros da ASEAN e na aprovação dos diferentes instrumentos de natureza política, legislativa e administrativa, bem como na promoção da capacitação dos seus recursos humanos nacionais para plena integração do país num espaço que assume crescente protagonismo económico e estratégico a nível mundial.

19. Reiteraram que a legitimidade democrática resultante da realização de eleições regulares, livres e pacíficas é essencial para o Estado de Direito, assim como para a criação de instituições representativas e para a afirmação dos Direitos Humanos.
20. Reafirmaram a importância das Missões de Observação Eleitoral (MOE) da CPLP no acompanhamento dos processos eleitorais e enquanto instrumento privilegiado de concertação político-diplomática e de visibilidade da Organização.
21. Congratularam-se com a entrada em funcionamento do Secretariado Permanente da Assembleia Parlamentar da CPLP (AP-CPLP), em Luanda, mediante a criação de condições técnicas e logísticas por parte de Angola, cuja ação permitirá reforçar o inequívoco contributo da Assembleia Parlamentar na prossecução dos objetivos da CPLP, aprofundar a cooperação interparlamentar e fortalecer o diálogo interinstitucional;

Saudaram a nomeação do seu primeiro Secretário Permanente, Pedro Ela Nguema Bea, indicado pelo Senado da Guiné Equatorial na qualidade de Presidência em exercício da AP-CPLP, bem como a nomeação da Secretária Permanente Adjunta, indicada pela Assembleia Nacional de Angola;

Registaram com satisfação a realização da Reunião da Primeira Comissão de Política, Estratégia, Legislação, Cidadania e Circulação da Assembleia Parlamentar da CPLP, realizada em Luanda, nos dias 15 e 16 de janeiro de 2024.

22. Incentivaram os Grupos CPLP a prosseguir a realização de atividades conjuntas com vista ao incremento da afirmação internacional da Organização e à promoção dos seus objetivos.

23. Reafirmaram o compromisso da CPLP com o multilateralismo, no entendimento de que o diálogo é a melhor via para a criação de soluções pacíficas para todo o tipo de conflitos e para a promoção de relações de amizade e de cooperação entre os povos.
24. Expressaram a sua profunda preocupação com o conflito em curso na Ucrânia e apelaram à retoma do caminho da paz e das relações pacíficas entre os Estados, com estrita observância dos princípios do direito internacional, incluindo a Carta das Nações Unidas, entre os quais o respeito pela soberania, pela integridade territorial, pela autodeterminação dos povos e pela resolução pacífica dos conflitos. Apelaram a todos os atores a criarem condições para a retoma do diálogo e a promoverem a desescalada da situação.
25. Reafirmaram a sua profunda preocupação com o conflito em Gaza e a gravidade da situação humanitária. Apelaram a um cessar-fogo imediato em Gaza, onde mais de 50% da população tem menos de 18 anos, à libertação de todos os reféns e a um aumento significativo e sustentado da ajuda humanitária;

Instaram ainda as Partes a cumprirem com suas obrigações perante o Direito Internacional, em particular a implementação efetiva das Resoluções relevantes da Assembleia Geral das Nações Unidas e do Conselho de Segurança, em especial a Resolução 2737 (2024) sobre Cessar-Fogo Imediato, Integral e Completo, bem como as decisões pertinentes do Tribunal Internacional de Justiça;

Reiteraram o seu empenho numa paz duradoura e sustentável, conforme as Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, e baseada na solução de dois Estados – o Estado de Israel e um Estado da Palestina independente – coexistindo lado a lado, em condições de paz, segurança e reconhecimento mútuo;

Manifestaram a sua preocupação com a ocupação de terras na Cisjordânia por parte de Israel, pois que ações dessa natureza constituem obstáculos ao estabelecimento de uma paz sustentável no quadro do respeito pelo Direito Internacional.

26. Manifestaram a sua profunda preocupação com o conflito em Myanmar e com as violações dos direitos humanos naquele país, nos termos das Resoluções n. 55/20 e 56/01 do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas;

Reiteraram o seu total apoio aos esforços pacíficos desenvolvidos para a restauração da ordem constitucional democrática naquele país visando a aplicação do Consenso de Cinco Pontos da ASEAN, através do diálogo entre todos os intervenientes.

27. Reiteraram o empenho na projeção da CPLP através da apresentação de candidaturas dos seus Estados-Membros a cargos e funções em organizações internacionais, manifestando o endosso da CPLP às seguintes candidaturas, no âmbito do sistema das Nações Unidas:

- Da Sr.^a Leticia Carvalho, do Brasil, para o cargo de Secretária-Geral da Autoridade Internacional para Fundos Marinhos (ISA) para o mandato 2025-2028, na 29.^a Sessão do Conselho da Assembleia da ISA, a realizar-se de 15 de julho a 2 de agosto, em Kingston, Jamaica;
- Do Brasil, ao Conselho da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISA), para o mandato 2025-2028, nas eleições que deverão decorrer durante a 29.^a Assembleia da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, em Kingston, Jamaica, em julho de 2024;
- De Portugal ao Conselho da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISA) para o mandato 2025-2028.

28. Recordaram o endosso da CPLP às candidaturas de:

- Portugal (biénio 2027-2028) a membros não permanentes no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), nas eleições previstas para junho 2026.

29. Saudaram o acolhimento por Portugal do X Fórum Global da Aliança das Civilizações das Nações Unidas, que terá lugar de 25 a 27 de novembro de 2024 em Cascais, encorajando a CPLP e os Membros – que integram o grupo de amigos da Aliança das Civilizações – a fazerem-se representar no evento a um nível elevado.

30. Reiteraram a necessidade de se avançar na reforma das Nações Unidas, em particular do CSNU, com vista a reforçar a sua representatividade, legitimidade e eficácia, por meio da incorporação de novos membros permanentes e não permanentes e do aprimoramento dos métodos de trabalho do órgão;

Reafirmaram o seu apoio à aspiração do Brasil de ocupar um assento permanente num Conselho de Segurança das Nações Unidas ampliado, recordando os termos do Comunicado Final da II Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP (Salvador, 1997) e das Declarações de Chefes de Estado e de Governo aprovadas em São Tomé (2004), Bissau (2006), Lisboa (2008), Luanda (2010), Maputo (2012), Díli (2014), Brasília (2016), Santa Maria (2018), Luanda (2021) e São Tomé (2023);

Renovaram o apoio à aspiração do continente africano de estar representado, com a categoria de membro permanente, no Conselho de Segurança das Nações Unidas, conforme refletido no “Consenso de Ezulwini”;

Expressaram a sua intenção de trabalhar juntos para alcançar resultados significativos no Pacto para o Futuro, a ser adotado na Cúpula para o Futuro, em setembro de 2024, e saudaram a iniciativa do Brasil de lançar, na presidência do G20, um Chamado à Ação pela reforma da governança global.

31. Encorajaram os Observadores Associados a renovarem a sua parceria com a CPLP à luz do novo Regulamento dos Observadores Associados, aprovado na XIV Conferência de Chefes de Estado e de Governo, contribuindo, assim, para reforçar a cooperação entre ambas as partes, mediante a implementação do Plano de Parceria;

Tomaram boa nota da visita de trabalho do Secretário Executivo e dos Representantes Permanentes à Geórgia, realizada entre os dias 25 e 27 de maio, no quadro da celebração dos dez anos da atribuição da categoria de Observador Associado àquele país, bem como das celebrações do Dia Mundial da Língua Portuguesa, promovidas pela Universidade Estatal de Tbilisi.

32. Decidiram aprovar a concessão da categoria de Observador Consultivo às seguintes entidades: Associação Galega da Língua (AGAL); Associação Portuguesa de Recursos Hídricos (APRH); Associação de Consultores Financeiros Certificados Portugal (Associação CFA Portugal); Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida (CNECV); Federação Portuguesa de Ginástica (FPG); Fundação Biblioteca Nacional (FBN) (Brasil), Instituto Brasileiro de Direito da Família (IBDFAM), Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (IPESPE) (Brasil);

Reiteraram o compromisso de aproximação à sociedade civil e tomaram boa nota das iniciativas desenvolvidas pelas Comissões Temáticas dos Observadores Consultivos da CPLP.

No âmbito da cooperação, os Ministros:

33. Reafirmaram o seu compromisso com a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como marcos fundamentais para promover o desenvolvimento sustentável nas suas dimensões económica, social e ambiental, e reiteraram que a erradicação da pobreza permanece como objetivo central nos esforços de cooperação na CPLP.
34. Reconheceram as oportunidades de cooperação triangular geradas por instrumentos financeiros internacionais, como o Fundo Especial da CPLP e o Fundo de Cooperação Triangular Portugal-América Latina-África, impulsionando a cooperação multirregional.
35. Salientaram a prioridade que deve ser atribuída à proteção ambiental no espaço de cooperação promovido pelo Plano Estratégico de Cooperação em Ambiente da CPLP (PECA CPLP), designadamente no que diz respeito ao desenvolvimento de atividades que contribuam para o combate aos efeitos adversos provocados pelas alterações climáticas, perda da biodiversidade, aumento da poluição e degradação ambiental generalizada;

Saudaram o grau de execução do Plano de Ação 2023-2025 da Reunião de Ministros do Ambiente da CPLP, que pretende contribuir para o alargamento da projeção internacional da CPLP – por via da participação crescente dos Estados-Membros em encontros internacionais relevantes para o processo de tomada de decisão no domínio da política internacional de Ambiente – e recomendaram a realização da X Reunião dos Ministros do Ambiente até ao final de 2024;

Incentivaram a participação dos Estados-Membros no VIII Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa, que acontecerá no período de 21 a 25 de julho de 2025, em Manaus, no Brasil, sob o tema: “Educação ambiental e ação local: respostas à emergência climática, justiça ambiental, democracia e bem viver”.

36. No domínio dos recursos hídricos alistaram a importância de realização da III Reunião de Ministros e Autoridades Responsáveis pela Água, prevista para outubro de 2024, salientando as contribuições para a cooperação comunitária no setor geradas pelas atividades que decorrem da implementação do projeto “Apoio à Gestão e ao Monitoramento de Recursos Hídricos nos Países de Língua Portuguesa”, executado

com o apoio técnico da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico do Brasil (ANA), como por exemplo a “Elaboração do Plano de Formação e Matérias de Gestão de Recursos Hídricos e Saneamento nos Países da CPLP”.

37. Destacaram a importância da promoção e proteção dos direitos humanos e da solidariedade partilhada na CPLP como vetores essenciais para promoção da paz, da inclusão social e no combate a todas as formas de discriminação, e o desenvolvimento sustentável e, nesse âmbito:

- Assinalaram a participação do Secretário Executivo na Sessão de Alto-Nível da 55ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas e a realização da “Conferência Internacional 75 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos: visões para a CPLP”, realizada pela CPLP, no dia 5 de dezembro de 2023, que refletiu sobre o papel atual e futuro da CPLP na agenda dos Direitos Humanos;
- Destacaram o nível de diálogo e parceria mantida com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) e o reforço da articulação com esta entidade;
- Saudaram a realização da 1.ª Reunião da “Rede de Pontos Focais de Direitos Humanos dos Estados-Membros da CPLP”, realizada em plataforma eletrónica, a 19 de junho de 2024, no âmbito da “Resolução sobre a criação da Rede de Pontos Focais de Direitos Humanos dos Estados-Membros da CPLP”, aprovada pela XIV CCEG, em agosto de 2023.

Registaram com agrado o nível de execução da quarta fase do “Programa de Capacitação dos Sistemas Estatísticos Nacionais dos Países de Língua Portuguesa, 2019-2026”, que contribui para o reforço das instituições e a capacitação dos quadros dos países da CPLP nas áreas de intervenção abrangidas, constituindo-se como instrumento promotor de oportunidades de diálogo, partilha de boas práticas, e de capacitação, tanto ao nível técnico como estratégico, incrementando o papel das estatísticas oficiais na tomada de decisões informadas a nível das políticas indispensáveis ao desenvolvimento e progresso das sociedades;

Saudaram a cooperação de cariz técnico que tem sido desenvolvida na área das Infraestruturas e dos transportes, salientando a importância do Programa de Capacitação de Laboratórios de Engenharia Civil da CPLP, no

âmbito do qual têm sido desenvolvidas ações essenciais para a capacitação dos Laboratórios de Engenharia Civil dos Países da CPLP.

38. Notaram a necessidade de proceder a uma revisão do Plano Estratégico de Cooperação em Energia da CPLP (PECE-CPLP) e de realizar a III Reunião de Ministros de Energia da CPLP, cujo último encontro ocorreu em novembro de 2017, reconhecendo o contributo que a “Série de Seminários de Energia e Clima da CPLP – O contributo dos mecanismos de financiamento climático para acelerar a transição energética dos países da CPLP”, iniciada em julho de 2024 com o apoio da Comissão Temática de Energia de Observadores Consultivos da CPLP, emprestará para esse fim.

39. Incentivaram a concretização de avanços mais consistentes na execução do “Plano Estratégico de Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres da CPLP (PECIGEM-CPLP)”, sublinhando que a promoção da igualdade de género e o empoderamento de todas as mulheres e meninas é essencial para o desenvolvimento da CPLP e para a plena implementação da Agenda 2030 e os ODS. Nesse quadro, apontaram a articulação com a Secretaria-Geral da SEGIB, visando a tradução para português e atualização de conteúdos do Manual do Curso “Eu sei sobre género: uma introdução à igualdade de género no Sistema Ibero-Americano e na CPLP”.

40. Registaram a dinamização da cooperação intracomunitária na área da Juventude e Desporto, cumprimentando a decisão da XIV Conferência de Ministros da Juventude e Desporto da CPLP, realizada em Luanda, em 30 de novembro de 2023, de alinhar o seu sistema de rotatividade da Presidência ao modelo geral da CPLP;

Congratularam-se com a realização da X Bienal de Jovens Criadores da CPLP, em Portugal, no último trimestre de 2024, e com a XII edição dos Jogos Desportivos da CPLP, que se realizará em Díli e Ermera, entre 17 e 27 de julho de 2025, enquanto evento âncora da XVI Conferência de Ministros da Juventude e Desporto da CPLP, em Díli, 19 de julho de 2025.

41. No domínio da saúde, assinalaram o reforço da cooperação em saúde e o bom grau de execução do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP (PECS-CPLP) 2023-2027, nomeadamente por via da materialização:

- Da 1.ª Conferência “One Health/Uma Só Saúde” da CPLP, que se realizou no Sal, em Cabo Verde, entre 12 e 14 de outubro de 2023;

- Do Seminário “Preparação para Emergências em Saúde Pública no âmbito do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde (PECS) da CPLP”, organizado pelo Ministério da Saúde do Brasil na sede da CPLP, entre 21 e 23 de novembro de 2023;
 - Do “Seminário Online Diálogos da Cooperação em Saúde na CPLP – Desafios na Implementação da Saúde Digital nos Países da CPLP”, organizado pela Secretária-Geral do Ministério da Saúde de Portugal, a 15 de maio de 2024;
 - Do I Congresso de Bancos de Leite Humano da CPLP, que decorreu em Luanda, entre 13 e 16 de maio de 2024;
 - Da II Reunião da Rede de Escolas Nacionais de Saúde Pública da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (RENSP-CPLP), que decorreu no INS de Moçambique, entre 16 e 17 de maio de 2024;
 - Do apoio institucional para a realização da “Conferência de Saúde Pública da Lusofonia”, a realizar em Lisboa, em novembro de 2024;
 - Do acolhimento da I Conferência da CPLP sobre Cuidados de Saúde Primários (CSP), que se prevê realizar em novembro de 2024, na sede da CPLP;
 - Da I Conferência Internacional da Doença falciforme, no dia 19 de junho de 2024, realizada na Sede da CPLP, em celebração do Dia Internacional da Anemia Falciforme.
42. Recordaram, a importância atribuída à Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (ESAN-CPLP) na definição de medidas para combater a insegurança alimentar nos Estados-Membros da Comunidade e manifestaram a sua preocupação com o agravamento da insegurança alimentar global, em decorrência, entre outros fatores, da redução nos níveis de abastecimento e aumento do preço dos alimentos, insumos e serviços da cadeia de produção alimentar e seus impactos nos países em desenvolvimento. Nesse espaço tomaram boa nota da articulação com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Brasil (CONSEA), que possibilitou a presença dos participantes no CONSAN-CPLP no Seminário Internacional “Governança democrática dos sistemas alimentares para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada”, realizado no dia 10 de dezembro de 2023, no contexto da 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional,

que decorreu entre 11 e 14 de dezembro de 2023, em Brasília, sob o tema “Erradicar a fome e garantir direitos com Comida de Verdade, Democracia e Equidade”. Destacaram ainda a importância da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, proposta pela Presidência Brasileira do G20, como uma iniciativa complementar para apoiar a implementação das ações previstas no Plano de Atividades da ESAN-CPLP;

Tomaram nota, igualmente, da participação de representantes dos Estados-Membros no XXVIII Congresso Brasileiro de Alimentação e Nutrição, realizado em São Paulo, no período de 21 a 24 de maio de 2024, a convite do Ministério da Saúde do Brasil e da Agência Brasileira de Cooperação;

Saudaram a importância das sinergias geradas pelos resultados alcançados nos diferentes Grupos de Trabalho do G20, com a participação de Angola e Portugal, , como convidados da presidência de turno brasileira, com destaque para a promoção da Cooperação Sul-Sul e Triangular, incluindo a realização de uma das reuniões técnicas multirregionais de cooperação triangular, em Lisboa, à margem da reunião anual de Cooperação Triangular;

Salientaram a relevância de fortalecer a articulação entre os Estados-Membros da CPLP no desenvolvimento de ações que promovam a resiliência às alterações climáticas e a transição para sistemas de produção alimentar mais sustentáveis para enfrentar os desafios globais relacionados com a segurança alimentar e nutricional, levando em conta as diferentes circunstâncias e condições nacionais de produção agropecuária.

43. Saudaram a execução do projeto “Cooperação no domínio do Turismo no contexto da CPLP – Fase 2 – 2020-2023”, que procura materializar as atividades propostas pelo Plano Estratégico de Cooperação em Turismo da CPLP 2016-2026 (PECTUR-CPLP), aprovado pela XI Reunião de Ministros do Turismo da CPLP (RMTUR), realizada a 3 de maio de 2022, em Luanda, nomeadamente no domínio da capacitação e formação.
44. Congratularam-se com a aprovação e a assinatura da “Carta da CPLP de Direitos e Princípios em Ambientes Digitais” que, no âmbito da “Agenda Digital da CPLP”, contribuirá para promover a cooperação na obtenção de apoio para o desenvolvimento e a transformação digital da CPLP, de forma ética, sustentável e resiliente, e para a edificação de uma Sociedade da Informação (SI) centrada na pessoa, justa, equitativa, inclusiva e segura;

Registaram, com satisfação, a realização, no dia 26 de junho de 2024, do XIV Fórum das Comunicações da CPLP, no Porto, Portugal, em estreita colaboração com a Associação de Reguladores das Comunicações e Telecomunicações (ARCTEL) da CPLP, que exerce o Secretariado Permanente da Reunião de Ministros das Comunicações da CPLP, subordinado ao tema “Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e o Sector das Comunicações”, que reuniu peritos de diversas entidades, entre as quais reguladores, operadores e academia, onde se debateu o contributo do sector das comunicações (eletrónicas, correios e digital) para o cumprimento dos ODS e da Agenda 2030 das Nações Unidas;

Anotaram a aprovação do Plano de Ação de Governação Eletrónica 2023-2025, aprovado pela II Reunião Interministerial da Governação Eletrónica da CPLP, que estabelece como objetivo geral “contribuir para que cidadãos e empresas tenham serviços públicos melhores e mais acessíveis, através da melhoria do funcionamento das administrações públicas a nível nacional e local”.

45. Congratularam-se com a celebração dos 20 anos de atividade do Centro de Análise Estratégica e com a apresentação do livro “25 Anos de Cooperação de Defesa na CPLP”, tendo manifestado o seu apreço pelo trabalho desenvolvido por cada um dos diretores do Centro na consolidação de uma visão estratégica da CPLP para o setor da Defesa;

Saudaram a realização de ações de formação promovidas pelo Instituto Universitário Militar de Portugal no âmbito da Célula de Coordenação Civil-Militar (CIMIC), com vista à capacitação das Forças Armadas dos Estados-Membros para uma eventual participação conjunta em operações de paz;

Congratularam igualmente a realização da 5.^a Edição do Colégio de Defesa, pela Escola Superior de Defesa do Brasil, entre os dias 4 e 22 de março de 2024, subordinada ao tema da CIMIC, temática esta igualmente contemplada no Exercício da Série FELINO, que se realizou em Portugal, entre os dias 17 e 28 de junho de 2024, no formato forças no terreno, precedido do formato na carta, realizado na Guiné-Bissau, entre 5 e 20 de outubro de 2023;

Registaram, com satisfação, a realização do X Fórum de Saúde Militar, em estreita colaboração com o Secretariado Executivo da CPLP, nos dias 20 e 21 de fevereiro de 2024, na sede da CPLP, permitindo fortalecer a cooperação e a dinâmica de trabalho das Redes da CPLP no setor da saúde e reforçando o diálogo e sinergias com o PECS-CPLP 2023-2027.

46. Saudaram a realização da XVIII Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa, que decorreu em São Tomé,

a 9 de abril, e sublinharam a oportunidade das discussões havidas relativamente à importância dos documentos notariais para o aprimoramento da cooperação jurídica na Comunidade, destacando, a propósito, a necessidade de soluções para garantir a segurança jurídica, especialmente tendo em conta as exigências decorrentes do Acordo de Mobilidade entre os países da CPLP;

Congratularam-se com a criação de uma Comissão de Trabalho sobre o Reforço do Notariado para a Fiabilidade e Segurança Jurídica dos Documentos no espaço da CPLP, visando congregar esforços para a criação de um sistema mais harmonizado no domínio do direito dos registos e do notariado, especialmente relevante à luz daquele Acordo;

Salientaram a aprovação da Declaração e o Plano de Ação da Cooperação Jurídica e Judiciária no Combate aos Crimes que Afetam o Ambiente, em especial os Crimes Contra a Vida Selvagem, e elogiaram as ações constantes do Plano de Ação, que consideraram alinhadas com as preocupações dos diversos Estados da Comunidade;

Recordaram a realização da X edição da Reunião das Instituições Públicas de Assistência Jurídica dos Países de Língua Portuguesa – RIPAJ, que decorreu em São Tomé, a 6 de dezembro de 2023, dedicada ao tema “Acesso à assistência jurídica nos sistemas de justiça criminal/Atuação das instituições públicas de assistência jurídica na proteção da população carcerária”, bem como a troca de experiências e boas práticas havida entre as instituições participantes.

47. Saudaram a realização do “Seminário sobre a aplicação do Acordo Internacional sobre Conservação e Uso sustentável da Biodiversidade Marinha em Áreas além da Jurisdição Nacional (BBNJ)”, nos dias 13 e 15 de maio de 2024, numa iniciativa conjunta entre o Secretariado Executivo da CPLP, a Direção Serviços Organizações Económicas Internacionais, da Direção Geral de Política Externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, a Divisão dos Oceanos e Direito do Mar das Nações Unidas, (UN/DOALOS) e a Fundação Oceano Azul de Portugal; e os esforços em curso visando a realização da “2ª Conferência de Hidrografia da CPLP”, que se prevê concretizar em novembro de 2024, no Mindelo, em Cabo Verde, com o apoio do Instituto Hidrográfico de Portugal e o Instituto Marítimo e Portuário de Cabo Verde e da Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha do Brasil.

48. Destacaram o XV Congresso da Associação dos Portos da Língua Oficial Portuguesa (APLOP), que se encontra agendado para os dias 30 e 31 de outubro de 2024, na cidade do Porto, no qual serão debatidos temas de interesse comum do setor portuário, tais como a legislação do setor ou a transição energética dos portos, bem como a apresentação do trabalho desenvolvido no âmbito de dois grupos constituídos por representantes dos portos dos países da CPLP, um sobre a temática do Direito Marítimo e Portuário e um outro sobre a temática da Inovação e Sustentabilidade.
49. Enalteceraam os avanços da cooperação comunitária no setor do trabalho e assuntos sociais que permitiram as ratificações da Convenção Multilateral de Segurança Social da CPLP por Timor-Leste, a 11 de setembro de 2023, por Portugal, a 30 de outubro de 2023 e a realização, até ao final de 2024, de uma 4.ª Reunião Técnica para a Negociação do Acordo Administrativo para a aplicação da Convenção Multilateral. Destacaram a aprovação do “Plano Estratégico de Cooperação para o Trabalho e Assuntos Sociais da CPLP (PECTAS-CPLP – 2024-2030)” pela I Reunião Extraordinária dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP (RMTAS), realizada na sede da CPLP a 19 de abril de 2024. Registaram o bom grau de execução do “Plano de Ação da CPLP para o Combate ao Trabalho Infantil 2021-2025” bem como das deliberações relacionadas com os temas da Inspeção do Trabalho e Segurança e Saúde no Trabalho. Destacaram, ainda, o nível de diálogo mantido com o Escritório em Lisboa da Organização Internacional do Trabalho e com a Associação Internacional de Segurança Social (AISS).
50. Reafirmaram o empenho em aprofundar novas modalidades de formação e capacitação no domínio técnico-policial das Forças e Serviços de Segurança dos Estados-Membros, enquanto vetor relevante para a construção de uma matriz identitária da CPLP na área policial e da segurança interna; e recomendaram a realização da VI Reunião dos Ministros do Interior/Administração Interna, com a brevidade possível.
51. Tomaram nota, com apreço, da realização da XLVII e da XLVIII Reuniões dos Pontos Focais de Cooperação (RPFC), em Díli, nos dias 14 e 15 de março de 2024, e em S. Tomé, nos dias 15 e 16 de julho de 2024, que contribuíram para consolidar a reflexão conjunta sobre o enquadramento estratégico da cooperação da CPLP, reforçar a

capacitação dos pontos focais setoriais e acompanhar o grau de execução das atividades financiadas pelo Fundo Especial da CPLP. Registaram ainda a intenção dos Pontos Focais de Cooperação de reforçar as capacidades nacionais em gestão e práticas da cooperação internacional para o desenvolvimento.

No âmbito da ação cultural, promoção e difusão da língua portuguesa, os Ministros:

52. Registaram, com satisfação, o êxito das celebrações do Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP e Dia Mundial da Língua Portuguesa, em 2024, em torno do tema «Juventude, igualdade de género, digitalização e desenvolvimento sustentável: desafios para o futuro da CPLP», sublinhando a relevância da língua portuguesa para o desenvolvimento sustentável;

Saudaram a realização da sessão solene das comemorações do Dia Mundial da Língua Portuguesa em São Tomé, organizada pela segunda vez fora da sede da CPLP, promovendo um sentido renovado de pertença cultural entre os Estados-Membros, tendo contado com a participação de altas individualidades do Estado anfitrião e dos Ministros da Cultura dos Estados-Membros da CPLP, bem como do Secretário Executivo da CPLP;

Congratularam-se com a realização do concerto Mulheres da Lusofonia, em Lisboa, no dia 15 de maio de 2024, em comemoração do Dia Mundial da Língua Portuguesa, que contou com o apoio institucional da CPLP e reuniu cantoras de destaque dos países membros, numa celebração da herança cultural partilhada e dos esforços em prol da igualdade de género;

Expressaram regozijo pela riqueza, diversidade de atividades e iniciativas promovidas pelos Estados-Membros, especialmente pelos Grupos CPLP, Observadores Associados, Organizações Internacionais, Observadores Consultivos e outras entidades da Sociedade Civil, congratulando-se pelo engajamento conjunto na celebração do Dia Mundial da Língua Portuguesa em 2024.

53. Congratularam-se com o êxito do “Concurso de Escrita Criativa – Dia Mundial da Língua Portuguesa”, uma iniciativa integrada no Plano Estratégico de Cooperação Multilateral em Educação, que proporcionou uma plataforma valiosa para os alunos do 10.º ano de estabelecimentos de ensino da Rede Escolas Amigas da CPLP explorarem o tema “Juventude e Sustentabilidade para o futuro da CPLP”, estimulando não só a criatividade e o pensamento crítico

dos alunos, mas também promovendo a profunda reflexão sobre o papel dos jovens na construção de um futuro sustentável para a CPLP, reforçando assim o compromisso da CPLP com a promoção da educação, cultura e língua portuguesa como veículo de união entre os seus povos;

Reconheceram os notáveis progressos na implementação do projeto-piloto da Rede de Escolas Amigas da CPLP.

54. Saudaram, no contexto do Dia Mundial da Língua Portuguesa e do Dia da Cultura na CPLP, a inédita celebração com os Observadores Associados e com os Observadores Consultivos da CPLP, realizada respetivamente nos dias 14 e 21 de maio, na sede da CPLP, bem como a realização do seminário “À conversa com Escritores da CPLP”, envolvendo alunos dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico/fundamental de estabelecimentos de ensino da Rede de Escolas Amigas da CPLP;

Tomaram boa nota da realização da XIII Reunião Ordinária de Ministros da Cultura da CPLP (São Tomé, 7 de maio de 2024), sob o tema “Mobilidade dos agentes e circulação de bens culturais no espaço da CPLP: desafios e perspetivas para as indústrias culturais”, destacando a aprovação do Plano de Ação de Cooperação Cultural Multilateral da CPLP (2024-2026);

Incentivaram os Estados-Membros a manterem firmes os esforços para concluir o compromisso de financiamento do PAV III, essencial para fortalecer e impulsionar o setor audiovisual na CPLP, visto que a concretização desse compromisso evidencia o empenho coletivo no desenvolvimento e promoção da diversidade cultural e também representa um avanço significativo na consolidação das capacidades técnicas e institucionais necessárias para fomentar a produção, distribuição e difusão de conteúdos audiovisuais a nível global;

Congratularam-se com a assinatura do Protocolo de Cooperação entre a CPLP, o IBERMÚSICAS, a FUNARTE do Brasil e a DGARTES de Portugal, estimulando a implementação do projeto “Viagens pela Música de Língua Portuguesa”, visando assegurar a mobilidade artística dos músicos, investigadores, compositores e outros agentes culturais ligados à música de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste para além das fronteiras da CPLP;

Tomaram boa nota da decisão de São Tomé e Príncipe de acolher a “IV edição da Capital da Cultura da CPLP”, no quadro das celebrações do 5 de maio de 2025, concretizando o compromisso decorrente da assunção da Presidência em exercício da CPLP e destacando a relevância da iniciativa para consolidar

um espaço para a promoção das indústrias culturais e criativas, intercâmbio e empreendedorismo entre os países de Língua Portuguesa.

55. Saudaram a realização do V Encontro das Agências Reguladoras do Ensino Superior dos Estados-Membros da CPLP, realizado em São Tomé, nos dias 2 e 3 de maio de 2024, subordinado ao tema “Ciência e Inovação no Ensino Superior e Empregabilidade”, que reafirmou o compromisso na cooperação multilateral para fortalecer os sistemas nacionais de avaliação da qualidade e acreditação da educação superior, conforme a Resolução sobre a Garantia da Qualidade, Avaliação e Acreditação de Cursos de Educação Superior nos Países da CPLP, adotada em Santa Maria, em 16 de julho de 2018;

Congratularam São Tomé e Príncipe pela criação da Agência Reguladora do Ensino Superior, enaltecendo o valor da cooperação e do trabalho em rede na comunidade, e pelo acolhimento da Primeira Assembleia Geral do Fórum das Agências Reguladoras do Ensino Superior da CPLP, provendo uma base sólida para o fortalecimento dos sistemas nacionais de avaliação e acreditação da educação superior, exemplificando o poder transformador da união e do esforço conjunto em prol de um ensino superior de excelência nos países da CPLP;

Saudaram os progressos alcançados no projeto “Repositório Científico da CPLP / Portal de Acesso Aberto da CPLP”, que demonstram o poder da cooperação e visão conjunta na transformação do acesso ao conhecimento na nossa comunidade, congratulando Angola pelo acolhimento da 1.ª Conferência da CPLP sobre Ciência Aberta, realizada no dia 12 de junho em Luanda, que proporcionou um espaço vital para o debate sobre a gestão da ciência e a partilha de experiências globais e dos Estados-Membros;

Tomaram boa nota da realização do primeiro dos três seminários no âmbito da criação e gestão de repositórios científicos, realizado em Luanda, nos dias 13 e 14 de junho de 2024, que promoveu o reforço da capacitação dos Estados-Membros, destacando assim a importância da cooperação multilateral e a capacidade da CPLP de fomentar o progresso científico e a inovação, inspirando um futuro mais próspero e equitativo para todos;

Saudaram o lançamento oficial do Repositório Angolano de Acesso Aberto (RAnAA), no quadro da 1.ª Conferência da CPLP sobre Ciência Aberta, que simboliza um marco significativo na democratização do conhecimento, oferecendo ao país uma importante infraestrutura tecnológica que permite

o acesso e a divulgação científica, e destacando o papel crucial da cooperação multilateral na promoção da inovação e do progresso científico;

Tomaram boa nota dos avanços dos Grupos de Peritos Nacionais para a criação do Observatório do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP e da Rede das Agências de Financiamento da Ciência dos Estados-Membros da CPLP, que evidenciam o compromisso conjunto na promoção da cooperação e no fortalecimento das capacidades científicas e tecnológicas na comunidade.

56. Tomaram boa nota das iniciativas elencadas nos Planos de Ação de Cooperação Multilateral dos Setores da Educação (2022-2024), da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (2022-2023) e da Cultura (2024-2026).

57. Tomaram boa nota do trabalho desenvolvido pelo IILP e na sequência da recandidatura apresentada por Portugal, saudaram a renovação do mandato por mais dois anos (biénio 2025 a 2026) do Dr. João Laurentino Costa Pinho Neves como Diretor Executivo do IILP;

Saudaram a realização da XX Reunião Ordinária do Conselho Científico do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), a forma como decorreram os seus trabalhos e as reflexões e decisões aí tomadas, reafirmando-se, deste modo, a centralidade do IILP, no contexto da CPLP, em matéria da gestão multilateral e colaborativa da promoção e difusão da língua portuguesa como língua global, pluricontinental e pluricêntrica. Neste âmbito, e na sequência da proposta de São Tomé e Príncipe, saudaram a recondução da Dr.^a Abigail Tiny Cosme no cargo de Presidente do Conselho Científico do IILP;

Congratularam-se, em particular, com a diversificação e o crescimento significativo de projetos aprovados no âmbito do Plano de Atividades para 2025 submetido pelo Diretor Executivo, construindo-se, deste modo, uma proposta que, alinhando-se com as grandes questões e desafios em torno da promoção da língua portuguesa, vem reforçar a trajetória de criação valor para a instituição e para a intervenção que realiza nos diferentes eixos em que esses desafios se colocam;

Reconhecendo a importância das Comissões Nacionais do IILP para as dinâmicas da instituição e a dinamização dos projetos em curso, afirmaram o comprometimento dos Estados-Membros com a criação ou a dinamização das referidas Comissões Nacionais como parte do seu compromisso, assim reiterado, com o IILP;

Destacaram a importância da reflexão que, através dos seus órgãos competentes, o IILP irá encetar no sentido de aperfeiçoar a estruturação orgânica e o funcionamento da instituição ao nível dos seus estatutos;

Tomaram boa nota do trabalho desenvolvido pelo Instituto Guimarães Rosa e Camões – Instituto da Cooperação e da Língua na condução dos respetivos programas de leitorado.

No âmbito dos Assuntos Económicos e Empresariais, os Ministros:

58. Tomaram boa nota da realização dos encontros técnicos que contaram com o apoio do Secretariado Executivo, o que contribuiu para a melhoria da estruturação do acompanhamento técnico das ações previstas na Agenda Estratégica para a Consolidação da Cooperação Económica na CPLP 2022-2027, reconhecendo a ampla participação dos Estados-Membros.
59. Registaram, com satisfação, a realização da reunião do Grupo de Peritos para o Estudo e Avaliação dos Instrumentos Financeiros nos Estados-Membros da CPLP; do II e III Diálogos sobre Pequenos Negócios e Empreendedorismo no âmbito da CPLP, realizados respetivamente em Luanda, de 22 a 24 de novembro de 2023, e em Brasília e São Paulo, de 9 a 12 de julho de 2024; do Fórum das Agências de Promoção de Comércio e Investimento da CPLP; da Reunião Técnica entre Instituições do Tesouro e Gestores da Dívida Pública da CPLP, e das reuniões técnicas entre autoridades aduaneiras e sobre legislações fiscais dos países de Língua Portuguesa e, igualmente, das reuniões técnicas tripartidas e conjuntas entre Pontos Focais da CPLP para a Economia, Comércio e Finanças (ECOMFIN), e apelam a um maior esforço de participação de todos os Estados-Membros, para que todos beneficiem de sinergias com vista a uma maior convergência entre as instituições existentes.
60. Saudaram, ainda, a criação do Fórum das Instituições de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas da CPLP, em Brasília, no dia 10 de julho de 2024, com vista a uma relação colaborativa entre instituições de apoio às micro, pequenas e médias empresas dos Estados-Membros para a partilha de experiências e boas práticas, a promoção de iniciativas de formação e o desenvolvimento da capacidade institucional nos Estados-Membros.
61. Tomaram nota, com satisfação, da realização do seminário internacional “Construindo juntos a inovação em agricultura e finanças para um

amanhã sustentável”, realizado em Francisco Beltrão, no Brasil, de 5 a 7 de junho de 2024, organizado pela Confederação Nacional das Cooperativas Centrais de Crédito e Economia Familiar e Solidária (CRESOL), que possibilitou a reflexão nos Estados-Membros sobre o papel das microfinanças e cooperativas no acesso a recursos financeiros por agricultores e comunidades rurais.

62. Os Ministros aprovaram os seguintes documentos:

- a) Resolução sobre a Concessão da Categoria de Observador Consultivo da CPLP;
- b) Resolução sobre a Operacionalização da Nova Visão Estratégica da CPLP 2016-2026;
- c) Resolução sobre o Acompanhamento da Ratificação e Implementação de Convenções Celebradas entre os Estados-Membros da CPLP;
- d) Resolução sobre o Reforço do Diálogo e da Cooperação da CPLP com as Organizações Internacionais;
- e) Resolução sobre o “Regimento Interno do Conselho de Ministros da CPLP”;
- f) Resolução sobre a implementação do “Acordo Internacional sobre a Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Marinha das Áreas Não Sujeitas à Jurisdição Nacional (BBNJ)” nos Estados-Membros da CPLP;
- g) Resolução sobre a Ratificação da Convenção Multilateral de Segurança Social da CPLP;
- h) Resolução sobre o Plano de Atividades da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (ESAN-CPLP);
- i) Resolução sobre a criação da Rede da CPLP de Programas de Treinamento em Epidemiologia de Campo (Rede CPLP-FETP);
- j) Resolução sobre a Rede de Escolas Amigas da CPLP;
- k) Resolução sobre a Consolidação Económica e Empresarial da CPLP;
- l) Resolução sobre os Serviços Jurídicos e de Protocolo do Secretariado Executivo da CPLP;
- m) Resolução de Revisão do Guia de Procedimentos Financeiros da CPLP;

- n) Resolução sobre o Orçamento de Funcionamento do Secretariado Executivo da CPLP para o ano de 2025;
 - o) Resolução sobre o Orçamento do Instituto Internacional da Língua Portuguesa para o ano de 2025;
 - p) Resolução sobre o Relatório Conjunto de Auditoria às Contas de 2022 do Secretariado Executivo da CPLP;
 - q) Resolução sobre os Relatórios de Auditoria Financeira e de Conformidade ao IILP referentes aos anos de 2020 e 2021;
 - r) Resolução sobre o Orçamento Retificativo do IILP para o exercício de 2024.
63. Os Ministros agradeceram e aceitaram a disponibilidade da República da Guiné-Bissau para acolher, a 17 de julho de 2025, a XXX Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP.
64. Os Ministros felicitaram o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, na pessoa do Ministro Gareth Guadalupe, pela organização da XXIX Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP.

Feito e assinado em São Tomé, a 19 de julho de 2024

Pela República de Angola

Téte António

Ministro das Relações Exteriores

Pela República Federativa do Brasil

Mauro Vieira

Ministro das Relações Exteriores

Pela República de Cabo Verde

Rui Alberto de Figueiredo Soares

Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Integração Regional

Pela República da Guiné-Bissau

Carlos Pinto Pereira

Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação Internacional e das Comunidades

Pela República da Guiné Equatorial

Tito Mba Ada
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Guiné Equatorial em
Portugal e Representante Permanente junto da CPLP
Pela República de Moçambique
Osvalda Joana
Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária de Moçambique em São
Tomé e Príncipe
Pela República Portuguesa
Paulo Rangel
Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros
Pela República Democrática de São Tomé
e Príncipe
Gareth Guadalupe
Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades
Pela República Democrática de Timor-Leste
Bendito dos Santos Freitas
Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação

Nota à imprensa n.º 320, publicada em 19/07/2024

2.2. Aliança Global contra a Fome e a Pobreza – documento fundacional, Rio de Janeiro, 24 de julho de 2024

1. Avaliando os desafios urgentes e o progresso insuficiente na eliminação da fome e da pobreza Dado os níveis persistentemente altos de fome e pobreza global, nós, representantes dos membros do G20 e países convidados, nos reunimos no Rio de Janeiro, em 24 de julho de 2024, para a Reunião Ministerial da Força-Tarefa para o estabelecimento de uma Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. Com base no legado de presidências anteriores do G20 e fluxos de trabalho relevantes do G20, incluindo as trilhas de Finanças e Sherpas do G20, bem como em diversos esforços internacionais recentes relacionados à promoção do desenvolvimento sustentável, reafirmamos o imperativo de acabar com a fome e a pobreza e estamos comprometidos

em acelerar ainda mais a implementação plena e efetiva da Agenda 2030 e a realização de seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como o único roteiro globalmente aceito sobre o assunto. Reconhecemos que o mundo sofreu retrocessos significativos na consecução dos ODS 1 (erradicar a pobreza) e 2 (fome zero), entre outros ODS, devido a desafios intensificados pela mudança climática, perda de biodiversidade, pandemia de COVID-19, desacelerações e recessões econômicas, interrupção das cadeias de suprimentos, conflitos e outras facetas da crise global multidimensional. Notamos com alarme o primeiro aumento na pobreza extrema e na desigualdade em mais de duas décadas. Aproximadamente 712 milhões de pessoas viviam em extrema pobreza em 2022, 23 milhões a mais do que em 2019, com taxas mais altas afetando os países mais pobres, e crianças sendo desproporcionalmente afetadas, sendo duas vezes mais propensas que os adultos a viverem em extrema pobreza. A desigualdade de riqueza e renda dentro de muitos países tem crescido há décadas, e a distribuição de renda entre os países começou a se tornar mais desigual desde a pandemia. Este aumento na pobreza global é o maior observado desde 1990 e provavelmente o maior aumento desde a Segunda Guerra Mundial. Embora os níveis de pobreza global tenham diminuído desde 2020. Expressamos profunda preocupação com o estado da insegurança alimentar e da má-nutrição em todo o mundo. Segundo o relatório de 2024 sobre o Estado da Insegurança Alimentar no Mundo (SOFI), lançado hoje no Rio, até 733 milhões de pessoas enfrentaram a fome em 2023, com mais de 2,8 bilhões de pessoas no mundo – ou mais de um terço da população mundial – incapazes de pagar por uma dieta saudável. Mais de 152 milhões de pessoas enfrentaram a fome em 2023 em comparação a 2019, antes da pandemia. 26,7% eram mulheres, evidenciando uma lacuna de gênero na insegurança alimentar e na má-nutrição em todo o mundo. 148 milhões de crianças com menos de cinco anos foram afetadas pela má-nutrição e 37 milhões estavam acima do peso. 28,9% da população mundial enfrentava insegurança alimentar moderada ou grave e 282 milhões de pessoas em 59 países/territórios em crise alimentar enfrentam elevados níveis de insegurança alimentar grave. Reconhecemos que a fome e a má-nutrição são manifestações perversas de pobreza estrutural e multidimensional e da desigualdade. Apesar dos esforços nacionais e internacionais em andamento para aliviar a pobreza e a fome, a ausência ou insuficiência de políticas

nacionais e internacionais eficazes e proteção social, juntamente com a capacidade limitada de recursos domésticos e internacionais para abordar e aliviar a pobreza, exacerba a fome e a tripla carga da má-nutrição, privando as pessoas que vivem em pobreza e em situações vulneráveis dos meios para produzir ou acessar alimentos suficientes e adequados e dietas saudáveis. Estamos preocupados que a cobertura da proteção social permaneça extremamente baixa em muitos países e para pessoas em situações vulneráveis. Embora a pobreza na infância seja sentida mais imediatamente e brutalmente pelas próprias crianças, a pobreza infantil tem impactos mais amplos nas sociedades e economias. A fome e a má-nutrição, incluindo seus impactos de curto e longo prazo na saúde e no desenvolvimento social e cognitivo, por sua vez, reforçam e perpetuam a pobreza e a desigualdade ao longo das gerações. Reconhecemos que a luta contra a fome, a pobreza, a má-nutrição e as desigualdades pode ser acelerada com o progresso na consecução da igualdade de gênero e no empoderamento de mulheres e meninas, em consonância com o ODS. Mulheres e meninas em diversas situações e condições¹ são desproporcionalmente afetadas pela fome e a má-nutrição devido a vários fatores socioeconômicos, incluindo estereótipos e preconceitos de gênero, normas, atitudes e comportamentos que perpetuam a desigualdade de gênero, acesso interrompido a meios de subsistência e responsabilidades de cuidado, entre outros fatores. A divisão do trabalho na maioria das sociedades atribui a maior parte do trabalho de cuidado não remunerado, incluindo o cuidado infantil, cuidado de longo prazo, preparação de refeições, agricultura de subsistência e compra de alimentos, às mulheres e meninas. As mulheres estão ativamente engajadas em sistemas agrícolas e alimentares² como produtoras e empreendedoras. A persistência da discriminação contra as mulheres no acesso à terra, financiamento, mercado de trabalho, proteção social e ao poder de decisão, incluindo na política, constitui barreiras fundamentais para alcançar um mundo livre da fome, má-nutrição e pobreza. Reconhecemos que as consequências da pobreza, fome e má-nutrição também são uma preocupação econômica

1 Ao longo deste documento, "mulheres e meninas" pode ser lido em conjunto com "independentemente de idade, deficiência, raça, etnia, origem, religião ou status econômico ou outro."

2 Agricultura é definida como o setor amplo que abrange o cultivo de culturas, criação de gado, silvicultura e pesca, visando a produção de alimentos, fibras e outros bens. Inclui a produção de culturas, criação de animais, manejo florestal e aquíicultura.

crítica, gerando custos significativos para as famílias, sistemas de saúde e economias, especialmente para os países em desenvolvimento. O ciclo vicioso da fome e da pobreza reduz a produtividade econômica e o potencial para um crescimento sustentável e inclusivo, minando o desenvolvimento humano, a mobilidade, a coesão e a estabilidade sociais, e reforçando desigualdades interseccionais em detrimento das pessoas que vivem nas situações mais pobres e vulneráveis. A alocação de recursos nacionais e internacionais para combater esse desafio, incluindo por meio de proteção social, é um imperativo crítico para proteger essas populações e um investimento que pode contribuir para um crescimento forte, sustentável, equilibrado e inclusivo, gerando efeitos positivos e impactos econômicos mais amplos. Ressaltamos as crescentes lacunas no financiamento para a consecução dos ODS, incluindo para os ODS 1 e 2, e a necessidade de enfrentar os desafios para cumprir plenamente o quadro e os compromissos da Agenda de Ação de Adis Abeba de 2015. Reconhecemos tanto a escala do desafio quanto a necessidade de ação urgente e mais intensa para mobilizar recursos adicionais domésticos e internacionais de todas as fontes para enfrentar esse desafio, ao mesmo tempo aumentando sua eficácia. Vários países em desenvolvimento estão enfrentando desafios em seus orçamentos domésticos e capacidades de financiamento internacional, uma situação que foi exacerbada pelo aumento geral das taxas de juros ao redor do mundo, com alguns países em alto risco de sobre-endividamento, enquanto outros estão recuperando o acesso aos mercados financeiros. Diante de um aumento alarmante nas necessidades humanitárias e da insuficiência de financiamento para atender a essas necessidades em meio a múltiplas crises, fragilidade crescente e níveis emergenciais de insegurança alimentar aguda e má-nutrição, ressaltamos a importância crítica de investir em resiliência, bem como em uma melhor e mais impactante prevenção, preparação e resposta a crises. Aguardamos com expectativa a Quarta Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD), que ocorrerá em 2025 na Espanha, como uma oportunidade crítica para identificar ações prioritárias que ajudem a fechar a lacuna de recursos necessários para acabar com a pobreza e a fome até 2030. Reconhecemos a significativa multiplicação de canais de doadores na cooperação internacional para o desenvolvimento nos últimos anos, incluindo através de vários fundos fiduciários. Nos últimos vinte anos, os

fluxos de ajuda financeira oficial para a luta global contra a fome e a pobreza têm sido cada vez mais destinados a projetos locais, pilotos e de pequena escala, e menos para políticas e programas nacionais em escala, liderados pelo governo. Esses fluxos de ajuda financeira oficial também estão sendo cada vez mais complementados por outras fontes de financiamento, que em alguns casos são implementadas por organizações não governamentais, setor privado e filantropia. A fragmentação pode representar desafios para a coordenação da ajuda, como aumento dos custos de transação, políticas insustentáveis e às vezes conflitantes, e pode sobrecarregar a capacidade dos países receptores de gerenciar requisitos diversos e implementar políticas coordenadas. Isso torna vital promover a apropriação e liderança dos países receptores, criando um ambiente propício e um quadro de longo prazo para os fluxos financeiros internacionais, o que ajudará a simplificar os mecanismos de ajuda. Também facilitará a coordenação e a continuidade entre as diversas formas de cooperação para o desenvolvimento para garantir que estejam harmonizadas e maximizem sua contribuição para as prioridades nacionais de desenvolvimento de longo prazo e a implementação de políticas e programas apropriados pelos países para esforços eficazes e eficientes de mitigação da pobreza e da fome.

2. Possibilitando uma Aliança Global contra a Fome e a Pobreza por meio de ação política, conhecimento e financiamento Esses desafios sem precedentes exigem um compromisso, financiamento e ações maiores e mais eficazes em todos os níveis, uma vez que os esforços existentes parecem insuficientes para trazer o mundo de volta ao caminho da fome zero e erradicação da pobreza. Portanto, endossamos a criação e aguardamos com expectativa o lançamento na Cúpula de Líderes do G20 em novembro de 2024 de uma Aliança Global contra a Fome e a Pobreza para apoiar e acelerar os esforços para erradicar a fome e a pobreza (ODS 1 e 2), ao mesmo tempo reduzindo as desigualdades (ODS 10), contribuindo para revitalizar as parcerias globais para o desenvolvimento sustentável (ODS 17) e para a realização de outros ODS interligados, e promovendo trajetórias de transição sustentáveis, inclusivas e justas. A Aliança visa (a) proporcionar um impulso político sustentado ao mais alto nível pelo Grupo dos 20 e outros membros da Aliança Global, galvanizando a ação coletiva e construindo sinergias com outros esforços existentes para eliminar

a fome e a pobreza em todo o mundo; e (b) facilitar a mobilização e um melhor alinhamento do apoio doméstico e internacional, incluindo recursos financeiros públicos e privados e conhecimento, para possibilitar a implementação em larga escala, apropriada e liderada pelos países, de programas baseados em evidências e instrumentos de políticas sociais, especialmente pelos países mais afetados pela fome e extrema pobreza, e focando nas pessoas em situações vulneráveis e naquelas mais propensas a serem deixadas para trás. A Aliança Global é projetada para alavancar mecanismos e iniciativas existentes, evitando duplicações. Os elementos fundacionais da Aliança Global são apresentados no anexo. Eles incluem um modelo para as Declarações de Compromisso a serem emitidas pelos membros aderentes, Termos de Referência estruturados e um Quadro de Governança para orientar os esforços coletivos da Aliança, e um conjunto de critérios para orientar o desenvolvimento continuado da cesta de programas e instrumentos de políticas sociais de referência da Aliança. Conclamamos os atores relevantes, incluindo aqueles no sistema mais amplo das Nações Unidas e as Instituições Financeiras Internacionais, a colaborar dentro de seus respectivos mandatos para apoiar esses elementos fundacionais conforme necessário. Recordando a natureza aberta e voluntária da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, também convidamos todos os Estados membros e observadores das Nações Unidas, parceiros de desenvolvimento e instituições de conhecimento a considerar aderir à Aliança como membros fundadores antes de seu lançamento oficial. Também tomamos nota dos cinco relatórios preparados sob a responsabilidade da FAO, SPIAC-B, ODI, UNICEF, PMA e Banco Mundial como contribuições para nosso trabalho na criação da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, bem como das contribuições técnicas adicionais e apresentações fornecidas pela CEPAL, BID, FMI, OCDE, OIT e outros, e agradecemos a essas instituições por suas contribuições. Ação política em nível nacional Reafirmamos que erradicar a pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Reafirmamos que todos devem ter acesso a alimentos seguros, nutritivos, acessíveis e suficientes e a dietas saudáveis, de acordo com a realização progressiva do direito à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar nacional. Atingir a segurança alimentar e a nutrição por meio de dietas saudáveis

reduz a pressão sobre os sistemas públicos de saúde e pensões. Aumentar o acesso a dietas adequadas, diversificadas e saudáveis também pode criar incentivos para a conservação e uso sustentável da biodiversidade e adaptação e mitigação das mudanças climáticas, contribuindo para a rápida, plena e eficaz implementação do Quadro Global de Biodiversidade Kunming-Montreal e a realização da Visão 2050 de “Vida em harmonia com a Natureza”. Também conclamamos todos os governos a honrarem seus compromissos com a proteção social apropriada às condições nacionais e os pisos de proteção social, na realização progressiva do direito de todos à seguridade social, e em alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 1.3). A Proteção Social Universal contribui significativamente para reduzir a pobreza, a fome e a desigualdade e é essencial para promover o desenvolvimento econômico e social sustentável e inclusivo e avançar no progresso de todos os outros ODS, como a promoção do trabalho decente e melhorias nos resultados de saúde e educação. Comprometemo-nos a aprimorar programas e políticas, inclusive por meio da implementação doméstica ou da cooperação política e apoio à implementação nacional dos programas e instrumentos de políticas sociais na cesta de referência da Aliança Global, conforme adaptado às circunstâncias e realidades nacionais, com foco na proteção social, segurança alimentar e nutrição, inclusão socioeconômica, construção de resiliência e acesso à educação e à saúde de qualidade e inclusiva, com foco naqueles mais afetados pela pobreza, fome e má-nutrição e pessoas em situações de vulnerabilidade (incluindo todas as mulheres e meninas em diversas condições e situações, crianças e jovens, pessoas idosas, povos indígenas, comunidades locais, refugiados, migrantes e pessoas com deficiência). Esses programas e instrumentos de política podem incluir, mas não se limitam a, assistência alimentar e esquemas de proteção social, como programas de transferência de dinheiro e em espécie, incluindo aqueles vinculados a serviços sociais e promoção de meios de subsistência; proteção social adaptativa; programas de alimentação escolar, incluindo aqueles que utilizam alimentos produzidos de forma sustentável e adquiridos localmente de agricultores familiares e pequenos agricultores; estímulo aos mercados locais e cadeias de valor; programas de nutrição e apoio materno, infantil e na primeira infância; bancos de alimentos; programas de alimentos de origem aquática; programas para promover dietas adequadas e saudáveis e

prevenção de todas as formas de má-nutrição; desenvolvimento de habilidades; políticas de trabalho decente e serviços de emprego; saúde (incluindo medicina tradicional e complementar baseada em evidências) e serviços de cuidados (incluindo serviços de cuidado e apoio acessíveis para cuidados infantis, pessoas com deficiência e idosos); promoção do acesso de pequenos agricultores e agricultores familiares ao financiamento, serviços de extensão, conhecimento, pesquisa e/ou insumos agrícolas; e reformas políticas em direção a práticas mais eficazes que beneficiem os mais pobres, com impactos positivos no clima e na natureza, entre outros. Essas práticas também podem incluir, entre outros, programas e instrumentos de política direcionados, eficazes e eficientes que utilizem abordagens orientadas pelo mercado e impulsionadas pelo mercado, quando apropriado, no combate à fome e à pobreza, sob políticas lideradas pelo país. Reconhecemos a abordagem da Cesta de Políticas da Aliança Global como um guia concreto para a ação liderada pelo país, que não implica endosso coletivo de instrumentos de política ou programas específicos nela incluídos. Incentivamos todos os países a envidarem esforços para projetar, implementar e mobilizar financiamento para tais políticas, incluindo para o desenvolvimento de capacidades, conforme apropriado e adaptado às suas respectivas realidades e contextos, mantendo uma governança eficaz, não deixando ninguém para trás, fortalecendo a mobilização de recursos domésticos, buscando e compartilhando lições e experiências, e proporcionando respostas adequadas em termos de gênero, direcionamento adequado de grupos populacionais, monitoramento e avaliação apropriados, engajamento de partes interessadas locais, gerenciamento adequado de sinergias e trade-offs de políticas, evitando impactos negativos nos ODS e respeitando as obrigações e compromissos internacionais, bem como a legislação nacional. A insegurança alimentar, má-nutrição e pobreza são frequentemente impulsionadas ou agravadas por conflitos e choques ambientais, climáticos e econômicos. A natureza recorrente, prolongada e complexa de um número crescente de crises e desastres sublinha a necessidade de uma coordenação mais coerente e adequada entre a assistência humanitária e os programas de desenvolvimento, inclusive para melhorar a preparação e respostas a crises futuras. Parceiros humanitários e de desenvolvimento devem, a pedido dos governos receptores, fornecer apoio para criar as condições para o desenvolvimento liderado pelo governo sem minar os sistemas

tradicionais de enfrentamento, os princípios humanitários ou a legislação nacional. Esses esforços contribuem para enfrentar a insegurança alimentar e a pobreza, mas também para aumentar a resiliência das pessoas em situações vulneráveis a choques, enquanto constroem capacidades nacionais para gerenciar as necessidades de proteção social a longo prazo. Essas abordagens devem ser apoiadas por uma coordenação e flexibilidade aumentadas entre modalidades de financiamento de diversas fontes de financiamento para garantir que recursos adequados estejam no lugar certo e na hora certa. Além do impacto transformador direto de programas e instrumentos de política direcionados aos mais afetados pela pobreza, a serem apoiados pela Aliança Global e seus membros, visamos reforçar a ação em todas as frentes apropriadas para combater a fome e a pobreza, abordando outros fatores facilitadores e causas profundas. Estamos comprometidos em promover o desenvolvimento e crescimento sustentável e inclusivo e empregos, inclusive por meio de investimentos em educação, industrialização, infraestrutura e digitalização. Também destacamos a importância dos Princípios do G20 sobre Aproveitamento de Dados para o Desenvolvimento (D4D) na aceleração da Agenda 2030. Nesse contexto, reconhecemos que a produção e o consumo sustentáveis (ODS 12), incluindo a adoção de Estilos de Vida para o Desenvolvimento Sustentável (LiFE), podem apoiar os esforços internacionais e nacionais para atender às necessidades básicas de todas as pessoas, especialmente das que vivem em situação de pobreza e vulnerabilidade. Construir sistemas agrícolas e alimentares resilientes, sustentáveis e inclusivos é essencial para o crescimento econômico sustentável e inclusivo e para quebrar o ciclo de fome, pobreza e má-nutrição. Em busca desse objetivo, trabalharemos para promover a formalização e o trabalho decente para os trabalhadores do setor agroalimentar, tanto assalariados quanto autônomos, que são desproporcionalmente afetados pela pobreza e insegurança alimentar. Também visamos aumentar o acesso, a disponibilidade e o uso eficiente de fertilizantes e insumos agrícolas, inclusive por meio do fortalecimento da produção local de fertilizantes e melhoria da saúde do solo, e reduzir a perda e o desperdício de alimentos, apoiando uma bioeconomia circular. Ao mesmo tempo, ressaltamos a importância de um sistema comercial multilateral baseado em regras, não discriminatório, justo, aberto, inclusivo, equitativo, sustentável e transparente, com a OMC no seu núcleo, para fomentar

o acesso a insumos, bens e serviços para apoiar a produção, bem como o acesso a alimentos seguros, nutritivos e acessíveis. Compartilhamento de conhecimento e cooperação Na ampliação da implementação de políticas contra a fome e a pobreza, a importância do compartilhamento de conhecimento e da cooperação não pode ser subestimada. Todos os países e instituições, assim como detentores de conhecimento locais, nacionais, regionais e globais, podem oferecer lições e insights valiosos para conformar a cesta de instrumentos de política da Aliança. Nossos esforços devem reconhecer o valor inerente das instituições nacionais de conhecimento e dos parceiros de desenvolvimento, abraçando todas as formas de colaboração, incluindo Norte-Sul, Sul-Sul e trilateral, bem como outras abordagens. Portanto, convidamos todas as instituições nacionais, regionais e globais que gerenciam, orientam ou contribuem para o desenvolvimento de recursos de conhecimento a se juntarem à Aliança Global. Sob o Pilar do Conhecimento da Aliança, as entidades de conhecimento terão a oportunidade de oferecer assistência técnica e facilitar a troca de lições entre os membros, com foco em abordar os desafios únicos de implementação de políticas enfrentados a nível nacional, sempre com total respeito aos direitos de propriedade intelectual relevantes. Com base em esforços coletivos anteriores do G20 e de outros, encorajamos as plataformas de informação, financeiras e de conhecimento existentes, relevantes para a luta contra a fome e a pobreza, a melhorarem a integração, coordenação ou cooperação com a Aliança Global e seu Mecanismo de Apoio. Agradecemos ao socialprotection.org por hospedar as consultas online para a Cesta de Políticas de referência e pedimos seu contínuo aprimoramento no centro de uma plataforma de conhecimento mais ampla para a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. Envidaremos esforços para garantir investimentos responsáveis e de longo prazo adequados na capacitação para a mitigação da fome e da pobreza, P&D agrícola e educação por todas as fontes, e para promover ciência, inovações e tecnologia agrícolas, cooperação e intercâmbio entre países em termos voluntários e mutuamente acordados, direcionando esses esforços e investimentos para as causas profundas da fome e da pobreza e os desafios contemporâneos de sustentabilidade enfrentados pela agricultura, sistemas alimentares e áreas rurais; prevenindo a perda e o desperdício de alimentos, e fortalecendo a capacidade dos agricultores, especialmente pequenos agricultores e agricultores

familiares, incluindo pescadores e pastores, para acessar e integrar conhecimentos existentes e novos. Esses investimentos poderiam contemplar serviços de extensão, treinamento e educação para agricultores e serviços de aconselhamento, e também se basear em soluções digitais custo-efetivas, como plataformas de dados de saúde do solo abertas e interoperáveis e abordagens agroecológicas e outras abordagens inovadoras. Também conclamamos as instituições e iniciativas de pesquisa globais, regionais e nacionais, incluindo a rede global de centros de pesquisa CGIAR, a mobilizar investimentos responsáveis para apoiar esses esforços, bem como incorporar conhecimentos tradicionais e indígenas (tendo em conta a legislação nacional e internacional que trata da Propriedade Intelectual, recursos genéticos e conhecimentos tradicionais), preferências locais e produção local (incluindo milho, quinoa, sorgo e outras culturas tradicionais, como arroz, trigo e milho) em favor de dietas mais diversificadas, nutritivas e saudáveis e sistemas agrícolas e alimentares mais sustentáveis, produtivos, resilientes e com menos desperdícios, que também sejam mais inclusivos, proporcionem trabalho decente e meios de subsistência, e promovam tanto o desenvolvimento e revitalização rurais quanto urbanos. Também ressaltamos a importância da pesquisa social contínua e do aprendizado, para que a pesquisa bem conduzida e a coleta de dados possam ser aplicadas para informar a tomada de decisões baseada em ciência e evidências e monitorar o impacto das intervenções de proteção social na segurança alimentar e nutricional e na mitigação da pobreza multidimensional. Enquanto também destacamos o papel da educação na mitigação da pobreza e da fome, encorajamos instituições de pesquisa qualificadas a trabalharem com a Aliança Global para formar parcerias com países implementadores para avaliar as experiências de implementação de políticas e promover o aprendizado contínuo. Apoio e cooperação financeira Convidamos todas as instituições financeiras nacionais, regionais e globais a se juntarem à Aliança Global. Reconhecendo os desafios existentes do financiamento para o desenvolvimento para a erradicação global da fome, má-nutrição e pobreza, que é altamente fragmentado e com recursos limitados, reconhecemos a necessidade de mais trabalho para analisar os trade-offs e gargalos no panorama atual do financiamento para o desenvolvimento e convidamos as partes interessadas relevantes a identificarem e aplicarem voluntariamente formas de mobilizar, coordenar, alinhar, agrupar

e/ou combinar recursos, onde apropriado, de maneira orientada para o impacto e custo-efetiva, em favor da implementação de políticas e programas apropriados pelo país na Cesta de Políticas da Aliança Global, em linha com as circunstâncias, capacidades e contextos nacionais, incluindo por meio de várias estratégias e abordagens de financiamento inovadoras, como financiamento misto, cofinanciamento concessional, parcerias e vinculação de plataformas de doadores verticais e horizontais, bem como alavancando plataformas nacionais e/ou Estruturas de Financiamento Nacional Integrado (INFFs). Convidamos todos os membros da Aliança a colaborar e apresentar ideias para aproveitar recursos financeiros e coordenar fundos em apoio a políticas-chave dentro da Cesta de Políticas da Aliança, globalmente e/ou a nível nacional, respeitando as obrigações e compromissos internacionais. Pretendemos aumentar e otimizar o financiamento para o desenvolvimento sustentável de todas as fontes, considerando as restrições fiscais, incluindo canais que forneçam a maior alavancagem. Reafirmamos nosso compromisso com a mobilização de financiamento barato, adequado e acessível de todas as fontes para apoiar os países em desenvolvimento em seus esforços domésticos para enfrentar os gargalos na implementação da Agenda 2030 e da Agenda de Ação de Adis Abeba. Conclamamos os países desenvolvidos a cumprirem plenamente seus respectivos compromissos de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento que complementam e incentivam o financiamento para o desenvolvimento de todas as outras fontes, incluindo públicas e privadas, domésticas e internacionais, de maneira oportuna, e a contribuírem para atender às necessidades de financiamento dos países em desenvolvimento. Acolhemos com satisfação os esforços feitos pelos países para amplificar a ajuda e outros fluxos oficiais de financiamento ao desenvolvimento para cumprir os compromissos de doadores existentes e expandir a base de doadores, para combater a insegurança alimentar e a má-nutrição e apoiar programas de redução da pobreza, especialmente em países afetados por altos níveis de pobreza, fome e má-nutrição, e desafios agravados de segurança alimentar. Apoiamos medidas para aumentar a capacidade financeira dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs). Em particular, destacamos a importância da Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA) como a maior fonte de financiamento internacional alavancado na luta contra a pobreza, fome e má-nutrição, e esperamos que essas prioridades sejam uma

componente importante de uma bem-sucedida reposição de recursos da IDA 21 em 2024. Reconhecemos o resultado bem-sucedido das negociações de reposição de recursos do FIDA 13 e do AsDF 14 e incentivamos mais ofertas daqueles que ainda não as apresentaram, e aguardamos com expectativa uma reposição bem-sucedida do Fundo Africano de Desenvolvimento no próximo ano. Também acolhemos a próxima reposição do Fundo Global de Financiamento (Global Finance Facility) e os esforços redobrados para mobilizar novos recursos por meio do GAFSP (Global Agriculture and Food Security Program – Programa Global de Agricultura e Segurança Alimentar). Pretendemos alinhar parte desses recursos adicionais com os objetivos da Aliança, respeitando os processos de governança e tomada de decisões independentes nos BMDs, IDA e outras instituições financeiras internacionais. A Aliança Global continuará a apoiar os esforços em andamento dos BMDs para incentivar a mobilização de recursos privados e domésticos e fornecer cooperação técnica. Esperamos coordenar o trabalho da Aliança Global com a agenda de reformas em andamento em todo o ecossistema dos BMDs e o trabalho em andamento sobre um Roteiro do G20 para BMDs melhores, maiores e mais eficazes, para que sinergias possam ser aproveitadas. A prosperidade econômica sustentável pode ser um facilitador chave na luta contra a fome e a pobreza. Estamos comprometidos em continuar promovendo um crescimento forte, sustentável, equilibrado e inclusivo, com foco em não deixar ninguém para trás. A adesão a políticas fiscais sustentáveis e a promoção de um diálogo global sobre sistemas tributários justos e progressivos também podem apoiar a alocação de mais recursos domésticos, entre outras medidas fiscais sólidas para evitar o sobre-endividamento. Também pretendemos focar na integração da luta contra a fome, pobreza, má-nutrição e desigualdade como preocupações políticas centrais; aprimorando a representação e a voz dos países em desenvolvimento na tomada de decisões nas instituições econômicas e financeiras globais, respeitando seus respectivos quadros de governança, a fim de fornecer instituições mais eficazes, credíveis e responsáveis; e promovendo fluxos sustentáveis de recursos concessionais, com quadros de alocação claros para apoiar países de baixa e média renda mais necessitados. Acolhemos com satisfação as promessas feitas para canalizar Direitos Especiais de Saque (SDRs) para apoiar os países mais necessitados e incentivamos sua rápida

entrega. O reenaminhamento voluntário de Direitos Especiais de Saque (SDRs) por meio de BMDs é uma opção que pode ser explorada por membros dispostos, respeitando os quadros jurídicos relevantes e a necessidade de preservar o caráter e o status de ativo de reserva dos SDRs. Isso poderia fortalecer a capacidade dos BMDs de apoiar a luta contra a fome e a pobreza, inclusive por meio da Aliança Global. Também aguardamos com expectativa continuar explorando como as políticas adicionais de financiamento de infraestrutura podem contribuir ainda mais para combater a fome e a pobreza, ao mesmo tempo que pavimentam o caminho para superar as desigualdades intergeracionais. Melhorar a transparência da dívida e incentivar um comportamento responsável na abordagem das vulnerabilidades da dívida global de maneira eficaz, abrangente e sistemática também é uma prioridade. Nesse sentido, aplaudimos os esforços para intensificar a implementação do Quadro Comum para o Tratamento da Dívida além da Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI) de maneira previsível, oportuna, ordenada e coordenada. Reconhecemos que o progresso na abordagem das vulnerabilidades da dívida em países de renda baixa e média é crítico para reduzir o risco de sobre-endividamento futuro, o que acarreta altos custos econômicos, e para apoiar a alocação de mais recursos para a luta contra a fome e a pobreza, além de abrir espaço fiscal para políticas nacionais que busquem alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Reconhecemos que a perda de biodiversidade, a seca e os efeitos adversos das mudanças climáticas, incluindo eventos climáticos mais frequentes e extremos, estão entre os principais fatores que contribuem para uma reversão no progresso de longo prazo na luta contra a fome global, tornando a perspectiva de acabar com a fome, a pobreza e todas as formas de má-nutrição até 2030 mais difícil. Portanto, precisamos aumentar nossos esforços na implementação do Acordo de Paris e do Quadro Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal. Também reconhecemos que investir na expansão de sistemas alimentares sustentáveis, resilientes ao clima e inclusivos é indispensável para abordar os múltiplos e generalizados impactos das mudanças climáticas e da perda de biodiversidade, ao mesmo tempo que fornece apoio e cria incentivos econômicos para pequenos agricultores e agricultores familiares e diversifica o suprimento necessário para melhorar a segurança alimentar e a nutrição. Instrumentos de financiamento de riscos climáticos e de

desastres, quando vinculados a sistemas de proteção social adaptativos, podem promover resiliência e adaptação às mudanças climáticas, bem como respostas mais rápidas, custoefetivas e previsíveis a choques relacionados ao clima e desastres. À medida que promovemos uma revisão do G20 das operações de fundos multilaterais de clima e ambientais, em vista de seu papel fundamental em apoiar trajetórias de transição sustentável, inclusiva e justa, convidamos fundos climáticos, mecanismos e instrumentos financeiros para adaptação climática, redução de riscos de desastres e para responder a perdas e danos, a considerar dentro de seus mandatos e objetivos existentes aumentar seu apoio dedicado a mecanismos de proteção social adaptativos de propriedade nacional. Além disso, incentivamos os países a aumentar o papel desses mecanismos em seus planos nacionais de clima, redução de riscos de desastres e biodiversidade. Esses programas de proteção social adaptativa podem englobar iniciativas escaláveis para apoiar populações pobres e grupos mais vulneráveis às mudanças climáticas, incluindo todas as mulheres e meninas em diversas condições e situações, pequenos agricultores e agricultores familiares e pessoas com deficiência. Também enfatizamos a importância do financiamento de adaptação direcionado ao setor AFOLU (Agricultura, Silvicultura e Outros Usos da Terra), o mais diretamente ligado a lares e meios de subsistência pobres, e melhorar o acesso ao financiamento de adaptação para pequenos agricultores e agricultores familiares, com foco particular em pequenos agricultores que estão sub-representados no investimento em financiamento climático. Aguardamos com expectativa as próximas sessões da Conferência das Partes da UNFCCC e das Reuniões das Partes do Acordo de Paris como ocasiões para abordar ainda mais as inter-relações entre clima, fome e erradicação da pobreza.

3. Mobilização global e sinergias com iniciativas e fóruns existentes Comprometemo-nos a fortalecer nossos esforços coletivos para uma mobilização global para combater a fome e a pobreza, aproveitando as iniciativas existentes e os processos internacionais. Apresentamos uma Aliança Global flexível e orientada para a ação entre países e outros parceiros, focada em fornecer apoio estruturado e aprendizado compartilhado para a implementação de programas liderados pelos países. Como a abordagem da Aliança permite sinergias com várias iniciativas e canais de financiamento existentes, incluindo, mas não

se limitando à Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA), o Hub de Sistemas Alimentares das Nações Unidas, a Parceria Global para a Proteção Social Universal (USP2030), o Acelerador Global das Nações Unidas para Empregos e Proteção Social, a Coalizão Global para a Justiça Social, a Iniciativa de Emprego Rural para Jovens do G20, o Programa e Painel Global de Segurança Alimentar e Agricultura, o Fundo Conjunto para os ODS, a iniciativa do G20 sobre apoio à industrialização na África e nos PMDs, o Programa Abrangente de Desenvolvimento Agrícola na África (CAADP), o Compacto do G20 com a África, a Coalizão para a Alimentação Escolar e os esforços para cumprir a Declaração da COP28 dos Emirados Árabes Unidos sobre Agricultura Sustentável, Sistemas Alimentares Resilientes e Ação Climática, conclamamos essas e outras iniciativas a considerarem a implementação de parcerias adequadas que aproveitem os papéis e pontos fortes uns dos outros, de maneira a abordar ativamente as inter-relações entre o ODS 1 e o ODS 2, juntamente com outros ODS inter-relacionados, consistentes com os objetivos da Aliança Global. Tomamos nota da Cúpula de Nutrição para o Crescimento de Paris em 2025 e esperamos que seus resultados possam apoiar a implementação de políticas sensíveis à nutrição, incluindo aquelas sob a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. A Aliança Global não estabelecerá fóruns ou grupos de trabalho adicionais para debate ou convergência de políticas multilaterais, reconhecendo a legitimidade dos mecanismos multilaterais existentes. Nesse sentido, reafirmamos o papel central das Nações Unidas e suas Agências e Programas especializados, incluindo as Agências Baseadas em Roma, na promoção deste debate e convergência. Tomamos nota do papel fundamental do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA) como uma plataforma intergovernamental inclusiva para uma ampla gama de partes interessadas trabalharem juntas para garantir a segurança alimentar e a nutrição para todos e esperamos que a implementação nacional de programas e instrumentos de política com o apoio da Aliança Global seja uma via adicional para implementar ações recomendadas nas diretrizes voluntárias do CSA, a Década de Ação das Nações Unidas sobre Nutrição e outras diretrizes e produtos políticos do CSA e outras iniciativas e fóruns internacionais relacionados. Reafirmamos também a relevância da Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social (CSocD) sob o ECOSOC como um fórum-chave para a convergência em muitos

aspectos relacionados à luta contra a pobreza e à implementação da Declaração de Copenhague sobre Desenvolvimento Social. Aguardamos com expectativa a Segunda Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social em 2025, para abordar lacunas, reafirmar os princípios delineados na Declaração de Copenhague de 1995 e proporcionar um impulso adicional em direção à implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Propomos a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza como uma iniciativa-chave para contribuir para esses objetivos. Cientes da responsabilidade do G20 em reforçar e complementar a cooperação e parceria econômica internacional, reafirmamos aqui nosso compromisso compartilhado de implementar este apelo global para uma melhor ação política e mobilização de recursos de todas as fontes em direção à luta contra a fome, a pobreza, a má-nutrição e a desigualdade. Nossa vontade coletiva é que a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza se torne um catalisador para um progresso tangível em direção a um mundo livre da fome e da pobreza, com prosperidade sustentável e inclusiva para todos. Notas

4. O G20 entregou uma ampla gama de iniciativas globais em colaboração com Organismos Internacionais e outras partes interessadas relevantes. Essas iniciativas incluem o Sistema de Informação sobre o Mercado Agrícola (AMIS), o Conselho de Cooperação Interagências de Proteção Social (SPIAC-B), a plataforma de compartilhamento de conhecimento e fortalecimento de capacidades socialprotection.org, as ferramentas de Avaliações Interagências de Proteção Social (ISPA), a Estrutura e Plano de Ação do G20 para Segurança Alimentar e Nutrição, os Princípios de Política do G20 para garantir o acesso à proteção social adequada para todos em um mundo de trabalho em mudança, o Programa Global de Agricultura e Segurança Alimentar (GAFSP), o Plano de Ação do G20 sobre Segurança Alimentar e Sistemas Alimentares Sustentáveis, a Declaração de Matera do G20 sobre Segurança Alimentar, Nutrição e Sistemas Alimentares e os Princípios de Alto Nível de Deccan do G20 sobre Segurança Alimentar e Nutrição. Além disso, vários outros esforços fora do G20 também foram observados, incluindo a iniciativa USP2030 – Proteção Social Universal e o Acelerador Global das Nações Unidas para Empregos e Proteção Social.

Ao longo deste documento, “mulheres e meninas” pode ser lido em conjunto com “independentemente de idade, deficiência, raça, etnia, origem, religião ou status econômico ou outro.”

Agricultura é definida como o setor amplo que abrange o cultivo de culturas, criação de gado, silvicultura e pesca, visando a produção de alimentos, fibras e outros bens. Inclui a produção de culturas, criação de animais, manejo florestal e aquicultura.

Nota à imprensa nº 326, publicada em 24/07/2024

2.3. Chamado à Ação sobre a Reforma da Governança Global – Nova York, 25 de setembro

Os desafios que a comunidade global enfrenta atualmente só podem ser superados por meio de soluções multilaterais voltadas para um futuro melhor e pelo fortalecimento da governança global, beneficiando tanto as gerações presentes como futuras. Ao tomar nota do Pacto do Futuro e dos processos de reforma em andamento das instituições internacionais, e à luz da necessidade urgente de alcançar nossos objetivos compartilhados para realizar as promessas das Nações Unidas e de outras organizações internacionais relevantes em todo o mundo, os Estados que endossam o presente “Chamado à Ação” se comprometem a trabalhar por um sistema multilateral revigorado e fortalecido, baseado nos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas e do direito internacional, com instituições renovadas e uma governança reformada que seja mais representativa, eficaz, transparente e responsável, refletindo as realidades sociais, econômicas e políticas do século XXI.

A. Reforma das Nações Unidas

Tendo em vista nossa responsabilidade de trabalhar para alcançar a reforma das Nações Unidas à medida que nos aproximamos do 80º Aniversário da Organização em 2025;

Nós nos comprometemos a revigorar a Assembleia Geral por meio de:

- a. Fortalecimento do papel da Assembleia Geral como o principal órgão deliberativo, formulador de políticas e representativo das Nações Unidas, para sustentar os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, incluindo em questões relacionadas à manutenção da paz e

segurança internacionais, por meio de uma interação aprimorada e intensificada com o Conselho de Segurança;

- b. Procedimentos e práticas transformadoras que reconheçam a autoridade e potencializem a eficácia e eficiência da Assembleia Geral, em conformidade com a Carta das Nações Unidas, inclusive em relação a reuniões, relatórios e resoluções;
- c. Aumento das nomeações de candidatas mulheres para o cargo de Presidente da Assembleia Geral.

Nós nos comprometemos a reformar o Conselho de Segurança por meio de:

- a. Uma reforma transformadora que o alinhe às realidades e demandas do século XXI, tornando-o mais representativo, inclusivo, eficiente, eficaz, democrático e responsável, e mais transparente a toda a comunidade das Nações Unidas, permitindo uma melhor distribuição de responsabilidades entre todos os seus membros;
- b. Uma composição ampliada que melhore a representação das regiões e dos grupos sub-representados e não representados, como a África, a Ásia-Pacífico e a América Latina e o Caribe;
- c. Um aprimoramento da eficácia e da transparência dos seus métodos de trabalho.

Nós nos comprometemos a fortalecer o Conselho Econômico e Social por meio de:

- a. Maior sinergia e coerência com as Agências, Fundos e Programas das Nações Unidas para melhor promover o desenvolvimento sustentável em suas três dimensões e para auxiliar os estados-membros a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);
- b. Aumento da coerência do Conselho Econômico e Social e de um maior engajamento seu com instituições financeiras internacionais, particularmente no âmbito do Fórum Político de Alto Nível e de fóruns de cooperação econômica internacional, como o G20, respeitando os mecanismos de governança existentes e os mandatos independentes das Nações Unidas;
- c. Maior envolvimento da academia, da comunidade científica, da sociedade civil e de outras partes interessadas em suas atividades, com ampla representação geográfica e equilíbrio de gênero, e consistente com a natureza intergovernamental das Nações Unidas.

Nós nos comprometemos a fortalecer a Comissão para Consolidação da Paz por meio de:

- a. Papel reforçado e mais eficaz e proativo na abordagem das causas e fatores subjacentes aos conflitos, e mobilizando apoio político e financeiro para a prevenção nacional, a manutenção da paz e os esforços de construção da paz, especialmente para evitar possíveis retrocessos a conflitos, conforme o mandato da Comissão;
- b. Interação regular com o Conselho de Segurança, a Assembleia Geral, e o Conselho Econômico e Social, a fim de tornar o seu trabalho cada vez mais complementar, incluindo nas transições de missões das Nações Unidas;
- c. Engajamento mais sistemático e ativo com o Fundo de Consolidação da Paz, bem como com doadores e instituições financeiras, especialmente bancos multilaterais de desenvolvimento;
- d. Promoção de engajamento estratégico e complementar entre a Arquitetura de Consolidação da Paz das Nações Unidas e os arranjos regionais e sub-regionais de construção da paz.

Nós trabalharemos para garantir um Secretariado das Nações Unidas mais representativo por meio de:

- a. Transparência, distribuição geográfica equitativa, rotação de nacionalidades, mérito e equilíbrio de gênero no preenchimento de cargos, especialmente em níveis superiores, em todo o sistema das Nações Unidas, e reafirmando que nenhum cargo deve ser considerado como reserva exclusiva de qualquer estado-membro ou grupo de estados;
- b. Aumento das nomeações de candidatas mulheres para cargos de alto nível nas Nações Unidas, incluindo de secretária-geral.

B. Reforma da Arquitetura Financeira Internacional

Acolhendo os recentes avanços na governança financeira global e reconhecendo a importância e urgência de melhorias e reformas adicionais para alcançar um sistema financeiro internacional adequado ao seu propósito, com o intuito de acelerar o progresso rumo ao cumprimento da Agenda 2030 e seus ODS;

Nós expressamos nosso apoio a ações destinadas a:

- a. Alcançar um sistema financeiro internacional que ofereça significativamente mais financiamento para ajudar países em desenvolvimento e economias emergentes a combater a pobreza, enfrentar os desafios globais, incluindo a mudança climática, e maximizar o impacto do desenvolvimento;
- b. Tratar da necessidade de um sistema de financiamento para o desenvolvimento internacional que esteja adequado aos seus propósitos, incluindo para a escala das necessidades e a profundidade dos choques enfrentados pelos países em desenvolvimento, especialmente os mais pobres e vulneráveis;
- c. Tornar os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs) melhores, maiores e mais eficazes para atender melhor aos objetivos de desenvolvimento sustentável dos países bem como aos desafios globais e regionais, com um novo senso de urgência e determinação e foco nas necessidades e prioridades de desenvolvimento dos países de renda baixa e média. Neste contexto, agradecemos os esforços do Grupo de Especialistas Independentes do G20 no Fortalecimento dos BMDs;
- d. Mobilizar coletivamente mais espaço fiscal e financiamento concessional para aumentar a capacidade do Banco Mundial de apoiar países de renda baixa e média que precisam de ajuda para enfrentar desafios globais, com uma estrutura clara para a alocação de recursos concessionais escassos, e fornecer forte apoio aos países mais pobres;
- e. Enfatizar a necessidade de aumentar a representação e a voz dos países em desenvolvimento na tomada de decisões nos BMDs e em outras instituições econômicas e financeiras internacionais, para torná-las as instituições mais eficazes, confiáveis, responsáveis e legítimas. Nesse contexto, apreciamos a decisão de instituir uma 25ª cadeira no Conselho Executivo do FMI para fortalecer a voz e a representação da África Subsaariana;
- f. Continuar a convidar países que estejam dispostos e legalmente aptos a explorar a alocação de Direitos Especiais de Saque (DES) para os BMDs, respeitando o status de ativo de reserva das obrigações denominadas em DES resultantes e assegurando a sua liquidez, o que poderia fortalecer a capacidade financeira dos BMDs para apoiar

a implementação dos ODS e enfrentar desafios globais, incluindo os objetivos da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza;

- g. Reconhecer que BMDs mais robustos serão importantes para nossos esforços de mobilizar financiamento de todas as fontes para um salto quântico de bilhões para trilhões de dólares para o desenvolvimento;
- h. Garantir um FMI forte, baseado em cotas e com recursos adequados no centro da rede de segurança financeira global;
- i. Abordar a urgência e importância do realinhamento das cotas para melhor refletir as posições relativas dos membros na economia mundial, protegendo, ao mesmo tempo, as cotas dos membros mais pobres;
- j. Acolher o trabalho corrente do Conselho Executivo do FMI para desenvolver, até junho de 2025, possíveis abordagens como diretrizes para um novo realinhamento das cotas, inclusive por meio de uma nova fórmula de quotas, no âmbito da 17ª Revisão Geral das Cotas;
- k. Fortalecer a arquitetura financeira internacional, inclusive por meio da promoção de fluxos de capital sustentáveis e da utilização políticas sólidas para lidar, quando necessário, com a volatilidade excessiva dos fluxos de capitais;
- l. Incentivar os membros do FMI com posições externas fortes, especialmente aqueles que ainda não contribuíram, a fazer contribuições voluntárias adicionais ao Fundo para a Redução da Pobreza e para o Crescimento (PRGT) / Fundo de Resiliência e Sustentabilidade (RST);
- m. Continuar a trabalhar juntos para alcançar um sistema tributário internacional mais justo, estável e eficiente, adequado ao século XXI, em compromisso com a transparência fiscal e promovendo o diálogo sobre tributação justa e progressiva, incluindo a tributação de indivíduos ultra ricos, entre outros tópicos;
- n. Acolher a revisão, pelo Conselho Executivo do FMI, dos encargos e sobretaxas, visando a resultado que possa aliviar o ônus financeiro sobre os países mutuários, ao mesmo tempo em que preservando as suas funções de incentivo e assegurando a solidez financeira do Fundo.

C. Reforma do Sistema Multilateral de Comércio

Observando o compromisso assumido na 12ª Conferência Ministerial (MC12) e reafirmado na 13ª Conferência Ministerial (MC13) de trabalhar em direção à reforma necessária da Organização Mundial do Comércio (OMC) para

melhorar todas as suas funções, de modo que possa se tornar mais responsiva e resiliente no enfrentamento dos desafios comerciais atuais;

Nós expressamos nosso apoio a ações destinadas a:

- a. Reafirmar que um sistema multilateral de comércio baseado em regras, não discriminatório, justo, aberto, inclusivo, equitativo, sustentável e transparente, com a OMC no seu núcleo, é indispensável;
- b. Apoiar políticas que possibilitem que o comércio e o investimento sirvam como motores de crescimento e prosperidade para todos;
- c. Promover um ambiente de comércio e investimento favorável a todos;
- d. Prosseguir com a reforma da OMC para melhorar todas as suas funções por meio de um processo inclusivo, liderado pelos membros e transparente, mantendo o compromisso de conduzir discussões com o objetivo de ter um sistema de solução de controvérsias plenamente funcional e acessível a todos os membros até 2024;
- e. Reiterar a centralidade da dimensão de desenvolvimento no trabalho da OMC.

Os Estados que endossam o presente Chamado à Ação manifestam o seu apreço pela realização desta primeira reunião de ministros das Relações Exteriores do G20 à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas e aberta a todos os demais membros das Nações Unidas. Nós expressamos o nosso apoio à busca por formas de tornar futuras reuniões de ministros das Relações Exteriores do G20 mais abertas e inclusivas.

Nota à imprensa nº 437, publicada em 25/09/2024

2.4. G20 – Declaração de Líderes do Rio de Janeiro – 18 e 19 de novembro de 2024

Declaração de Líderes do Rio de Janeiro

1. Nós, os líderes do G20, nos reunimos no Rio de Janeiro de 18 a 19 de novembro de 2024 para responder aos principais desafios e crises globais e promover um crescimento forte, sustentável, equilibrado e inclusivo. Nós nos reunimos no berço da Agenda de Desenvolvimento Sustentável para reafirmar o nosso compromisso de construir um mundo justo e um planeta sustentável, sem deixar ninguém para trás.

Situação Econômica e Política Internacional

2. Nós reafirmamos o papel do G20 como o principal fórum de cooperação econômica internacional. Juntos, compartilhamos uma responsabilidade coletiva pela administração eficaz da economia global, promovendo as condições para um crescimento global sustentável, resiliente e inclusivo. Nós continuamos empenhados em apoiar os países em desenvolvimento na resposta a crises e desafios globais e no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

3. Nós vivemos em tempos de grandes desafios e crises geopolíticas, socioeconômicas, climáticas e ambientais, que exigem ações urgentes. Com apenas seis anos para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, há progresso efetivo em apenas 17% das metas dos ODS, ao passo que quase metade está mostrando progresso mínimo ou moderado, e em mais de um terço o progresso estagnou ou até mesmo regrediu. O G20 é adequado para responder a esses desafios por meio da tão necessária cooperação internacional e de impulso político. Como Líderes do G20, reconhecemos que as crises que enfrentamos não afetam igualmente o mundo igualmente, sobrecarregando desproporcionalmente os mais pobres e aqueles que já estão em situação de vulnerabilidade.

4. Nós reconhecemos que a desigualdade dentro e entre os países está na raiz da maioria dos desafios globais que enfrentamos e é agravada por eles. Nós aceleraremos nossos esforços e reafirmaremos nosso forte compromisso com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. O mundo requer não apenas ações urgentes, mas também medidas socialmente justas, ambientalmente sustentáveis e economicamente sólidas. Por esse motivo, nós trabalhamos em 2024 sob o lema “Construindo um mundo justo e um planeta sustentável” –, colocando a desigualdade, em todas as suas dimensões, no centro da agenda do G20.

5. Nós observamos boas perspectivas de uma aterrissagem suave da economia global, embora múltiplos desafios permaneçam e alguns riscos tenham aumentado em meio a elevada incerteza. Nós continuaremos a promover crescimento forte, sustentável, equilibrado e inclusivo, a reagir a pressões no custo de vida, a salvaguardar a sustentabilidade fiscal e a mitigar repercussões negativas. Nossos bancos centrais continuam fortemente comprometidos em atingir estabilidade de preços de acordo com seus respectivos mandatos. Nossas políticas fiscais irão garantir a sustentabilidade fiscal e reconstruir as reservas, mantendo-se favoráveis ao crescimento e catalisando investimentos públicos e privados em reformas que aumentem a produtividade. Nós estamos

confiantes pelo fato de que a atividade econômica provou ser mais resiliente do que o esperado em muitas partes do mundo e que a inflação global está caindo de níveis elevados, embora haja alguma variação entre os países. Ainda assim, o crescimento tem sido altamente desigual entre os países, contribuindo para o risco de divergência econômica. Nós estamos preocupados com o fato de que as perspectivas de crescimento global a médio e longo prazo estejam abaixo das médias históricas. Nós continuaremos a nos esforçar para reduzir as disparidades de crescimento entre os países por meio de reformas estruturais. Reafirmamos o compromisso cambial de abril de 2021 assumido pelos nossos Ministros de Finanças e Governadores dos Bancos Centrais. Nós também reafirmamos nosso compromisso de promover um sistema financeiro aberto, resiliente, inclusivo e estável, que apoie o crescimento econômico e se baseie na implementação completa, oportuna e consistente dos padrões internacionais acordados, apoiados pela coordenação política contínua. Nós reiteramos nosso compromisso de promover ainda mais movimentações sustentáveis de capitais e fomentar marcos sólidos de políticas, nomeadamente, a independência do banco central.

6. Nós tomamos nota com angústia do imenso sofrimento humano e o impacto adverso de guerras e conflitos ao redor do mundo.

7. Em relação aos conflitos e guerras em andamento, reiteramos as nossas posições nacionais e as resoluções adotadas na Assembleia Geral e no Conselho de Segurança das Nações Unidas e ressaltamos que todos os Estados devem agir de maneira consistente com os Propósitos e Princípios da Carta das Nações Unidas em sua totalidade. Em consonância com a Carta das Nações Unidas, todos os Estados devem se abster da ameaça ou uso da força para buscar aquisição territorial contra a integridade territorial e soberania ou independência política de qualquer Estado. Afirmamos que todas as partes devem cumprir com suas obrigações sob o direito internacional, incluindo o direito internacional humanitário e o direito internacional dos direitos humanos, e a este respeito condenamos todos os ataques contra civis e infraestrutura.

8. Ao expressar nossa profunda preocupação com a situação humanitária catastrófica na Faixa de Gaza e a escalada no Líbano, enfatizamos a necessidade urgente de expandir o fluxo de assistência humanitária e reforçar a proteção de civis e exigir a remoção de todas as barreiras à prestação de assistência humanitária em escala. Destacamos o sofrimento humano e os impactos negativos da guerra. Afirmando o direito palestino à autodeterminação, reiteramos nosso compromisso inabalável com a visão da solução de dois Estados, onde Israel e um Estado palestino vivem lado a lado, em paz, dentro

de fronteiras seguras e reconhecidas, consistentes com o direito internacional e resoluções relevantes das Nações Unidas. Estamos unidos em apoio a um cessar-fogo abrangente em Gaza, em conformidade com a Resolução n. 2735 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, e no Líbano, que permite que os cidadãos retornem em segurança para suas casas em ambos os lados da Linha Azul.

9. Especificamente em relação à guerra na Ucrânia, ao relembrar as nossas discussões em Nova Délhi, destacamos o sofrimento humano e os impactos negativos adicionais da guerra no que diz respeito à segurança alimentar e energética global, cadeias de suprimentos, estabilidade macrofinanceira, inflação e crescimento. Saudamos todas as iniciativas relevantes e construtivas que apoiam uma paz abrangente, justa e duradoura, mantendo todos os Propósitos e Princípios da Carta das Nações Unidas para a promoção de relações pacíficas, amigáveis e de boa vizinhança entre as nações.

10. Nós nos comprometemos a avançar a meta de um mundo livre de armas nucleares e um lugar mais seguro para todos, e manteremos as nossas obrigações a esse respeito.

11. Condenamos o terrorismo em todas as suas formas e manifestações.

12. A resolução pacífica de conflitos e os esforços para lidar com crises, bem como a diplomacia e o diálogo são essenciais. Somente com paz alcançaremos sustentabilidade e prosperidade.

13. Para orientar nossas ações em direção a resultados concretos, a Presidência brasileira do G20 concentrou as atividades deste ano em três prioridades: (i) inclusão social e combate à fome e à pobreza; (ii) desenvolvimento sustentável, transições energéticas e ação climática; e (iii) reforma das instituições de governança global.

Inclusão social e combate à fome e à pobreza;

14. Os avanços na redução da pobreza e erradicação da fome sofreram retrocessos significativos desde a pandemia de COVID-19. O número de pessoas que enfrentam a fome aumentou, atingindo o número impressionante de aproximadamente 733 milhões de pessoas em 2023, sendo as crianças e as mulheres as mais afetadas. Esses desafios sem precedentes exigem um compromisso maior e mais eficaz, financiamento e ações em todos os níveis, além de políticas econômicas sólidas, para promover o crescimento e a criação de empregos.

15. O mundo produz alimentos mais do que suficientes para erradicar a fome. Coletivamente, não nos faltam conhecimentos nem recursos para combater a pobreza e derrotar a fome. O que precisamos é de vontade política para criar as condições para expandir o acesso a alimentos. À luz disso, lançamos a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza e saudamos sua abordagem inovadora para mobilizar financiamento e compartilhamento de conhecimento, a fim de apoiar a implementação de programas de larga escala e baseados em evidências, liderados e de propriedade dos países, com o objetivo de reduzir a fome e a pobreza em todo o mundo. Nós convidamos todos os países, organizações internacionais, bancos multilaterais de desenvolvimento, centros de conhecimento e instituições filantrópicas a aderir à Aliança para que possamos acelerar os esforços para erradicar a fome e a pobreza, reduzindo as desigualdades e contribuindo para revitalizar as parcerias globais para o desenvolvimento sustentável. A Aliança defende estratégias reconhecidas, como transferências de renda, desenvolvimento de programas locais de alimentação escolar, melhoria do acesso ao microfinanciamento e ao sistema financeiro formal e de proteção social, entre outras estratégias que podem ser adaptadas às circunstâncias nacionais de cada país.

16. Nós ressaltamos o compromisso do G20 com a importância da segurança alimentar e nutricional e da realização progressiva do direito à alimentação adequada, conforme reafirmado através dos Princípios de Alto Nível de Deccan. A agricultura está na vanguarda para responder aos principais desafios, como combater a pobreza, acabar com a fome, melhorar a nutrição e, ao mesmo tempo, enfrentar a mudança do clima, a perda de biodiversidade, a poluição e a desertificação. Embora reconhecendo que não existe uma solução única para todos os desafios da agricultura e dos sistemas alimentares, nós nos comprometemos a apoiar os países em desenvolvimento para aumentar sua capacidade de produção e comercialização sustentáveis de alimentos. Nós também renovamos nosso compromisso de trabalhar para aumentar de forma sustentável a produtividade agrícola e reduzir a perda e o desperdício de alimentos, inclusive aumentando nossos esforços para atingir a meta do ODS 12.3 das Nações Unidas sobre perdas e desperdício de alimentos. À luz da interação dinâmica da agricultura global e do comércio de alimentos, nós reconhecemos a interdependência dos países para alcançar a segurança alimentar e nutricional, a confiabilidade alimentar e a sustentabilidade por meio de políticas de comércio aberto consistentes com as regras da OMC. Embora se reconheça a importância da produção doméstica, a diversificação das cadeias de suprimento internacionais, regionais e locais também é uma

forma importante de fortalecer a resiliência das cadeias de abastecimento alimentar mundiais a choques externos. Nosso objetivo também é responder aos desafios da escassez de fertilizantes, incluindo o fortalecimento da produção local, o comércio, o aumento da eficiência dos fertilizantes e o uso de biofertilizantes, ao abordar a necessidade de melhorar a saúde do solo e reduzir a poluição da água.

17. Nós fazemos um chamado pela rápida implementação do Plano de Ação de 2023 do G20 para Acelerar o Progresso nos ODS. Nós nos comprometemos ainda a aprimorar ferramentas e mecanismos adicionais para combater as desigualdades, como a ampliação da cooperação para o desenvolvimento, incluindo a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular, bem como o desbloqueio de recursos por meio de bancos multilaterais de desenvolvimento e ferramentas e mecanismos financeiros inovadores, como financiamento misto, que podem promover fluxos sustentáveis de recursos concessionais, com estruturas de alocação claras para apoiar os países de baixa e média renda mais necessitados. Nós apelamos a todos os parceiros para mobilizar novos e adicionais recursos nacionais e internacionais, de todas as fontes, para enfrentar esse desafio, aumentando ao mesmo tempo sua eficácia. Nós notamos também a importância da transparência e da responsabilidade mútua. Nós continuamos comprometidos com a Agenda de Desenvolvimento das Nações Unidas e esperamos o sucesso da 4ª Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento, em Sevilha, Espanha, em 2025. Nós também reafirmamos nosso compromisso de ajudar os países em desenvolvimento a se integrarem melhor às cadeias industriais, de valor e de suprimentos globais e acelerar seu processo de industrialização e modernização, como parte de nossos esforços para promover o desenvolvimento sustentável e combater as desigualdades

18. Nós reafirmamos nossos compromissos compartilhados e nossa dedicação em liderar pelo exemplo nos esforços globais contra a corrupção e os fluxos financeiros ilícitos relacionados. Nós reconhecemos o impacto da corrupção nos desafios globais, como a pobreza, a desigualdade social e econômica, bem como o desenvolvimento sustentável, e reconhecemos que o combate à corrupção e a promoção da integridade podem contribuir para construir um mundo justo e um planeta sustentável. Faremos o melhor uso da Rede GlobE e de outras redes internacionais anticorrupção.

19. Nós endossamos a Declaração Ministerial do G20 do Rio de Janeiro sobre Cooperação Tributária Internacional. A tributação progressiva é uma das principais ferramentas para reduzir as desigualdades internas, fortalecer a sustentabilidade fiscal, promover a consolidação orçamentária, promover

crescimento forte, sustentável, equilibrado e inclusivo e facilitar a realização dos ODS. Nós aplaudimos as recentes reformas fiscais internas realizadas por vários membros do G20 para combater as desigualdades e promover sistemas fiscais mais justos e progressivos e reconhecemos que melhorar a mobilização de recursos internos é importante para apoiar os ODS.

20. Com total respeito à soberania tributária, nós procuraremos nos envolver cooperativamente para garantir que indivíduos de patrimônio líquido ultra-alto sejam efetivamente tributados. A cooperação poderia envolver o intercâmbio de melhores práticas, o incentivo a debates em torno de princípios fiscais e a elaboração de mecanismos antievasão, incluindo a abordagem de práticas fiscais potencialmente prejudiciais. Nós estamos ansiosos para continuar a discutir essas questões no G20 e em outros fóruns relevantes, contando com as contribuições técnicas de organizações internacionais relevantes, universidades e especialistas. Nós incentivamos o Quadro Inclusivo sobre BEPS a considerar trabalhar nesses temas no contexto de políticas fiscais progressivas eficazes.

21. Nós saudamos o progresso feito na Solução de Dois Pilares no âmbito do FI. Nós reiteramos nosso compromisso com a Declaração da FI de outubro de 2021 e com a rápida implementação da Solução de Dois Pilares por todas as jurisdições interessadas, incluindo negociações rápidas sobre o pacote final do Pilar Um. Nossa cooperação tributária internacional deve ser inclusiva e eficaz e ter como objetivo alcançar um amplo consenso, maximizando as sinergias entre os fóruns internacionais existentes, ao mesmo tempo buscando evitar duplicações desnecessárias de esforços. Continuamos a discussão construtiva nas Nações Unidas sobre o desenvolvimento de uma Convenção-Quadro sobre Cooperação Tributária Internacional e seu protocolo.

22. Nós reconhecemos as restrições enfrentadas por muitos países na implementação de políticas de grande escala, incluindo aquelas para erradicar a fome e reduzir a pobreza. É imperativo que aqueles que mais precisam recebam maior apoio, garantindo que ninguém seja deixado para trás. Nós reconhecemos a necessidade de aumentar os recursos de todas as fontes para a luta contra a fome e a pobreza e, em apoio deste e de outros objetivos de desenvolvimento, pretendemos alcançar uma reposição robusta e impactante do IDA 21, incluindo uma expansão da sua base de países doadores e apoio contínuo dos doadores existentes, bem como a reposição de outros instrumentos regionais importantes, como o Fundo Africano de Desenvolvimento.

23. Nós reconhecemos que as flutuações do mercado, as condições financeiras restritivas e as vulnerabilidades da dívida, entre outras, podem estar aumentando a pressão de curto prazo sobre orçamentos públicos tensionados em meio ao aumento dos custos de financiamento. Nós acreditamos que soluções específicas de cada país para os desafios do financiamento ao desenvolvimento podem se basear em medidas políticas combinadas que apoiem o crescimento, a mobilização de recursos internos, a criação de capacidades, os fluxos de capital privado e o financiamento concessional direcionado. Neste contexto, nós apelamos à comunidade internacional para envidar esforços para apoiar os países vulneráveis que enfrentam desafios de liquidez a curto prazo, cuja dívida é sustentável. Nós incentivamos o FMI e o Banco Mundial a continuar seu trabalho relacionado a opções viáveis que sejam específicas de cada país e de forma voluntária para ajudar aqueles países e relatar aos Ministros de Finanças do G20 no ano que vem.

24. Nós reconhecemos que as desigualdades têm um impacto intergeracional, pois a mobilidade social desigual, as oportunidades e os resultados de uma geração influenciam diretamente os da próxima. Todas as pessoas, independentemente de idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou qualquer outra condição, devem ter acesso a serviços essenciais que atendam às suas necessidades básicas, a um trabalho digno e a outras oportunidades sociais e econômicas que garantam sua participação plena, igual, efetiva e significativa na sociedade. Reduzir a desigualdade é fundamental para atingir um crescimento forte, sustentável, equilibrado e inclusivo. Nós encorajamos os países a darem o exemplo, adotando medidas adicionais para promover a redução das desigualdades, de acordo com as circunstâncias nacionais. Nós estamos empenhados em promover a inclusão e o empoderamento social, econômico e político de todos, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias, além de incentivar legislações, políticas e ações adequadas nesse sentido, em particular sobre o combate ao racismo e a promoção da igualdade étnica e racial. Nós reconhecemos ainda o papel significativo da inclusão financeira na melhoria do bem-estar financeiro e na realização dos ODS.

25. Nós reiteramos o papel central e coordenador da OMS na arquitetura global de saúde, apoiado por um financiamento adequado, previsível, transparente, flexível e sustentável. Nós apoiamos a realização da Rodada de Investimentos da OMS como uma medida adicional para o financiamento das atividades da OMS. Nós continuamos comprometidos em construir sistemas de saúde mais resilientes, equitativos, sustentáveis e inclusivos, capazes de fornecer serviços

de saúde integrados e centrados nas pessoas, incluindo saúde mental, e de alcançar a Cobertura Universal de Saúde, focando em aprimorar os serviços essenciais de saúde e os sistemas de saúde para níveis acima dos níveis pré-pandêmicos nos próximos um a dois anos. Nós apoiamos o fortalecimento da formação da força de trabalho de saúde, incluindo por meio da Academia da OMS. Nós saudamos o estabelecimento de uma Coalizão para Produção Local e Regional, Inovação e Acesso Equitativo, centrada na cooperação voluntária, a fim de promover o acesso a vacinas, tratamentos terapêuticos e diagnósticos e outras tecnologias de saúde para doenças negligenciadas e pessoas em situações de vulnerabilidade. Nós reafirmamos também nosso compromisso de erradicar as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e da erradicação da poliomielite. Nós enfatizamos avançar com uma abordagem de Saúde Única (One Health), reconhecendo as interconexões entre a saúde humana, animal, vegetal e ambiental, bem como a necessidade de enfrentar a resistência antimicrobiana. Nós reconhecemos o papel potencial da medicina tradicional e complementar baseada em provas. Nós promoveremos a coordenação e avançaremos no debate para ampliar investimentos em ODS relacionados à saúde, e na Prevenção, Preparação e Resposta a pandemias e, nesse sentido, reconhecer a contribuição do Fundo Pandêmico e de outras iniciativas de financiamento. Nós incentivamos contribuições adicionais para o Fundo Pandêmico a partir de uma base diversificada de doadores para atingir a nova meta de financiamento. Nós apoiamos a conclusão das negociações em andamento para redigir e negociar uma convenção, um acordo ou outro instrumento internacional da OMS sobre prevenção, preparação e resposta a pandemias, com o objetivo de complementar o Regulamento Sanitário Internacional (RSI), com total respeito à soberania de cada Estado. Nós reiteramos nosso compromisso com um instrumento que seja ambicioso, equilibrado, eficaz e adequado ao fim a que se destina, incluindo o acesso equitativo a contramedidas médicas durante pandemias. No contexto do atual surto de mpox, nós enfatizamos a importância da coordenação global para lidar com essa e outras emergências de saúde pública emergentes e reemergentes e, nesse sentido, damos as boas-vindas ao trabalho da Força-Tarefa Conjunta de Saúde Financeira do G20 e solicitamos que ela relate seu progresso até 2025.

26. Nós reconhecemos que o acesso a água potável segura, saneamento e higiene é um pré-requisito para a saúde e nutrição e é crucial para os resultados do desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, mobilizar recursos para construir sistemas de água e saneamento sustentáveis e resilientes é essencial para um futuro mais saudável e equitativo para todos. Nós, portanto, apoiamos

a promoção de sistemas de água, saneamento e higiene (WASH) que sejam inclusivos, integrados, sustentáveis e com enfoque em gênero, a fim de reforçar a resiliência aos impactos da perda de biodiversidade, da mudança do clima, da degradação ambiental, de doenças transmitidas pela água, de desastres e da poluição. Para esse fim, nós saudamos o Chamado à Ação sobre o Fortalecimento dos Serviços de Água Potável, Saneamento e Higiene.

27. Nós enfatizamos o papel crucial da educação e da formação de qualidade, incluindo a educação digital, como um facilitador para a dignidade humana e para o empoderamento; equidade, igualdade e inclusão; crescimento sustentável e socioeconômico; cidadania ativa, prosperidade, paz e bem-estar. Nós observamos com preocupação a atual escassez global de professores. Políticas de desenvolvimento profissional capazes de qualificar e reter professores, além de estimular o interesse de professores no início da carreira, tornaram-se um componente essencial do desafio multidimensional de preparar nossas sociedades para o futuro.

28. Nós reconhecemos o poder e o valor intrínseco da cultura no fomento à solidariedade, ao diálogo, à colaboração e à cooperação, promovendo um mundo mais sustentável, em todas as suas dimensões e de todas as perspectivas. Comprometemo-nos com os princípios de inclusão, participação social e acessibilidade, para o pleno exercício dos direitos culturais, enfrentando o racismo, a discriminação e o preconceito, e fazemos um apelo por um engajamento global fortalecido e eficaz no debate sobre direitos autorais e direitos conexos no ambiente digital e os impactos da inteligência artificial sobre os detentores de direitos autorais. Nós encorajamos os países a aprimorarem a cooperação, a colaboração e o intercâmbio internacionais para o desenvolvimento da economia criativa. Nós reafirmamos nosso compromisso com as convenções relevantes da UNESCO. Nós reafirmamos nosso compromisso de apoiar políticas que promovam a contribuição daqueles que trabalham nos setores de cultura, artes e patrimônio e fazemos um apelo aos países para fortalecerem a cooperação e o diálogo, abordando os direitos sociais e econômicos e a liberdade artística, tanto online quanto offline, em conformidade com os marcos de direitos de propriedade intelectual e as normas internacionais de trabalho, visando à melhoria do pagamento justo e a condições de trabalho dignas. Nós encorajamos o fortalecimento da proteção do patrimônio cultural, incluindo monumentos históricos e locais religiosos. Nós fazemos um apelo pelo apoio a um diálogo aberto e inclusivo sobre o retorno e a restituição de bens culturais, incluindo bens exportados ilegalmente, com base em uma ampla perspectiva histórica que renove as relações entre os países e permita

mecanismos alternativos de resolução de disputas, quando apropriado. Nós reconhecemos a crescente apreciação do valor do retorno e da restituição de bens culturais para os países e comunidades de origem, com base no consentimento entre as partes relevantes.

29. Nós nos comprometemos a aproveitar o potencial das tecnologias digitais e emergentes para reduzir as desigualdades. Nós reconhecemos que a inclusão digital requer conectividade universal e significativa, e que as soluções de governo digital são essenciais para melhorar a vida das pessoas, ao mesmo tempo em que protegem a privacidade, os dados pessoais, os direitos humanos e as liberdades fundamentais. Nós reconhecemos a contribuição da infraestrutura pública digital para uma transformação digital equitativa e o poder transformador das tecnologias digitais para reduzir as divisões existentes e empoderar sociedades e indivíduos, incluindo todas as mulheres, meninas e pessoas em situações de vulnerabilidade. Nós reconhecemos que as plataformas digitais remodelaram o ecossistema digital e as interações online, amplificando a disseminação de informações e facilitando a comunicação dentro e além das fronteiras geográficas. No entanto, a digitalização do campo da informação e a evolução acelerada de novas tecnologias, como a inteligência artificial, impactaram dramaticamente a velocidade, a escala e o alcance da desinformação não intencional e intencional, discurso de ódio e de outras formas de danos online. Nesse sentido, enfatizamos a necessidade de transparência e responsabilidade das plataformas digitais, em linha com as políticas relevantes e os marcos legais aplicáveis, e trabalharemos com as plataformas e as partes interessadas pertinentes a esse respeito. A transparência, com as salvaguardas apropriadas, a explicabilidade sobre dados, algoritmos e moderação de conteúdo que respeitem os direitos de propriedade intelectual e a privacidade, e a proteção de dados podem ser fundamentais para a construção de ecossistemas de informação saudáveis. No contexto do compartilhamento de dados, nós reafirmamos a importância de facilitar fluxos transfronteiriços de dados e o fluxo livre de dados com confiança, respeitando os marcos legais domésticos e internacionais aplicáveis, e reconhecendo o papel dos dados para o desenvolvimento.

30. Nós saudamos em 2024 a reunião inaugural do Grupo de Trabalho de Pesquisa e Inovação do G20 e reafirmamos a importância da cooperação internacional aberta, justa, diversa e mutuamente benéfica em pesquisa e inovação. Essa cooperação pode ser facilitada por meio de ferramentas como a inovação aberta, que agora foi definida pelos Ministros de Pesquisa e Inovação do G20, além da ciência aberta, infraestruturas de pesquisa quando apropriado, transferência

voluntária de tecnologia e desenvolvimento conjunto de capacidades em termos mutuamente acordados, intercâmbio de pesquisadores, cientistas e recursos ao redor do mundo, assistência científica e tecnológica para países em desenvolvimento e comunicação científica aprimorada. Nós reconhecemos ainda a necessidade de reduzir as desigualdades globais e assimetrias no acesso e na produção de ciência, tecnologia e inovação.

31. Nós reconhecemos a importância de criar empregos de qualidade e promover o trabalho digno para todos a fim de alcançar a inclusão social. Nós reafirmamos nossos compromissos de (i) proteger os direitos dos trabalhadores conforme descrito na Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, empoderando os trabalhadores e erradicando o trabalho forçado, acabando com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, bem como eliminando todas as formas de trabalho infantil; (ii) garantir segurança e saúde ocupacional e acesso a proteção social adequada para todos os trabalhadores; (iii) concentrar nossos esforços e políticas na garantia de uma transição justa em todos os setores; (iv) superar as divisões digitais e priorizar a inclusão de pessoas em situações de vulnerabilidade; (v) desenvolver e implementar políticas abrangentes que desmantelem normas sociais e culturais discriminatórias, bem como barreiras legais para garantir a participação igual, plena e significativa das mulheres em nossas economias, e (vi) promover o diálogo social e a negociação coletiva.

32. Nós celebramos em 2024 a reunião inaugural do Grupo de Trabalho de Empoderamento das Mulheres do G20 e reafirmamos nosso total compromisso com a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas. Nós encorajamos o desenvolvimento liderado por mulheres e promoveremos a participação e a liderança plenas, equitativas, eficazes e significativas das mulheres em todos os setores e em todos os níveis da economia, o que é crucial para o crescimento do PIB global. Nós reconhecemos que todas as mulheres e meninas enfrentam barreiras específicas devido a diversos fatores, tais como falta de acesso a saúde, educação, desenvolvimento da carreira, igualdade salarial e oportunidades de liderança. Reconhecendo que a violência baseada em gênero, inclusive a violência sexual contra mulheres e meninas, é preocupantemente alta nas esferas pública e privada, nós condenamos todas as formas de discriminação contra mulheres e meninas e lembramos nosso compromisso de acabar com a violência baseada em gênero, inclusive a violência sexual, e combater a misoginia on-line e off-line. Nós nos comprometemos a promover a igualdade de gênero no trabalho de cuidado remunerado e não-remunerado para garantir a participação igualitária, plena e significativa das

mulheres na economia, promovendo a corresponsabilidade social e de gênero, encorajando e facilitando o envolvimento igualitário de homens e meninos no trabalho de cuidado e desafiando as normas de gênero que impedem a distribuição equitativa e a redistribuição das responsabilidades de cuidado. Ao nos aproximarmos do 30º aniversário da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, nós fortaleceremos nossos esforços para observar sua implementação, incluindo os documentos finais de suas conferências de revisão. Nós nos comprometemos a implementar o Roteiro do G20 Rumo e Além da Meta de Brisbane e esperamos que nossos ministros desenvolvam propostas com o objetivo de estabelecer novos compromissos do G20 para o período pós-2025, em especial no que diz respeito à redução da desigualdade salarial de gênero. Nós reconhecemos o papel das mulheres como agentes da paz.

33. À medida que o mundo enfrenta um aumento sem precedentes na frequência de desastres em grande escala, nós reconhecemos que eles afetam desproporcionalmente pessoas em situações de vulnerabilidade, particularmente grupos de baixa renda, e exacerbam a pobreza e a desigualdade. Nós nos comprometemos a acelerar a cooperação internacional para a redução do risco de desastres, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres. Nós enfatizamos o papel crítico de uma abordagem de preparação para desastres e a necessidade de investimento em pessoas, bens e infraestrutura para redução do risco de desastres.

34. Nós reafirmamos nosso compromisso de apoiar migrantes, incluindo trabalhadores migrantes e refugiados, em nossos esforços por um mundo mais inclusivo, em conformidade com políticas, legislações e circunstâncias nacionais, assegurando pleno respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, independentemente de seu status migratório. Nós reconhecemos também a importância de prevenir fluxos migratórios irregulares e o tráfico de migrantes como parte de uma abordagem abrangente para migrações seguras, ordenadas e regulares, ao mesmo tempo em que respondemos às necessidades humanitárias e às causas fundamentais do deslocamento. Nós apoiamos o fortalecimento da cooperação entre países de origem, trânsito e destino. Nós continuaremos com o diálogo sobre migração e deslocamento forçado durante futuras Presidências.

Desenvolvimento Sustentável, Transições Energéticas e Ação Climática

35. Nós enfatizamos o papel do desenvolvimento sustentável em suas três dimensões – econômica, social e ambiental – como princípio orientador para a cooperação em prol das pessoas, do planeta e da prosperidade, com o objetivo final de superar nossos desafios coletivos. Nós reafirmamos nossos respectivos compromissos de intensificar ações urgentes para enfrentar as crises e os desafios decorrentes da mudança do clima, perda de biodiversidade, desertificação, degradação dos oceanos e do solo, secas e poluição.

36. Nós reafirmamos nosso forte compromisso com o multilateralismo, especialmente à luz do avanço alcançado no âmbito da UNFCCC e do Acordo de Paris e reiteramos nossa determinação de permanecer unidos nos esforços para atingir o propósito e os objetivos de longo prazo do Acordo. Nós compreendemos e reconhecemos a urgência e a gravidade da mudança do clima. Nós reafirmamos a meta de temperatura do Acordo de Paris de limitar o aumento da temperatura média global para bem abaixo de 2 graus Celsius acima dos níveis pré-industriais e de empreender esforços para limitar o aumento a 1,5 graus Celsius acima dos níveis pré-industriais, reconhecendo que isso reduziria significativamente os riscos e impactos da mudança do clima. Nós ressaltamos que os impactos da mudança do clima serão significativamente menores com o aumento limitado a 1,5 graus Celsius, em comparação a 2 graus Celsius e reiteramos nossa determinação em continuar os esforços para limitar o aumento de temperatura a 1,5 graus Celsius.

37. Nós estamos determinados a liderar ações ambiciosas, oportunas e estruturais em nossas economias nacionais e no sistema financeiro internacional com o objetivo de acelerar e ampliar a ação climática, em sinergia com as prioridades de desenvolvimento sustentável e os esforços para erradicar a pobreza e a fome. Reconhecendo que a totalidade de nossos esforços será mais poderosa do que a soma de suas partes, nós cooperaremos e uniremos esforços para uma mobilização global contra a mudança do clima.

38. Cientes de nosso papel de liderança, nós reafirmamos nossos compromissos firmes em busca do objetivo da UNFCCC, de enfrentar a mudança do clima fortalecendo a implementação plena e eficaz do Acordo de Paris, refletindo a equidade e o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas e das respectivas capacidades, à luz das diferentes circunstâncias nacionais. Nós reiteramos nosso compromisso e intensificaremos nossos esforços para alcançar emissões líquidas globais zero de gases de efeito estufa/neutralidade

de carbono até metade do século. Nós encorajamos uns aos outros a apresentar compromissos de emissões líquidas zero de GEE/neutralidade climática de maneira nacionalmente determinada, levando em consideração o Acordo de Paris e nossas diferentes circunstâncias, caminhos e abordagens nacionais.

39. Nós saudamos e subscrevemos inteiramente o resultado ambicioso e equilibrado da Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima em Dubai (COP28), em particular o Consenso dos Emirados Árabes Unidos e seu primeiro Balanço Global do Acordo de Paris (GST-1).

40. Nós responderemos positivamente ao incentivo do GST-1 para que as Partes do Acordo de Paris apresentem, em suas próximas contribuições nacionalmente determinadas, metas ambiciosas de redução de emissões abrangendo toda a economia, cobrindo todos os gases de efeito estufa, setores e categorias, alinhadas à limitação do aquecimento global a 1,5 °C, conforme informado pelas mais recentes evidências científicas e à luz das diferentes circunstâncias nacionais.

41. Nós reconhecemos a necessidade de uma ação urgente para ampliar, priorizar e integrar medidas de adaptação abrangentes, voltadas para toda a sociedade e toda a economia, em resposta aos impactos generalizados, significativos e crescentes da mudança do clima. Nós reafirmamos que o GST-1 destacou a urgência de ações de adaptação incrementais, transformacionais e orientadas por cada país, com base nas diferentes circunstâncias nacionais, bem como a necessidade de intensificar os esforços de adaptação em conformidade com o que é necessário para alcançar o objetivo estabelecido no Artigo 2º, parágrafo 1(b), do Acordo de Paris.

42. Nós reconhecemos a necessidade de reduções profundas, rápidas e sustentadas nas emissões de gases de efeito estufa, alinhadas aos caminhos para limitar o aquecimento global a 1,5 °C, e convocamos os membros a contribuírem para os esforços globais contra a mudança do clima de maneira nacionalmente determinada, considerando o Acordo de Paris e suas diferentes circunstâncias, trajetórias e abordagens nacionais, conforme tratado no GST-1. Nós reconhecemos ainda, como consta no GST-1, que os membros devem cooperar para a promoção de um sistema econômico internacional aberto e solidário, voltado para alcançar o crescimento econômico sustentável e o desenvolvimento em todos os países, permitindo-lhes, dessa forma, melhor enfrentar os problemas da mudança do clima, notando que as medidas adotadas para combater a mudança do clima, incluindo as unilaterais, não

deveriam constituir um meio de discriminação arbitrária ou injustificável e nem uma restrição disfarçada ao comércio internacional.

43. Nós ressaltamos a necessidade de uma maior colaboração e apoio internacional, incluindo com o objetivo de ampliar o financiamento e investimento climático público e privado para os países em desenvolvimento, acelerando a inovação tecnológica amplamente acessível, aumentando a resiliência e os caminhos de baixas emissões de gases de efeito estufa, e apoiando o planejamento e as estratégias industriais ambiciosas verdes. Nós reiteramos o reconhecimento da Declaração dos Líderes de Nova Délhi sobre a necessidade de aumentar rapidamente e de forma substancial o financiamento climático de bilhões para trilhões a partir de todas as fontes.

44. Em relação a finanças sustentáveis, nós continuamos a apoiar o Roteiro de Finanças Sustentáveis e saudamos o consenso alcançado no Relatório de Finanças Sustentáveis do G20 de 2024. Nós reconhecemos a importância de otimizar as operações dos fundos verticais climáticos e ambientais, alinhando-os às necessidades, prioridades e estratégias dos países para fortalecer a apropriação nacional e maximizar o impacto dos investimentos. Nós incentivamos esses fundos a trabalhar em conjunto, dar passos concretos para desbloquear todo o seu potencial e melhorar a acessibilidade, inclusive por meio de uma aplicação comum e maior cooperação com os BMDs e as instituições nacionais de desenvolvimento. Nós ressaltamos a importância de continuar o trabalho na operacionalização das transições justas, considerando suas dimensões econômicas, sociais e ambientais e as circunstâncias locais, e avançar no trabalho para responder aos desafios ao financiamento de Soluções Baseadas na Natureza (SbN).

45. Sublinhando a importância do progresso em direção à compatibilidade dos fluxos financeiros com um caminho rumo a baixas emissões de gases de efeito estufa e ao desenvolvimento resiliente à mudança do clima, nós apreciamos a iniciativa tomada pela presidência brasileira do G20 de estabelecer a Força-Tarefa para a Mobilização Global contra a Mudança do Clima (TF-CLIMA), reunindo as trilhas de Sherpas e de Finanças, ao mesmo tempo em que contribui para integrar ainda mais a mudança do clima nas agendas financeira, econômica e de desenvolvimento globais. Fundamentados na TFCLIMA, nós iremos cooperar e unir esforços para identificar e responder a barreiras estruturais para promover fluxos de capital privado para a ação climática, particularmente para os países em desenvolvimento. Nós reconhecemos que as instituições relevantes devem trabalhar para garantir que os riscos sejam bem avaliados,

inclusive explorando como aumentar a transparência das classificações de crédito e das avaliações de risco dos países.

46. Nós iremos acelerar a reforma da arquitetura financeira internacional de modo a que ela possa enfrentar o desafio urgente do desenvolvimento sustentável, da mudança do clima e dos esforços para erradicar a pobreza. Nós apoiamos a construção voluntária de plataformas nacionais como um dos instrumentos possíveis para impulsionar o financiamento sustentável em mercados emergentes e economias em desenvolvimento. Plataformas que sejam lideradas por países, flexíveis e bem adaptadas às circunstâncias nacionais funcionam como instrumentos eficientes para mobilizar tanto o capital público quanto o privado para financiar projetos e programas em países em desenvolvimento, ajudando a conectar desafios de mitigação, adaptação e construção de resiliência com fluxos concretos de recursos para transições justas.

47. Nós aguardamos com expectativa um resultado positivo sobre o Novo Objetivo Coletivo Quantificado de Financiamento Climático (NCQG) em Baku. Nós nos damos nosso apoio à Presidência da COP29 e nos comprometemos a negociações bem-sucedidas em Baku. Nós também damos nosso apoio à Presidência da COP30, em 2025.

48. Nós nos comprometemos a acelerar transições energéticas limpas, sustentáveis, justas, acessíveis e inclusivas, em linha com o ODS 7, o Acordo de Paris e o resultado do GST1, adotado na Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima em Dubai (COP28), que não deixem ninguém para trás, especialmente os pobres e aqueles em situações vulneráveis, levando em consideração as diferentes circunstâncias nacionais.

49. Nós apoiamos a implementação de esforços para triplicar a capacidade de energia renovável globalmente e duplicar a taxa média anual global de melhorias na eficiência energética por meio de metas e políticas existentes e, da mesma forma, apoiamos a implementação em relação a outras tecnologias de emissão zero e baixa emissão, inclusive tecnologias de redução e remoção, alinhadas a circunstâncias nacionais, até 2030. Além disso, nós reconhecemos a necessidade de catalisar e aumentar os investimentos de todas as fontes e canais financeiros para suprir a lacuna de financiamento das transições energéticas globalmente, especialmente nos países em desenvolvimento. Reafirmando que os países em desenvolvimento precisam ser apoiados em suas transições para emissões de baixo carbono, nós trabalharemos para facilitar o financiamento de baixo custo para esses países. Nós reconhecemos o importante papel

do planejamento energético doméstico, do fortalecimento de capacidades, das estratégias de políticas e marcos legais, bem como da cooperação entre diferentes níveis de governo, na criação de ambientes facilitadores para atrair financiamento para as transições energéticas.

50. Nós reiteramos nosso compromisso na Declaração de Nova Délhi de intensificar nossos esforços para implementar o compromisso assumido em 2009 em Pittsburgh de eliminar gradualmente e racionalizar, a médio prazo, subsídios ineficientes a combustíveis fósseis que incentivam o consumo excessivo, e nos comprometemos a alcançar esse objetivo, oferecendo apoio direcionado aos mais pobres e vulneráveis. FT Clima, para 16 51. Nós enfatizamos o papel crucial de abordagens tecnologicamente neutras, integradas e inclusivas para desenvolver e implantar uma variedade de energias de baixas emissões, combustíveis e tecnologias sustentáveis, incluindo para redução e remoção, gerenciamento de carbono e redução de emissões, com o objetivo de criar escala e mercados globais para acelerar as transições energéticas, especialmente nos setores de difícil redução de emissões. Nós incentivamos, quando apropriado, o uso de metodologias e padrões mutuamente reconhecidos para avaliar as emissões de gases de efeito estufa.

52. Nós apoiamos cadeias de fornecimento confiáveis, diversificadas, sustentáveis e responsáveis para transições energéticas, inclusive para minerais e materiais críticos beneficiados na fonte, semicondutores e tecnologias. Nós tomamos nota do trabalho dos especialistas convocados no âmbito do Painel do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Minerais Críticos para a Transição Energética.

53. Nós nos comprometemos a acelerar esforços para atingir acesso universal ao cozimento limpo até 2030, inclusive por meio da formulação e implementação de políticas facilitadoras e do fornecimento e da mobilização de apoio financeiro e tecnológico de todas as fontes para os países em desenvolvimento, a fim de aumentar os investimentos anuais e apoiar a acessibilidade dos projetos de cozimento limpo.

54. Nós endossamos os “Princípios para Transições Energéticas Justas e Inclusivas”, voluntários, adotados pelo Grupo de Trabalho de Transições Energéticas do G20 e, de acordo com as circunstâncias nacionais, nós os levamos em conta ao elaborar e implementar políticas domésticas para buscar transições energéticas.

55. Nós reafirmamos o compromisso com a implementação rápida, plena e efetiva do Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal (KM-GBF) adotado na COP15 da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e

incentivamos outros países a fazer o mesmo. Nós ressaltamos a importância de as Partes da CDB atualizarem ou revisarem as estratégias e planos de ação nacionais de biodiversidade em conformidade com o KMGBF e seus objetivos e metas o mais rápido possível e pedimos recursos financeiros reforçados de todas as fontes. Aguardamos com expectativa a conclusão positiva da décima-sexta sessão da Conferência das Partes (COP16) da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD), que ocorrerá em Riade em dezembro de 2024.

56. Reconhecendo que as florestas fornecem serviços ecossistêmicos cruciais, bem como atual como sumidouros para fins climáticos, nós enfatizamos a importância de intensificar os esforços para proteger, conservar e gerenciar de forma sustentável as florestas e combater o desmatamento, inclusive por meio de esforços suplementares para deter e reverter o desmatamento e a degradação florestal até 2030, destacando as contribuições dessas ações para o desenvolvimento sustentável e levando em consideração os desafios sociais e econômicos das comunidades locais, bem como dos povos indígenas. No contexto das florestas, nós evitaremos políticas econômicas verdes discriminatórias, consistentes com as regras da OMC e acordos ambientais multilaterais. Nós estamos empenhados em mobilizar financiamento novo e adicional de todas as fontes para florestas, incluindo financiamento concessional e inovador para países em desenvolvimento. Nós incentivamos mecanismos inovadores que buscam mobilizar novas e diversas fontes de financiamento para pagar por serviços ecossistêmicos. Com tal, tomamos nota dos planos para estabelecer o Fundo Florestas Tropicais Para Sempre (TFFF) e reconhecemos o fundo como uma ferramenta inovadora para a conservação florestal. Nós reafirmamos a ambição do G20 de reduzir a degradação do solo em 50% até 2040 de forma voluntária, conforme empenhado no âmbito da Iniciativa do Solo do G20. Nós também tomaremos medidas para prevenir, gerenciar e lidar com os impactos negativos de secas e incêndios florestais extremos.

57. Como as maiores economias do mundo, que geram, em diferentes níveis, cerca de 75% dos resíduos globais e a maior parte do consumo global de recursos naturais, observando as diferentes contribuições e circunstâncias entre os países, nós reafirmamos nosso compromisso de reduzir significativamente a geração de resíduos, incluindo resíduos não gerenciados e mal gerenciados, por meio do desperdício zero e de outras iniciativas. Nós priorizamos a prevenção e, quando não seja possível, a redução, reutilização e reciclagem de resíduos em apoio à economia circular. Nós reconhecemos a importância de adotar

padrões sustentáveis de produção e consumo e de integrar Estilos de Vida para o Desenvolvimento Sustentável [LiFE].

58. Nós estamos determinados a acabar com a poluição plástica e nos comprometemos a trabalhar em conjunto com a ambição de concluir, até o final de 2024, as negociações de um instrumento internacional juridicamente vinculativo, ambicioso, justo e transparente sobre a poluição plástica, inclusive no ambiente marinho, com base numa abordagem abrangente, de acordo com o mandato da resolução 5/14 da UNEA, na Quinta Sessão do Comitê Intergovernamental de Negociação (INC-5) em Busan, República da Coreia.

59. Plenamente conscientes da crítica importância dos oceanos e mares para o desenvolvimento sustentável, nós reconhecemos que o financiamento adequado, nossos redobrados esforços e o planejamento e a gestão adequados são essenciais para garantir a proteção do ambiente marinho e a conservação e utilização sustentável dos recursos marinhos e da biodiversidade. Com base no consenso alcançado em Nova Dheli, convocamos todos os países para a rápida entrada em vigor e implementação pelas Partes do Acordo sobre a Conservação e o Uso Sustentável da Biodiversidade Marinha em Áreas Além da Jurisdição Nacional (Acordo BBNJ), sob a estrutura jurídica da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, enfatizando a necessidade de reforçada cooperação internacional, construção de capacidades, assistência técnica e apoio financeiro, particularmente aos países em desenvolvimento. Nós nos engajaremos ativamente na 3ª Conferência dos Oceanos das Nações Unidas em Nice em 2025. Nós aguardamos com expectativa a continuação da iniciativa Oceans20 nas futuras presidências.

60. Nós expressamos grande satisfação com o lançamento em 2024 da Iniciativa do G20 sobre Bioeconomia (GIB). Reconhecendo o notável potencial da bioeconomia para contribuir para a construção de um futuro sustentável e promover o crescimento econômico para todos, nós decidimos adotar os dez Princípios de Alto Nível sobre Bioeconomia, voluntários e não-vinculantes, que buscam delinear como esse paradigma produtivo complementar e inovador pode e deve ser economicamente, socialmente e ambientalmente sustentável. Nós reconhecemos o potencial para maior cooperação e saudamos a decisão da África do Sul de continuar o trabalho do GIB na próxima presidência do G20 do grupo.

Reforma das Instituições de Governança Global

61. Não haverá sustentabilidade nem prosperidade sem paz. Nós conhecemos os horrores e o sofrimento produzidos por todas as guerras. Para colher os benefícios de nossos esforços conjuntos para promover o desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões – social, econômica e ambiental –, nós precisamos equipar melhor o mundo com uma governança global reformada. O G20 nasceu de crises financeiras e econômicas, e conseguimos trabalhar juntos para superá-las. Agora enfrentamos uma crise multifacetada, na qual as tensões políticas e geopolíticas colocam em risco nossa capacidade de enfrentar desafios como a promoção do crescimento, a redução da pobreza e a luta contra a mudança do clima.

62. Os desafios que a comunidade global enfrenta atualmente só podem ser superados por meio de soluções multilaterais voltadas para um amanhã melhor e pelo fortalecimento da governança global, tanto para as gerações presentes quanto as futuras. A fim de cumprir as promessas das Nações Unidas e de outras organizações internacionais relevantes em todo o mundo, nós nos comprometemos a trabalhar por um sistema multilateral revigorado e fortalecido, baseado nos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas e do direito internacional, com instituições renovadas e uma governança reformada que seja mais representativa, eficaz, transparente e responsável, refletindo as realidades sociais, econômicas e políticas do século XXI.

Nações Unidas

63. Nós nos comprometemos a revigorar a Assembleia Geral por meio do fortalecimento de seu papel, como principal órgão deliberativo, formulador de políticas e representativo das Nações Unidas, para sustentar os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, inclusive em questões relacionadas à manutenção da paz e segurança internacional, por meio de uma interação aprimorada e intensificada com o Conselho de Segurança. Também nos comprometemos a revigorar a Assembleia por meio de procedimentos e práticas transformadoras que reconheçam sua autoridade e aumentem sua eficácia e eficiência, em conformidade com a Carta das Nações Unidas, e o aumento das nomeações de candidatas mulheres para o cargo de Presidente da Assembleia Geral.

64. Nós nos comprometemos a reformar o Conselho de Segurança por meio de uma reforma transformadora que o alinhe às realidades e demandas do século XXI, que o torne mais representativo, inclusivo, eficiente, eficaz, democrático e

responsável, e mais transparente para toda a comunidade das Nações Unidas, permitindo uma melhor distribuição de responsabilidades entre todos os seus membros, ao mesmo tempo que melhora a eficácia e a transparência dos seus métodos de trabalho. Nós reivindicamos uma composição ampliada do Conselho de Segurança que melhore a representação das regiões e grupos sub-representados e não representados, como a África, Ásia-Pacífico e América Latina e Caribe.

65. Nós nos comprometemos a fortalecer o Conselho Econômico e Social (ECOSOC) por meio de maiores sinergias e coerência com as Agências, Fundos e Programas das Nações Unidas para melhor promover o desenvolvimento sustentável em suas três dimensões e auxiliar os Estados-membros a alcançarem os ODS. Nós nos comprometemos a aumentar a coerência do ECOSOC e a reforçar o engajamento com instituições financeiras internacionais, particularmente dentro do Fórum Político de Alto Nível, e fóruns de cooperação econômica internacional como o G20, respeitando mecanismos de governança e mandatos existentes independentes das Nações Unidas.

66. Nós nos comprometemos a fortalecer a Comissão de Consolidação da Paz por meio de um papel reforçado ao abordar proativamente as causas e os fatores subjacentes aos conflitos, assim como mobilizando apoio político e financeiro para a prevenção nacional, apoiando esforços de manutenção da paz e da construção da paz, principalmente para evitar possíveis retrocessos em conflitos, conforme o mandato da Comissão.

67. Nós trabalharemos para garantir um Secretariado das Nações Unidas mais representativo por meio da transparência, distribuição geográfica equitativa, rotação de nacionalidades, mérito e equilíbrio de gênero no preenchimento de cargos e aumento da nomeação de candidatas mulheres para cargos de alto nível, incluindo o cargo de Secretário(a)-Geral, reafirmando que nenhum cargo deve ser considerado exclusivo de qualquer Estado membro ou Grupo de Estados.

68. A fim de promover a reforma das Nações Unidas que nos permitirá cumprir nossos objetivos comuns, nós trabalharemos em conjunto com todos os membros das Nações Unidas no espírito do Chamado à Ação do G20 sobre a Reforma da Governança Global.

Arquitetura Financeira Internacional

69. Com base no legado das presidências anteriores do G20 e no mandato que concedemos em Nova Délhi, nós endossamos o Roteiro do G20 para

Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs) Melhores, Maiores e Mais Eficazes, que apresenta recomendações e ações abrangentes para que os BMDs desenvolvam suas visões, estruturas de incentivo, abordagens operacionais e capacidades financeiras, a fim de que estejam melhor equipados para maximizar seu impacto na abordagem de uma ampla gama de desafios globais e regionais, enquanto aceleram o progresso em direção aos ODS. Embora respeitando o mandato e a estrutura de governança de cada BMD, fazemos um apelo aos BMDs, trabalhando em conjunto com as partes interessadas relevantes, para implementar o Roteiro do G20 sobre BMDs e incentivá-las a participarem de um relatório periódico sobre o progresso da implementação. Nós saudamos a implementação do Roteiro de Evolução do Grupo Banco Mundial e as reformas que estão sendo adotadas por outros BMDs. Nós também pedimos aos BMDs que continuem trabalhando como um sistema e que façam parcerias com governos, bancos de desenvolvimento nacionais e subnacionais, provedores de seguros e resseguros e o setor privado. Nós agradecemos o crescente número de BMDs relatando a implementação da Estrutura de Adequação de Capital (CAF) e o progresso feito até agora. Nós observamos que as medidas do CAF ainda têm o potencial de liberar espaço adicional para empréstimos ao longo da próxima década, com maior implementação ainda por vir. Nós incentivamos os BMDs a impulsionar a mobilização de recursos domésticos e aumentar a mobilização do capital privado.

70. Nós reafirmamos nosso compromisso na Declaração de Nova Delhi de mobilizar coletivamente mais espaço fiscal e financiamento concessional para aumentar a capacidade do Banco Mundial de apoiar os países de baixa e média renda que precisam de ajuda para responder aos desafios globais, com uma estrutura clara para a alocação de recursos concessionais escassos e para fornecer um forte apoio aos países mais pobres. Nós aguardamos com expectativa a próxima Revisão da Participação Acionária de 2025 do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, de acordo com os princípios de Lima de Participação Acionária.

71. Nós enfatizamos a necessidade de aumentar a representação e a voz dos países em desenvolvimento na tomada de decisões nos BMDs e em outras instituições econômicas e financeiras internacionais, para tornar as instituições mais eficazes, confiáveis, responsáveis e legítimas. Nesse contexto, nós saudamos a criação de uma 25ª cadeira no Conselho Executivo do Fundo Monetário Internacional (FMI) para fortalecer a voz e a representação da África Subsaariana.

72. Nós reafirmamos nosso compromisso com um FMI forte, baseado em cotas e com recursos adequados, no centro da rede de segurança financeira global. Nós reconhecemos a urgência e a importância do realinhamento das cotas para melhor refletir as posições relativas dos membros na economia mundial, protegendo as cotas dos membros mais pobres. Nós apreciamos o trabalho contínuo do Conselho Executivo do FMI para desenvolver, até junho de 2025, possíveis abordagens como um guia para um novo realinhamento das cotas, inclusive por meio de uma nova fórmula de cotas, no âmbito da 17ª Revisão Geral de Cotas. Nós estamos prontos para agir de forma construtiva para ajudar a criar impulso no Conselho Executivo do FMI. Nós saudamos a revisão do Conselho Executivo do FMI sobre encargos e sobretaxas e a revisão das facilidades e financiamentos do Fundo Fiduciário para a Redução da Pobreza e o Crescimento (PRGT). Essas revisões são passos relevantes e nós continuaremos a apoiar os esforços do Fundo para se adaptar às circunstâncias em evolução.

73. Nós saudamos a conquista histórica da ambição global de US\$ 100 bilhões de contribuições voluntárias (em SDRs ou equivalente) em compromissos para os países mais necessitados e pedimos a rápida entrega dos compromissos pendentes. Nós continuaremos a convidar os países que estejam dispostos e legalmente capazes de explorar a canalização de Direitos Especiais de Saque (SDRs) para os BMDs, respeitando o status de ativos de reserva dos créditos denominados em SDR resultantes e garantindo sua liquidez, a fim de fortalecer a capacidade financeira dos BMDs de apoiar os ODS e responder aos desafios globais, incluindo os objetivos da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza.

74. Nós enfatizamos novamente a importância de abordar as vulnerabilidades da dívida em países de baixa e média renda de maneira eficaz, abrangente e sistemática. Nós saudamos os progressos realizados no tratamento da dívida no âmbito do Quadro Comum do G20 e além. Nós continuamos empenhados em abordar as vulnerabilidades globais da dívida, inclusive intensificando a implementação do Quadro Comum de forma previsível, oportuna, ordenada e coordenada, com base na Nota do G20 sobre as Lições Aprendidas com os Primeiros Casos no âmbito do Quadro Comum. Nós continuamos a respeitar todos os compromissos assumidos no Quadro Comum sobre Tratamentos da Dívida além da DSSI, incluindo os do segundo e último parágrafos. Nós saudamos os esforços conjuntos de todas as partes interessadas para continuar trabalhando em prol de melhorar a transparência da dívida e incentivar os credores privados a segui-los. Nós continuamos a apoiar a Mesa Redonda Global sobre Dívida Soberana para promover o entendimento comum entre as

principais partes interessadas, incluindo o setor privado, credores bilaterais e multilaterais e países devedores. Nós saudamos os debates liderados pela África sobre Dívida, Desenvolvimento e Infraestrutura reunidos pela Presidência Brasileira do G20 em 2024.

Sistema de Comércio Multilateral

75. O comércio internacional é um motor importante para o crescimento econômico inclusivo, o combate à pobreza e à fome e a promoção do desenvolvimento sustentável e dos ODS. Enfatizando a importância de garantir que o comércio e o desenvolvimento sustentável se apoiem mutuamente, nós endossamos os Princípios do G20 sobre Comércio e Desenvolvimento Sustentável para servir como diretrizes para a concepção e implementação de medidas relacionadas ao comércio e ao desenvolvimento sustentável. Para permitir que o comércio e o investimento realizem plenamente seu potencial e atuem como impulsionadores do crescimento e da prosperidade globais, nós enfatizamos a necessidade de garantir um sistema multilateral de comércio baseado em regras, não discriminatório, justo, aberto, inclusivo, equitativo, sustentável e transparente, com a OMC em seu centro. Garantir condições equitativas e concorrência justa consistente com as regras da OMC é essencial para garantir a prosperidade e promover um ambiente favorável ao comércio e ao investimento para todos. Nós reiteramos a centralidade da dimensão do desenvolvimento da OMC.

76. No 30º aniversário do Acordo de Marraquexe, nós reiteramos nosso apoio para trabalhar na necessária reforma da OMC para melhorar todas as suas funções, com vistas a responder aos desafios comerciais atuais e permitir que o comércio sirva como um motor de crescimento e prosperidade para todos. Nós continuamos comprometidos a conduzir discussões com o objetivo de ter um sistema de resolução de disputas completo e funcional, acessível a todos os membros até 2024.

Inteligência Artificial

77. O rápido progresso da IA promete prosperidade e expansão da economia digital global. É nossa missão alavancar a IA para o bem e para todos, resolvendo desafios de maneira responsável, inclusiva e centrada no ser humano, ao mesmo tempo em que protegemos os direitos e a segurança das pessoas. Para garantir o desenvolvimento, a implantação e o uso seguro e confiável da IA, é necessário abordar a proteção dos direitos humanos, a transparência e a

explicabilidade, a justiça, a responsabilidade, a regulamentação, a segurança, a supervisão humana apropriada, a ética, os preconceitos, a privacidade, a proteção de dados e a governança de dados. Nós reconhecemos a necessidade de aproveitar as oportunidades da IA, incluindo a IA generativa, mantendo-nos atentos aos seus desafios. Nós procuraremos promover uma abordagem de governança/regulatória pró-inovação para a IA, que limite os riscos e, ao mesmo tempo, nos permita nos beneficiar do que ela tem a oferecer. Para liberar todo o potencial da IA, compartilhar equitativamente seus benefícios e mitigar os riscos, nós trabalharemos juntos para promover a cooperação internacional e novas discussões sobre governança internacional para IA, reconhecendo a necessidade de incorporar as vozes dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Nós reconhecemos o papel das Nações Unidas, juntamente com outros fóruns existentes, na promoção da cooperação internacional em IA, inclusive para fomentar o desenvolvimento sustentável. Reconhecendo as crescentes divisões digitais dentro e entre os países, nós apelamos à promoção da cooperação internacional inclusiva e à capacitação dos países em desenvolvimento neste domínio e saudamos as iniciativas internacionais para apoiar esses esforços. Reafirmamos os princípios de IA do G20 e a Recomendação da UNESCO sobre Ética da IA.

78. Nós reconhecemos que o desenvolvimento, a implantação e o uso de tecnologias emergentes, incluindo a inteligência artificial, podem oferecer muitas oportunidades aos trabalhadores, mas também representam preocupações éticas e riscos para os seus direitos e bem-estar. À medida que a IA e outras tecnologias continuam a evoluir, também é necessário superar as divisões digitais, incluindo reduzir pela metade a divisão digital de gênero até 2030, priorizar a inclusão de pessoas em situações vulneráveis no mercado de trabalho, bem como garantir o respeito justo pela propriedade intelectual, proteção de dados, privacidade e segurança. Nós concordamos em defender e promover a IA responsável para melhorar os resultados da educação e da saúde, bem como o empoderamento das mulheres. Nós reconhecemos que o letramento e as habilidades digitais são essenciais para alcançar uma inclusão digital significativa. Nós reconhecemos que a integração das tecnologias no local de trabalho é mais bem-sucedida quando incorpora as observações e sugestões dos trabalhadores e, assim, incentiva as empresas a se engajarem no diálogo social e em outras formas de consulta ao integrar as tecnologias digitais no trabalho. Com isso em mente, nós saudamos a decisão dos Ministros do Trabalho e Emprego do G20 de estabelecer diretrizes para o uso seguro e

confiável da IA no mundo do trabalho, em colaboração com outras linhas de trabalho relevantes.

79. Nós aguardamos com expectativa a continuação das atividades do Grupo de Trabalho de Economia Digital, bem como as discussões no G20 em uma Iniciativa de Alto Nível/Força-Tarefa sobre Inteligência Artificial e Inovação para apoiar esses esforços, sob a Presidência sul-africana.

Por um G20 Inclusivo e Eficaz

80. Nós saudamos a União Africana como membro pleno do G20. A voz da África deve ser amplificada no G20 e em todos os outros fóruns internacionais. Nós reiteramos nosso forte apoio à África, inclusive por meio do Pacto com a África e da iniciativa do G20 de apoio à industrialização na África e nos países menos desenvolvidos, e apoiamos a União Africana para realizar a integração comercial e econômica e as aspirações de sua Agenda 2063, que entra em sua segunda década de implementação.

81. Em 2024, o G20 continuou a reforçar o papel do grupo como um fórum inclusivo e eficaz. Nós promovemos um diálogo e uma articulação aprimorados dentro do G20, reunindo as trilhas Sherpa e Finanças por meio de um número maior de reuniões conjuntas, bem como pela convocação de duas forças-tarefa conjuntas adicionais, que trataram de algumas das principais prioridades da Presidência brasileira do G20: o combate à fome e à pobreza e a mobilização global contra a mudança do clima.

82. Nós destacamos a importância da aproximação do G20 com todos os membros da comunidade internacional. Nesse sentido, nós elogiamos a convocação de uma Reunião de Ministros das Relações Exteriores na sede das Nações Unidas durante a Presidência brasileira, que foi a primeira reunião do G20 aberta a todos os membros das Nações Unidas.

83. Nós saudamos a abordagem inovadora adotada pela Presidência Brasileira do G20 para melhor integrar os grupos de engajamento, ao destacar o papel construtivo que a sociedade civil pode e deve desempenhar no tratamento de questões econômicas, financeiras, políticas, ambientais e sociais. Nós aplaudimos a decisão de convocar uma Cúpula Social do G20, uma iniciativa que proporcionou às partes interessadas não governamentais uma oportunidade única de expressar suas opiniões sobre questões fundamentais da agenda internacional.

84. Considerando que o G20 é um grupo informal e liderado por Líderes e deve assim permanecer, os Sherpas avaliarão o primeiro ciclo completo de

presidências do G20 sob a presidência da África do Sul e, com total respeito aos princípios acordados na Cúpula de Cannes em 2011, fornecerão recomendações para o segundo ciclo, incluindo um roteiro para futuras presidências.

Conclusão

85. Nós permanecemos resolutos em nosso compromisso de combater a fome, a pobreza e a desigualdade, promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões econômica, social e ambiental e reformar a governança global. Nós saudamos a ambição da Arábia Saudita em antecipar sua vez de sediar a Presidência do G20 no próximo ciclo.

Agradecemos ao Brasil por sua liderança este ano e esperamos trabalhar juntos em 2025 sob a presidência da África do Sul e nos encontrar novamente nos Estados Unidos em 2026.

Nota à imprensa nº 555, publicada em 18/11/2024

2.5. Reunião de líderes do IBAS – Comunicado de Imprensa – Rio de Janeiro, 19 de novembro de 2024

1. Nós, os líderes de Brasil, Índia e África do Sul, reunidos no Fórum IBAS, criado há mais de 20 anos para promover a coordenação em questões globais entre três grandes democracias pluralistas, multiculturais e multiétnicas da Ásia, América do Sul e África, e para reforçar a cooperação trilateral em áreas setoriais, proporcionando uma moldura mais ampla para a cooperação Sul-Sul, nos encontramos no Rio de Janeiro, Brasil, em 19 de novembro de 2024.
2. Ressaltamos a importância dos princípios, normas e valores do IBAS, incluindo o multilateralismo reformado, a democracia, o respeito, a promoção e a proteção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais para todos, o direito humanitário internacional, a igualdade soberana, a integridade territorial, a negociação pacífica, diplomacia, liberdade, o primado do direito internacional e o desenvolvimento sustentável, e acreditamos que eles servem como uma ponte entre os países em desenvolvimento e os desenvolvidos.
3. Decididos a revigorar os trabalhos do IBAS, concordamos com a realização de uma Cúpula do IBAS na África do Sul, em 2025, com vistas a consolidar a cooperação trilateral, fortalecer o Fundo IBAS e

valorizar o papel do grupo como fórum privilegiado de coordenação em favor de reformas da governança global.

4. Expressamos a nossa preocupação com a escalada das tensões geopolíticas e a erupção de conflitos em várias partes do mundo e enfatizamos a urgência de nos empenharmos na busca pela paz. Sublinhamos a urgência de valorizar o diálogo e a diplomacia como instrumentos primordiais para a resolução pacífica de conflitos. Reiteramos o nosso compromisso com o multilateralismo e com os princípios da Carta das Nações Unidas e apelamos à defesa do direito internacional, incluindo o direito humanitário internacional. Apelamos ao reforço do controle global de armas, do desarmamento e da não-proliferação, incluindo esforços no âmbito da Conferência sobre Desarmamento.
5. Saudamos a adoção do Pacto para o Futuro e dos seus anexos e os compromissos para tornar as instituições globais mais representativas e responsivas ao mundo de hoje. Estimulados pelo Pacto para o Futuro, ressaltamos que é chegado o momento de nos movermos em direção a um processo orientado para resultados e apelamos por esforços redobrados com vistas a resultados concretos a esse respeito, por meio do início de negociações com base em um texto. Apoiamos o Chamado à Ação sobre a Reforma da Governança Global lançado pela presidência brasileira do G20.
6. Cientes de nossa responsabilidade histórica e da vocação do grupo IBAS de defesa de uma ordem internacional mais justa, equilibrada e atenta aos anseios dos países em desenvolvimento, expressamos nosso apoio a uma reforma urgente e abrangente das instituições de governança global, que permita a superação das crises sistêmicas enfrentadas pela humanidade por meio de um sistema multilateral revigorado e fortalecido, com as Nações Unidas em seu centro. Também enfatizamos a necessidade urgente de obter representação geográfica equitativa e inclusiva na composição da equipe do Secretariado das Nações Unidas e de outras organizações internacionais em tempo hábil.
7. Reiteramos nosso compromisso com o aprimoramento da governança global por meio da promoção de um sistema multilateral internacional mais ágil, eficaz, efetivo, eficiente, responsivo, representativo, legítimo, democrático e responsável. Apelamos a que seja assegurada uma

participação maior e mais significativa de Mercados Emergentes e Países em Desenvolvimento e de países de menor desenvolvimento relativo, em especial na África, América Latina e Caribe, nos processos e estruturas de tomada de decisão, tornando-os mais ajustados às questões contemporâneas.

8. Conforme que nos aproximamos do 80º aniversário das Nações Unidas, manifestamos nosso apoio a uma reforma ambiciosa das Nações Unidas, para adaptá-la às realidades geopolíticas contemporâneas e enfrentar novos desafios globais, como a mudança do clima, a desigualdade socioeconômica, a transição energética, a digitalização e outras questões emergentes que afetam a comunidade internacional.
9. Apoiamos uma reforma transformadora do Conselho de Segurança, de modo a torná-lo mais representativo, inclusivo, eficiente, eficaz, democrático e responsável, com a participação efetiva dos países em desenvolvimento em ambas as suas categorias. Renovamos o nosso compromisso de trabalhar para a expansão do número de membros do Conselho de Segurança para incluir a representação dos países em desenvolvimento da África, Ásia e América Latina, tanto nas categorias de membros permanentes como não-permanentes, para alcançarmos um Conselho de Segurança reformado, representativo, equitativo, responsivo e efetivo, que reflita as realidades globais contemporâneas. Apoiamos a aspiração legítima dos países africanos de terem uma presença permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas e apoiamos os esforços do Brasil e da Índia para ocuparem assentos permanentes no Conselho de Segurança.
10. Apoiamos o fortalecimento do papel da Assembleia Geral como principal órgão deliberativo, decisor de políticas e representativo das Nações Unidas para defender os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, inclusive em questões relacionadas com a manutenção da paz e segurança internacionais, garantindo que a inação não paralise os esforços das Nações Unidas.
11. A magnitude dos desafios coletivos que enfrentamos hoje exige uma resposta igualmente ambiciosa. Encorajamos uma ampla reforma da Carta das Nações Unidas, incluindo a convocação de uma conferência de revisão, em conformidade com o seu artigo 109.º. Não podemos esperar por outra tragédia global, como a Segunda Guerra Mundial, para construir uma nova governança global sobre as suas ruínas.

12. Condenamos o terrorismo em todas as suas formas e manifestações, onde quer que seja cometido e por quem quer que seja. Concordamos que o terrorismo é um flagelo global que deve ser combatido e que os refúgios terroristas devem ser eliminados em todas as partes do mundo. Reafirmamos que a luta contra o terrorismo deve ser levada a cabo com pleno respeito pelo direito internacional, em particular a Carta das Nações Unidas e o direito internacional dos direitos humanos. Apelamos à comunidade internacional para que estabeleça uma moldura internacional genuinamente ampla de luta contra o terrorismo, de acordo com os princípios do direito internacional, e apoie o papel central de coordenação das Nações Unidas na luta contra o terrorismo internacional. Recordamos a responsabilidade de todos os Estados na prevenção e combate ao terrorismo, incluindo o terrorismo transfronteiriço, o financiamento de redes terroristas e ações terroristas a partir dos seus territórios. Apelamos a ações concertadas contra todos os terroristas e entidades terroristas listados na ONU, incluindo a Al-Qaeda, o ISIS/Daesh, o Lashkar-e-Tayyiba (LeT), o Jaish-e-Mohammad (JeM), outros grupos proxy e os seus facilitadores. Reiteramos a nossa determinação em intensificar os esforços conjuntos para a adoção rápida da Convenção Global sobre o Terrorismo Internacional na AGNU.
13. Saudamos a Cúpula do BRICS em Kazan, em outubro de 2024, e a criação da categoria de País Parceiro do BRICS. Os líderes da Índia e da África do Sul concordam em apoiar a presidência do Brasil no BRICS em 2025, sob o tema “Aprimorando a Cooperação Global do Sul para uma Governança Mais Inclusiva e Sustentável”.
14. Aplaudimos as reformas fiscais recentemente levadas a cabo pelos nossos países para combater as desigualdades e promover sistemas fiscais mais justos e progressivos. Com total respeito à soberania fiscal, sublinhamos que, em particular, indivíduos com patrimônio líquido elevado devem pagar sua justa parte em impostos. A este respeito, saudamos a Declaração Ministerial do G20 do Rio de Janeiro sobre Cooperação Fiscal Internacional. Estamos unidos no apoio à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Fiscal Internacional e apelamos à adoção rápida de um protocolo sobre a tributação eficaz de indivíduos com elevado patrimônio líquido.
15. Concordamos que a luta contra a pobreza e a fome é uma prioridade entre os países do IBAS e decidimos reforçar a cooperação internacional

para garantir a segurança alimentar e nutricional em nível global. Concordamos em fortalecer, expandir e promover o Fundo IBAS para o Alívio da Pobreza e da Fome, uma iniciativa de cooperação Sul-Sul reconhecida internacionalmente, com 47 projetos em 38 países, que fornece apoio financeiro a projetos do Sul, liderados pelo Sul e guiado pelas demandas do Sul.

16. Reafirmamos o papel do G20 como principal fórum global para a cooperação econômica internacional. A este respeito, também saudamos e apoiamos a inclusão da União Africana como membro do G20 na Cúpula do G20 em Nova Delhi, em 2023. Apoiamos a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza e o trabalho do grupo de trabalho para uma Mobilização Global contra as alterações climáticas. Saudamos o sucesso do Brasil em sediar a Cúpula dos Líderes do G20 no Rio de Janeiro, em novembro de 2024, e reafirmamos nossa disposição de coordenar nossas posições para aumentar a inclusão e ampliar a voz do Sul Global e integrar ainda mais suas prioridades na agenda do G20, por meio das consecutivas presidências do G20 dos estados membros do IBAS – Índia, Brasil e África do Sul – de 2023 a 2025. Neste sentido, reafirmamos o nosso apoio à organização bem sucedida da África do Sul na presidência do G20, em 2025.

Nota à imprensa nº 559, publicada em 19/11/2024

2.6. De Nice a Belém: Brasil e França unidos em defesa dos oceanos e do clima

Reunidos no Rio de Janeiro em 19 de novembro de 2024, os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Emmanuel Macron se comprometeram a tornar a proteção dos oceanos e dos ecossistemas marinhos e costeiros uma prioridade estratégica em seu compromisso bilateral e multilateral de proteger a biodiversidade e combater a mudança do clima. Conscientes de que o lugar dos oceanos na agenda internacional não está à altura do seu papel no equilíbrio climático e ambiental, nem das ameaças à vida marinha, a França e o Brasil decidiram colocar os oceanos no centro de sua agenda diplomática internacional.

Brasil e França, países vizinhos por terra e mar graças à Guiana Francesa, são duas nações oceânicas e marítimas. Como tal, compartilham uma responsabilidade particular em relação à proteção dos oceanos e à gestão de seus recursos de forma sustentável.

O Brasil sediará a COP 30 da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima em novembro de 2025, quando se completarão 33 anos da adoção da UNFCCC e dez anos da adoção do Acordo de Paris. Em 2025, todas as Partes deverão apresentar novos objetivos climáticos em suas Contribuições Nacionalmente Determinadas. Essas metas devem mostrar o mais alto nível de ambição, cobrir todos os setores da economia no esforço de mitigação de todos os gases de efeito estufa, estando sempre alinhadas ao objetivo de limitar o aumento da temperatura média global a 1,5°C em comparação aos níveis pré-industriais e às recomendações do primeiro Balanço Global resultante da COP 28. Após o Chamado Brasil-França à ambição climática de Paris a Belém e além, lançado pelos Presidentes dos dois países em 26 de março de 2024 em Belém, o Brasil e a França reafirmam sua vontade de enviar todos os esforços no sentido de contribuir para o aumento da ambição climática global e enfatizam a importância de um multilateralismo eficaz para que o objetivo de 1,5°C continue dentro do alcance.

A França organizará, juntamente com a Costa Rica, a próxima Conferência das Nações Unidas sobre o Oceano (UNOC), que será realizada em Nice em junho de 2025. Tendo em vista a urgência da situação dos oceanos, a UNOC será uma cúpula de ação baseada em compromissos concretos e em um roteiro consolidado de ações. A Conferência culminará com a adoção do Plano de Ação de Nice para o Oceano, que deverá ser o mais ambicioso possível para preservar a saúde e integridade dos oceanos.

A fim de alcançar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 (ODS 14) e implementar a Agenda 2030, o Brasil e a França, enquanto parceiros estratégicos, se comprometem a lançar juntos uma dinâmica global para oceanos e o clima, à margem do G20, cuja Cúpula de Líderes está programada para os dias 18 e 19 de novembro de 2024, no Rio de Janeiro, com vistas à 3ª UNOC, em Nice, e à COP30, em Belém. Nosso objetivo é desenvolver uma economia azul justa e sustentável, fortalecendo, ao mesmo tempo, a resiliência das comunidades marinhas e costeiras.

Proteção da biodiversidade marinha e da vida nos oceanos

1. A França e o Brasil reiteram seu compromisso de implementar o Marco Global da biodiversidade de Kunming-Montreal, adotado pela COP-15 da Convenção de Diversidade Biológica (CDB), para garantir que, até 2030, pelo menos 30% das áreas terrestres e das águas interiores, bem como das áreas costeiras e marinhas, sejam conservadas e geridas de forma adequada, por meio do estabelecimento

de áreas protegidas ecologicamente representativas, bem conectadas e geridas de forma equitativa, bem como de outras medidas eficazes de conservação por área. A França e o Brasil também reiteraram a importância de restaurar os ecossistemas marinhos degradados. A França e o Brasil se comprometem a fortalecer a conectividade ecológica e a representatividade de suas áreas marinhas protegidas.

2. A França e o Brasil reiteraram seu compromisso de contribuir, em conformidade com o artigo 20 da Convenção sobre Diversidade Biológica, para o alcance das metas globais de financiamento para a implementação do Marco Global de Kunming-Montreal, adotado pela COP-15 da Convenção sobre Diversidade Biológica, mobilizando todas as fontes de financiamento, incluindo recursos domésticos e internacionais, públicos e privados, reconhecendo os desafios específicos dos países em desenvolvimento.
3. A França e o Brasil destacam a importância do planejamento espacial marinho e da gestão integrada da zona costeira. Enfatizam, em particular, a importância de que cada Estado gerencie de forma sustentável sua zona econômica exclusiva, a fim de conciliar as atividades econômicas com a necessidade de proteger o meio ambiente e promover a justa distribuição dos benefícios dos serviços ecossistêmicos. No âmbito da UNOC, a França está promovendo a campanha “100% Aliança”, com o objetivo de promover a adesão de cerca de cem países à iniciativa em Nice, em junho de 2025.
4. No contexto do planejamento espacial marinho nas Regiões Ultramarinas (sigla em inglês: MSP-OR) da União Europeia, Brasil e França continuarão o intercâmbio de informações e boas práticas para que os respectivos planejamentos dos países estejam integrados de forma atender as demandas do ambiente marinho e seus ecossistemas e contribuam para atingir aos objetivos ecológicos, econômicos e sociais em ambos os lados da fronteira.
5. O Brasil e a França comprometem-se a manter Políticas Marítimas Nacionais atualizadas e alinhadas, entre outros aspectos, com a proteção da biodiversidade marinha e da vida nos oceanos, e incentivam os demais países costeiros a fazerem o mesmo. Dessa forma, comprometem-se a fortalecer a cooperação bilateral para a conservação e o uso sustentável dos oceanos, em conformidade com os seus compromissos multilaterais, em particular com a Convenção

das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com destaque para o ODS-14.

6. Conscientes da importância de preservar a saúde e a integridade dos oceanos, em particular de áreas além das jurisdições nacionais, a França e o Brasil apoiam a entrada em vigor, o mais breve possível, com vistas a sua implementação, do Acordo no âmbito da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar sobre a conservação e o uso sustentável da biodiversidade marinha em áreas além da jurisdição nacional (BBNJ), e incentivam toda a comunidade internacional a contribuir para esse objetivo, aproveitando a organização da UNOC-3 em Nice, em junho 2025.
7. A França apoia firme e resolutamente a criação de um santuário de baleias no Atlântico Sul, local importante de reprodução de cetáceos, no âmbito da Comissão Internacional das Baleias (CIB), conforme a proposta defendida pelo Brasil desde 2001.
8. Os fundos marinhos abrigam uma rica biodiversidade e ecossistemas complexos que possuem um equilíbrio muito frágil. A exploração dos fundos marinhos pode causar impactos ambientais ainda não conhecidos que podem se revelar significativos ou até mesmo irreparáveis. Convencidos de que nenhuma atividade de extração deveria ser autorizada na área internacional dos fundos marinhos enquanto não houver uma regulamentação robusta sobre a exploração dessas áreas que proteja suficientemente o meio ambiente, a França e o Brasil defendem a adoção de uma pausa preventiva na exploração dos recursos da área internacional dos fundos marinhos. Apoiam o aprimoramento do conhecimento científico sobre os fundos marinhos e seus ecossistemas, bem como o fortalecimento da cooperação internacional nessa área.
9. Levando em conta que a pesca exerce uma pressão considerável sobre os estoques de peixes e, de forma mais ampla, sobre os ecossistemas marinhos envolvidos, o gerenciamento sustentável da pesca de captura, feito com base nos melhores dados científicos disponíveis, na abordagem precautória e ecossistêmica, está no centro de nossos esforços individuais e coletivos para proteger os oceanos. A França e o Brasil se comprometem a prevenir e combater a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada, e a promover essa abordagem global

junto às organizações internacionais relevantes, a fim de promover um acordo mais favorável à proteção e à regeneração dos estoques de peixes. Para colaborar com a prevenção e combate à pesca ilegal, não declarada e não regulamentada, a França e o Brasil fortalecerão sua cooperação e intercâmbio de informações no âmbito bilateral e no âmbito regional do Escudo das Guianas.

Fortalecer a ação climática voltada para os oceanos

10. Determinados a proteger os oceanos dos impactos das mudanças do clima e conservar os ecossistemas marinhos, incluindo aqueles que atuam como reguladores climáticos e sumidouros de carbono, a França e o Brasil reconhecem a importância de incluir ações voltadas para os oceanos na preparação e implementação de suas políticas nacionais sobre clima e biodiversidade, como as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC), os Planos Nacionais de Adaptação (NAP) e nas Estratégias e Planos Nacionais de Biodiversidade (NBSAP), especialmente no que se refere à observação dos oceanos e à adaptação de zonas costeiras, incentivando todos os países a fazerem o mesmo.
11. A França e o Brasil incentivarão as cidades, as regiões e os estados costeiros franceses e brasileiros mais ameaçados pelo aumento do nível do mar a contribuir para o intercâmbio de melhores práticas e soluções e saúdam os esforços da Coalizão “Ocean Rise and Coastal Resilience”.
12. O Brasil e a França apoiam iniciativas acadêmicas que promovam o desenvolvimento do direito internacional e do direito do mar, com a promoção de estudos e debates à luz dos desafios associados à elevação do nível do mar, a fim de contribuir com respostas às complexas questões jurídicas que se apresentam nesta nova realidade.
13. Para manter a meta de 1,5°C do Acordo de Paris dentro do alcance, o Brasil e a França acelerarão os seus esforços para operacionalizar a decisão do Balanço Global de implementar uma transição justa, ordenada e equitativa, com vistas à eliminação gradual dos combustíveis fósseis. O Brasil e a França se comprometem a promover o uso de combustíveis renováveis no setor de transporte marítimo comercial, a fim de acelerar a transição energética do setor e cumprir as metas estabelecidas pela Estratégia da IMO sobre a Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) de Navios (2023) e com a adoção de medidas de implementação, nos termos previstos pela estratégia.

Aprimorar nosso conhecimento científico sobre os oceanos para nos prepararmos para os impactos da mudança do clima

14. A França e o Brasil contam com uma cooperação científica de longa data nas áreas de oceanografia, tecnologias marinhas e biodiversidade marinha. Essa parceria fortalece seus esforços para a proteção dos oceanos e o uso sustentável de seus recursos.
15. Cientes das interconexões entre os ecossistemas terrestres e marinhos, o Brasil e a França continuarão a aprofundar o conhecimento científico e a fortalecer a cooperação sobre as relações entre oceanos, clima e biodiversidade, a fim de proteger as populações e os ecossistemas dos impactos da proliferação do sargaçó, da acidificação dos oceanos e da poluição plástica, conforme os objetivos da Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (2021-2030).
16. O Brasil e a França se comprometem a fortalecer a interface entre ciência e políticas públicas, e buscarão explorar os melhores meios para promover visão integral do conhecimento dos oceanos, inclusive no âmbito da Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI-UNESCO).
17. O Brasil e a França saúdam as recomendações resultantes das conferências denominadas “diálogos oceânicos”, no escopo do “Oceanos 20”, realizadas no Rio de Janeiro em 2024, para as quais contribuíram institutos de pesquisa franceses e brasileiros.
18. O Brasil e a França se comprometem a continuar a investir na pesquisa científica oceânica, incluindo o fortalecimento de seus centros de excelência e das parcerias bilaterais existentes, e a considerar novas iniciativas conjuntas.
19. O Brasil e a França saúdam as tratativas em andamento para a cooperação reforçada entre o Instituto Nacional de Pesquisa Oceanográfica e o Mercator Ocean.
20. O Brasil e a França apoiam o fortalecimento da cooperação sobre temas oceânicos, estabelecendo espaços para o debate sobre temas de mútuo interesse durante a UNOC-3, a ser realizada em Nice em 2025, e dando sua continuidade durante a COP-30, em Belém, também em 2025.

Nota à imprensa nº 561, publicada em 19/11/2024

2.7. Comunicado conjunto do Brasil, Chile, Colômbia e México

Os governos de Brasil, Chile, Colômbia e México fazem uma conclamação urgente a que se evitem ações que escalem a corrida armamentista e agravem o conflito entre a Federação da Rússia e a Ucrânia.

Instamos todas as partes envolvidas a cumprir com os seus compromissos internacionais e a privilegiar o diálogo e a busca da paz nessa região.

Nota à imprensa nº 564, publicada em 20/11/2024

2.8. Declaração Conjunta sobre a formação da Comunidade de Futuro Compartilhado Brasil-China por um Mundo mais Justo e um Planeta mais Sustentável

A convite do Presidente da República Federativa do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva, o Presidente da República Popular da China Xi Jinping realizou uma visita de Estado ao Brasil no dia 20 de novembro de 2024.

1. As partes decidiram elevar as relações bilaterais a Comunidade de Futuro Compartilhado Brasil-China por um Mundo mais Justo e um Planeta mais Sustentável.
2. As partes consideraram que, nos cinquenta anos desde o estabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a China, as relações dos dois países têm resistido às rápidas mudanças e marcadas turbulências no contexto internacional e mantêm desenvolvimento constante e positivo. O Brasil tornou-se, em 1993, pioneiro ao estabelecer uma Parceria Estratégica com a China. Em 2004, foi um dos primeiros países a reconhecer a China como economia de mercado e, em 2012, foi o primeiro país da América Latina e Caribe a estabelecer uma Parceria Estratégica Global. Sob a orientação estratégica dos dois chefes de Estado e a coordenação efetiva da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), as relações entre os dois países entraram no melhor momento da história e a sua natureza estratégica, mutuamente benéfica e abrangente é cada vez mais destacada, dando um exemplo de relacionamento do Sul Global e entre os grandes países em desenvolvimento.
3. O Brasil apoia a China a transformar-se em um grande país moderno em todos os aspectos e promover a revitalização da nação chinesa em todas as frentes através do caminho chinês para a modernização.

A China apoia o Brasil a trilhar seu caminho de desenvolvimento justo, inclusivo, sustentável e livre da fome e da pobreza, e faz votos de novos êxitos de desenvolvimento econômico e social para o Brasil.

4. As partes felicitaram-se pelo êxito da VII sessão plenária da COSBAN, realizada em Pequim, em junho de 2024. Reconheceram que, lançada em 2004, por ocasião da primeira visita de Estado do Presidente Lula à China, a COSBAN tem fortalecido consistentemente a cooperação e o diálogo aberto, com o objetivo de avançar estrategicamente a parceria bilateral.
5. De modo a elevar as relações bilaterais a um novo patamar, as partes concordaram em estabelecer sinergias estratégicas entre a Iniciativa Cinturão e Rota e as estratégias brasileiras de desenvolvimento, como a Nova Indústria Brasil (NIB), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Plano de Transformação Ecológica e o Programa Rotas da Integração Sul-Americana, para impulsionar a atualização e o melhoramento da qualidade da cooperação entre os dois países, promover os processos de modernização do Brasil e da China, e contribuir positivamente para a interconectividade e desenvolvimento sustentável regionais.
6. No processo de estabelecimento de sinergias estratégicas entre o Brasil e a China, as duas partes promoverão prioritariamente a cooperação estratégica em áreas como finanças, infraestrutura, desenvolvimento de cadeias produtivas, investimentos, transformação ecológica, ciência, e tecnologia e inovação.
7. As partes reconheceram o potencial de cooperação existente nas áreas de defesa e da indústria de defesa, e reconhecem que deveriam intensificar contatos de alto nível e estudar novas iniciativas nessa área.
8. As partes acordaram realizar o Ano Cultural Brasil-China em 2026, em seguimento à bem-sucedida série de eventos culturais realizados por ocasião da celebração do cinquentenário das relações diplomáticas. A iniciativa visa a fortalecer os laços culturais e aprofundar o entendimento mútuo entre os dois povos, com ênfase na promoção recíproca de suas culturas, reconhecidas por sua rica diversidade e criatividade.
9. A parte brasileira reiterou que adere firmemente ao princípio de Uma Só China, reconheceu que só existe uma China no mundo e

que Taiwan é uma parte inseparável do território chinês, enquanto o Governo da República Popular da China é o único governo legal que representa toda a China. A parte brasileira apoia os esforços da China para realizar a reunificação nacional pacífica. A parte chinesa manifestou grande apreço a esse respeito.

10. As partes reiteram o apoio à autoridade da Organização das Nações Unidas (ONU) e ao seu papel central na manutenção da paz e da segurança internacionais e na promoção do desenvolvimento. Reconheceram a necessidade de reformar a ONU e seu Conselho de Segurança, com vistas a torná-los mais representativos e democráticos. Enfatizaram também o impulso das reformas necessárias e adequadas do Conselho de Segurança, para permitir que um maior papel seja desempenhado pelos países em desenvolvimento e que a composição do Conselho possa responder adequadamente aos atuais desafios globais. A parte chinesa atribui grande importância à influência e ao papel que o Brasil exerce em assuntos regionais e internacionais, compreende e apoia a aspiração do Brasil de desempenhar um maior papel na ONU, inclusive no seu Conselho de Segurança.
11. As partes expressaram que, como importantes representantes do Sul Global e membros do G20 e do BRICS, Brasil e China possuem posições convergentes nos grandes temas internacionais e regionais. Enfatizaram a defesa da autoridade e centralidade das Nações Unidas e a promoção da governança global baseada no multilateralismo, no direito internacional e nos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas. Indicaram que estreitarão ainda mais a colaboração estratégica nas plataformas multilaterais como as Nações Unidas, o G20 e o BRICS, trabalharão para tornar a ordem internacional mais justa e equitativa e promoverão o alcance de um mundo multipolar equitativo e ordenado e uma globalização econômica universalmente benéfica e inclusiva. Ressaltaram, como exemplo da convergência de visões em matéria de paz e segurança internacional, os “Entendimentos Comuns entre o Brasil e a China para uma Resolução Política para a Crise na Ucrânia”, que precederam a criação do “Grupo de Amigos da Paz” e o comunicado final da Reunião de Alto Nível de Países do Sul Global sobre o Conflito na Ucrânia, realizada em 27 de setembro, em Nova York.
12. As partes concordaram em seguir envidando esforços conjuntos para promover o reforço da aprendizagem mútua e intercâmbio

entre civilizações, resolver disputas regionais por meios políticos e diplomáticos, e contribuir positivamente para a paz, a segurança e o desenvolvimento sustentável do mundo, tendo o Brasil saudado as iniciativas da China nesse sentido, como a Iniciativa para o Desenvolvimento Global, a Iniciativa para a Civilização Global e a Iniciativa para a Segurança Global.

13. A parte chinesa manifestou grande apreço à parte brasileira pelos trabalhos proativos na sua presidência rotativa do G20, especialmente nas três prioridades – a inclusão social e o combate à fome e à pobreza, as transições energéticas e a promoção do desenvolvimento sustentável, a reforma das instituições de governança global. Felicitou o Brasil pelo pleno êxito da Cúpula do G20 no Rio de Janeiro. O Brasil expressou apreço pela contribuição chinesa à cúpula.
14. A parte chinesa reiterou seu apoio à criação da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, proposta pelo Brasil, e recordou sua adesão à iniciativa. As partes salientaram igualmente que continua a ser imperativo erradicar a pobreza em todas as suas formas e dimensões, reduzir as desigualdades e promover o desenvolvimento sustentável para todos, inclusive por meio da cooperação internacional e da cooperação Sul-Sul com vistas ao compartilhamento de melhores práticas.
15. A parte chinesa saudou a iniciativa do Brasil de lançar um Chamado à Ação pela Reforma da Governança Global, adotado no âmbito da presidência brasileira do G20. As partes expressaram seu firme propósito de dar seguimento aos compromissos assumidos no Chamado à Ação a fim de avançar a necessária reforma das instituições de governança global, à luz do aniversário de 80 anos das Nações Unidas em 2025. Reiteraram a necessidade de uma reforma abrangente da arquitetura financeira internacional para ampliar a influência dos países em desenvolvimento e sua representação nas instituições financeiras internacionais.
16. A parte chinesa assinalou seu apoio à presidência pro tempore brasileira do BRICS em 2025 e a à realização da 17ª Cúpula do BRICS, bem como à presidência brasileira da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), a ter lugar em Belém, em 2025.

17. A parte chinesa aprecia o Comunicado Conjunto “Unidos por Nossas Florestas”, adotado na cidade de Belém do Pará, durante a Cúpula da Amazônia, em 9 de agosto de 2023. A parte chinesa saudou a iniciativa brasileira de lançar o Fundo Florestas Tropicais para Sempre, com vistas à COP30, e manifestou expectativa de que a iniciativa possa desempenhar papel positivo.
18. As partes enfatizaram o papel do desenvolvimento sustentável como um princípio orientador para a cooperação internacional, como forma de garantir que o crescimento econômico seja equitativo, o bem-estar social seja assegurado e os recursos ambientais sejam usados de forma sustentável para o benefício de todos.
19. As partes concordaram em continuar colaborando estreitamente e promover maior desenvolvimento da cooperação China-América Latina e Caribe, bem como manter comunicação e cooperação estreita sobre a realização em tempo oportuno da próxima reunião do Fórum China – CELAC (FCC). Coincidiram em dar seguimento ao Diálogo MERCOSUL-China.
20. Os dois lados avaliaram como muito positivos os resultados frutíferos da visita do Presidente Xi Jinping e seu significado como marco histórico com a elevação do nível estratégico das relações Brasil-China. O Presidente Xi Jinping expressou sinceros agradecimentos ao Presidente Lula e ao governo e ao povo brasileiros pela calorosa e amistosa hospitalidade que lhe foi dada.

Nota à imprensa nº 565, publicada em 20/11/2024

2.9. Comunicado Conjunto dos Estados Partes Signatários do MERCOSUL e da Comissão Europeia sobre a Conclusão das Negociações do Acordo de Parceria

Os Estados Partes Signatários do MERCOSUL – a República da Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai – e a Comissão Europeia anunciaram, na 65ª Reunião de Cúpula do MERCOSUL (Montevideu, 6 de dezembro de 2024), a conclusão final das negociações de um Acordo de Parceria entre as duas regiões, após mais de duas décadas de negociações.

Tomando em conta o progresso realizado nas últimas décadas até junho de 2019, o MERCOSUL e a União Europeia engajaram-se, desde 2023, em intenso processo de negociações para ajustar o acordo aos desafios atuais enfrentados nos níveis nacionais, regionais e global. Nos últimos dois anos, as duas partes realizaram sete rodadas de negociações, entre outras reuniões, e comprometeram-se a revisar as matérias relevantes.

À luz do progresso alcançado desde 2023, o Acordo de Parceria entre o MERCOSUL e a União Europeia está agora pronto para revisão legal e tradução. Ambos os blocos estão determinados a conduzir tais atividades nos próximos meses, com vistas à futura assinatura do acordo.

Nota à imprensa nº 586, publicada em 06/12/2024

3. DISCURSOS

3.1. Discurso do Ministro Mauro Vieira na abertura do segmento ministerial da Conferência da Diáspora Africana nas Américas – Salvador, 31 de agosto de 2024

É uma honra e motivo de orgulho para o Brasil receber, em Salvador, cidade em que 80% da população se considera afrodescendente, a Conferência da Diáspora Africana nas Américas, com contribuições para o 9º Congresso Pan-Africano, que será realizado no Togo, no final de outubro.

Agradeço a presença, nesta cerimônia, de entrega dos resultados da Conferência da Diáspora Africana nas Américas, de representantes de mais de 50 países da África e das Américas, o que sinaliza a importância deste tema para nossas populações.

No caso brasileiro, a organização da Conferência contou com ampla participação governamental, reunindo os Ministérios da Igualdade Racial; dos Direitos Humanos e da Cidadania; da Cultura; do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; a Secretaria-Geral da Presidência da República; a Secretaria de Comunicação da Presidência da República; e a Casa Civil da Presidência da República. Tivemos também o apoio do Governo da Bahia e do Instituto Brasil-África, o que demonstra sua relevância para o Estado brasileiro.

Como sabem, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva estabeleceu entre as prioridades de seu terceiro mandato a retomada da integração regional e a reconstrução da parceria do Brasil com os países africanos. A feliz escolha de Salvador para a realização desta Conferência nos possibilitou congregar essas duas prioridades, ao reunir as Américas e a África para refletir sobre a presença e a circulação de pessoas africanas e afrodescendentes pelo espaço atlântico.

Prezados Ministro Dussey e Vice-Presidente Nsanzabaganwa,

O movimento pan-africanista tem em seus fundamentos históricos a promoção da solidariedade entre a diáspora africana e a África, ademais do combate ao racismo. O tema do 9º Congresso Pan-Africano, sobre o papel da

África na reforma das instituições multilaterais, é, portanto, bastante oportuno, por sua consonância com a agenda da presidência brasileira do G20 em 2024.

Realizaremos evento inédito, em 25 de setembro, à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas, aberto a todos os membros da organização, para promover um “chamado à ação” em favor da reforma da governança global.

Convido todos os países presentes a participarem da reunião e espero que os resultados possam também inspirar para os debates do 9º Congresso Pan-Africano em Lomé.

Senhoras e senhores,

Em seu discurso pelo Dia da África de 2023, o Presidente Lula destacou que o relançamento da relação com a África é também um reencontro do Brasil consigo mesmo.

A política externa brasileira tem buscado, no mesmo sentido, refletir nossa diversidade, com esforços para promover a igualdade racial, combater o racismo e todas as formas de discriminação. No ano passado, lideramos resolução adotada pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas sobre a “Incompatibilidade entre democracia e racismo”. Também apresentamos, em conjunto com o Grupo Africano, versão atualizada da resolução “O mundo dos esportes livre do racismo, discriminação racial, xenofobia e formas correlatas de intolerância”.

Na próxima sessão do Conselho de Direitos Humanos, em setembro e outubro próximos, o Brasil planeja propor resolução sobre “racismo e educação”. Recentemente, em parceria com a Colômbia, apresentamos resolução na Assembleia Geral das Nações Unidas, que proclamou o dia 25 de julho como Dia Internacional das Mulheres e Meninas Afrodescendentes. Seu objetivo é ressaltar o compromisso para alcançar a igualdade de gênero, o combate ao racismo e destacar a contribuição significativa de todas as mulheres e meninas afrodescendentes para o desenvolvimento de nossas sociedades.

A essas medidas de política externa, somam-se diversas políticas públicas destinadas à população afrodescendente no Brasil, que contam, em sua formulação, com o fundamental componente da participação social. É por isso, ademais, que faço questão de agradecer a relevante contribuição dos participantes da sociedade civil, que nos dois últimos dias realizaram intensos debates para apresentar suas recomendações no dia de hoje, às quais ouviremos em breve.

É uma grande satisfação, portanto, ter tido a oportunidade de congregar atores relevantes nos últimos dias em Salvador e promover essa grande celebração do Dia Internacional das Pessoas Afrodescendentes, em que festejamos e recordamos as raízes africanas de nós, brasileiros, e de nossos irmãos das Américas.

Muito obrigado.

3.2. Pronunciamento do Presidente Lula por ocasião da Formatura da Turma Esperança Garcia do IRBr – Brasília, 16 de setembro de 2024

Vocês perceberam: eu tenho um discurso aqui por escrito, mas eu tenho um problema sério com discurso por escrito. É que todo mundo que vem falar antes de mim, fala parte do meu discurso que está escrito. E não se assuste se eu improvisar algumas palavras para vocês.

Queria primeiro cumprimentar meu companheiro ministro de Estado das Relações Exteriores, Mauro Vieira, os embaixadores aqui representados, o nosso Núncio Apostólico, o nosso embaixador de Cabo Verde, o nosso embaixador do Quênia, o nosso embaixador da Guiné-Bissau, o embaixador do Equador. Obrigado pela presença de vocês aqui na posse dos nossos formandos.

Meu companheiro Ricardo Lewandowski [ministro da Justiça e Segurança Pública], que veio aqui, eu deixei ele numa reunião com o Alckmin [Geraldo, vice-Presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços] e ele chegou para participar do evento. Meu caro general Marcos Antonio Amaro, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI); deputado federal Antonio Brito; almirante de esquadra Renato de Aguiar Freire; embaixador Celso Amorim, assessor-chefe da Assessoria Especial da Presidência; embaixador querido amigo Bustani [José Maurício Bustani], embaixadora Mitzi Gurgel; oradora da turma Esperança Garcia secretária Ana Cecília, que fez uso da palavra. Se você continuar assim, você vai ser convidada para ser oradora em muitos eventos do Itamaraty.

Companheiros alunos, queridos e queridas alunas. A alegria, Ana Cecília, no teu discurso de que vocês visitaram, do Oiapoque ao Chuí, os estados brasileiros, eu acho que é uma inovação no Itamaraty que sempre deveria ter existido. Porque eu aprendi na política que a nossa cabeça pensa onde os nossos pés pisam.

E é importante então vocês como representantes do Brasil, e Deus queira que vocês viajem muito, que conheçam muitos países, e que façam uma grande representação do Brasil, qualquer que seja o lugar que vocês estejam, seja em Guiné-Bissau ou em Paris, seja em Cabo Verde ou em Nova Iorque, vocês não podem esquecer quem que vocês representam. Não podem esquecer que vocês serão representantes de um país que tem um povo megadiverso como disse a Cecília aqui.

Você não imagina o orgulho que eu tenho de saber que essa turma é a turma que tem mais mulheres e a turma que tem mais gente negra. É uma coisa extraordinária porque assim a gente vai colocando o Brasil em todas as suas representações, em todas as suas instituições. Esses dias eu fui na posse de um ministro num tribunal. Era uma supremacia branca que não tem nada a ver com a realidade brasileira. Não tem nada a ver. Eu dizia que eu não vi nenhum aluno do Prouni naquela posse.

Eu não vi nem um aluno do FIES, ou seja, parecia que era um outro mundo. Então, quando eu venho aqui e vejo que o Brasil está representado na questão de gênero, está representado na questão racial, eu fico com orgulho. Com orgulho porque o Itamaraty é um centro de excelência.

Pode ser que tenha Presidente que não goste do Itamaraty. Eu já ouvi gente dizer que o Itamaraty é superado, que está superado. Na verdade, o Itamaraty vai fazer aquilo que é a política que o governo determina que seja feito. Quem tem que pensar politicamente é o governo e orientar o Itamaraty para executar as políticas determinadas pelo governo. E eu tive muita sorte porque nos meus mandatos o Itamaraty trabalhou muito. Trabalhou muito.

Eu digo para vocês que, nesse um ano e nove meses agora na minha volta, nós já conversamos com mais Presidentes da República do que qualquer outro Presidente da República na história desse país. Em apenas um ano e nove meses. Nós já participamos de duas reuniões do G7. Já fizemos uma do G20. Vamos ter a outra em novembro. Já visitamos o Presidente americano. Já visitamos o Presidente chinês. Já visitamos o Presidente do Egito. Já visitamos os Emirados Árabes. Já visitamos a Arábia Saudita. Já visitamos o Catar. Já fomos a São Vicente e Granadina fazer a reunião da CELAC com 33 países.

Já fomos a Guiana fazer reunião com CARICOM com 15 países do CARICOM. Então nós já nos reunimos mais do que em qualquer outra coisa e tudo isso graças a uma orientação que o Itamaraty tem de que o Brasil precisa se fazer presente no mundo. O Brasil não é um país pequeno.

E o Brasil não pode ser grande apenas pela extensão territorial. O Brasil tem que ser grande porque nós, brasileiros, precisamos acreditar que nós teremos a importância no mundo que a gente queira ter. E vocês estão assumindo a responsabilidade de um cargo como funcionários do Estado brasileiro, na minha opinião, num momento muito excepcional.

Muito, muito extraordinário para o Brasil. O Brasil, possivelmente, não tenha tido na sua história nenhuma perspectiva, nenhuma chance de galgar espaços importantes no mundo como ele tem agora com a transição climática e com a transição energética. Nunca o mundo viu o Brasil com tanta importância, não é só por causa do agronegócio, não é só por causa do minério de ferro, não é só por causa da soja, não é só por causa da carne.

É porque o Brasil em se tratando de energia, o Brasil é um país imbatível. Basta que a gente seja grande, pense grande, acorde e transforme esse sonho em realidade. Por isso é que nós estamos fazendo com que essa coisa da transição energética seja para nós um novo momento do Brasil se desenvolver, do Brasil crescer, do Brasil se apresentar ao mundo de cabeça erguida, sem complexo de vira-lata, sem complexo de inferioridade.

Por isso é importante o Brasil não participar da guerra da Ucrânia e da Rússia. Por isso é que é importante o Brasil dizer que nós queremos paz, nós não queremos guerra. Aqueles que querem conversar conosco agora poderiam ter conversado conosco antes de começar a guerra. Por isso é que nós repudiamos o massacre contra mulheres e crianças na Palestina, da mesma forma que repudiamos o terrorismo do Hamas.

Mas o Brasil prima por uma coisa. Nós fazemos parte de um continente que gosta de paz e nós queremos paz. Nós não queremos guerra porque a guerra não traz benefício. A guerra só traz malefício. Ela não constrói, ela só destrói. Ela não ajuda, ela só deforma.

Ora, como é que você pode ficar pensando em guerra se depois você tem que reconstruir uma coisa que já estava construída? E o Bustani sabe que a primeira coisa que o Presidente Bush (George W. Bush, Presidente dos Estados Unidos) falou para mim em dezembro de 2002. Eu já tinha sido eleito Presidente mas não tinha tomado posse e o Bush me chamou para me convencer da necessidade do Brasil participar da guerra do Iraque. Que se o Brasil participasse da guerra do Iraque, o Brasil iria participar da reconstrução do Iraque.

Eu disse para o Bush: Presidente, primeiro, eu queria que o senhor soubesse que o Iraque não tem armas químicas. O embaixador que cuidava

da agência é o embaixador brasileiro e ele disse várias vezes que o Iraque não tinha armas químicas. Então não há nenhuma razão para ter guerra porque não tem armas químicas.

Essa é a primeira razão. A segunda razão é que eu não vejo necessidade de fazer uma guerra para destruir e depois construir outra vez. Terceira razão, eu não conheço Saddam Hussein. O Iraque fica a 14 mil quilômetros de distância do Brasil. Ele nunca me fez nada. Por que eu tenho que fazer guerra contra o Iraque? Eu falei: Presidente Bush, a minha guerra no Brasil é contra a fome.

Nós temos 54 milhões de brasileiros passando fome e essa é uma guerra que nós vamos vencer. Acabamos com a fome em 2014, mas voltei agora, 15 anos depois, com 33 milhões de pessoas passando fome outra vez. Já conseguimos tirar 24 milhões e meio e até o final de 2026 nenhum brasileiro, nenhum brasileiro, não importa a cor, não importa a religião, vai estar tomando café, almoçando e jantando todo dia e isso será motivo de orgulho onde vocês tiverem.

Ter orgulho de defender esse país que muitas vezes não teve coragem de se defender e não teve autoestima. Eu acho que a função de vocês vai ser muito importante para o momento que o Brasil está vivendo. Muito importante. O Brasil nunca teve, em nenhum momento da sua história, a relação que o Brasil tem hoje. Nós não temos nada contra nenhum país.

Nada. Temos nada contra os Estados Unidos. Mas somos soberanos. Não temos nada contra a China, mas somos soberanos. E o Brasil quer estar com a China, o Brasil quer estar com a Índia, o Brasil quer estar com os Estados Unidos, o Brasil quer estar com a Venezuela, o Brasil quer estar com a Argentina. O Brasil quer estar com todo o mundo.

Agora, de forma soberana, de forma respeitável porque nós não aceitamos ser menores do que ninguém. Não somos de nariz empinado, não somos prepotentes, mas não somos menores nem inferiores a ninguém.

É esse orgulho que vocês têm que carregar dentro de vocês. É esse orgulho de brasileiros e brasileiras que estudaram, ocuparam um cargo importante na política brasileira, representam o Brasil e tem que ter motivo de orgulho.

Eu queria dizer uma coisa para vocês. A última conquista do Brasil na Copa do Mundo foi em 2002. Possivelmente, vocês eram muito jovens, porque já faz 22 anos isso, e o Brasil tinha uma seleção estupenda. Meninos jovens muito famosos e muito ricos. E o Felipão que era o técnico da seleção me dizia que era muito difícil conversar com eles, porque eram todos muito envaidecidos,

todos muito famosos, era muita publicidade, era muita fotografia, era muita coisa e o Felipão começou a perceber que alguns já estavam muito tempo fora do Brasil, eles já não tinha mais aquela coisinha pelo Brasil, sabe.

Já estavam com a cabeça no outro mundo. Então o Felipão, não sei se vocês se lembram, permitiu que a repórter da Globo entrasse no vestiário para entrevistar jogadores. E na contrapartida, ele pedia documentário de indígena, documentário de gente na favela desse país para, na preleção dele, mostrar para os jogadores.

“São para esses aqui que vocês têm que ganhar a Copa do Mundo. Vocês representam não é as pessoas dos países que vocês jogam, vocês representam as pessoas do país que vocês saíram”. É com essa autoestima, é com esse orgulho que eu acho que vocês vão fazer bem a esse país.

Nunca se sentir inferior, nunca baixar a cabeça, nunca deixar de defender o Brasil, mesmo que o nosso adversário esteja fazendo crítica. É isso que vai fazer esse país ser grande, vai fazer esse país ser ativo, ser altivo, vai fazer esse país ser respeitado. Eu posso dizer para vocês que estão iniciando agora a carreira de vocês.

Eu, talvez, seja o Presidente de maior experiência no Brasil. Só tem o Getúlio Vargas que foi mais do que eu, porque ele ganhou, ele governou 15 anos de forma autoritária, depois teve quatro anos democraticamente eleito e se matou. Eleito democraticamente, só eu tenho dez anos agora.

E quero dizer da minha experiência para vocês. Nunca, nunca antes na história deste país, esse país foi tão respeitado no exterior como ele é hoje. Porque nós temos uma diplomacia competente, nós temos uma diplomacia respeitada no mundo inteiro. E eu, possivelmente, por ser apenas um torneiro mecânico, não ter um diploma universitário, não falar nenhuma língua, vocês, quando estiverem comigo, vão ter que traduzir tudo que eu falar, eu faço questão de me impor como Presidente desse país.

Esse país é muito importante no mundo, é muito importante. A gente pode ser uma potência mundial de verdade. A gente precisa parar de ser um país em vias de desenvolvimento, um país em vias de crescimento, um país em vias daquilo.

Chega! Eu nasci há 78 anos atrás, o Brasil já era isso, o Brasil em vias de desenvolvimento, o Brasil em vias de crescimento, o Brasil... Chega! Nós queremos acabar com isso. Nós somos um país pronto. Nós somos um país

que temos o conhecimento tecnológico e científico. Nós somos um país que tem uma diplomacia preparada, temos uma base intelectual muito sólida.

Então, nós temos que nos fazer respeitar. E é com esse respeito que eu quero que vocês exerçam plenamente a nova função que vocês vão assumir de diplomatas brasileiros, em qualquer que seja o departamento que vocês estejam, independentemente de ser em qualquer país. Sintam-se muito, muito importantes.

Coloquem a autoestima de vocês no lugar mais alto que for possível colocar. E vocês têm que dizer sempre, todo dia: sou brasileiro, sou diplomata brasileiro e não desisto nunca. Vamos à luta que nós vamos vencer.

Um beijo no coração de cada um de vocês.

Boa sorte e que Deus abençoe vocês.

3.3. Discurso do Ministro Mauro Vieira por ocasião da Formatura da Turma Esperança Garcia do IRBr – Brasília, 16 de setembro de 2024

Minhas primeiras palavras são de saudação ao Senhor Presidente da República, que muito nos honra ao presidir, pela décima vez, esta cerimônia de formatura.

São, também, palavras de felicitação às formandas e aos formandos da Turma Esperança Garcia.

A carreira em que hoje ingressam não somente lhes propiciará extraordinárias oportunidades de realização pessoal; como diplomatas, vocês terão a honra de servir permanentemente ao Brasil.

O tempo de intolerância em que vivemos pede – mais do que nunca – as virtudes da profissão que escolheram: capacidade de dialogar; disposição ao estudo cuidadoso das questões; discernimento para separar o essencial do secundário; criatividade na busca de soluções; e forte sentimento de nossas origens.

A evocação de Esperança Garcia dá mostras de tudo isso – e mais.

Pois nessa notável figura de mulher negra brasileira a turma exprime, também, o sentimento de inconformismo com as desigualdades de toda ordem que não pode deixar de inspirar a diplomacia brasileira.

Senhoras e senhores,

No governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil voltou a assumir as responsabilidades que lhe cabem na construção de um mundo seguro, próspero e sustentável.

O mundo com que nos deparamos na atualidade é, contudo, um mundo em desordem.

Desde o início de seu primeiro mandato, Senhor Presidente da República, Vossa Excelência fez da palavra do Brasil um instrumento de crítica às múltiplas desigualdades que fragilizavam e ameaçavam a ordem mundial.

O Brasil objetou às desigualdades de poder militar, que levam à crença arrogante no uso da violência como solução de problemas políticos.

O Brasil denunciou as desigualdades de poder econômico, que levam à ideia equivocada de que possa haver justiça onde há concentração da riqueza.

O Brasil alçou sua voz contra as desigualdades sociais, fonte da noção mal concebida de que sociedades excludentes possam viver em paz.

Procuramos reformar a governança global em suas várias frentes, fazendo com que as estruturas existentes incorporassem os anseios dos países em desenvolvimento.

Atuamos concretamente na busca de inclusão, desenvolvimento e segurança.

Advertimos sobre os fatores de erosão da ordem mundial.

Sublinhamos que muitas das promessas dessa ordem não se tornaram realidade.

Mas assistimos ao esgarçamento do tecido social não só nos países em desenvolvimento como nas próprias sociedades desenvolvidas.

Testemunhamos o aquecimento do planeta, a devastação do meio ambiente, a ascensão do protecionismo, a exploração da intolerância e da xenofobia, a deterioração da paz.

Uma multiplicidade de fraturas e crises – social, climática, ambiental, econômica, informacional, geopolítica, entre outras – se abate sobre o planeta.

Em larga medida, a desordem em que hoje vivemos é fruto da resistência às iniciativas de reforma pleiteadas pelos países em desenvolvimento e – por conseguinte – da persistência de profundas desigualdades globais.

Isso não é razão para esmorecermos – ao contrário.

É razão para redobrarmos o nosso empenho.

Mas devemos entender que o alcance das reformas também deve ser redobrado.

O Sul político tem hoje potências consolidadas e indispensáveis para o equacionamento dos problemas de seu entorno estratégico e do mundo.

Seus legítimos interesses já não podem ser desconhecidos quando se fala na segurança de seu entorno e no equilíbrio político internacional.

Muitas das regras que ordenavam o jogo internacional há 20 anos já não têm vigência.

Isso é especialmente visível no anacronismo da composição e dos métodos do Conselho de Segurança das Nações Unidas, bem como no bloqueio do mecanismo de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio.

A paralisia das grandes instâncias de gestão da vida internacional nos impõe uma tarefa inadiável e bem mais ampla.

Caberá ao Brasil tomar parte ativa na reinvenção da ordem mundial e na definição das novas regras de convivência entre as nações.

Senhoras e senhores,

No último ano e meio, o Brasil salvaguardou sua democracia e se reencontrou com a civilização.

Ao fazê-lo, reassumiu a sua grandeza no concerto das nações.

Sabemos – para citar o chanceler que forjou a Política Externa Independente – que a palavra do Brasil no mundo não é só uma “palavra de apoio ou de crítica”.

É uma “palavra de decisão”, como ensinou San Tiago Dantas.

É da essência de nossa linha independente – refletida na tradição e consagrada na Constituição Federal – não aceitar agendas predefinidas nem posturas predeterminadas.

“A independência é para nós” – cito novamente San Tiago Dantas – “uma posição em que só nos predeterminamos pela convicção democrática, fundamental ao nosso povo”.

Uma posição que se orienta pela capacidade de, através de conceitos próprios, “identificar o rumo do interesse próprio”.

É com visão própria e palavra resoluta – como recomendava aquele eminente chanceler e democrata – que nos estamos pautando na obra em aberto de reinvenção da ordem mundial.

Na presidência do grupo das 20 maiores economias do mundo, ao longo deste ano de 2024, inscrevemos o combate às desigualdades no topo da agenda.

O Brasil está liderando com respaldo unânime, no G20, a criação da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, a ser lançada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na cúpula presidencial do Rio de Janeiro, a ter lugar em novembro próximo.

O diagnóstico geral de insegurança alimentar e nutricional no mundo é claro.

De acordo com a FAO, mais de 730 milhões de pessoas enfrentam a fome todos os dias, como resultado da pobreza, das desigualdades, das mudanças climáticas, das crises econômicas, dos conflitos nas suas diversas manifestações.

Vemos isso do Haiti ao Sudão e à Faixa de Gaza.

Como afirmou Vossa Excelência, Senhor Presidente da República, “a fome não resulta apenas de fatores externos. Ela decorre, sobretudo, de escolhas políticas”.

Para enfrentá-la, precisamos justamente de ações políticas criativas, trazendo o desenvolvimento para o centro do debate.

Não é mais possível repetirmos o velho modelo de cooperação do Norte para o Sul, com seus receituários prontos.

A Aliança Global colocará à disposição dos países que buscam cooperação não só os recursos dos doadores, como também uma cesta de políticas públicas desenhadas e implementadas com sucesso por vários países em desenvolvimento na área de erradicação da fome e da pobreza.

Com essa iniciativa, faremos cooperação internacional de uma nova maneira – dando voz aos países receptores e demonstrando que o hemisfério Sul está disposto a exercer o protagonismo conceitual que lhe cabe no mundo.

Como anfitriões da COP30, em novembro de 2025, estamos comprometidos a abordar o desafio da mudança do clima também desde uma perspectiva inovadora.

Os eventos climáticos extremos já são uma realidade – como vimos recentemente nas catastróficas inundações no Rio Grande do Sul, nas queimadas no Pantanal e nas secas severas na Amazônia.

Queremos que a conferência de Belém do Pará seja um alerta ao mundo sobre o risco de que a floresta amazônica desapareça se continuarmos no caminho do aquecimento.

Mas não podemos mais aceitar que a resposta da comunidade internacional aos desafios climáticos se concentre unicamente em metas de mitigação.

É imperativo adaptarmos as nossas sociedades aos novos padrões climáticos, em especial nos países em desenvolvimento.

Queremos enfatizar a dimensão humana das políticas climáticas, garantindo que as populações mais vulneráveis não sejam deixadas para trás.

Comprometido a liderar pelo exemplo, o Brasil quer tornar realidade um novo paradigma de desenvolvimento sustentável por meio da transformação ecológica.

Ao mesmo tempo, a invenção de uma ordem menos desigual deve equacionar o problema da distribuição do poder.

Como país-sede da cúpula dos BRICS, cuja presidência assumirá em 2025, o Brasil receberá os integrantes de uma agremiação que reúne 46% da população mundial e 36% do PIB global.

O BRICS é hoje o maior símbolo da formação de uma efetiva multipolaridade.

A sua expansão para dez membros, decidida em outubro do ano passado, foi um dos fatos mais consequentes da política internacional dos últimos tempos.

Atuaremos para reforçar a vocação do BRICS para a reforma da governança global, estampada na Declaração de Joanesburgo II.

Atuando sem trégua por um mundo com menos desequilíbrios, interessamos-nos colaborar para uma multipolaridade estável.

É por isso que, na presidência do G20, temos buscado os elementos de convergência entre grandes grupos e regiões para a construção de bases mínimas com vistas a um novo equilíbrio global.

Nas Nações Unidas, precisamos recobrar a eficácia do multilateralismo como instrumento de gestão e estabilização da ordem.

É tempo de rediscutir os instrumentos e os meios, no marco da Carta das Nações Unidas, a serem empregados para revigorar a Organização e, em especial, o seu Conselho de Segurança.

Senhoras e senhores,

No último ano e meio, os compromissos internacionais do Senhor Presidente da República e os do Ministério das Relações Exteriores orientaram-se pelo universalismo da política exterior brasileira.

Desde 1º de janeiro de 2023, foram mais de 200 interações por parte de Vossa Excelência, Senhor Presidente da República, na forma de participação em cúpulas, reuniões bilaterais, visitas realizadas ou recebidas, telefonemas e videoconferências.

Dedicamos, no primeiro ano e meio de governo, especial atenção ao relançamento de contatos, tendo como ponto de partida o nosso entorno estratégico e como rumo a diversificação de nossas parcerias no mundo.

O Brasil lançou uma nova agenda de integração na América do Sul, com a reunião que deu origem ao Consenso de Brasília.

Da mesma forma, regressou à Comunidade de Estados Latino-Americanos e do Caribe, a CELAC.

Sediamos a Cúpula da Amazônia, em Belém, reunindo os chefes de Estado dos países membros do Tratado de Cooperação Amazônica, em evento que contou com ampla participação da sociedade civil.

Revitalizamos o MERCOSUL, que assinou, com Singapura, o seu primeiro acordo externo em doze anos.

O grupo está engajado em negociações com outros atores como a União Europeia, os Emirados Árabes Unidos, o EFTA e o Panamá.

Com a União Europeia, recolocamos as negociações do MERCOSUL em bases compatíveis com o interesse nacional, com vistas à obtenção de um acordo equilibrado que contribua para integrar ainda mais os dois blocos e – assim – para fortalecer o aporte construtivo de ambos para a multipolaridade.

Ainda em nosso entorno estratégico, retomamos o contato com nossos vizinhos de além-mar congregando-nos na primeira reunião ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul desde 2013.

Registro as viagens presidenciais a Angola, Cabo Verde, África do Sul – esta no contexto da cúpula dos BRICS –, São Tomé e Príncipe – para a cúpula da CPLP – e também ao Egito e à Etiópia – para a cúpula da União Africana.

Mais além, no Oriente Médio, tivemos as viagens presidenciais à Arábia Saudita, ao Catar e aos Emirados Árabes Unidos.

Na Ásia, demos novo ímpeto à relação com os países da ASEAN.

A Índia, visitada pelo Senhor Presidente da República no contexto da cúpula do G20, tornou-se hoje nosso décimo parceiro comercial.

Há que se reconhecer que o centro dinâmico da economia mundial se deslocou nas últimas décadas: as exportações brasileiras à China – também

visitada pelo Senhor Presidente da República em 2023 – são hoje mais do que a soma de nossas vendas aos Estados Unidos e à União Europeia.

Não descuidamos, por outro lado, das parcerias com o mundo desenvolvido.

Ademais das visitas a Washington, Lisboa, Porto, Madri, Londres, Paris, Berlim e Roma, o Senhor Presidente da República foi convidado a participar das cúpulas do G7 – o que não acontecia desde 2010 –, tendo comparecido aos encontros do grupo no Japão, no ano passado, e na Itália, em junho deste ano.

(Aliás registro que este foi o décimo convite que Vossa Excelência recebeu para participar de reuniões do G7 em seus mandatos).

Na Organização Internacional do Trabalho, o Senhor Presidente da República copresidiu o lançamento da Coalizão Global para a Justiça Social, que busca promover o trabalho decente.

No mesmo campo, tem-se desenvolvido e frutificado a parceira Brasil-Estados Unidos sobre direitos dos trabalhadores.

Senhoras e senhores,

Temos aqui hoje uma das turmas mais diversas que já ingressou no Ministério – como mencionado pela oradora –, com 21 homens e 15 mulheres, a maior proporção de participação feminina na história da instituição.

Dos 36 diplomatas, 10 são negros, o maior número, em termos absolutos, até então.

A turma tem também uma diversidade regional marcante, como foi dito, com alunos vindos de todas as regiões do Brasil, além dos sete intercambistas estrangeiros, de Argentina, Cabo Verde, Equador, Guiné-Bissau, Japão, Quênia e Suriname.

O Embaixador Alberto da Costa e Silva, que nos deixou no final do ano passado, uma vez disse que o diplomata é aquele que “representa, sendo”.

Estamos hoje mais perto de poder um dia dizer que o Itamaraty representa, sendo, a sociedade brasileira.

Devemos isso ao trabalho iniciado no primeiro governo de Vossa Excelência, Senhor Presidente da República, e defendido com afincos nesta administração.

Sei que se trata de uma tarefa incompleta.

Existem importantes lacunas de representação.

Por meio do Sistema de Promoção da Diversidade e Inclusão do MRE, trabalhamos para fortalecer o Itamaraty com maior representação de pessoas

negras, mulheres, povos indígenas, pessoas com deficiência e a comunidade LGBTQIA+.

Com diálogo e composição, decidi implementar medidas para assegurar um piso de 40% de candidatas mulheres nas últimas fases do concurso do Instituto Rio Branco e, assim, ampliar o ingresso de mulheres no Ministério.

Em breve, anunciaremos, também, uma série de ações destinadas a todos os grupos prioritários do Programa Federal de Ações Afirmativas.

Presto aqui uma homenagem a outro grande diplomata que nos deixou há pouco tempo, o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães – meu querido e saudoso amigo – que mais do que ninguém entendeu que as profundas transformações de nossa sociedade exigem uma diplomacia representativa, diversa, motivada e dotada dos meios para atingir seus objetivos.

O Itamaraty enfrenta hoje, como instituição, desafios não vistos em muitas décadas.

Quase vinte anos depois das medidas que viabilizaram o necessário e auspicioso ingresso de um amplo contingente de diplomatas no Ministério, o legado dessa reforma visionária precisa ser consolidado.

Não existe equação fácil para o problema de fluxo da carreira diplomática; estou, no entanto, determinado a encontrar as soluções possíveis para dar continuidade a essa reforma, com mente e espírito abertos a novas ideias e propostas.

Dentre as medidas que estamos considerando, encontram-se a adoção de critérios mais objetivos, previsíveis e transparentes para a ascensão até os estratos intermediários; a criação de trilhas profissionais distintas e optativas e a introdução de mecanismos para acelerar a representatividade de gênero e étnico-racial em todas as classes da carreira diplomática.

Algumas das mudanças, por seu caráter estrutural, exigirão reformas legais, com necessária tramitação no Congresso Nacional, enquanto outras podem avançar de forma mais célere.

É bem-vinda, nesse contexto, a contribuição das associações de classe e sindicatos, em espírito de diálogo construtivo, com vistas a uma frente unida em defesa da carreira.

O Ministério das Relações Exteriores foi o primeiro órgão da Esplanada a instituir, no final do ano passado, a Mesa Setorial de Negociação Permanente como canal privilegiado de debate sobre melhorias nas condições de trabalho.

No último semestre, priorizamos a alocação de diplomatas em Brasília e a racionalização de nossos quadros de pessoal nos postos no exterior.

Os resultados do último mecanismo de remoções lograram dar importante resposta, ainda que parcial, ao objetivo de dotar a Secretaria de Estado das capacidades mais importantes para implementar nossa ambiciosa agenda internacional.

Atendida essa prioridade, estaremos em condições de ampliar o escopo das medidas de realocação de pessoal para apoiar outros objetivos da política exterior, como, por exemplo, a reaproximação com países africanos.

Tenho, ainda, a felicidade de poder mencionar a recente conclusão de concurso para a carreira de oficial de chancelaria, por meio do qual ingressaram 50 novos servidores em nossos quadros, com previsão de que mais 50 ingressem nos próximos meses.

Com um concurso já realizado e outro previsto para 50 vagas de diplomatas, pretendemos reverter parte da perda de funcionários de que sofremos nos últimos anos.

Estamos conjugando essas medidas a outras de aprimoramento das condições de trabalho de nossos funcionários.

Estamos em vias de expandir o Programa de Gestão e Desempenho para todas as unidades do Ministério, com o objetivo de dotar o Itamaraty de instrumentos mais modernos para a gestão de recursos humanos.

Reitero, Senhor Presidente da República, a necessidade de fortalecermos o orçamento do Itamaraty, de modo a termos recursos compatíveis com as crescentes necessidades e responsabilidades diplomáticas do Brasil.

Senhoras e senhores,

Estamos recolocando a diplomacia a serviço da política exterior.

Estamos reorientando a política exterior pelo universalismo, em que partimos de nossas coordenadas básicas no hemisfério sul – da América do Sul e do Atlântico Sul – para buscar parcerias diversificadas em todas as regiões do globo.

E estamos fazendo da nossa atitude universalista um instrumento para a invenção de uma ordem mundial inclusiva, com menos desigualdades e mais segurança, desenvolvimento e sustentabilidade.

Reitero meus votos de muitas felicidades e realizações na carreira aos que neste momento iniciam sua trajetória no Itamaraty.

Muito obrigado.

3.4. Discurso do Presidente Lula no evento à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas “Em defesa da democracia: lutando contra o extremismo” – Nova York, Estados Unidos, 24 de setembro de 2024

Quero agradecer aos que atenderam ao convite que o Presidente Pedro Sánchez e eu fizemos para esta reunião.

Não tenho a pretensão de apresentar aqui um diagnóstico abrangente das ameaças que enfrentamos.

Mas é inegável que a democracia vive hoje seu momento mais crítico desde a II Guerra Mundial.

No Brasil e nos Estados Unidos, forças totalitárias promoveram ações violentas para desafiar o resultado das urnas.

Na América Latina, as notícias falsas corroem a confiança e afetam os processos eleitorais.

Na Europa, uma mistura explosiva de racismo, xenofobia e campanhas de desinformação coloca em risco a diversidade e o pluralismo.

Na África, golpes de Estado demonstram que o uso da força para derrubar governos ainda refletem os resquícios do colonialismo.

Compreender por que a democracia se tornou alvo fácil para a extrema direita e suas falsas narrativas é um desafio compartilhado.

O extremismo é sintoma de uma crise mais profunda, de múltiplas causas.

A democracia liberal demonstrou-se insuficiente e frustrou as expectativas de milhões.

Ela se tornou apenas um ritual que repetimos a cada 4 ou 5 anos.

Um modelo que trabalha para o grande capital e abandona os trabalhadores à própria sorte não é democrático.

Um sistema que privilegia os homens brancos e falha com as mulheres negras é imoral.

Fartura para poucos e fome para muitos em pleno século XXI é a antessala para o totalitarismo.

Nossa luta é fazer com que a democracia volte a ser percebida como o caminho mais eficaz para a conquista e efetivação de direitos.

Para devolver a esperança a milhões de deserdados da globalização, precisamos colocar a economia a serviço do povo.

Isso não significa acabar com o livre mercado, mas sim recuperar o papel do Estado como planejador do desenvolvimento sustentável e como garantidor do bem-estar e da equidade.

A liberdade de expressão é um direito fundamental e um dos pilares centrais de uma democracia sadia, mas não é absoluta.

Encontra seus limites na proteção dos direitos e liberdades de outros, e da própria ordem política.

As tecnologias digitais ajudam a promover e difundir o conhecimento, mas também agravam os riscos à convivência civilizada entre as pessoas.

As redes digitais se tornaram um terreno fértil para os discursos de ódio misóginos, racistas, xenofóbicos que fazem vítimas todos os dias.

Nossas sociedades estarão sob constante ameaça, enquanto não formos firmes na regulação das plataformas e do uso da inteligência artificial.

Nenhuma empresa de tecnologia ou indivíduo, por mais ricos que sejam, podem se considerar acima da Lei.

Elas precisam ser responsabilizadas pelo conteúdo que circulam.

Há novos desafios diante de nós para os quais ainda não conseguimos encontrar respostas.

A extrema direita também se tornou viável eleitoralmente ao organizar os descontentes em torno de um discurso identitário às avessas. Culpam migrantes, mulheres e minorias pelos problemas da atualidade.

E fazem isso tensionando os limites das instituições democráticas.

Ceder diante dessas narrativas é cair em uma armadilha.

Recuar não vai apaziguar o ânimo violento de quem ataca a democracia para silenciar e retirar direitos.

Não há contradição entre coesão social e o respeito à diversidade. O pluralismo nos fortalece.

A democracia em sua plenitude é base para promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas, livres do medo e da violência.

Ela é fundamental para um mundo de paz e prosperidade.

A História nos ensinou que a democracia não pode ser imposta.

Sua construção é própria de cada povo e de cada país.

Para resgatar sua legitimidade, precisamos recuperar a sua essência, e não apenas a sua forma.

A participação social é um dos principais caminhos de fortalecimento da identidade democrática.

A democracia não é um pacto de silêncio.

Precisamos ouvir movimentos sociais, estudantes, mulheres, trabalhadores, empreendedores, minorias raciais, étnicas e religiosas.

Proteger quem defende os direitos humanos, o meio ambiente e a democracia também é imprescindível.

A experiência brasileira mostra que o equilíbrio entre os poderes constituídos e a resiliência e o fortalecimento das instituições são cruciais na proteção desses princípios.

Somente uma democracia revigorada nos permitirá equacionar os dilemas de nossas sociedades e do mundo contemporâneo.

Muito obrigado.

3.5. Discurso do Presidente Lula na abertura da 79ª Assembleia Geral das Nações Unidas – Nova York, Estados Unidos, 24 de setembro de 2024

Meus cumprimentos ao Presidente da Assembleia Geral, Philemon Yang.

E também quero saudar o secretário-geral António Guterres e cada um dos Chefes de Estado e de Governo e delegadas e delegados presentes.

Dirijo-me em particular à delegação palestina, que integra pela primeira vez esta sessão de abertura, mesmo que ainda na condição de membro observador. E quero saudar a presença do Presidente Mahmmoud Abbas.

Senhoras e Senhores,

Adotamos anteontem, aqui neste mesmo plenário, o Pacto para o Futuro.

Sua difícil aprovação demonstra o enfraquecimento de nossa capacidade coletiva de negociação e diálogo.

Seu alcance limitado também é a expressão do paradoxo do nosso tempo: andamos em círculos entre compromissos possíveis que levam a resultados insuficientes.

Nem mesmo com a tragédia da COVID-19, fomos capazes de nos unir em torno de um Tratado sobre Pandemias na Organização Mundial da Saúde.

Precisamos ir muito além e dotar a ONU dos meios necessários para enfrentar as mudanças vertiginosas do panorama internacional.

Vivemos momento de crescentes angústias, frustrações, tensões e medo.

Testemunhamos alarmante escalada de disputas geopolíticas e de rivalidades estratégicas.

2023 ostenta o triste recorde do maior número de conflitos desde a Segunda Guerra Mundial.

Os gastos militares globais cresceram pelo nono ano consecutivo e atingiram 2,4 trilhões de dólares.

Mais de 90 bilhões de dólares foram mobilizados com arsenais nucleares.

Esses recursos poderiam ter sido utilizados para combater a fome e enfrentar a mudança do clima.

O que se vê é o aumento das capacidades bélicas.

O uso da força, sem amparo no Direito Internacional, está se tornando a regra.

Presenciamos dois conflitos simultâneos com potencial de se tornarem confrontos generalizados.

Na Ucrânia, é com pesar que vemos a guerra se estender sem perspectiva de paz.

O Brasil condenou de maneira firme a invasão do território ucraniano.

Já está claro que nenhuma das partes conseguirá atingir todos os seus objetivos pela via militar.

O recurso a armamentos cada vez mais destrutivos traz à memória os tempos mais sombrios do confronto estéril da Guerra Fria.

Criar condições para a retomada do diálogo direto entre as partes é crucial neste momento.

Essa é a mensagem do entendimento de seis pontos que China e Brasil oferecem para que se instale um processo de diálogo e o fim das hostilidades.

Em Gaza e na Cisjordânia, assistimos a uma das maiores crises humanitárias da história recente, e que agora se expande perigosamente para o Líbano.

O que começou como ação terrorista de fanáticos contra civis israelenses inocentes, tornou-se punição coletiva de todo o povo palestino.

São mais de 40 mil vítimas fatais, em sua maioria mulheres e crianças.

O direito de defesa transformou-se no direito de vingança, que impede um acordo para a liberação de reféns e adia o cessar-fogo.

Conflitos esquecidos no Sudão e no Iêmen impõem sofrimento atroz a quase trinta milhões de pessoas.

Este ano, o número dos que necessitam de ajuda humanitária no mundo chegará a 300 milhões.

Em tempos de crescente polarização, expressões como “desglobalização” se tornaram corriqueiras.

Mas é impossível “desplanetizar” nossa vida em comum.

Estamos condenados à interdependência da mudança climática.

O planeta já não espera para cobrar da próxima geração e está farto de acordos climáticos não cumpridos.

Está cansado de metas de redução de emissão de carbono negligenciadas e do auxílio financeiro aos países pobres que não chega.

O negacionismo sucumbe ante as evidências do aquecimento global.

2024 caminha para ser o ano mais quente da história moderna.

Furacões no Caribe, tufões na Ásia, secas e inundações na África e chuvas torrenciais na Europa deixam um rastro de mortes e de destruição.

No sul do Brasil tivemos a maior enchente desde 1941.

A Amazônia está atravessando a pior estiagem em 45 anos.

Incêndios florestais se alastraram pelo país e já devoraram 5 milhões de hectares apenas no mês de agosto.

O meu governo não terceiriza responsabilidades nem abdica da sua soberania.

Já fizemos muito, mas sabemos que é preciso fazer mais.

Além de enfrentar o desafio da crise climática, lutamos contra quem lucra com a degradação ambiental.

Não transigiremos com ilícitos ambientais, com o garimpo ilegal e com o crime organizado.

Reduzimos o desmatamento na Amazônia em 50% no último ano e vamos erradicá-lo até 2030.

Não é mais admissível pensar em soluções para as florestas tropicais sem ouvir os povos indígenas, comunidades tradicionais e todos aqueles que vivem nelas.

Nossa visão de desenvolvimento sustentável está alicerçada no potencial da bioeconomia.

O Brasil sediará a COP30, em 2025, convicto de que o multilateralismo é o único caminho para superar a urgência climática.

Nossa Contribuição Nacionalmente Determinada (a NDC) será apresentada ainda este ano, em linha com o objetivo de limitar o aumento da temperatura do planeta a um grau e meio.

O Brasil desponta como celeiro de oportunidades neste mundo revolucionado pela transição energética.

Somos hoje um dos países com a matriz energética mais limpa.

90% da nossa eletricidade provêm de fontes renováveis como a biomassa, a hidrelétrica, a solar e a eólica.

Fizemos a opção pelos biocombustíveis há 50 anos, muito antes que a discussão sobre energias alternativas ganhasse tração.

Estamos na vanguarda em outros nichos importantes como o da produção do hidrogênio verde.

É hora de enfrentar o debate sobre o ritmo lento da descarbonização do planeta e trabalhar por uma economia menos dependente de combustíveis fósseis.

Senhor Presidente,

Na América Latina vive-se desde 2014 uma segunda década perdida.

O crescimento médio da região nesse período foi de apenas 0,9%, metade do verificado na década perdida de 1980.

Essa combinação de baixo crescimento e altos níveis de desigualdade resulta em efeitos nefastos sobre a paisagem política.

Tragada por disputas, muitas vezes alheias à região, nossa vocação de cooperação e entendimento se fragiliza.

É injustificado manter Cuba em uma lista unilateral de Estados que supostamente promovem o terrorismo e impor medidas coercitivas unilaterais, que penalizam indevidamente as populações mais vulneráveis.

No Haiti, é inadiável conjugar ações para restaurar a ordem pública e promover o desenvolvimento.

No Brasil, a defesa da democracia implica ação permanente ante investidas extremistas, messiânicas e totalitárias, que espalham o ódio, a intolerância e o ressentimento.

Brasileiras e brasileiros continuarão a derrotar os que tentam solapar as instituições e colocá-las a serviço de interesses reacionários.

A democracia precisa responder às legítimas aspirações dos que não aceitam mais a fome, a desigualdade, o desemprego e a violência.

No mundo globalizado não faz sentido recorrer a falsos patriotas e isolacionistas.

Tampouco há esperança no recurso a experiências ultraliberais que apenas agravam as dificuldades de um continente depauperado.

O futuro de nossa região passa, sobretudo, por construir um Estado sustentável, eficiente, inclusivo e que enfrenta todas as formas de discriminação.

Que não se intimida ante indivíduos, corporações ou plataformas digitais que se julgam acima da lei.

A liberdade é a primeira vítima de um mundo sem regras.

Elementos essenciais da soberania incluem o direito de legislar, julgar disputas e fazer cumprir as regras dentro de seu território, incluindo o ambiente digital.

O Estado que estamos construindo é sensível às necessidades dos mais vulneráveis sem abdicar de fundamentos macroeconômicos sadios.

A falsa oposição entre Estado e mercado foi abandonada pelas nações desenvolvidas, que voltaram a praticar políticas industriais ativas e forte regulação da economia doméstica.

Na área de Inteligência Artificial, vivenciamos a consolidação de assimetrias que levam a um verdadeiro oligopólio do saber.

Avança a concentração sem precedentes nas mãos de um pequeno número de pessoas e de empresas, sediadas em um número ainda menor de países.

Interessa-nos uma Inteligência Artificial emancipadora, que também tenha a cara do Sul Global e que fortaleça a diversidade cultural.

Que respeite os direitos humanos, proteja dados pessoais e promova a integridade da informação.

E, sobretudo, que seja ferramenta para a paz, não para a guerra.

Necessitamos de uma governança intergovernamental da inteligência artificial, em que todos os Estados tenham assento.

Senhor Presidente,

As condições para acesso a recursos financeiros seguem proibitivas para a maioria dos países de renda média e baixa.

O fardo da dívida limita o espaço fiscal para investir em saúde e educação, reduzir as desigualdades e enfrentar a mudança do clima.

Países da África tomam empréstimo a taxas até 8 vezes maiores do que a Alemanha e 4 vezes maior que os Estados Unidos.

É um Plano Marshall às avessas, em que os mais pobres financiam os mais ricos.

Sem maior participação dos países em desenvolvimento na direção do FMI e do Banco Mundial não haverá mudança efetiva.

Enquanto os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ficam para trás, as 150 maiores empresas do mundo obtiveram, juntas, lucro de 1,8 trilhão de dólares nos últimos dois anos.

A fortuna dos 5 principais bilionários mais que dobrou desde o início desta década, ao passo que 60% da humanidade ficou mais pobre.

Os super-ricos pagam proporcionalmente muito menos impostos do que a classe trabalhadora.

Para corrigir essa anomalia, o Brasil tem insistido na cooperação internacional para desenvolver padrões mínimos de tributação global.

Os dados divulgados há dois meses pela FAO sobre o estado da insegurança alimentar no mundo são estarrecedores.

O número de pessoas passando fome ao redor do planeta aumentou em mais de 152 milhões desde 2019.

Isso significa que 9% da população mundial (733 milhões de pessoas) estão subnutridas.

O problema é especialmente grave na África e na Ásia, mas ele também persiste em partes da América Latina.

Mulheres e meninas são a maioria das pessoas em situação de fome no mundo.

Pandemias, conflitos armados, eventos climáticos e subsídios agrícolas dos países ricos ampliam o alcance desse flagelo.

Mas a fome não é resultado apenas de fatores externos. Ela decorre, sobretudo, de escolhas políticas.

Hoje o mundo produz alimentos mais do que suficientes para erradicá-la.

O que falta é criar condições de acesso aos alimentos.

Este é o compromisso mais urgente do meu governo: acabar com a fome no Brasil, como fizemos em 2014.

Só em 2023, retiramos 24 milhões e 400 mil pessoas da condição de insegurança alimentar severa.

A Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, que lançaremos no Rio de Janeiro em novembro, nasce dessa vontade política e desse espírito de solidariedade.

Ela será um dos principais resultados da presidência brasileira do G20 e está aberta a todos os países do mundo.

Todos os que queiram se somar a esse esforço coletivo são bem-vindos.

Senhor Presidente, senhoras e senhores,

Prestes a completar 80 anos, a Carta das Nações Unidas nunca passou por uma reforma abrangente.

Apenas quatro emendas foram aprovadas, todas elas entre 1965 e 1973.

A versão atual da Carta não trata de alguns dos desafios mais prementes da humanidade.

Na fundação das Nações Unidas, éramos 51 países. Hoje somos 193.

Várias nações, principalmente no continente africano, estavam sob domínio colonial e não tiveram voz sobre seus objetivos e funcionamento.

Inexiste equilíbrio de gênero no exercício das mais altas funções. O cargo de Secretário-Geral jamais foi ocupado por uma mulher.

Estamos chegando ao final do primeiro quarto do século XXI com as Nações Unidas cada vez mais esvaziada e paralisada.

É hora de reagir com vigor a essa situação, restituindo à Organização as prerrogativas que decorrem da sua condição de foro universal.

Não bastam ajustes pontuais.

Precisamos contemplar uma ampla revisão da Carta.

Sua reforma deve compreender os seguintes objetivos:

a transformação do Conselho Econômico e Social no principal foro para o tratamento do desenvolvimento sustentável e do combate à mudança climática, com capacidade real de inspirar as instituições financeiras.

a revitalização do papel da Assembleia Geral, inclusive em temas de paz e segurança internacionais.

o fortalecimento da Comissão de Consolidação da Paz.

a reforma do Conselho de Segurança, com foco em sua composição, métodos de trabalho e direito de veto, de modo a torná-lo mais eficaz e representativo das realidades contemporâneas.

A exclusão da América Latina e da África de assentos permanentes no Conselho de Segurança é um eco inaceitável de práticas de dominação do passado colonial.

Vamos promover essa discussão de forma transparente em consultas no G77, no G20, no BRICS e na CELAC, no CARICOM, entre tantos outros espaços.

Não tenho ilusões sobre a complexidade de uma reforma como essa, que enfrentará interesses cristalizados de manutenção do status quo.

Exigirá enorme esforço de negociação. Mas essa é a nossa responsabilidade.

Não podemos esperar por outra tragédia mundial, como a Segunda Grande Guerra, para só então construir sobre os seus escombros uma nova governança global.

A vontade da maioria pode persuadir os que se apegam às expressões cruas dos mecanismos do poder.

Neste plenário ecoam as aspirações da humanidade.

Aqui travamos os grandes debates do mundo.

Neste foro buscamos as respostas para os problemas que afligem o planeta.

Recai sobre a Assembleia Geral, expressão maior do multilateralismo, a missão de pavimentar o caminho para o futuro.

Muito obrigado.

3.6 Discurso do Presidente Lula em Sessão Plenária Aberta da XVI Cúpula do BRICS (transmitido por videoconferência) – Kazan, Rússia, 23 de outubro de 2024

Mesmo sem estar pessoalmente em Kazan, quero registrar minha satisfação em me dirigir aos companheiros do BRICS. Quero agradecer o apoio que os membros do grupo têm estendido à presidência brasileira do G20.

Seu respaldo foi fundamental para avançar em iniciativas que são cruciais para a redução das desigualdades, como a taxação de super-ricos.

Nossos países implementaram nas últimas décadas políticas sociais exitosas que podem servir de exemplo para o resto do mundo.

A Aliança Global contra a Fome e a Pobreza já está em fase avançada de adesões.

Convido todos a se somarem à iniciativa, que nasceu no G20, mas está aberta a outros participantes.

O BRICS é ator incontornável no enfrentamento da mudança do clima.

Não há dúvida de que a maior responsabilidade recai sobre os países ricos, cujo histórico de emissões culminou na crise climática que nos aflige hoje.

É preciso ir além dos 100 bilhões anuais prometidos e não cumpridos, e fortalecer medidas de monitoramento dos compromissos assumidos.

Os dados da ciência exprimem um sentido de urgência sem precedentes.

O planeta é um só e seu futuro depende da ação coletiva.

Também cabe aos países emergentes fazer sua parte para limitar o aumento da temperatura global a um grau e meio.

Na COP30, em Belém, vamos juntos mostrar que é possível conciliar maior ambição em nossas Contribuições Nacionalmente Determinadas com o princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas.

Na presidência brasileira do BRICS, queremos reafirmar a vocação do bloco na luta por um mundo multipolar e por relações menos assimétricas entre os países.

Não podemos aceitar a imposição de “apartheids” no acesso a vacinas e medicamentos, como ocorreu na pandemia, nem no desenvolvimento da Inteligência Artificial, que caminha para tornar-se privilégio de poucos.

Precisamos fortalecer nossas capacidades tecnológicas e favorecer a adoção de marcos multilaterais não excludentes, em que a voz dos governos prepondere sobre interesses privados.

O BRICS foi responsável por parcela significativa do crescimento econômico mundial nas últimas décadas.

Juntos, somos mais de 3,6 bilhões de pessoas, que integram mercados dinâmicos com elevada mobilidade social.

Representamos 36% do PIB global por paridade de poder de compra. Contamos com 72% das terras raras do planeta, 75% do manganês e 50% do grafite.

Entretanto, os fluxos financeiros continuam seguindo para nações ricas.

É um Plano Marshall às avessas, em que as economias emergentes e em desenvolvimento financiam o mundo desenvolvido.

As iniciativas e instituições do BRICS rompem com essa lógica.

A atuação do Conselho Empresarial contribuiu para ampliar o comércio entre nós.

As exportações brasileiras para os países do BRICS cresceram doze vezes entre 2003 e 2023.

O BRICS é hoje a origem de quase um terço das importações do Brasil.

A Aliança Empresarial de Mulheres está criando redes para fomentar o empoderamento econômico feminino e combater as desigualdades de gênero que persistem.

Por meio do Mecanismo de Cooperação Interbancária, nossos bancos nacionais de desenvolvimento vão estabelecer linhas de crédito em moedas locais, que reduzirão os custos de transação de pequenas e médias empresas.

O Novo Banco de Desenvolvimento (o NDB), que neste ano completa dez anos, tem investido na infraestrutura necessária para fortalecer nossas economias e promover uma transição justa e soberana.

Sob a liderança da companheira Dilma Rousseff, o NDB conta atualmente com uma carteira de quase 100 projetos e com financiamentos da ordem de 33 bilhões de dólares.

Ele foi pensado para ser bem-sucedido onde as instituições de Bretton Woods continuam falhando.

Em vez de oferecer programas que impõem condicionalidades, o NDB financia projetos alinhados a prioridades nacionais.

Em vez de aprofundar disparidades, sua governança se assenta na igualdade de voto.

Agora é chegada a hora de avançar na criação de meios de pagamento alternativos para transações entre nossos países.

Não se trata de substituir nossas moedas. Mas é preciso trabalhar para que a ordem multipolar que almejamos se reflita no sistema financeiro internacional.

Essa discussão precisa ser enfrentada com seriedade, cautela e solidez técnica, mas não pode ser mais adiada.

Muitos insistem em dividir o mundo entre amigos e inimigos. Mas os mais vulneráveis não estão interessados em dicotomias simplistas.

O que eles querem é comida farta, trabalho digno e escolas e hospitais públicos de acesso universal e de qualidade.

É um meio ambiente sadio, sem eventos climáticos que ponham em risco sua sobrevivência.

É uma vida de paz, sem armas que vitimam inocentes.

Como disse o Presidente Erdogan na Assembleia Geral das Nações Unidas, Gaza se tornou “o maior cemitério de crianças e mulheres do mundo”.

Essa insensatez agora se alastra para a Cisjordânia e para o Líbano.

Evitar uma escalada e iniciar negociações de paz também é crucial no conflito entre Ucrânia e Rússia.

No momento em que enfrentamos duas guerras com potencial de se tornarem globais, é fundamental resgatar nossa capacidade de trabalhar juntos em prol de objetivos comuns.

Por isso, o lema da presidência brasileira será “Fortalecendo a Cooperação do Sul Global para uma Governança mais Inclusiva e Sustentável”.

Companheiros, espero vê-los na próxima Cúpula para construir mais um capítulo da nossa história comum.

Muito obrigado Presidente Putin e muito obrigado aos companheiros que estão em Kazan.

3.7. Participação do Ministro Mauro Vieira no debate aberto do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a situação no Oriente Médio, inclusive Palestina – Nova York, Estados Unidos, 29 de outubro de 2024

A ordem internacional do pós-guerra está desmoronando diante de nossos olhos. Os fundamentos estabelecidos após dois conflitos globais estão sendo corroídos.

Os eventos que se desenrolam no Oriente Médio não são apenas mais um capítulo em um antigo conflito. Eles refletem de forma clara uma crise mais profunda, onde o poder prevalece sobre o direito, e os princípios destinados a proteger a paz são ofuscados.

É por isso que o Presidente Lula convocou uma resposta vigorosa aos graves desafios de nosso tempo. Como ele enfatizou na abertura da 79ª sessão da Assembleia Geral, o mundo precisa de uma revisão abrangente da Carta das Nações Unidas.

Uma conferência de revisão da Carta pode parecer ambiciosa, mas reflete o espírito que fundou a ONU. O Artigo 109 deixa claro que nenhum sistema deve permanecer estático em um mundo em constante mudança.

Senhor Presidente,

O dever do Conselho é proteger toda a humanidade, não apenas atender a alguns poucos.

Sua incapacidade de agir de forma decisiva permitiu que atrocidades continuassem impunes, com populações inteiras pagando o preço. Isso não é mera retórica. Está refletido nos crimes cometidos contra civis em Gaza e no Líbano.

Senhor Presidente,

Mais de 43.000 palestinos e 2.500 libaneses já perderam a vida devido às fraturas de uma ordem global que, cada vez mais, falha em cumprir suas promessas.

O Brasil tem sido enfático ao pedir o fim da escalada de violência no Oriente Médio. Desde que assumimos a presidência deste Conselho em outubro do ano passado, quando Israel foi atingido por um ataque terrorista, testemunhamos uma escalada incessante de violência.

A resposta de Israel ao 7 de outubro ultrapassou qualquer senso de proporção. Mais bombas foram lançadas sobre Gaza do que em Dresden,

Hamburgo e Londres durante a Segunda Guerra Mundial. Isso não é autodefesa; é punição coletiva e aniquilação.

Todos testemunhamos violações flagrantes e rotineiras do direito humanitário internacional em Gaza.

Áreas civis são indiscriminada e desproporcionalmente alvejadas em operações militares, levando à destruição de infraestrutura crítica e ao sofrimento de inocentes.

Fome e doenças se espalham à medida que o fornecimento de bens que suprem necessidades básicas é interrompido.

Até mesmo aqueles protegidos pelas Convenções de Genebra – trabalhadores humanitários, médicos e pessoal de saúde – estão sendo mortos. Jornalistas foram baleados e seus veículos de imprensa silenciados.

Senhor Presidente,

A Corte Internacional de Justiça emitiu medidas provisórias ordenando que Israel interrompa ações que possam violar a Convenção sobre Genocídio e facilite a entrega de ajuda humanitária.

Além disso, a Resolução 2735 (2024) exige um cessar-fogo completo, a retirada das forças israelenses de áreas densamente povoadas em Gaza e o retorno seguro dos civis palestinos às suas casas.

Essas não são recomendações; são obrigações vinculantes segundo o direito internacional.

Quando diretrizes mandatórias dos mais altos órgãos jurídicos e políticos são ignoradas impunemente, isso sinaliza uma perigosa desintegração da governança global.

A consequência desse desprezo é mais perda de vidas e destruição inimaginável.

Quando me dirigi a este Conselho há um mês, alertei que o Líbano estava à beira de um conflito. Hoje, lamentamos a perda de milhares de vidas inocentes, incluindo dois adolescentes brasileiros.

Em apenas 30 dias, o número de deslocados no Líbano multiplicou-se por dez.

Desde a última vez em que estive nesta cadeira, tenho me dedicado à tarefa urgente de repatriar milhares de nossos cidadãos com dupla nacionalidade do Líbano, completando nove voos de resgate em aviões da Força Aérea

Brasileira, enfrentando crescentes riscos de segurança, incluindo ataques aéreos israelenses em território libanês. Milhares ainda aguardam repatriação.

Senhor Presidente,

A expansão da guerra de Gaza para o Líbano revela um padrão familiar de desrespeito pela lei. Ataques contra a UNRWA e agora contra a UNIFIL são uma rejeição flagrante do sistema multilateral e de tudo o que a Carta das Nações Unidas representa.

Esta não é a primeira vez que a UNIFIL é atacada. Não devemos esquecer o bombardeio israelense ao complexo da UNIFIL em Qana, em 1996, onde 106 civis que buscavam refúgio foram mortos.

Esta tragédia serve como uma lição crítica do que ocorre quando a comunidade internacional permite que tais violações fiquem impunes.

Quando falhamos em responsabilizar os perpetradores, pavimentamos o caminho para que a história se repita.

Por isso, o Brasil condena, nos termos mais fortes, os recentes ataques deliberados contra o pessoal e a infraestrutura da missão de paz no Líbano.

O Brasil também condena a decisão do Knesset de aprovar ontem leis contra a UNRWA. Ao tentar dismantlar serviços essenciais para os palestinos, essas leis agravam o sofrimento de um povo já devastado e contrariam o pedido da Corte Internacional de Justiça para que Israel facilite o acesso a assistência humanitária em Gaza.

Esforços para enfraquecer a UNRWA não são apenas ataques a uma instituição, mas à própria sobrevivência e dignidade do povo palestino. Atacar a UNRWA não eliminará o status de refugiado do povo palestino, nem a responsabilidade da comunidade internacional de proteger aqueles que precisam.

Devemos rejeitar essa lei pelo que ela realmente é – um precedente perigoso que enfraquece o multilateralismo e abre caminho para uma maior erosão da ordem global.

Senhor Presidente,

Quando o direito internacional é violado, os responsáveis devem enfrentar as consequências. É nosso dever, como Estados-membros das Nações Unidas, garantir que a justiça seja aplicada, que investigações sejam realizadas, que responsabilidades sejam atribuídas e que penalidades sejam impostas para

prevenir a impunidade e manter o Estado de Direito. Devemos defender a justiça, não apenas clamar por ela.

Diante de um caso plausível de genocídio e do ataque indiscriminado contra civis, a comunidade internacional não pode mais ser cúmplice fornecendo armas que possibilitem tais crimes. O mesmo vale para armas que prolongam a ocupação ilegal dos territórios palestinos.

Não podemos permitir que o veto se torne um escudo para a impunidade.

Senhor Presidente,

Cada vez que este Conselho se reúne para discutir o Oriente Médio, a situação se torna mais grave. Novas frentes surgem, mais vidas inocentes são perdidas, e a crise se aprofunda. Os recentes ataques ao Irã só reforçam o risco crescente de uma catástrofe regional.

Estamos caminhando para um mundo onde as futuras gerações herdarão apenas um legado de conflitos e sofrimentos sem fim. Quantas vidas inocentes serão contabilizadas na próxima vez que nos reunirmos? Quanto mais sofrimento permitiremos?

A guerra não trará paz ao Oriente Médio. A paz virá através de um compromisso decisivo com a diplomacia, fundamentado na justiça e no respeito pelo direito internacional.

Enquanto enfrentamos a escalada de violência e a expansão do conflito, o apelo do Presidente Lula para uma revisão da Carta das Nações Unidas ressoa mais urgentemente do que nunca. Devemos às futuras gerações assegurar que este órgão tenha a força e o mandato para defender a justiça, proteger a humanidade e garantir uma paz duradoura.

É hora de dar os passos ousados necessários para tornar a paz não apenas uma aspiração, mas uma realidade para todos.

Obrigado.

3.8. Discurso do Ministro Mauro Vieira em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados – Brasília, 13 de novembro de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Deputado Lucas Redecker (PSDB-RS),

Excelentíssimos Senhores Vice-Presidentes da CREDN, Deputado General Girão (PL/RN), Deputado Márcio Marinho (REP/BA) e Deputado Florentino Neto (PT/PI),

Excelentíssimo Senhor Deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP), ex- Presidente da Câmara dos Deputados, na pessoa de quem cumprimento todos os deputados presentes nesta sessão,

Presidente,

É uma grande satisfação estar mais uma vez aqui, atendendo ao convite para esta sessão, esta discussão com os membros da Comissão. Lamento não ter podido vir em ocasião anterior, em razão de reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a crise no Oriente Médio, em que eu não poderia deixar de estar, logo depois de várias mortes, inclusive de cidadãos brasileiros e inclusive de uma criança praticamente recém-nascida, uma menina de 14 meses de idade, que faleceu em um ataque no sul de Beirute, na véspera da partida do Líbano com sua família, em um dos voos de repatriação que o governo brasileiro está executando. Era uma situação muito grave. Peço desculpas mais uma vez a este colegiado não ter estado presente nesse dia.

Queria dizer que este diálogo contínuo e construtivo com a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, e com o conjunto do Congresso, é condição indispensável para a condução de uma política externa democrática. Agradeço a oportunidade de me dirigir às senhoras e senhores Deputados.

Senhor Presidente,

Diferentemente das ocasiões anteriores, e creio que esta seja a quinta vez neste mandato do Presidente Lula em que estou presente nesta Comissão, não vou fazer um balanço geral da política externa. Eu quero aproveitar o tempo que me foi concedido – agradecendo a compreensão da Comissão pela necessidade de regressar rapidamente ao Rio de Janeiro, para compromissos com o G20 – para tratar especificamente das relações entre o Brasil e a Venezuela.

Nas diferentes conversas com membros desta Câmara dos Deputados, e do Senado Federal, são frequentes os testemunhos que dão conta da importância das nossas relações com os países vizinhos para o desenvolvimento econômico e social do nosso país.

Ao trazerem perspectivas setoriais, regionais e, por muitas vezes, fronteiriças, os parlamentares que nos procuram têm muita clareza dos benefícios e dos desafios da integração sul-americana para as diferentes regiões do Brasil, e sabem apontar os aspectos em que precisamos melhorar.

As relações com a Venezuela não são uma exceção nesse quadro maior.

Basta mencionar os impactos da Venezuela nos estados do Arco Norte do Brasil, do Amapá ao Acre, especialmente Roraima e Amazonas, tanto em termos econômico-comerciais quanto pelo acolhimento de centenas de milhares de imigrantes.

Ou lembrar dos desafios compartilhados nas áreas de saúde, proteção dos povos indígenas, meio ambiente e combate a ilícitos transnacionais, que somente podem ser equacionados de maneira conjunta.

Esse foco de nossa política externa na América do Sul obedece a princípios e a interesses nacionais que não são novos, nem recentes.

Ainda no começo do século XX, foi por meio do diálogo e da negociação – e não do isolamento – que o Itamaraty, sob a liderança do Barão do Rio Branco, definiu fronteiras e incorporou centenas de milhares de quilômetros quadrados ao nosso território nacional.

As relações pacíficas e respeitadas com nossos doze vizinhos – sendo dez fronteiriços – são um patrimônio da política externa, de que o povo brasileiro, com muito direito, se orgulha.

Essa orientação contribuiu e seguirá contribuindo para a paz e a estabilidade regional. Uma das nossas conquistas nessa trajetória foi a consolidação da América do Sul como uma zona de paz e cooperação em um mundo de crescentes conflitos.

Senhoras e Senhores Deputados,

Permitam-me uma contextualização histórica das nossas relações com a Venezuela.

Brasil e Venezuela mantêm relações diplomáticas desde 1830, portanto são 195 anos. Compartilhamos 2.200 quilômetros de fronteiras terrestres. É a nossa maior fronteira terrestre depois da Bolívia e do Peru.

No entanto, por muito tempo, inclusive boa parte do século XX, o Brasil esteve mais orientado para a região do Prata, enquanto a Venezuela se voltava para o Caribe e para a América Central. Ao longo do século XIX, tivemos de dar muita atenção às Questões Platinas, que incluíram quatro conflitos armados nos quais o Brasil independente se envolveu entre 1825 e 1870. Com a Proclamação da República, tivemos de dar atenção à estabilidade interna, enquanto a Venezuela, que já havia descoberto reservas petrolíferas no final do Século XIX, passou a ter na exportação do produto, a partir da década de 1920, sua principal atividade econômica. A Amazônia, então pouco

conectada a outras regiões de ambos os países, era uma barreira física para a aproximação bilateral.

Com a crise do petróleo, na década de 70, Brasil e Venezuela, apesar das diferenças ideológicas e políticas – na época o Brasil era uma ditadura militar e, na Venezuela havia uma democracia plena e estável –, passaram a aproximar-se progressivamente. Avançamos na integração rodoviária e na cooperação no setor de energia. Houve visitas presidenciais recíprocas. Em novembro de 1977 – isso é curioso que tenha acontecido só nesse ano –, ocorreu a primeira visita de um Presidente venezuelano ao Brasil. Na ocasião, o Presidente Carlos Andrés Pérez declarou que o Brasil era uma “nação sul-americana fundamental e chave na ação integradora da região”. Em 1987, o Presidente

José Sarney esteve na Hidrelétrica de Gúri, na Venezuela, em sua visita àquele país, hidrelétrica esta construída por empresas brasileiras.

A partir da nossa redemocratização, a aproximação com a Venezuela continuou a responder aos interesses nacionais de manutenção da estabilidade regional, de aprofundamento do comércio e de proteção dos cidadãos brasileiros. Mas também passou a responder ao imperativo constitucional de busca da integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina.

Em 1992, os Presidentes Fernando Collor e Carlos Andrés Pérez criaram o mecanismo de consultas de alto nível. Em 1994, foi assinado o “Protocolo de La Guzmanía”, durante a visita de estado do Presidente Itamar Franco a Caracas, prevendo a integração física e energética entre os dois países. Nos governos do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foram concluídos o “Linhão de Gúri” e a pavimentação da BR-174, ligando Manaus a Caracas.

No primeiro mandato do Presidente Lula, iniciamos a construção de uma estrutura de governança e coordenação regional, exemplificada pela UNASUL e pela CELAC, o que continuou no governo da Presidenta Dilma Rousseff.

No auge da integração sul-americana, no período compreendido entre 2002 e 2015, os países da região tinham divergências políticas, mas sabiam que a união traria benefícios concretos para todos. Os Presidentes Hugo Chávez, da Venezuela, e Álvaro Uribe, da Colômbia, por exemplo, tinham orientações políticas muito diferentes, mas eram capazes de sentar-se à mesa para discutir projetos de interesse comum. Ambos, inclusive, tinham ótima relação com o Presidente Lula.

Isso tudo, obviamente, mudou.

Presidente, Deputado Redecker,

O Brasil historicamente esteve presente e pronto para contribuir para a Venezuela superar seus impasses políticos.

Logo no início do primeiro mandato do Presidente Lula, em janeiro de 2003, por ocasião da crise que se seguiu à tentativa de golpe de Estado contra o Presidente Hugo Chávez, em abril de 2002, formamos um Grupo de Amigos da Venezuela. Esse golpe de Estado, por sinal, colocou na Presidência um empresário, dirigente da Federação de Câmaras de Comércio, chamado Pedro Carmona, que foi reconhecido em menos de 24h por Estados Unidos e Espanha. Porém, o golpe foi desbaratado em menos de 48h por forte reação popular, culminando no retorno de Chávez ao poder.

Este grupo que formamos não era um “grupo de amigos do Presidente Chávez”. Tinha a participação também dos Estados Unidos e da Espanha, que apoiaram o golpe, e de outros países críticos ao governo venezuelano, na Europa e na região. Esse grupo de amigos da Venezuela criado por iniciativa do Brasil, e pessoal do Presidente Lula, foi fundamental para a organização do referendo revocatório de 2004, que confirmou o Presidente Hugo Chávez na presidência venezuelana.

Em 2013, após o falecimento do Presidente Chávez, a crise política interna se agravou, e o Brasil novamente se prontificou a facilitar o diálogo. A UNASUL, que teve no Presidente Lula um de seus idealizadores, estava plenamente funcional naquele momento, e serviu de foro adequado para a conciliação.

Em 2014, o governo e a oposicionista Mesa da Unidade Democrática, liderada então por Leopoldo López, chegaram a acordo pelo qual reiteraram seu compromisso em rejeitar a violência.

O cenário político continuou marcado por tensões nos anos seguintes. Na época em que fui Ministro das Relações Exteriores da Presidente Dilma Rousseff, dei seguimento à participação do Brasil nesse grupo criado pela UNASUL. Estive algumas vezes em Caracas. Mantínhamos encontros com todo o espectro político venezuelano, inclusive as altas autoridades do governo venezuelano. Como resultado desse esforço, conseguimos viabilizar as eleições parlamentares de dezembro de 2015, eleições essas cujos resultados foram amplamente favoráveis à oposição e reconhecidos pelo governo venezuelano.

Mas o Brasil se afastou justamente num dos momentos mais críticos da história recente da Venezuela.

Estou me referindo aos desentendimentos a partir de 2017. Naquele ano, após 53 dias de protestos violentos, o Presidente Maduro convocou a eleição de uma Assembleia Constituinte, que terminou por existir de forma paralela à Assembleia Nacional, então dominada pela oposição. Em seguida, houve ainda o boicote, pela oposição, das eleições presidenciais de 2018 e, finalmente, a autoproclamação do então Presidente da Assembleia Nacional, Juan Guaidó, como Presidente interino da Venezuela em 2019. Ao longo desses anos, o governo brasileiro tinha outro direcionamento político e estimulou apenas um dos lados, em detrimento do diálogo.

A desintegração da UNASUL e a formação de arranjos como o Grupo de Lima também não contribuíram para o diálogo. As sanções unilaterais adotadas pelos Estados Unidos, pelo Canadá e pela União Europeia depois das eleições de 2018 agravaram ainda mais a situação do país.

Nesse contexto, foi muito negativo o fechamento da embaixada e dos três consulados que o Brasil mantinha na Venezuela. O Estado brasileiro, com isso, deixou a comunidade brasileira presente na Venezuela abandonada à própria sorte. Tivemos grandes prejuízos, em todas as áreas: nosso fluxo comercial, por exemplo, que tinha chegado a 6 bilhões de dólares em 2012, com amplo superávit para o Brasil, caiu mais de 90% entre 2012 e 2019. Em 2023, foi apenas de 1,5 bilhão de dólares e, neste ano, 2024, de janeiro a outubro, foi de 1,3 bilhão de dólares. Perdemos, ainda, acesso a fontes de informação confiáveis na Venezuela, e ficamos sem capacidade de influência no país. Outros países passaram a ocupar o espaço comercial e político que o governo brasileiro deixou vazio.

Portanto, a decisão do Presidente Lula de reabrir nossa embaixada na Venezuela logo nos primeiros dias deste seu terceiro mandato foi mais do que acertada. A interlocução é fundamental para participar dos processos, seguir a situação política local, contribuir para a estabilidade regional e defender os interesses brasileiros.

Foi graças a esses canais reabertos que o Brasil contribuiu para desarmar tensões entre a Atendendo a um chamado do Presidente Lula, lançado durante a Cúpula dos chefes de Estado do MERCOSUL em dezembro do ano passado, no Rio de Janeiro, os Presidentes Maduro e Ali, da Guiana, se reuniram em dezembro de 2023, em São Vicente e Granadinas, sob a facilitação do primeiro-ministro daquele país, que exercia então a presidência da CELAC, e ambos os chefes de Estado, da Venezuela e da Guiana, concordaram, na Declaração de Argyle, em não recorrer à força para resolver o contencioso bilateral.

Comprometeram-se a manter negociações com vistas a encontrar solução diplomática permanente. Hoje, o perfil desse contencioso está mais baixo, mas ainda demanda acompanhamento e atenção. Mantemos nossa firme oposição à interferência de atores extrarregionais em apoio a qualquer de um dos dois estados. Precisamos de diplomacia nesta questão, e não de armas. Aliás, temos aqui inspiração da ZOPACAS, que é o acrônimo para Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, cujo princípio é justamente o de manter o oceano Atlântico Sul livre de rivalidades geopolíticas estranhas à nossa região.

O Brasil foi também testemunha e garante, na figura do Assessor Especial do Presidente da República, Embaixador Celso Amorim, dos Acordos de Barbados, firmados em outubro do ano passado, 2023. Esses acordos possibilitaram a realização das eleições presidenciais que tiveram lugar no último dia 28 de julho, e previam a libertação de opositores presos, a revisão de inhabilitações e, sobretudo, o levantamento, ainda que parcial, das sanções impostas pelos Estados Unidos.

As eleições de 28 de julho transcorreram em clima de normalidade, sem maiores incidentes. No dia das eleições, ambos os lados manifestaram confiança na vitória e no sistema eletrônico de votação.

O Assessor Especial do Presidente Lula, Embaixador Celso Amorim, esteve em Caracas por quatro dias (tendo chegado antes do dia da eleição, 28 de julho, prolongou sua estada por mais três dias) e constatou esse clima de normalidade no dia 28 de julho. Mas, como ele mesmo afirmou em audiência a esta Comissão, creio que há duas semanas, começou a receber relatos de problemas na noite do dia 28 ainda.

Os resultados preliminares anunciados pelo Conselho Nacional Eleitoral entre 23h e meia noite apontaram vitória do candidato Presidente Maduro com 51,2% dos votos, frente ao candidato de oposição, Edmundo González, com 44,2% dos votos.

Esses números não coincidiam com a apuração paralela realizada pela oposição, baseada nas atas que eram afixadas em portas de cada sessão eleitoral, que indicava vitória de Edmundo González com cerca de 60% dos votos.

Após a proclamação dos resultados, houve protestos em todo o país, com casos de confrontos e repressão pelas forças de segurança. Multiplicaram-se denúncias de prisões de lideranças políticas, ativistas, mesários, fiscais partidários e manifestantes. O próprio governo venezuelano estimou em mais de 2 mil o número de detidos em protestos.

No dia 22 de agosto, o Tribunal Supremo de Justiça da Venezuela proferiu sentença que confirmou a reeleição de Nicolás Maduro para o mandato que se iniciará em janeiro de 2025, até 2031. O mandato na Venezuela é de seis anos.

Vinte e nove países deram declarações indicando não reconhecer o resultado das eleições. Alguns países, como Argentina, Costa Rica, Equador, Estados Unidos, Panamá, Peru e Uruguai reconheceram Edmundo González como vencedor das eleições. A União Europeia não reconheceu a vitória do líder opositorista e fez críticas ao transcurso do dia das eleições.

Por outro lado, 54 países felicitaram Maduro por sua reeleição.

Ainda no final de julho, o governo venezuelano anunciou a expulsão de Caracas de todos os diplomatas de Argentina, Chile, Costa Rica, Panamá, Peru, República Dominicana e Uruguai, e retirou também seus diplomatas desses mesmos postos. Para a maior parte desses países, a expulsão foi uma resposta à publicação de declaração conjunta sobre as eleições na Venezuela, que pedia a “revisão completa dos resultados na presença de observadores eleitorais independentes”. Desses países que assinaram essa declaração – Argentina, Costa Rica, Equador, Guatemala, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai –, três desses signatários já não mantinham embaixadas residentes em Caracas (Equador, Guatemala e Paraguai).

Esse fato, essa partida de todos os diplomatas desses países que eu acabo de mencionar, levou o Brasil a assumir a custódia das sedes diplomáticas e da defesa dos interesses da Argentina e do Peru na Venezuela. Isso em atenção a pedido tanto do governo argentino como do governo peruano, para que o Brasil representasse os interesses desses países e estendesse a assistência consular aos nacionais desses países na Venezuela. Somos responsáveis também pelos seis venezuelanos de oposição que se encontram asilados na residência da Embaixada da Argentina em Caracas.

Permaneceremos com a custódia das embaixadas e a defesa dos interesses da Argentina e do Peru na Venezuela, até que seja indicado um país que, de comum acordo com o estado peruano e argentino, seja também aceitável para o governo venezuelano.

Na semana de 2 de setembro, o Ministério Público da Venezuela solicitou ordem de apreensão de Edmundo González. Com temor de que fosse preso, González faltou às convocações da promotoria e deixou de comparecer ao Tribunal Supremo de Justiça para assinar os documentos finais do pleito eleitoral que reconheciam o resultado divulgado pelo CNE. No dia 9 de setembro, deixou a Venezuela e se exilou na Espanha.

Atualmente, temos buscado manter contato com todas as forças políticas venezuelanas, tanto do governo quanto da oposição. Estive com o Ministro das Relações Exteriores Yvan Gil à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, no mês de setembro, quando insisti que o governo venezuelano concedesse salvo-conduto aos asilados na embaixada argentina em Caracas, sob nossa proteção. Falamos também ao telefone na última segunda-feira, dia 11 de novembro.

Senhor Presidente,

A posição do Brasil obedece a três princípios muito importantes: a defesa da democracia, a não ingerência em assuntos internos e a resolução pacífica de controvérsias.

Acompanhamos esse processo na Venezuela não apenas porque o Brasil assumiu um compromisso como garante dos Acordos de Barbados e fomos observadores eleitorais do pleito de 28 de julho, mas também porque a Venezuela é nosso vizinho, grande e muito importante.

A solução, porém, precisa ser construída pelos próprios venezuelanos, e não imposta de fora, com mais sanções e isolamento. Isso, nós já vimos que não funciona. Não podemos repetir os erros que cometemos na época da autoproclamação de Guaidó como Presidente.

Esse é um tema que é candente na opinião pública, e que continuará a demandar, do Brasil, capacidade de interlocução e de negociação com todas as partes, incluindo os atores políticos venezuelanos e parceiros regionais.

O Brasil tem mantido coordenação estreita com a Colômbia e com o México, com quem publicamos, em 1º de agosto, declaração conjunta favorecendo uma solução negociada, após a conversa mantida entre os Presidentes Lula, Gustavo Petro, da Colômbia, e o então Presidente do México, Andrés Manuel López-Obrador. Em 8 de agosto, publicamos uma segunda declaração conjunta, após reunião que mantive com os chanceleres desses dois países.

Em nota conjunta com a Colômbia no dia 3 de setembro, registramos preocupação com a ordem de apreensão emitida pela Justiça da Venezuela contra Edmundo González no dia anterior. Ressaltamos que essa medida afetava gravemente os compromissos assumidos pelo governo venezuelano no âmbito dos Acordos de Barbados, em que o governo e a oposição assumiram um compromisso com a democracia e com a promoção de uma cultura de tolerância e convivência.

O momento agora é delicado e exige da nossa diplomacia profissionalismo, parcimônia e cautela.

De todo modo, o Brasil tem como prática, tradicionalmente, reconhecer Estados, e não governos. Essa é uma posição inspirada, por sinal, na tradição diplomática latino-americana, que foi consolidada na chamada “Doutrina Estrada”, formulada nos anos 30 pelo então chanceler mexicano, que busca evitar a politização do reconhecimento ou não de governos estrangeiros. Ainda que as circunstâncias imponham uma inevitável diminuição do dinamismo do relacionamento bilateral, isso não significa de forma alguma que o Brasil deva romper relações ou algo dessa natureza com a Venezuela.

Pelo contrário, diálogo e negociação – e não isolamento –, como bem ensinou o Barão do Rio Branco, são a chave para a construção de qualquer solução pacífica e duradoura na Venezuela.

Eu gostaria só de reafirmar que a Doutrina Estrada é baseada nos princípios de não intervenção, resolução pacífica de controvérsias e autodeterminação dos povos, aliás, que são os princípios consagrados no artigo 4º da Constituição Federal.

Senhor Presidente, senhores Deputados,

Embora não seja o tema primeiro que motivou meu comparecimento a esta Casa hoje, não poderia deixar, sobretudo após sua introdução, em que destacou este assunto, de tecer comentários sobre a gravíssima situação por que passa o Oriente Médio.

Em 7 de outubro, completou-se um ano desde os ataques terroristas perpetrados pelo Hamas contra Israel, que resultaram na morte de 1163 pessoas e na tomada de 251 como reféns, das quais se estima que cerca de cem estejam ainda mantidas em cativeiro.

Há um ano, o Brasil condenou firmemente o ataque do Hamas e mobilizou sua diplomacia, inclusive na presidência brasileira do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a fim de trabalhar por um cessar-fogo imediato ou, ao menos, tentar conter a previsível escalada do conflito.

Infelizmente, as escolhas feitas pelo governo israelense e por seus principais rivais regionais desencadearam o mais amplo e letal conflito da História recente do Oriente Médio. Seu término, lamentavelmente, parece ainda distante.

Todo país tem o direito de se defender, desde que dentro das normas do direito internacional. Não é isso que Israel está fazendo. O que se assiste é a uma

reação desproporcional, que revela a busca de ganhos geopolíticos concretos que nada têm a ver com a mera defesa nacional. Como disse o Presidente Lula em seu discurso de abertura da 79ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro passado, o direito de defesa não pode se transformar em direito de vingança. O que começou como ação de terroristas contra civis israelenses inocentes tornou-se punição coletiva de todo o povo palestino, com indícios plausíveis de constituir a prática de genocídio, segundo decisão preliminar da Corte Internacional de Justiça seguida por muitos países.

Depois de um ano de incessantes bombardeios, mais de 43 mil pessoas foram massacradas em Gaza, 70% dos quais mulheres e crianças. Hoje, Gaza é um lugar inabitável. 66% dos edifícios foram destruídos ou danificados, 85% de suas escolas foram destruídas e 96% da população passa fome, incluindo 50 mil crianças em situação de desnutrição aguda.

Na Cisjordânia, Israel passou a empregar cada vez mais a truculência utilizada em Gaza, com número cada vez maior de assentamentos ilegais, condenados pelo direito internacional e pela comunidade internacional.

O Brasil alertava, desde o princípio, contra o risco de alastramento regional do conflito. Infelizmente, esse triste prognóstico se confirmou, apesar dos insistentes apelos da comunidade internacional.

A partir de 17 de setembro, intensificaram-se as hostilidades entre Israel e o Hezbollah. Explosões de milhares de “pagers” e “walkie-talkies” no Líbano provocaram a morte de 37 pessoas, incluindo civis e menores de idade, e mais de 3 mil e quatrocentos feridos. A ação foi condenada por especialistas em direitos humanos das Nações Unidas, sendo tratada por alguns como terrorismo de Estado. Essa afirmação foi inclusive retomada por autoridades americanas que exerceram importantes funções no governo Obama, na CIA e como secretário de Defesa.

Em seguida, o recrudescimento das tensões ao longo da fronteira entre Israel e o Líbano – a chamada “Linha Azul” – evoluiu para uma guerra aberta. Desde então, têm sido frequentes os bombardeios israelenses sobre a capital, Beirute. Em 30 de setembro, Israel deu início a invasão terrestre do Líbano. Hoje, já se contam 3.189 mortos no país, incluindo dois adolescentes brasileiros, inclusive, como mencionei no início, um bebê de 14 meses que embarcaria no dia seguinte num dos voos de repatriação para o Brasil. Além disso, há 14.079 feridos até o último dado recebido, e cerca de 1,2 milhão de pessoas deslocadas.

Senhor Presidente,

O Líbano abriga a maior e mais importante comunidade brasileira no Oriente Médio, concentrada na Grande Beirute e na região do Vale do Bekaa, regiões que têm sido alvo de bombardeios israelenses. Em agosto deste ano, orientamos nossa comunidade no Líbano a deixar o país por meios próprios o quanto antes, pelo aeroporto de Beirute. A partir de setembro, abrimos amplo processo de consulta aos brasileiros interessados, residentes no Líbano, em serem retirados do Líbano. Segundo nossa Embaixada em Beirute, mais de 3500 pessoas se interessaram na repatriação.

Como resultado desse processo, o Presidente Lula ordenou o início da Operação chamada de Raízes do Cedro, em ação conjunta do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Defesa e da Força Aérea Brasileira. Até o momento, já se realizaram dez voos, que repatriaram quase 2100 pessoas, incluindo 505 crianças – entre elas, 73 de colo –, 211 idosos e quinze gestantes, acompanhados de seus familiares, além de alguns animais de estimação. O avião destinado a realizar o 11º voo partiu do Rio de Janeiro nessa segunda-feira (11/11), e deve retornar ao Brasil nesta madrugada, com mais cerca de 220 ou 230 repatriados.

No contexto da defesa permanente dos interesses das comunidades brasileiras no exterior, o Ministério das Relações Exteriores seguirá implementando a decisão do governo brasileiro de repatriar brasileiros do Líbano para o Brasil, sempre com critérios objetivos e transparentes na priorização dos passageiros, de acordo com a legislação brasileira.

Senhor Presidente,

Esse conflito atual é muito mais grave do que os anteriores porque envolve outros atores regionais. De todos os cenários possíveis, o mais aterrador seria o da eclosão de um conflito direto e aberto entre Israel e o Irã.

No dia 1º de abril, Israel lançou um ataque ao complexo da embaixada iraniana em Damasco, capital da Síria, matando 16 pessoas, inclusive o comandante da Força Quds no Líbano e na Síria. Em 13 de abril, o Irã retaliou – pela primeira vez na História – com ataques de 300 mísseis e drones contra Israel. Esse ataque foi precedido de aviso prévio pelo Irã aos EUA, tendo sido quase totalmente interceptado por Israel e parceiros.

No dia 31 de julho, Ismail Haniyeh, líder político do Hamas, foi assassinado em explosão no local onde estava hospedado em Teerã, depois de ter participado da cerimônia de posse do novo Presidente iraniano. Masoud Pezeshkian. Em

27 de setembro, Israel bombardeou o presumido quartel-general do Hezbollah no Líbano, matando o Secretário-Geral do Hezbollah, Hasan Nasrallah.

Em 1º de outubro, o Irã lançou o segundo ataque a mísseis contra Israel, em alegada retaliação pela morte de Haniyeh e Nasrallah e pelos demais ataques e atentados perpetrados por Israel na Síria, no Líbano e na própria capital do Irã. A retaliação israelense, em 26 de outubro, felizmente se ateve apenas a alvos estratégicos, sem impacto significativo em termos de perdas de vidas.

Em face dessa violência, a diplomacia brasileira busca fazer o possível para desestimular o alastramento da guerra. Contamos com o apoio de Vossas Excelências nessa missão, ditada pela Constituição Federal, de defender a paz, a solução pacífica de conflitos e o Direito Internacional.

Senhor Presidente,

Gostaria, por fim, de fazer menção, brevemente, à realização da Cúpula presidencial do G20 que, na presidência brasileira, se realizará na próxima semana, na cidade do Rio de Janeiro. Regresso ainda hoje ao Rio de Janeiro, para participação nas reuniões ministeriais prévias à Cúpula, que por sua vez se realizará, como já mencionei, nos dias 18 e 19, segunda e terça-feira.

O Presidente Lula receberá, na ocasião, chefes de Estado e de governo de 36 países, entre membros plenos, convidados oficiais e convidados apenas para a Cúpula de Líderes, além de 17 organismos internacionais. Será uma oportunidade, inclusive, para avançar interesses brasileiros nos contatos com os principais líderes mundiais.

As três prioridades estabelecidas pelo Presidente Lula para a presidência brasileira do G20 foram a inclusão social e o combate à fome e à pobreza; as transições energéticas e o desenvolvimento sustentável; e a reforma da governança global. Cada uma dessas prioridades gerou uma iniciativa específica: a primeira, a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza; a segunda, a Mobilização Global contra a Mudança do Clima; e a terceira, o Chamado à Ação sobre a Reforma da Governança Global.

Essas iniciativas têm recebido a adesão de inúmeros países, e não são limitadas aos membros do G20. Além disso, é preciso mencionar, como resultado da presidência brasileira, as deliberações dos diferentes Grupos de Trabalho do G20 e a mobilização da sociedade civil nos vários Grupos de Engajamento. Tudo isso contribui para que a presidência brasileira alcance, na Cúpula do Rio de Janeiro, um desfecho bem-sucedido, com resultados abrangentes.

Eram esses os temas que eu gostaria de, inicialmente, citar e fico à disposição de Vossas Excelências para receber perguntas e dúvidas que queiram apresentar.

Muito obrigado.

3.9. Discurso do Presidente Lula na 2ª Sessão da Reunião de Líderes do G20: Reforma das Instituições de Governança Global – Rio de Janeiro, 18 de novembro de 2024

A história do G20 está entrelaçada com os abalos sofridos pela economia global nas últimas décadas.

Ações oportunas evitaram que a crise de 2008 redundasse em um colapso de proporções catastróficas.

O ímpeto reformador foi insuficiente para corrigir os excessos da desregulação dos mercados e a apologia do Estado mínimo.

Naquele momento, escolheu-se salvar bancos em vez de ajudar pessoas.

Optou-se por socorrer o setor privado em vez de fortalecer o Estado.

Decidiu-se priorizar economias centrais em vez de apoiar países em desenvolvimento.

O mundo voltou a crescer, mas a riqueza gerada não chegou aos mais necessitados.

Não é surpresa que a desigualdade fomenta ódio, extremismo e violência. Nem que a democracia esteja sob ameaça.

A globalização neoliberal fracassou.

Em meio a crescentes turbulências, a comunidade internacional parece resignada a navegar sem rumo por disputas hegemônicas.

Permanecemos à deriva, como se arrastados por uma torrente que nos empurra para uma tragédia.

Mas o confronto não é uma fatalidade.

Negar isso é abrir mão da nossa responsabilidade.

Em torno desta mesa estão os líderes das maiores economias e blocos regionais do planeta.

Não há ninguém em melhor posição do que nós para mudar o curso da humanidade.

Este ano, a reforma da governança global entrou em definitivo na agenda do G20.

Pela primeira vez, o grupo foi à ONU e aprovou, com o endosso de outros quarenta países, um Chamado à Ação.

Mas esse chamado é apenas um toque de despertar.

A omissão do Conselho de Segurança tem sido ela própria uma ameaça à paz e à segurança internacional.

O uso indiscriminado do veto torna o órgão refém dos cinco membros permanentes.

Do Iraque à Ucrânia, da Bósnia a Gaza, consolida-se a percepção de que nem todo território merece ter sua integridade respeitada e nem toda vida tem o mesmo valor.

Intervenções desastrosas subverteram a ordem no Afeganistão e na Líbia.

A indiferença relegou o Sudão e o Haiti ao esquecimento.

Sanções unilaterais produzem sofrimento e atingem os mais vulneráveis.

As instituições de Bretton Woods impuseram obstáculos aos próprios objetivos de desenvolvimento sustentável que deveriam promover.

Impasses recentes em torno do Tratado de Pandemias, do Pacto para o Futuro e da COP da biodiversidade de Cáli mostram que a diplomacia vem perdendo terreno para a intransigência.

Não deve haver debates interditados, nem linhas vermelhas intransponíveis.

Por isso, o Brasil propôs, em Nova York, a convocação de uma conferência de revisão da Carta das Nações Unidas, nos termos do artigo 109.

Apenas 51 dos atuais 193 membros das Nações Unidas participaram de sua fundação.

Também é urgente rever regras e políticas financeiras que afetam desproporcionalmente os países em desenvolvimento.

O serviço da dívida externa de países africanos é maior que os recursos de que eles dispõem para financiar sua infraestrutura, saúde e educação.

A cooperação tributária internacional é crucial para reduzir desigualdades.

Estudos encomendados pela Trilha de Finanças do G20 são reveladores.

Uma taxação de 2% sobre o patrimônio de indivíduos super-ricos poderia gerar recursos da ordem de 250 bilhões de dólares por ano para serem investidos no enfrentamento dos desafios sociais e ambientais do nosso tempo.

A estabilidade mundial depende de instituições mais representativas. A pluralidade de vozes funciona como vetor de equilíbrio.

O futuro será multipolar. Aceitar essa realidade pavimenta o caminho para a paz.

Também é chave na construção de uma governança que maximize as oportunidades e mitigue os riscos da Inteligência Artificial.

A resposta para a crise do multilateralismo é mais multilateralismo.

Não é preciso esperar uma nova guerra mundial ou um colapso econômico para promover as transformações de que a ordem internacional necessita.

Em 1940, o poeta brasileiro Carlos Drummond de Andrade escreveu um poema chamado “Congresso Internacional do Medo”, que traduzia o sentimento prevalente em meio à Segunda Guerra Mundial.

Para evitar que o título desse poema volte a descrever a governança global, não podemos deixar que o medo de dialogar triunfe.

Muito obrigado, companheiros.

3.10. Discurso do Presidente Lula no lançamento da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza – Rio de Janeiro, 18 de novembro de 2024

Minhas amigas e meus amigos,

Primeiro, eu quero agradecer a generosidade da presença de vocês, transformando o Rio de Janeiro na capital do mundo, neste dia 18 de novembro, dia 19 de novembro.

É muito importante o que vamos discutir aqui e eu tenho certeza que, se nós assumirmos a responsabilidade com esses assuntos, da fome e da pobreza, nós poderemos ter sucesso em pouco tempo.

Por isso, eu queria dizer a todos vocês: sejam bem-vindos ao Rio de Janeiro. Aproveitem esta cidade que é conhecida como a Cidade Maravilhosa.

Esta cidade é a síntese dos contrastes que caracterizam o Brasil, a América Latina e o mundo.

De um lado, a beleza exuberante da natureza sob os braços abertos do Cristo Redentor.

Um povo diverso, vibrante, criativo e acolhedor.

De outro, injustiças sociais profundas.

O retrato vivo de desigualdades históricas persistentes.

Estive na primeira reunião de líderes do G20, convocada em Washington no contexto da crise financeira de 2008.

Dezesseis anos depois, constato com tristeza que o mundo está pior.

Temos o maior número de conflitos armados desde a Segunda Guerra Mundial e a maior quantidade de deslocamentos forçados já registrada.

Os fenômenos climáticos extremos mostram seus efeitos devastadores em todos os cantos do planeta.

As desigualdades sociais, raciais e de gênero se aprofundam, na esteira de uma pandemia que ceifou mais de 15 milhões de vidas.

O símbolo máximo na nossa tragédia coletiva é a fome e a pobreza.

Segundo a FAO, em 2024, convivemos com um contingente de 733 milhões de pessoas ainda subnutridas.

É como se as populações do Brasil, México, Alemanha, Reino Unido, África do Sul e Canadá, somadas, estivessem passando fome.

São mulheres, homens e crianças, cujo direito à vida e à educação, ao desenvolvimento e à alimentação são diariamente violados.

Em um mundo que produz quase 6 bilhões de toneladas de alimentos por ano, isso é inadmissível.

Em um mundo cujos gastos militares chegam a 2,4 trilhões de dólares, isso é inaceitável.

A fome e a pobreza não são resultado da escassez ou de fenômenos naturais.

A fome, como dizia o cientista e geógrafo brasileiro Josué de Castro, “a fome é a expressão biológica dos males sociais”.

É produto de decisões políticas, que perpetuam a exclusão de grande parte da humanidade.

O G20 representa 85% dos 110 trilhões de dólares do PIB mundial.

Também responde por 75% dos 32 trilhões de dólares do comércio de bens e serviços e dois terços dos 8 bilhões de habitantes do planeta.

Compete aos que estão aqui em volta desta mesa a inadiável tarefa de acabar com essa chaga que envergonha a humanidade.

Por isso, colocamos como objetivo central da presidência brasileira no G20 o lançamento de uma Aliança Global contra a Fome e a Pobreza.

Este será o nosso maior legado.

Não se trata apenas de fazer justiça.

Essa é uma condição imprescindível para construir sociedades mais prósperas e um mundo de paz.

Não por acaso, esses são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 1 e 2 da Agenda 2030.

Com a Aliança, vamos articular recomendações internacionais, políticas públicas eficazes e fontes de financiamento.

O Brasil sabe que é possível.

Com a participação ativa da sociedade civil, concebemos e implementamos programas de inclusão social, de fomento da agricultura familiar e da segurança alimentar e nutricional, como o nosso Bolsa Família e o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Conseguimos sair do Mapa da Fome da FAO em 2014, para o qual voltamos em 2022, em um contexto de desarticulação do Estado de bem-estar social.

Foi com tristeza que, ao voltar ao governo, encontrei um país com 33 milhões de pessoas famintas.

Em um ano e onze meses, o retorno desses programas já retirou mais de 24, 5 milhões de pessoas da extrema pobreza.

Até 2026, novamente sairemos do Mapa da Fome.

E com a Aliança, faremos muito mais.

Aqueles que sempre foram invisíveis estarão ao centro da agenda internacional.

Já contamos com a adesão de 81 países, 26 organizações internacionais, 9 instituições financeiras e 31 fundações filantrópicas e organizações não-governamentais.

Meus agradecimentos a todos os envolvidos na concepção e no funcionamento desta iniciativa, que já anunciaram contribuições financeiras.

Foi um ano de trabalho intenso, mas este é apenas o começo.

A Aliança nasce no G20, mas seu destino é global.

Que esta cúpula seja marcada pela coragem de agir.

Por isso quero declarar oficialmente lançada a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza.

Muito obrigado.

Bem, meus amigos, daremos agora o início à discussão entre os membros do G20, começando pelos países da troika. Por isso, eu quero passar a palavra para o primeiro-ministro Narendra Modi, da Índia, última presidência do G20.

3.11. Discurso do Ministro Mauro Vieira na Cerimônia de lançamento do Plano de Ação do MRE para o Programa Federal de Ações Afirmativas – Brasília, 4 de dezembro de 2024

Gostaria de começar lembrando frase célebre do ex-Ministro de Relações Exteriores e meu chefe na Embaixada do Brasil em Washington, Azeredo da Silveira: “a melhor tradição do Itamaraty é saber renovar-se”.

Em meio a crises internacionais e instabilidades geopolíticas, como as que vivemos hoje, o Itamaraty segue buscando atualizar diagnósticos, reorientar estratégias e auxiliar o Brasil a se reposicionar no mundo. Nesta ocasião de lançamento do primeiro Plano de Ação do Programa Federal de Ações Afirmativas, a frase de Silveira inspira reflexão sobre a necessidade de renovar o Itamaraty do ponto de vista da diversidade e da inclusão.

Estatísticas agora consolidadas indicam desequilíbrios na representação de negros, mulheres, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência entre servidores e funcionários. Essa situação não surgiu nos últimos meses. Reflete décadas de inércias e desigualdades nacionais. A sociedade brasileira contemporânea, por outro lado, defende a inclusão como valor e exige mudanças.

O Programa Federal de Ações Afirmativas, lançado pelo Comitê Gestor e capitaneado pelo Ministério de Igualdade Racial, a quem eu agradeço na pessoa da querida Ministra Anielle Franco, ofereceu base normativa e técnica para que pudéssemos realizar amplo processo de consultas internas.

Dialogamos com todos as carreiras do serviço exterior brasileiro, não apenas diplomatas, incluindo sindicatos e associações. Institucionalizamos a cooperação entre administração e grupos de interesse por meio do Sistema de Promoção da Diversidade e Inclusão. Promovemos seminários temáticos

com participação de parlamentares, acadêmicos e representantes da sociedade civil para discutir política externa e a gestão interna.

Incluímos todas as secretarias do ministério, a Agência Brasileira de Cooperação, a FUNAG e o Instituto Rio Branco. Trabalhamos em parceria com os vários integrantes do Comitê Gestor, a quem agradeço na pessoa da Ministra Esther Dweck.

As 34 ações previstas no Plano de Ação são o resultado mais imediato desse exercício. Na gestão, propomos incentivos à maior representatividade de grupos prioritários na entrada e na ascensão funcional. Na política externa, temos iniciativas na área consular, em política ambiental e na transversalização de gênero.

Algumas dessas medidas já estão em vigor e com resultados concretos imediatos. Após mudanças no edital no concurso de admissão à carreira diplomática deste ano, deveremos ter aumento de 60% no número de mulheres aprovadas em relação ao número que teria sido alcançado sem a medida.

O compromisso indicado pelo Plano de Ação é inequívoco, ilustrado pela portaria assinada por mim ontem, que estabelece Política de Promoção da Diversidade e Inclusão. As 34 ações representam nosso melhor esforço, mas seguirão em construção permanente, por meio do diálogo e da possibilidade de alterações futuras.

As metas, prazos e objetivos concretos são fundamentais. Tão relevante quanto é a mudança de mentalidade. O Itamaraty está, neste momento, se propondo a aderir à perspectiva idealizada por Angela Davis. Estamos deixando de aceitar o que NÃO se pode mudar para nos engajar na transformação do que NÃO pode ser aceito.

Com o Plano de Ação e o Programa Federal de Ações Afirmativas, estamos – estado e sociedade, Itamaraty e governo, administração e servidores, homens, mulheres, brancos, negros, indígenas, pessoas com deficiência, integrantes da comunidade LGBTQIA+ e toda diversidade do povo brasileiro – enfrentando o desafio de renovação e de implementação de políticas públicas mais representativas da população brasileira.

Muito obrigado.

3.12. Discurso da Secretária-Geral na Cerimônia de Lançamento do Plano de Ação Afirmativa do Ministério das Relações Exteriores 2024-2027 – Brasília, 4 de dezembro de 2024

É com grande satisfação que lançamos oficialmente o primeiro Plano de Ação do Ministério das Relações Exteriores para o Programa Federal de Ações Afirmativas, lançado em 20 de novembro de 2023 por meio do Decreto nº 11.785.

Estamos orgulhosos de sermos o primeiro Ministério a concluir formalmente a elaboração do seu Plano Setorial de Ações Afirmativas e estamos certos de que muitos outros virão a seguir.

O Plano que lançamos hoje é composto de 34 medidas afirmativas que têm como objetivo contribuir, dentro da esfera de competência do MRE, para a redução das desigualdades históricas e estruturais que afetam determinados grupos no Brasil, baseadas em raça, etnia, gênero, orientação sexual e deficiência.

As ações afirmativas que compõem este Plano são resultado de um amplo processo de consulta interna, que envolveu todas as secretarias do Ministério, os comitês de gênero, étnico-racial, de pessoas com deficiência e de pessoas LGBTQIA+ que compõem o Sistema de Promoção da Diversidade e da Inclusão do MRE, criado em abril de 2023, e também associações e sindicatos de servidores. Agradecemos o empenho de todos na apresentação de propostas e na elaboração das ações.

Agradecemos, igualmente, ao Comitê Gestor do Programa Federal, em particular ao Ministério da Igualdade Racial e ao Ministério da Gestão e Inovação, pelo exame expedito das ações propostas pelo MRE e por todo o apoio concedido durante o processo de elaboração do Plano de Ação.

Das 34 ações afirmativas, 18 serão ou já estão sendo implementadas na área de gestão de pessoas e na contratação de serviços e produtos.

No campo da gestão de pessoas, gostaríamos de destacar as ações para a ampliação do acesso à carreira diplomática. Além da continuação do pioneiro Programa Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia, criado em 2002 com o objetivo de custear os estudos preparatórios de pessoas negras candidatas ao Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, nosso plano prevê a expansão desse programa para mulheres de baixa renda, indígenas e pessoas com deficiência. A experiência de mais de 20 anos do MRE com o programa de bolsas demonstra sua interação positiva com a lei de cotas, sendo instrumento fundamental para o preenchimento das vagas destinadas

a pessoas negras nos concursos do MRE. Esperamos poder lograr resultados positivos também com relação aos novos grupos a serem beneficiados por eventual revisão da Lei nº 12.990/2014.

Ainda no campo do acesso, destacamos a adoção de ação afirmativa para estimular maior ingresso de mulheres na carreira diplomática. O primeiro concurso com essa medida acabou de ser realizado e resultou em aumento de 60% no número total de mulheres aprovadas. E temos na classificação final, beneficiadas pela ação afirmativa aprovadas em 2º, 3º e 6º lugares.

Também consta do Plano de Ação medida específica para fomentar a progressão funcional de pessoas negras e mulheres aos níveis mais altos da carreira de diplomata. O uso de listas específicas para ingresso no rol de candidatos e candidatas elegíveis às promoções, já implementado, tende a apresentar resultados no curto e médio prazo.

Embora a carreira de diplomata seja, historicamente, a que mais necessita de medidas de estímulo à diversidade, o Plano também inclui ações voltadas às carreiras de oficial e assistente de chancelaria.

Gostaria de destacar, ademais, ações relativas à acessibilidade física e informacional de servidores com deficiência, medidas para ampliação da diversidade na contratação de pessoal terceirizado e no programa de estágio, bem como as ações de capacitação e diversificação do acervo artístico e de representação do Ministério.

Além das ações de meio, o Plano é composto de 16 ações afirmativas relacionadas às atividades finalísticas do Itamaraty. Destacamos, em especial, as medidas de ampliação do acesso aos serviços consulares e de assistência a brasileiros no exterior para mulheres, pessoas negras, pessoas com deficiência e pessoas LGBTQIA+. As atividades incluem a abertura de novos espaços da mulher brasileira, ações de capacitação para enfrentamento ao racismo, ajustes em formulários de acesso à documentação para pessoas LGBTQIA+ e compromisso com a acessibilidade das instalações e serviços prestados para pessoas com deficiência.

As ações afirmativas de caráter finalístico abarcam, igualmente, a ampliação da participação dos grupos prioritários do Programa Federal de Ações Afirmativas na implementação das ações de difusão cultural, promoção comercial e de inovação geridos pelo Itamaraty.

Outro destaque é o compromisso com a transversalização dos temas de gênero, e sua necessária interseção com a questão racial, na política externa

brasileira. São exemplos a criação do cargo de Alta Representante para Temas de Gênero, iniciativas na área de negociação de acordos de comércio e investimentos e ações na área da cooperação Sul-Sul prestada pelo Brasil.

Vale ressaltar, ainda, a capacitação de povos indígenas para atuarem em negociações internacionais sobre clima e meio ambiente. O primeiro módulo do treinamento foi realizado, em conjunto com o Ministério dos Povos Indígenas, no Instituto Rio Branco, em setembro passado, e outros estão por vir ao longo de 2025.

Conscientes da natureza transversal e intersetorial das ações afirmativas, a implementação de diversas ações contidas no Plano de Ação do MRE requererá o estabelecimento de parcerias com outros Ministérios e órgãos da Administração Pública Federal.

Estamos certos de que contaremos com esse apoio, bem como com o suporte do Comitê Gestor do Programa Federal de Ações Afirmativas ao longo da sua implementação. Também esperamos contar com o apoio interno das unidades responsáveis por cada ação e dos comitês do Sistema de Promoção da Diversidade e da Inclusão do MRE para o monitoramento da execução das 34 ações previstas no Plano e para o seu contínuo aperfeiçoamento.

Cientes de que esse primeiro plano de ação é um ponto de partida e não de chegada, esperamos que ele contribua para a abertura de novos caminhos rumo à promoção e proteção de direitos e a equiparação de oportunidades de mulheres, pessoas negras, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência e pessoas LGBTQIA+ no serviço exterior brasileiro e na Administração Pública Federal como um todo.

Muito obrigada!

4. ARTIGOS, ENTREVISTAS E DECLARAÇÕES À IMPRENSA

4.1. “50 anos de relações diplomáticas Brasil-China: celebrando o passado e lançando as bases do futuro” – artigo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva publicado no jornal *China Daily* em 15 de agosto de 2024

Em 15 de agosto, celebramos o cinquentenário das relações diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China. Durante esses 50 anos, construímos uma parceria estratégica que fortaleceu os laços comerciais, culturais, científicos e tecnológicos entre nossos povos.

Como Presidente do Brasil, tenho orgulho de ter contribuído para o aprofundamento dessa cooperação tão prolífica. Na minha primeira visita a Pequim, em 2004, reforçamos a Parceria Estratégica criando a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), fundamental para coordenar nossas ações em diversos setores e aprofundar a integração de nossos governos e sociedades.

A China consolidou-se, desde 2009, como o nosso maior parceiro comercial. Nos últimos sete anos, o Brasil tem sido o maior fornecedor externo de alimentos para a China e contribuído para sua segurança alimentar.

Em 2023, o comércio bilateral atingiu um recorde de US\$ 157 bilhões, com um superávit brasileiro inédito de US\$ 51 bilhões. Nossas exportações somaram US\$ 104 bilhões, superando o somatório das vendas para os Estados Unidos e a União Europeia.

O Brasil também foi o quarto maior destino dos investimentos chineses no exterior, representando 4,8% do total global, segundo o Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC). Esses investimentos são vitais para o desenvolvimento e a modernização da nossa infraestrutura e indústria, e encontram sinergia no novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Nova Indústria Brasil.

O relacionamento bilateral não se limita à exportação de produtos agrícolas. Ao contrário, a dimensão estratégica de nossa relação antecede o

sucesso das trocas comerciais. O projeto do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS), lançado em 1988, é um marco da cooperação Sul-Sul em alta tecnologia, fortalecendo a infraestrutura espacial e impulsionando a pesquisa, a inovação e o codesenvolvimento em setores críticos.

Por essas razões, a China foi um dos primeiros países que visitei ao iniciar meu terceiro mandato. Naquela oportunidade, destaquei que queremos que a relação Brasil-China transcenda o comércio.

Assim como, há 40 anos, o CBERS foi fundamental para que nossos países dominassem tecnologias aeroespaciais, estou confiante de que saberemos buscar novas áreas na fronteira do conhecimento para alicerçar nossa cooperação pelos próximos 50 anos, como inteligência artificial, semicondutores, energias renováveis.

Buscaremos adensar os elos entre nossas universidades que aumentem nosso intercâmbio de alunos e pesquisadores. Queremos que mais chineses visitem o Brasil como turistas e mais brasileiros visitem a China. Esperamos trabalhar juntos no enfrentamento à mudança do clima e na transição para energias limpas, sobretudo eólica, solar e biomassa.

Para além da densa agenda bilateral, China e Brasil são parceiros de longa data nos BRICS, no G20, nas Nações Unidas e em muitos outros fóruns internacionais. Trabalhamos juntos para promover a paz, a segurança e o desenvolvimento. Apoiamos uma reforma da governança global que a torne mais eficaz, justa e representativa dos interesses do Sul Global.

A estreita coordenação entre nossos países em temas de interesse global seguirá contribuindo para uma ordem mundial multipolar, assentada sobre os valores do multilateralismo e do direito internacional. O comum apreço pelo diálogo nos permite promover soluções baseadas na diplomacia e na negociação, como demonstra nossa proposta conjunta para o conflito na Ucrânia.

Sobre essas bases sólidas, China e Brasil estão pavimentando o caminho certo para elevar a Parceria Estratégica Global a um novo patamar, com forte componente de cooperação tecnológica e que será capaz de promover resultados verdadeiramente transformadores para nossas sociedades.

É com esse espírito que o Brasil receberá a visita de estado do Presidente Xi Jinping ao Brasil em novembro próximo.

4.2. Entrevista do Ministro Mauro Vieira ao programa CNN Entrevistas – 13 de outubro de 2024

Daniel Rittner: Olá, sejam todos muito bem-vindos ao CNN Entrevistas. Eu sou Daniel Rittner, ao lado de Jussara Soares, entrevistou o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira. Formado em Direito pela Universidade Federal Fluminense e pelo Instituto Rio Branco, Mauro Vieira tem quase 52 anos de carreira a serviço da política externa do país. Foi embaixador do Brasil na Argentina, nos Estados Unidos, representante permanente do país nas Nações Unidas, em Nova Iorque e, mais recentemente, embaixador do Brasil na Croácia.

Já havia sido ministro das Relações Exteriores entre 2015 e 2016, no governo Dilma Rousseff, cargo que voltou a desempenhar desde janeiro do ano passado, indicado pelo Presidente Lula. Desde então, vem conduzindo a diplomacia brasileira em um cenário internacional cada vez mais desafiador e, eu diria, até hostil. O chanceler Ministro Mauro Vieira, muito obrigado pela sua presença. Entrevista aqui conosco.

Ministro Mauro Vieira: Eu que agradeço o convite.

D.R: Passo a bola imediatamente aqui para a Jussara Soares começar.

Jussara Soares: Obrigada, Ministro pela sua presença. E vamos começar falando justamente da operação de repatriação dos brasileiros no Líbano. Agora são o senhor disse nesta semana que são 7000 brasileiros interessados em voltar ao país. Qual é a previsão de quantos voos serão necessários para trazer os brasileiros que estão lá?

E queria saber também se o governo estuda a possibilidade de evacuar esses brasileiros que estão lá para outros países vizinhos. Na impossibilidade de continuar fazendo esses voos.

Pois não há esse número de 7500 ou 7000. É resultado dos contatos que a Embaixada do Brasil no Líbano, em Beirute, mantém regularmente com a comunidade brasileira. São cerca de 20.000 brasileiros que vivem no Líbano com o cônjuge brasileiro, com cônjuges libaneses, com filhos nascidos no Líbano ou com parentes libaneses.

E então é uma comunidade muito grande e que tem um contato constante com a embaixada. A embaixada vem trabalhando sobre a possibilidade dessa operação de repatriação já há algum tempo. Não é de agora, já tem alguns meses, eu diria desde julho agosto, quando vimos que a situação no Oriente

Médio estava cada vez mais tensa e a resposta dos que manifestaram uma intenção de vir é em torno de 7000.

Mas isso não quer dizer que sejam 7000, porque agora, depois que começamos, a intenção não é a operação. Nós temos consultado diretamente as pessoas que responderam a esses questionários e até agora nós temos um horizonte de cerca de 3000. Serão necessários no mínimo dez, doze voos, como foi o caso da operação. Essa é a segunda operação de repatriação nesse terceiro mandato do Presidente Lula.

No ano passado, nós tivemos que executar também uma operação semelhante na Palestina, na Faixa de Gaza e também em Israel. Foram 1560 pessoas, aproximadamente com 12 voos. Eu acredito que seja mais ou menos o número e é esse a esses brasileiros que estão no Líbano têm possibilidades diferentes. O aeroporto do Líbano, de Beirute, ainda está aberto, com voos da companhia libanesa para a Europa.

Os que têm possibilidades, a embaixada tem e é desejada desde o início da operação, sugerindo que partam por meios próprios. E então há essa possibilidade que partam pela Europa e depois de lá, para o Brasil, algum desses desses números. Então isso só se vai saber exatamente a cada voo, quando se começa a contatar os eventuais passageiros.

D.R: Ministro, a gente gostaria de analisar mais detidamente com o senhor essa escalada no conflito no Oriente Médio, porque nunca havíamos visto, por exemplo, antes de tudo o que aconteceu, um ataque do Irã a Israel ou às sanções? Os ataques, as operações que Israel tem feito dessa magnitude. Já se pode dizer que a gente tem um conflito total no Oriente Médio ou o alerta vermelho ainda não acendeu? A gente está a um passo ainda, a quem disso?

Olha, essa situação é muito grave e veio escalando essa semana, na segunda feira, completamos 365 dias do ataque do Hamas, do ataque classificado pelo Brasil como ataque terrorista e que vitimou um número grande de cidadãos israelenses.

Nós também criticamos a questão da reação de Israel, que é desproporcionada, sem dúvida nenhuma. Agora víamos também que isso estava se expandindo para outras regiões, para o Líbano já há algum tempo. Não foi manchete de televisão ou de jornais, mas já há vários meses, já desde o início do ano, a linha azul das Nações Unidas tinha sido desrespeitada e já havia presença de Israel dentro do território libanês. Então isso nos levou a preparar com muito cuidado e antecedência essa operação para justamente atender a necessidade dos brasileiros. Eu quero crer que ainda tenhamos

possibilidades de negociar alguma coisa, seja na ONU, seja com os principais atores políticos na região que possam frear essa ação. Iniciativa essa, essa onda de violência, que se possa ter um acordo de cessar fogo e que, sobretudo, se possa dar atenção aos mais necessitados e possa dar assistência humanitária.

E ainda a questão dos reféns israelenses em mãos, que ainda há cerca de 80 de 100, não tenho certeza, ainda são reféns do Hamas. Eu acho que todo este conjunto que espero que seja objeto de uma negociação importante entre os atores da região e com, evidentemente, o apoio das Nações Unidas. Eu acho que é indispensável se fortalecer e dar voz ativa à nação, às Nações Unidas nesse conflito, porque com armas nós não somos solucionarmos esse problema. Nós somos favoráveis à solução de dois estados entre Israel e Palestina. E pela força não chegaremos lá.

J.S: Tem uma questão que o Brasil defende a solução de dois Estados. Mas a gente está vivendo um conflito entre Israel. Mas há um ano e estamos com traumas tanto do lado israelense quanto do lado palestino. Ainda é possível acreditar que essa solução de dois estados ela é possível?

Ela é possível ou ela está consolidada nas resoluções das Nações Unidas e uma posição também consolidado de muitíssimos países em todos os continentes e temos que continuar pedindo essa solução de dois Estados e ajudando, colaborando para que isso possa acontecer. Mas para o Brasil é a única solução possível. Não há possibilidade de se ter paz na região se você não tiver dois estados convivendo da melhor forma possível, em paz e cada qual se ocupando de suas respectivas coisas.

D.R: Essa é a solução ideal. O Brasil defende historicamente essa, essa posição. Ela está consolidada em resoluções das Nações Unidas, mas na vida real existe um ressentimento muito grande de lado a lado, principalmente depois do 7 de outubro do ano passado. Porque, claro, os israelenses têm mais desconfianças em relação aos palestinos e vice-versa. Por razões que são legítimas. Além disso, o senhor esteve recentemente duas vezes, aliás, mas esteve recentemente ali na região dos conflitos e seus interlocutores me relatavam que, num sobrevoo, ficaram muito impressionados ali com a quantidade de assentamentos judaicos na área da Cisjordânia que ainda está, digamos, em disputa. E tudo isso torna a solução de dois Estados um cenário ideal, mas muito improvável. Não é isso?

Olha, mas nós temos que recorrer à diplomacia. Nós temos que recorrer às sanções internacionais, à ONU. É verdade. Há uma quantidade enorme. Não sei exatamente quantos, mas há pelo menos 800.000 israelenses vivendo

em assentamentos na Palestina, o que é totalmente legal pelas resoluções das Nações Unidas e inclusive pelas ações movidas na Corte Internacional de Justiça, que consideraram ilegal.

Então, eu acho que existe. Mas nós temos que trabalhar através do diálogo, da negociação, para que possa ser criado definitivamente e consolidado o Estado palestino e que sintamos se resolve a questão dos assentamentos a partir daí, mas com zelo. Mas é, sem dúvida nenhuma uma questão muito clara e consolidada nos organismos internacionais, na ONU e para os Estados, que é a solução de dois Estados.

D.R: Justo a gente dizer também que estamos hoje mais distantes da solução de dois Estados do que estávamos em 7 de outubro. Não?

Olha, a solução de dois estados é dificultada pelos assentamentos. Quanto a isso, não há dúvida nenhuma. Agora, de 7 de outubro para cá, obviamente, os ânimos estão cada vez mais acirrados. Você diz, com razão, de que há um ressentimento por parte do Estado de Israel dos israelenses, mas também já havia há muitos anos um ressentimento e uma dificuldade de parte dos palestinos.

A Faixa de Gaza esteve bloqueada e está até hoje constantemente, e a presença, inclusive de forças militares dentro da Palestina, dado que se chama de West Bank à margem ocidental, é muito grande. Então, ali há a necessidade da participação de países das Nações Unidas e dos países que querem promover a paz, justamente para aproximar as duas, os dois países, as duas populações. Para que supere essas dificuldades. É o primeiro passo para se criar um clima de entendimento e a criação de dois estados e depois resolver a questão dos assentamentos.

J.S: Isso queria trazer a informação que completamos ali quatro meses sendo embaixador do Brasil em Israel. Que condições precisa haver para que o Brasil volte a ter um embaixador? Um embaixador lá em Telavive? Tem uma possibilidade algum no horizonte de que isso possa ocorrer em algum curto prazo?

Não, por enquanto não. Nós já tiramos o embaixador porque tivemos um momento de desentendimento político com o governo do atual primeiro-ministro e retiramos porque o nosso embaixador foi submetido a uma situação que não tem nada a ver com as regras diplomáticas e. Mas temos lá um embaixador, um encarregado de negócios, que é um ministro da carreira diplomática muito competente e atuante, que continua desempenhando plenamente as suas funções.

D.R: Então designação de um novo embaixador, só com uma troca, eventualmente do governo Netanyahu?

Não, vai depender. Eu acho que depende de nós. No momento, não estamos considerando.

D.R: Ministro migrando. É triste que a gente tenha que migrar de um conflito para outro na ordem internacional e falar de tantas guerras. Mas existem outras em curso. Infelizmente. Rússia, Ucrânia é uma delas. O Brasil, junto com a China, apresentou uma proposta de paz de seis pontos. Mas eu tenho a alegria de conhecê-lo há muitos anos e aprendi algumas coisas nessa cobertura de Itamaraty da diplomacia. Uma delas é que quando os dois lados estão mutuamente ali, insatisfeitos com alguma proposta, isso é um ótimo sinal, porque é sinal de um acordo equilibrado e minimamente justo que a gente percebe o Presidente excelente que da Ucrânia, criticando muito o Brasil. A política externa brasileira é a proposta de paz. China e Rússia, China, China, Brasil. Do lado russo, não há o mesmo nível de críticas a essa proposta. Isso não é um sinal evidente de uma proposta desequilibrada. Se um critica tanto a proposta, e o outro não critica, é porque está pendendo para um lado, não?

Não, não creio. A proposta brasileira com a China não é uma proposta, é um movimento. Foi um, foi lançado, inclusive foi lançado em Pequim, mas agora em Nova Iorque, à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas, houve uma reunião em que estava presente o ministro do Exterior da China. Estava eu presente, estava presente o assessor especial do Presidente da República, embaixador Celso Amorim, que foi quem anunciou essa iniciativa, essa iniciativa em Pequim, essa iniciativa é apenas um conjunto de alguns poucos princípios básicos iniciais, que dariam um espaço para que se fale um pouco sobre a paz.

E ela não. Não. Expansão das áreas sobre conflito. Não há não aumento da agressão e enfim, inclusive não o não recurso a armas de destruição em massa, enfim, criar um espaço de diálogo entre os países, entre os dois lados e que se leve algum resultado até então. Devo dizer que todas as iniciativas eram unilaterais. Só levavam em conta as propostas da Ucrânia sem a presença da Rússia. O nosso objetivo, com essa iniciativa com a China, é de criar um espaço em que se tenha os dois lados, se possa chegar a uma solução. A solução militar não nos levará a parte alguma. Vai continuar a haver destruição, mortes, destruição de infraestrutura, enfim, sofrimento. E não vai levar a lugar nenhum. Só o diálogo diplomático pode levar a alguma coisa.

D.R: Mas a proposta atual que foi colocada na mesa, congela o status quo e, portanto, reconhece, digamos, a ocupação indevida dos territórios ucranianos pelos russos.

Mas a posição do Brasil é muito clara desde o início, inclusive tomada pelo Presidente Lula antes de ser sequer candidato à Presidência da República, quando começou a guerra e daqui a pouco tem três anos, Eles, declarou contra e criticou justamente a invasão territorial, que é um princípio que consta da nossa Constituição a integridade territorial agora é o suposto.

Já é mais do que o momento de se começar a conversar e para conversar sobre o assunto tem que ter os dois lados. Agora, isso não quer dizer de forma alguma que a proposta brasileira impõe condições de congelar o status quo. Não é poder conversar sobre a situação. Se você não tem os dois lados para conversar, não é um diálogo, é um monólogo. É essa a nossa posição.

J.S: Ministro, mas o Brasil, embora reitere a posição de neutralidade, basicamente vem sendo muito criticado por dizer, por uma avaliação de que o Brasil não é tão duro com Putin. Por outro lado, o governo brasileiro, as posições governo brasileiras são criticadas por Zelensky. Essa situação não deslegitima o Brasil como um negociador dessa solução.

Não, o Brasil no primeiro, não se arvora em negociador ou num país que tem que estar na primeira linha. Nós damos sugestões e estamos prontos a conversar. E se formos convidados para algum tipo de negociação? Agora, acreditamos que para haver uma conversa efetiva que nos leve a algum lugar, precisa ter os dois lados. O Brasil condenou a agressão territorial, continua, continua criticando e condenando. Agora precisamos encontrar alguma solução. E o Presidente Lula se encontrou. Já falou por telefone, já se encontrou com o Presidente da Ucrânia, Presidente Zelensky. E eu me encontrei com o anterior Ministro das Relações Exteriores da Ucrânia e falei com ele várias vezes por telefone. Estive agora em Nova Iorque com o novo ministro. Já havia falado com ele por telefone também, nós mantemos um diálogo fluido.

D.R: Por que o Brasil é tão percebido? E aí eu não falo de ser, mas de parecer. Principalmente por que o Brasil é tão percebido como contra a Ucrânia e às vezes visto como pró Rússia. Essa foi a ideia?

Eu acho que é. Eu acho que é uma percepção equivocada, porque não sei se esse que vocês estão lá estavam esperando, se os que criticam dessa forma estavam esperando que nós assumíssemos uma posição para um lado tão forte como vários países já assumiram. Nós, o Presidente Lula já deixou isso muito claro, que nós queremos colaborar dentro das nossas possibilidades.

E se fomos chamados para uma solução, mas não para cerrar as posições. Mas é uma percepção totalmente equivocada.

D.R: E que é isso. A gente recebe muitas críticas de Zelensky, mas a gente não recebe críticas de Putin e do governo russo. Aí dá uma percepção de desequilíbrio.

Talvez as críticas, de um lado, sejam exageradas.

No próximo mês temos aqui o G20 no Brasil e o Presidente da Rússia, Vladimir Putin, é um dos convidados. Mas tudo isso acabou criando uma expectativa por causa até do pedido de prisão do Tribunal Penal Internacional. A verdade, quero saber Vladimir Putin virá ou não ao G20? Já há uma sinalização do governo russo sobre isso.

A Rússia é membro nato do G20, portanto ele está mais do que convidado. Virá se quiser ou se puder, isso depende dele. Não sei te responder nesse momento.

D.R: Como é que o governo brasileiro lida com a possibilidade, com um de mandato de prisão internacional estabelecido pelo Tribunal Penal Internacional, O Brasil é signatário, internalizou o Estatuto do Tratado que criou o TPI. Como é que o Brasil lidaria com essa possibilidade? Esse risco que existe dado o mandado de prisão contra Vladimir Putin? Existe alguma forma jurídica de dar algum tipo de conforto ao governo russo para isso?

Formas sempre há. Inclusive porque há uma tradição de tratamento de chefes de Estado com uma série de privilégios e imunidades. Mas no Brasil é, como você disse, membro do do TPI, a Rússia não, e vários outros países, os Estados Unidos não é, a China, não é a Rússia também não e vários outros, não, não são só esses três. Agora, nós sempre, agora o processo é um pedido preventivo, praticamente. É um processo em andamento, não é o único contra chefes de Estado, há vários outros. Então eu acredito que vai depender da decisão do Presidente da Rússia de vir ou de não ver.

D.R: Mas a sinalização, pelo menos do governo brasileiro, ao Kremlin, é que se ele vier, ele não será preso.

Ah, eu não sei o que pode acontecer, se algum juiz poderá dar uma medida ou um pedido de prisão ou não, eu só não sei o que vai acontecer.

D.R: Então não dá pra garantir, também.

Eu não posso atuar dentro da futurologia. O que vai acontecer eu não sei.

D.R: Mas então existe essa possibilidade. Quer dizer, existe a possibilidade de Putin se pisar em solo brasileiro, ele não está descartado, algum mandado de prisão aqui de um juiz de primeira instância? Digamos.

Pode haver isso. Eu não, eu não posso limitar, cercear um juiz, nem imaginar ou adivinhar o que vão fazer. Podem haver tantas outras coisas podem acontecer.

D.R: Ministro, ele vai chegar aqui e vai preso do Brasil?

Aí não, não acontecerá isso. Não sei. Não. Eu não posso dizer se ele virá ou se não virá, eu já te disse. Podemos perguntar se poderiam entrevistar, vocês poderiam entrevistar alguma autoridade russa e perguntar. Eu não sei ainda. Agora devo te dizer que todos os chefes de Estado têm internacionalmente proteção e privilégios e imunidades, inclusive em Nova Iorque, que as Nações Unidas estão no território americano, há um acordo de set que obriga a conceder tratamento diferenciado e com imunidades ao chefe de Estado que participam das assembleias das Nações Unidas. Então, é a mesma coisa.

J.S: Ministro, toda vez que o Brasil se empenha em algum debate internacional, a exemplo do conflito envolvendo Israel e também a questão da Venezuela, isso acaba virando uma munição para a oposição, para a direita brasileira, e até uma crítica internamente da ala política do governo, que talvez o Presidente Lula não devesse se expor tanto nessas discussões justamente por essas críticas políticas e essa munição política que acaba virando. Qual a sua opinião sobre isso? Presidente Lula deve se seguir insistindo nesses temas?

Olha, os temas todos de interesse da esfera internacional devem ser discutidos e eu acho que a atuação do Presidente Lula é sempre pela, pelo diálogo, pela diplomacia e pela ajuda à comunidade internacional para que se promova iniciativas que visem a sanar as dificuldades entre os países ou dentro dos países quando fomos chamados. Nós somos e nunca tivemos uma atitude intervencionista e em nenhuma circunstância, em nenhum lugar. Mas queremos sim, colaborar e contribuir para uma solução negociada de todos os conflitos. Essa é a nossa posição.

J.S: Só a questão mesma, porque virou todos esses conflitos que a gente está acompanhando, a própria Venezuela vira um debate interno, político, interno e isso afeta a população.

D.R: E isso afeta a população e o Presidente.

J.S: Exatamente. A gente, eu fiz um levantamento justamente no auge, logo depois das eleições venezuelanas, e a gente observa justamente isso, que

há uma cobrança ao Presidente Lula nesses temas, por esses posicionamentos. Eu sei que senhor trata de outra área, não da questão política, mas isso, como isso é avaliado dentro do governo, desse empenho do Presidente nisso é possível ter uma blindagem em relação a ele nesses temas?

Olha, a posição do Presidente Lula é muito clara e a posição do governo é a posição que ele já teve nos dois mandatos anteriores. É uma posição de primeiro se manter fiel aos princípios que orientam a política externa brasileira. O Presidente Lula, não há dúvida que é um grande democrata, está no terceiro mandato é um homem que participou de inúmeras eleições, perdeu três a Presidência, ganhou três, é favorável a alternância de poder, respeita as decisões da Justiça, inclusive quando são contrárias a ele, injustamente impostas, nós vemos isso, luta pela democracia no Brasil. E isso são os mesmos princípios que orientam a posição dele com relação a política externa, as posições com todos os conflitos. Você pode ver que são tomadas a partir dessas linhas que eu mencionei.

D.R: Ministro, a gente tem esse assunto muito complexo, delicado, que é a Venezuela, também se insere em um dos temas ali em que cada vez que o Presidente se expõe, a popularidade dele também acaba sendo chamuscada, mas vou deixar isso para o segundo bloco e vou só continuar um pouco ali no tema Rússia, porque nós temos a cúpula dos BRICS vindo que será na Rússia. O Presidente tem essa agenda internacional prevista, o governo russo aparentemente sugere também uma nova expansão dos BRICS. O Brasil aceita?

Os BRICS um espaço, uma plataforma importantíssima, já teve a primeira expansão no ano passado e eu acho que só acrescentou, só contribuiu para a projeção dos BRICS. É um grupo que detém grande parte da população mundial grande, uma proporção enorme do PIB mundial. Enfim, é um grupo muito importante. É um grupo de articulação e de cooperação muito importante. Será discutido agora na próxima cúpula em Casã, que é justamente – O Presidente parte e eu acompanharei no final da próxima semana para a Rússia, uma permanência de dois dias e meio, onde isso vai continuar sendo discutido. Nós somos favoráveis a discutir a expansão, uma nova expansão.

A expansão e o funcionamento. Toda a mecânica dessa organização, que originalmente era um cinco e que era feita muito, eram reuniões com um tom muito informal ou sem uma estrutura. A ampliação para muitos países criaria uma dificuldade no primeiro momento, mas nós estamos agora com dez membros, estamos vendo a possibilidade de aumento, de acréscimo a um grande número, quase 40 países que já demonstraram interesse de participar

do BRICS. Se nós formos aceitar todos de uma só vez, vai ser difícil. Nós, eu digo o grupo BRICS, não o Brasil. Vai ser difícil porque não há uma estrutura, não há um secretariado, passa a ser uma nova organização.

D.R: Mas qual a avaliação do governo brasileiro sobre uma nova ampliação, que seja gradual?

A nova base é exatamente a nossa posição de examinar na cúpula próxima de Kazan as propostas de ampliação e ter um processo que seja gradual e que possa acrescentar, que possa incorporar, novos membros dentro desses 40 que já se manifestaram favoravelmente, que nós temos que ver o ritmo e as condições.

D.R: Mas o Brasil, então, não descartaria. Se mantém, o Brasil favorável a uma inclusão gradual?

Não, não. O Brasil nunca foi contrário, nem na primeira expansão, nem numa eventual segunda.

J.S: Nisso, vou aproveitar aqui um tempinho para fazer a última pergunta desse bloco. Acredito. O senhor faz semana que vem com o Presidente Lula para o BRICS. Em que avião que os senhores vão viajar? Afinal de contas, o avião presidencial teve uma questão ali no México e senhor estava na comitiva, queria aproveitar para saber em que avião vocês vão viajar e se o senhor defende o novo avião presidencial, já que você viaja tanto, também.

Quanto o avião vai ser usado, eu não sei, a Força Aérea que vai dizer. Não há um avião só, há mas de um. E esse avião do Presidente que teve esse problema e efetivamente eu estava a bordo, não foi não, não passamos um susto, não foi nenhuma, houve uma pane sim do motor, mas não foi, não houve uma crise, um pânico dentro do avião. Voltamos ao aeroporto da Cidade do México e isso, passamos para o avião reserva. A Força Aérea tem vários aviões, eu não sei qual será e mas eu sou totalmente favorável a compra de um novo avião e não pode ser um, tem que ser dois, que tem que ter um reserva. Primeiro, para um país da dimensão continental do Brasil, e um país com a projeção que o Brasil tem no mundo, é absolutamente indispensável ter um meio de transporte rápido, seguro que ele possa ir e voltar no menor tempo possível. E não é só o país da dimensão do Brasil, da presença internacional. É um número grande de reuniões internacionais, de organismos internacionais que têm se multiplicado nos últimos anos, e o Brasil não pode estar ausente em nada disso. Então, eu acho que é absolutamente necessário um novo avião presidencial.

D.R: Ministro, vou fazer uma pequena pausa aqui. O senhor toma uma água, renova o fôlego para a gente entrar no segundo bloco, no que a gente considera aqui o espaço natural de liderança do Brasil, a América do Sul cada vez mais complicada. Já voltamos.

[...]

D.R: O CNN Entrevistas está de volta, hoje recebemos o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, e a gente retoma aqui, ministro, com o assunto da Venezuela. Já se passaram dois meses das eleições, o governo venezuelano jamais apresentou as atas eleitorais, o Tribunal Eleitoral da Venezuela, o Conselho Nacional Eleitoral e os resultados já foram reconhecidos pela Suprema Corte do país, e agora?

Continuaremos conversando com a Venezuela sempre que formos chamados ou procurados e com outro grupo de países com que temos mantido contatos. O Brasil tem se articulado desde o início, logo depois das eleições, com a Colômbia e com o México, para justamente buscar um diálogo que possa permitir um consenso social e político dentro da Venezuela. Há forças de oposição e do governo e tanto a Colômbia como o México estão interessados em continuar esse diálogo. E volto a insistir que a posição de diálogo e de concertação, a posição tradicional do Brasil, que não creio que seja adequado, me adiantando, talvez seja uma pergunta que você me faça, um recrudescimento ou rompimento de relações diplomáticas com um vizinho grande da importância que é a Venezuela, como aconteceu no governo passado, em que fechamos a embaixada, os três consulados e os 20 e poucos mil brasileiros que residem lá ficaram abandonados. O Presidente Lula me instruiu logo no primeiro segundo dia do seu governo a reabrir a embaixada e assim nós fizemos. Vamos continuar então, portanto, conversando e contribuindo para o consenso nacional dentro da Venezuela.

J.S: Ministro, diante do que a gente observa nesses últimos dois meses, a gente vê que tem uma resistência de Nicolás Maduro, que, até onde se sabe, a gente falou muito num eventual telefonema de Maduro com o Presidente Lula, o Presidente Gustavo Petro. E na ocasião, López Obrador do México. E esse telefonema, essa conversa conjunta nunca ocorreu. Ou seja, o que se sabe é que Maduro nunca foi a uma mesa, a mesa de negociação. Ele está disposto a negociar? Ainda é possível pensar numa solução negociada?

Olha, não, não posso falar da disposição do Presidente Maduro porque não, não estive com ele, não perguntei. Nós tivemos a disposição de falar, houve reuniões, contatos entre os três Presidentes do México, Colômbia e

Brasil e houve um primeiro contato antes das eleições, inclusive, e depois das eleições nós estávamos com uma posição, estamos com uma posição clara e estamos esperando para ver os próximos passos. Não, não podemos nos antecipar a nada, mas estamos prontos a continuar dialogando com as autoridades mexicanas que desejem contactar. Nós mantemos, eu não deixei de ter contatos com o ministro das Relações Exteriores da Venezuela. Temos também contatos com a oposição que nos faz chegar comentários, enfim, sempre com uma atitude positiva e tentando encontrar uma forma de diálogo, porque não há outra.

D.R: É possível compreender todo o esforço do governo brasileiro para alguma solução negociada. Mas precisa ver a disposição no regime de Maduro para essa, para esse diálogo, e aparentemente, não existe. Não apresentou as atas, pelo contrário, a oposição fez um levantamento exaustivo, árduo, muito difícil de apresentar as atas eleitorais. Criou um site para isso, foi reconhecido pelo Centro Carter, que estava no acordo de Barbados, reconhecido ali como um ator para observar as eleições. O Centro Carter disse que as atas são verdadeiras e que Edmundo Gonzáles ganhou. Por que a gente não reconhece?

Porque, em primeiro lugar, o Brasil reconhece Estados. Nós reconhecemos a Venezuela, estabelecemos relações diplomáticas há mais ou menos 180 anos atrás e nós não nos manifestamos a cada lá, a cada eleição, em cada país. As eleições são decisões e são escolhas internas, domésticas. Nós continuamos dispostos a conversar, inclusive nós participamos das observações do mecanismo de observação eleitoral, O Presidente mandou o seu assessor especial, Celso Amorim, a Caracas, onde ele esteve quatro ou cinco dias, acompanhou as eleições, descreveu para o governo e para o Presidente o clima em que havia o que foi não só por outras fontes, tivemos a mesma informação, que foi um clima de tranquilo. Não houve nenhum tipo de conflito, de atrito durante o dia das eleições e ele esteve com os dois candidatos, esteve com Edmundo Gonzáles, esteve também com o Presidente Maduro e todos concordaram que esperavam as atas. Então nós estamos ainda abertos.

D.R: Só complementar, o candidato da oposição diz que foi forçado a assinar uma carta e acabou pedindo asilo na Espanha. Com quem que o governo brasileiro hoje conversaria do lado da oposição? Com Edmundo Gonzáles, com Maria Corina Machado ou com mais alguém?

Olha, eu não sei porque motivos, se houve a pressão ou não. Eu sei que o candidato saiu como se, ele está exilado. O governo venezuelano deve ter concordado, porque se não, ele não poderia ter saído num avião da Força Aérea

de um terceiro país. Há um certo clima de perplexidade internacional desde esse momento. Agora nós estamos prontos a continuar conversando com o governo, com oposição. Nós temos inúmeros contatos com a oposição—

D.R: Inclusive Maria Corina?

Com Maria Corina e com outros. Tem um coordenador da mesa de unidade que tem contatos constantes, inclusive com a União Europeia, com a CELAC, nós participamos e ouvimos tudo isso e contribuímos dentro das nossas medidas para facilitar e promover um diálogo.

J.S: Uma dúvida: a saída de Gonzáles da Venezuela não dificulta esse processo? Buscar uma solução com oposição e governo, já que o próprio candidato foi para a Espanha.

Pois é isso que causa uma certa perplexidade e nós temos que esperar ver o que vai acontecer agora.

J.S: Ministro, eu tenho uma dúvida que é o seguinte: digamos que eventualmente maduro tope conversar. Vai lá conversar com Brasil, México e Colômbia e a oposição também. Quais as propostas que poderão ser apresentadas por uma solução negociada de fato?

Olha essas opções teriam que ser acertadas de comum acordo. Eu acho que se poderia, o Brasil sugeriu e foi criado por iniciativa do Presidente Lula, em 2003, logo que ele assumiu um grupo de amigos da Venezuela para resolver a questão que envolvia justamente as eleições, a posse após a posse do, aliás, já tinha tomado posse em 2002, do presidente Chaves e da tentativa de golpe de Estado que houve. Nós participamos de um grupo de amigos que, como o Presidente Lula diz, é da Venezuela e não do Chaves, inclusive tinha países que tinham regimes contrários de opositores da Venezuela. Nós, acho que temos que pensar em algo do gênero que esteja presente o governo, a oposição e todos que posso conversar e saber o que cada um quer, o que cada um espera, o que se cada um pode fazer.

D.R: Esse é um formato interessante do seu ponto de vista. Caso obviamente, caso o governo Maduro aceite criar um grupo de amigos, um novo grupo de amigos da Venezuela, eu estou chamando assim com o Brasil, com, digamos, com a Colômbia e alguns outros países. Esse é um caminho na sua visão?

Isso pode ser um caminho, mas depende de uma concertação em todas as partes. Precisa que todas as partes queiram e que possam atuar nesse sentido. Nós, sozinhos não devemos fazer nada, porque o que foi feito no passado foi muito contraproducente, não só pelo governo anterior brasileiro, mas por um

número enorme de governos da nossa região que reconheceram um ou outro Presidente da República numa atitude de que não contribuiu pra nada. Uma coisa quase que infantil de reconhecer uma outra pessoa, uma outra entidade física, como Presidente da República, sem ter o voto popular, porque não tinha, foi eleito diretamente por uma assembleia e que não levou nada, só levou o recrudescimento da situação e só levou justamente a suspensão das relações diplomáticas.

D.R: Eu entendo o que o senhor está colocando, mas o tempo joga a favor de Maduro porque já se passaram dois meses, não há o menor sinal de definição, o mandato dele acabará, ele é o Presidente de fato, tem um mandato que vai até janeiro, mas, tudo o mais constante, ele continuará no cargo em janeiro e tudo continuará igual. A oposição sendo cada vez mais reprimida. E então?

Mas estamos dentro desse prazo, não podemos nos apressar, nós temos que respeitar os tempos da diplomacia, que são diferentes do tempo cronológico. Acho que temos que conversar e temos que buscar uma solução. O que mais se pode fazer? Eu te pergunto.

D.R: Outros países fizeram, outros países não seguiram a posição brasileira, que até coloca um pouco em xeque, será que o Brasil ainda continua sendo um líder da América do Sul? Porque, à exceção do Brasil e da Colômbia, outros países não seguiram a posição e reconheceram Edmundo Gonzáles ou adotaram uma postura mais crítica com Maduro.

E o resultado foi que deixaram os seus cidadãos vivendo na Venezuela abandonados, o Brasil teve que assumir a responsabilidade de cuidar dos cidadãos desses países, de dois países, na Venezuela, porque nós mantemos uma embaixada ativa, conversando e criando um diálogo. Se todos virarem as costas, o que é que vai acontecer? Nós estamos esperando uma solução. Eu não acho que a decisão dos outros países tenha sido a melhor, porque justamente você limita inclusive, o número de países que possa participar de uma conversa, de um grupo de amigos ou como o nome quer ser dado a um grupo que possa discutir a questão com o governo e oposição e no cenário internacional.

J.S: Ministro, se essa solução não vier, o senhor disse que 10 de janeiro é, até 10 de janeiro, tem tempo, que é a data da posse presidencial. Mas se essa solução não vier, o Brasil estará presente nessa cerimônia de posse?

Isso é futurologia. Eu não sei se vai haver esse, não vai haver como vai ser. Não sei, Isso vamos esperar, os tempos diplomáticos têm o seu caminho próprio.

J.S: Só um outro ponto em relação a Venezuela. O Brasil assumiu a custódia da embaixada da Argentina, onde estão abrigados—

E Do Peru também.

J.S: E do Peru, também, na Argentina estão os opositores de Maduro. O Brasil está negociando a saída desses opositores. Como se faz a negociação?

Desde antes que o Brasil assumisse a representação dos interesses da Argentina, nós vínhamos negociando e sugestionando intensamente, desde o primeiro momento, pusemos à disposição todos os meios para retirá-los e trazer para o Brasil, para a Argentina, para onde fosse e cooperando com o interesse que eu acho que é enorme da Argentina, é um dado a sério e grave você ter seis pessoas refugiadas dentro de sua própria embaixada, tendo ocorrido justamente porque o asilo diplomático é um instituto que é preservado e levado seriamente na nossa região. Agora, o pior de tudo que isso aconteceu no momento em que deixou de ter, de haver relações diplomáticas entre os dois países. Então a Argentina nos pediu que nos encarregássemos nós, de acordo com as convenções de Viena, comunicamos ao governo venezuelano, que nos aceitou e nós estamos exercendo a proteção dos interesses, o cuidado com os interesses da Argentina e do Peru. Na Argentina há essa peculiaridade de que há seis refugiados, mas estamos já há dois meses com essa função e que, evidentemente, é uma responsabilidade a mais. Quer dizer, é mais uma questão que nós estamos nos ocupando lá e isso é justamente a prova que nós temos interesse. Primeiro, ajudar os todos os vizinhos e estabelecer um mecanismo que resolva as situações na Venezuela.

Mas não deixamos de um dia de gestionar pela libertação, pelo salvo conduto para que possam sair da Venezuela.

D.R: Ministro a gente esbarrou nesse tema de Argentina e estamos realmente nos encaminhando para o final desta entrevista. Mas não gostaria de deixar de abordar o futuro não só das relações bilaterais. Brasil-Argentina. O senhor vai dizer claro, recebeu a chanceler Diana Mondino, que as relações estão bem Estado-Estado, mas a gente nota uma frieza por parte dos dois líderes mutuamente. E isso acho que coloca um panorama sobre esse ambiente sul americano, que é o nosso ambiente ali, de suposta liderança, de suposto conforto. Como você define a América do Sul hoje? É um ambiente mais hostil do que se esperava, do que o senhor encontrou lá no passado, quando foi chanceler do governo Dilma e mais hostil do que se esperava quando foi designado chanceler agora?

Agora, olha em primeiro lugar, o Brasil não se arvora em líder de nada. O Brasil é o país com a dimensão que tem, com a projeção que tem e só tem interesse em cooperar com os vizinhos. Eu acho que eu, não é à toa que o patrono da diplomacia brasileira é o Barão do Rio Branco, o grande exemplo das nove negociações fronteiriças que acrescentaram, aumentaram o território brasileiro por meio da negociação e do recurso a mecanismos multilaterais e da participação nessas reuniões levou o Brasil a conseguir o reconhecimento sobre os territórios que que pedia e que para acertar as fronteiras com os países. Estamos todos cientes disso, não há dúvida que o Brasil não quer ser líder de nada e não é líder de nada. As relações do Brasil com a Argentina fluem normalmente e eu tenho contatos com a chanceler mundial nos ministros outros têm contatos em várias áreas, várias iniciativas estão caminhando bem, que poderão ser anunciadas em breve e em várias áreas, as mais variadas. Portanto, eu acho que as relações correm de uma forma normal, natural. Teremos em breve, em dezembro deste ano, a cúpula do Mercosul novamente, em que cinco países da região estão estarão presentes. Eu acho que a nossa, como vê o nosso entorno, nós continuamos tendo relações. Houve, tivemos agora em Nova Iorque a reunião do Consenso de Brasília à margem das Nações Unidas. Isso independente da posição política e da postura política de cada país. Não há nada que bloqueie a conversa e os encontros, como nessa reunião.

D.R: Uma perguntinha, Jussara, me deixa fazer uma última porque o senhor falou de uma reunião em dezembro Cúpula do Mercosul, antes disso tem G20 e a visita bilateral também do Presidente da China, Xi Jinping.

Sim.

D.R: Última pergunta. Se eu puder resumir em 30 segundos, um minuto, o Brasil avalia, aceita a entrada na nova Rota da Seda no Belt and Road Initiative?

Isso é um tema que há muito tempo existe e nós conversamos muito, tomamos, não tomamos nenhuma posição sobre isso e é um tema que está sendo ainda conversado. E esse é o primeiro tema. O segundo tema, que é muito importante, que mostra a importância do Brasil das relações com a China e que o Presidente Xi Jinping não costuma participar das reuniões do G20, mas virar a cúpula do G20 porque vai fazer depois uma importante visita bilateral, uma visita de Estado em retribuição a visita que o Presidente Lula fez no ano passado à China. Isso mostra a pujança da nossa relação, que é antiga, vem de longo tempo, com a cooperação em áreas muito importantes, como ciência e tecnologia. Isso hoje mais cedo me referi com você ao meu período de assessor do ministro da Ciência Tecnologia de então, Renato Archer, que

assinou um importantíssimo acordo com a China de cooperação em matéria espacial e satélites que até hoje funciona—

D.R: O senhor não respondeu, se entramos ou não na Nova Rota da Seda.

Não há decisões ainda. Nós estamos examinando tudo há muito tempo. Eles nos propõe há muito tempo e nós estamos examinando.

D.R: Ministro, eu agradeço aqui a sua visita aos estúdios da CNN, por esta entrevista. Obrigado pela atenção, pelo seu tempo e volte numa próxima oportunidade, por favor, que não seja a última, tá bem?

De forma alguma, eu estarei sempre pronto para voltar. E conversar, continuar conversando com vocês. Muito obrigado pelo convite.

D.R: Agradeço a sua presença, em nome da minha colega analista Jussara Soares. Obrigado. Até a próxima.

4.3. “O Brasil voltou, para fazer a diferença” – artigo do Ministro Mauro Vieira ao jornal *O Globo* – 24 de novembro de 2024

A retomada, pela política externa do Presidente Lula, do lugar de relevância do Brasil nas discussões diplomáticas globais – sintetizada na frase “O Brasil voltou” – não é um fim em si mesmo, tampouco um lema vazio de conteúdo. O objetivo desse esforço é beneficiar a população por meio de uma inserção internacional à altura do país. Os ganhos resultam de um diálogo com o mundo que gera mais oportunidades por meio do comércio, dos investimentos e de parcerias nas mais diversas áreas, entre elas a cultural e a científica.

O Presidente Lula assumiu seu atual mandato em meio a um cenário externo desafiador. O Brasil estava ausente das discussões relevantes e em atrito com vários de seus principais parceiros, pela imperícia da diplomacia presidencial do governo anterior. Ao convidar-me para voltar ao comando do Itamaraty, o Presidente resumiu numa expressão, “reconstruir pontes”, a principal missão inicial no plano externo.

Em pouco menos de dois anos, relações bilaterais com parceiros importantes foram recompostas, e novas frentes de diálogo foram estabelecidas, como nos casos da Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean, na sigla em inglês) e dos países do Golfo Pérsico. A triste e inédita condição de “pária orgulhoso” fica para a história como um erro do governo anterior a não ser repetido jamais.

O resgate da credibilidade internacional do Brasil requereu forte engajamento do Itamaraty e da diplomacia presidencial: de janeiro de 2023 para cá, o Presidente Lula manteve reuniões com chefes de Estado e de governo de 67 países. Em sintonia com a mesma orientação, já me reuni com 126 chanceleres diferentes. Num desses primeiros contatos, fui saudado por um colega europeu com a frase “como é bom ter o Brasil de volta, sentimos muito a falta de vocês”.

O Brasil voltou e abriu caminhos para seus cidadãos e suas empresas, por meio do bom diálogo diplomático. Em trabalho conjunto do Ministério da Agricultura e Pecuária e do Itamaraty, na atual gestão foi registrada a abertura de 281 mercados no mundo para diferentes setores do agronegócio.

Esse trabalho vem ocorrendo num período histórico de turbulências, de desafios em matéria de governança e de crise do multilateralismo. O sistema multilateral tem sido incapaz de dar respostas eficazes diante dos conflitos na Ucrânia e no Oriente Médio ou da virtual paralisia da Organização Mundial do Comércio, que já dura anos. No atual contexto global, a lei do mais forte tem prevalecido sobre regras básicas do Direito Internacional, em especial do Direito Humanitário.

Para um país como o Brasil, historicamente engajado na promoção da paz, do multilateralismo e da construção de regimes e regras eficazes, o predomínio da lei do mais forte é inaceitável. Tampouco é tolerável a perpetuação de desigualdades e de flagelos como fome e pobreza.

Esse diagnóstico orientou a definição das prioridades da presidência brasileira do G20 – combate à fome e à pobreza, reforma da governança global e enfrentamento da crise climática. Nas três frentes, ao longo do ano e de cerca de 20 reuniões ministeriais, a presidência brasileira foi capaz de articular consensos e oferecer, na cúpula do Rio, o principal legado do país: a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. Sem jamais perder de vista sua condição de país democrático e seu pertencimento ao Ocidente, o Brasil fez valer seu maior ativo, o canal aberto junto a todos os países e blocos no mundo.

Não é comum que uma reunião das grandes economias mundiais produza um plano concreto de enfrentamento da fome. A partir de agora, experiências brasileiras exitosas, como o Bolsa Família e programas de merenda escolar e de apoio à agricultura familiar, ajudarão a orientar o caminho de países ainda em busca de soluções.

A presidência brasileira do G20, mesmo com o multilateralismo em crise, mostrou que ainda é possível fazer a diferença e construir consensos.

As pontes reconstruídas nesses dois anos foram essenciais para o êxito brasileiro nessa tarefa.

4.4. “Acordo Mercosul-UE é entendimento benéfico, estratégico e necessário” – artigo do Ministro Mauro Vieira e do vice-Presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, à Folha de São Paulo – 9 de dezembro de 2024

Líderes do Mercosul e da União Europeia (UE) anunciaram na sexta-feira (6), em Montevidéu, a conclusão definitiva das negociações do Acordo de Parceria entre os dois blocos. O anúncio fecha, com êxito, um processo negociador de 25 anos.

Desde 2023, sob a orientação do Presidente Lula, os negociadores brasileiros, na coordenação do processo pelo Mercosul, empenharam-se em fazer com que o resultado das negociações, agora concluídas, fosse equilibrado e mais alinhado aos interesses do país. O Acordo de Parceria é um resultado benéfico para a economia brasileira, estratégico para a inserção internacional do Brasil e do Mercosul e necessário para o atual contexto político e econômico global.

O acordo cria uma das maiores áreas bilaterais de livre-comércio do mundo, com população de cerca de 718 milhões de pessoas e um PIB somado de US\$ 22 trilhões. Trata-se do maior acordo comercial de que o Mercosul faz parte e um dos maiores já firmados pela UE.

Os benefícios negociados pelo Brasil são múltiplos. O acordo com a UE mostra que é possível abrir oportunidades sem comprometer o espaço para políticas públicas em áreas como saúde, desenvolvimento industrial, inovação e agricultura familiar.

A parceria prevê condições favoráveis de acesso a setores importantes para nossa pauta exportadora. Frutas, café, peixes e suco de laranja, por exemplo, deverão ingressar na UE livres de impostos de importação. Carnes, etanol e açúcar, entre outros, terão acesso melhorado. Da mesma forma, a indústria do Mercosul terá acesso facilitado a tecnologias avançadas e melhores condições de se integrar às cadeias produtivas da União Europeia, o que reforça a competitividade de nossas empresas em um quadro de acirrada concorrência econômica internacional.

Ao mesmo tempo, o Brasil entendeu necessário renegociar os termos em que haviam sido tratadas, até 2019, as compras governamentais e a inovação

tecnológica, a fim de preservar a capacidade de alavancar políticas públicas. Como resultado da etapa negociadora iniciada em 2023, foram excluídas do acordo, por exemplo, as licitações do Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, o uso de instrumentos como “offsets” e encomendas tecnológicas, peças centrais em políticas de inovação, não é mais restringido pelo acordo.

De modo a preservar o nível de investimentos e de empregos no país, foi negociado também procedimento inédito de salvaguardas específicas para o setor automotivo. O Brasil liderou ainda os esforços para a criação de mecanismo de reequilíbrio de concessões, caso medidas unilaterais – como certas leis europeias recentemente adotadas – comprometam ganhos obtidos com o concerto. Foi negociada ainda a possibilidade de cobrar impostos de exportação sobre minerais críticos, caso seja necessário para políticas de interesse público.

O acordo possui relevância estratégica para nossa inserção internacional. Ao fomentar maior intercâmbio comercial com a UE, segundo maior parceiro do Brasil, contribui para manter a diversificação de nossas parcerias, um ativo para a política comercial brasileira. A parceria reforça também o potencial de ampliar os fluxos de investimentos entre o Brasil e a União Europeia – já bastante densos.

Para o Mercosul, a conformação dessa área de livre-comércio mostra que, negociando como bloco, obtêm-se melhores condições de inserção no mercado global. Os compromissos assumidos reforçam a integração regional e seus elementos centrais, como a Tarifa Externa Comum.

Os capítulos político e de cooperação do acordo enviam mensagem forte de apoio ao Estado democrático de Direito, à solução pacífica de disputas e à sustentabilidade ambiental. Assim, o Mercosul e a UE reforçam seu compromisso frente a esses desafios comuns.

Em um mundo polarizado, ameaçado pela emergência climática, por guerras e pela imposição crescente de barreiras econômicas, o acordo entre o Mercosul e a UE é um passo resolutivo na direção da cooperação como forma de impulsionar nosso desenvolvimento e de lidar com esses desafios.

5. PUBLICAÇÕES EM REDES SOCIAIS

5.1. Publicação no X por ocasião da reunião de Ministros de Desenvolvimento do G20 – 25 de julho de 2024



5.2. Publicação no X por ocasião do lançamento do Programa “Kuntari Sa: Líderes Indígenas na Política Global” – 9 de agosto de 2024



5.3. Publicação no X por ocasião da inauguração dos novos Espaços da Mulher Brasileira no Exterior (EMuBs) – 25 de outubro de 2024



5.4. Publicação no X por ocasião do lançamento do Plano de Ação do Itamaraty para o Programa Federal de Ações Afirmativas – 4 de dezembro de 2024



5.5. Publicação no X por ocasião da conclusão de negociações do Acordo de Parceria entre MERCOSUL e UE – 6 de dezembro de 2024



